

Universidade Federal de Juiz de Fora
Pós-Graduação em Serviço Social
Mestrado em Serviço Social

Felipe de Freitas Fonseca

Um estudo do campo popular na CSP-conlutas

Juiz de Fora

2017

Felipe de Freitas Fonseca

Um estudo do campo “popular” na CSP-Conlutas.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Área de Concentração “Serviço Social e Sujeitos Sociais” da Faculdade de Serviço Social, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientador: Profa. Dra. Maria Lúcia Duriguetto

Juiz de Fora

2017

AGRADECIMENTOS

É no momento do agradecimento que realizamos o exercício de compreender que o esforço e o resultado desse trabalho é a conclusão de uma atividade coletiva. Uma dissertação, como qualquer trabalho humano é uma ação realizada a várias mãos. Por isso, gostaria de poder de algum modo expressar meu reconhecimento e agradecimento à todas e todos que contribuíram de forma direta e indireta para a elaboração deste estudo.

Começo meus agradecimentos a minha mãe, Simone, pessoa fundamental ao longo de minha vida para permitir as condições necessárias para chegar nesse momento. Não foi diferente ao longo da elaboração desta dissertação. Todo agradecimento e reconhecimento aos seus esforços, dedicação e ensinamentos serão insuficientes. Agradeço ao meu pai, José (in memoriam) pelos bons momentos que passamos juntos. Agradecimento também para meu irmão, Vinícius. Agradecimento para os demais familiares que contribuíram, em especial para minha tia Sidnéia.

Agradeço minha companheira Mariana, pelo seu amor, carinho, compreensão, pela divisão das angústias da vida e da luta de classe, e claro, pelas diretas contribuições nas resoluções dos problemas deste trabalho e dos percalços da vida.

Agradeço a todos (as) companheiros (as) que dividem comigo a necessária esperança de batalhar todos os dias pela construção das ferramentas para a transformação dessa brutal realidade. Os ensinamentos aprendidos com cada camarada nas batalhas diárias para a construção de um partido revolucionário da classe trabalhadora, na atuação cotidiana nos movimentos organizados da juventude e da classe trabalhadora, sem vocês não teriam tido a condição de entender a aplicação concreta de todas as teorias revolucionárias para superação do capitalismo.

Agradeço a todos (as) os (as) funcionários (as) da CSP-Conlutas, em especial ao Alexandre pela inestimável colaboração com este estudo. Também agradeço a disponibilidade e contribuição aos diversos membros da Central com quem pude estabelecer algum contato neste período.

Agradeço a todos (as) camaradas com quem compartilho do desafio de consolidar uma nova organização política da esquerda brasileira, que tem como a tarefa a luta pela interrupção de anos de fragmentações e dispersões na esquerda brasileira e mundial, que com humildade reconhece seu o tamanho e limitações. Gostaria agradecer em especial a todos (as) companheiro (as) do MAIS da cidade de Juiz de Fora, é com vocês que divido cotidianamente aquilo é central em minha vida: Artur, João, Tallia,

Polyana, Patrícia, Ana Emília, Aline, Mariana Tomaz, Lorene, Thiago Barreto, Lucas, Luana e Gustavo muito obrigado.

Às vezes a vida nos leva a refletir de forma diferente, mas sem necessariamente abdicar dos mesmos sonhos, por isso, agradeço a vocês com quem militei por anos no PSTU: Edmilson, André, Sintia, Eleandro, Victória, Victor, Gil, Alessandro, Priscila, Larissa, Lucas (Nem) e tantos outros companheiros de luta.

Agradeço a todos (as) amigos (as) e companheiro (as) que contribuíram para o desenvolvimento deste trabalho, em especial agradeço ao Fillipe Perantoni, pessoa essencial para motivação para a realização do mestrado. Patrícia Mafra e Daniel Cavalcanti dois valerosos amigos com quem pude compartilhar nesses últimos anos muitas das ideias deste trabalho e de bons momentos de descontração. Agradeço também ao casal de amigos Carlos Eduardo (Cadu) e Gláucia, Rodrigo e todos aqueles amigos(as) que fiz durante os anos de militância no movimento estudantil e sindical.

Agradeço aos professores Marina Barbosa e Felipe Demier por aceitarem compor a banca e por todas as considerações sobre o estudo, ao professor Marcelo Badaró pelas contribuições durante a etapa da qualificação.

Agradeço a todas (os) professoras (es) da Faculdade de Serviço Social pelos conhecimentos ensinados durante as disciplinas e nos seminários realizados na Faculdade.

Agradecimento em especial a minha orientadora Maria Lúcia Duriguetto, pessoa indescritível com quem tive o prazer de me aproximar e conhecer ao longo do período de orientação. Agradeço enormemente pelo ensinamento, sugestões, conselhos e conversas, o que só foi possível por aliar uma postura profissional com uma simpatia e tranquilidade que deixavam à vontade para buscar a superação de minhas debilidades.

RESUMO

A conjuntura nacional pós anos 2000 se apresenta como momento de reorganização e rearticulação das organizações dos trabalhadores, notadamente no campo sindical. A CUT, que surge com o “novo sindicalismo” no final dos 1970 e que cumpriu importante papel na mobilização e organização trabalhadores numa perspectiva sindical crítica, classista e autônoma passa a evidenciar, já na década de 1990, transformações em suas práticas, concepções e políticas na direção da conciliação de classes e de um sindicalismo cidadão. Os grupos internos contrários a este descenso político e ideológico posto pela direção majoritária da Central concluem o processo de ruptura interna no primeiro governo petista, no qual o se evidencia, com força, os elementos conciliatórios e governistas nas ações da CUT. É neste contexto que surge, em 2004, uma Coordenação Nacional de Lutas que resultou, posteriormente, na consolidação da Central Sindical e Popular - CSP-Conlutas, cujo um dos principais objetivos é apresentar uma nova concepção de organização e atuação de Central, de modo a atuar, também, junto aos movimentos sociais dos trabalhadores para além do campo sindical. É esta concepção de Central que será o foco da nossa análise neste trabalho. Nosso objetivo é apreender a dinâmica de incorporação dos movimentos populares (urbanos e rurais) e de luta contra as opressões, inédita em uma Central Sindical nacional, avaliando suas características, suas agendas de lutas e seus rebatimentos na construção das ações político-interventivas da CSP-Conlutas.

Palavras-chave: Sindicalismo; CSP-Conlutas; Movimentos sociais.

ABSTRACT

The national conjuncture after the years 2000 presents itself as a moment of reorganization and rearticulation of workers' organizations, especially in the trade union field. The CUT, which emerged with the "new syndicalism" in the late 1970s and which fulfilled an important role in the mobilization and organization of workers in a critical, classist and autonomous trade union perspective began to show, as early as the 1990s, transformations in their practices, conceptions and Policies in the direction of class reconciliation and citizen unionism. The internal groups opposed to this political and ideological descent by the majority direction of the Central conclude the process of internal rupture in the first PT government, in which the conciliatory and governmental elements in the actions of the CUT are strongly evidenced. It is in this context that a National Coordination of Struggles emerged in 2004 that resulted in the consolidation of the CSP-Conlutas, one of the main objectives of which is to present a new conception of Central organization and To act, also, with the social movements of the workers beyond the trade union field. It is this conception of Central that will be the focus of our analysis in this work. Our aim is to understand the dynamics of incorporation of popular movements (urban and rural) and struggle against oppression, unprecedented in a national trade union center, evaluating its characteristics, its agendas of struggles and its refutations in the construction of political-intervention actions of CSP -Conlutas.

Key Words: Sindicalismo; CSP-Conlutas; Movimentos sociais.

Lista de Abreviaturas.

ABC – Região Industrial do Estado de São Paulo que engloba as cidades de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul.

ACE – Acordo Coletivo Especial

ADUNEB – Associação dos Docentes da Universidade do Estado da Bahia

AI-5 – Ato Institucional nº 5.

AIT - Associação Internacional do Trabalhadores

ANAMPOS - Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais

ANDES-SN – Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

ANEL – Assembleia Nacional dos Estudantes - Livre

APEOESP – Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo.

ArtSind – Articulação Sindical

CEB - Comunidades eclesiais de base

CGT - Central Geral dos Trabalhadores

CGTB – Central Geral dos Trabalhadores do Brasil

CIOSL – Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres

CIPA- Comissão Interna de Prevenção de Acidentes.

CISCAI- Comissão intersindical contra a assiduidade integral

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

CN – Coordenação Nacional

CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social

COMPERJ – Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro

CONAT - Congresso Nacional dos Trabalhadores

CONCLAT - Congresso da Classe Trabalhadora

CONCLAT - Conferência Nacional da Classe Trabalhadora

CONCLAT - Congresso Nacional da Classe Trabalhadora

CONCUT – Congresso da CUT

CONLUTAS – Coordenação Nacional de Lutas

CPB - CUT Pela Base

CS – Convergência Socialista

CSB – Central dos Sindicatos Brasileiros

CSC – Corrente Sindical Classista

CSP – Central Sindical e Popular – Conlutas

CSUB – Confederação Sindical Unitária do Brasil

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DOPS/SP - Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo DIEESE

ENOS- Encontros Nacionais de Oposições Sindicais

ENTOES - Encontro Nacional de Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical Oficial

FASUBRA – Federação de Sindicatos dos Trabalhadores em Universidades Brasileiras

FERAESP – Federação dos Empregados Rurais do Estado de São Paulo

FETAGRI – Federação dos Trabalhadores na Agricultura

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FS – Força Sindical

FUS – Frente única sindical

GT – Grupo de Trabalho

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros

MAIS – Movimento por uma Alternativa Independente e Socialista

MAS – Movimento Avançado Sindical

MIA – Movimento intersindical contra o arrocho

MML – Movimento Mulheres em Luta

Moquibom - Movimento dos Quilombolas do Maranhão

MR-8 – Movimento Revolucionário Oito de Outubro

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MTIC – Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio

MTL – Movimento Terra, Trabalho e Liberdade

MTS - Movimento Por Uma Tendência Socialista

DCE – Diretório Central dos Estudantes

MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto

MUST – Movimento Urbano Sem Teto.

NCST – Nova Central Sindical de Trabalhadores

OSM-SP – Oposição Sindical metalúrgica de São Paulo

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PCdoB – Partido Comunista do Brasil

PIB – Produto Interno Bruto

PL – Projeto de Lei

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PUA- Pacto de Unidade e Ação

PUI – Pacto de unidade intersindical

SEN – Secretária Executiva Nacional

SEPE/RJ – Sindicato Estadual dos Profissionais de Ensino do Rio de Janeiro

SIMA – Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Araripina – Pernambuco

SIMPERE – Sindicato Municipal dos Profissionais de Ensino da Rede Oficial do Recife

SINASEFE – Sindicato Nacional dos Servidores Federal da Educação Básica, Profissional e Tecnológica

SINDEESS – Sindicato dos Empregados em Estabelecimento de Serviços de Saúde de BH e Região.

SINDITEST/PR - Sindicato dos Trabalhadores em Educação das Instituições Federais de Ensino Superior no Estado do Paraná

SINDMETAL – Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região.

SINDPETRO AL/SE - Sindicato Unificado dos Trabalhadores Petroleiros, Petroquímicos, Químicos e Plásticos nos Estados de Alagoas e Sergipe.

SINDPPD – Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados do Rio Grande do Sul

SINDREDE - Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública Municipal de Belo Horizonte

SINDSEF - Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal do Estado de São Paulo

SINDSPREV – Sindicato dos Trabalhadores em Seguridade Social, Saúde, Previdência, Trabalho e Assistência Social

SINPEEM - Sindicato dos Profissionais em Educação no Ensino Municipal de São Paulo

SINTUR/ RJ - Sindicato dos Trabalhadores e Profissionais de Turismo do Estado do Rio de Janeiro

SINTUSP – Sindicato dos Trabalhadores da USP

UGT – União Geral dos Trabalhadores

UNE – União Nacional dos Estudantes

USIH – União Social dos Imigrantes Haitianos

SUMÁRIO

Introdução.....	14
Capítulo I – A questão sindical nas crises e nas transformações dos padrões de acumulação e regulação do capital	24
1 – A condição estrutural da “questão social.....	24
1.1 – As reflexões de Marx e Engels sobre a organização sindical.....	30
1.2 – O compromisso fordista e o impacto para a organização sindical dos trabalhadores.....	37
1.2.1 – As transformações do capitalismo contemporâneo e a crise do movimento sindical.....	39
1.3 – Movimento sindical no Brasil: das origens aos dilemas de hoje	43
1.3.1 – Estrutura Sindical	47
1.3.2 – O sindicalismo no Brasil pós Estado Novo.....	52
1.4 – O Novo Sindicalismo.....	54
1.4.1 – A CUT como modelo hegemônico do novo sindicalismo nos anos 1980.....	63
1.5 – Restruturação produtiva, neoliberalismo e as transformações no sindicalismo cutista pós anos 1990	70
Capítulo II – Conlutas e CSP-Conlutas – Encontros e Congressos.....	82
2.1 – O histórico de fundação e os Congressos da Conlutas.....	82
2.2 – CONCLAT – Congresso da Classe Trabalhadora.....	104
2.3 – 1º Congresso da CSP – Conlutas.....	109
2.3.1 – Movimentos Populares e de luta contra as opressões.....	115
2.4 – 2º Congresso da CSP-Conlutas.....	121
2.4.1 – Movimentos de Luta contra as opressões.....	122
2.4.2 – Movimentos Populares.....	130
2.5 – Coordenação Nacional da CSP-Conlutas – Setoriais de Movimentos Populares, Campo e de Luta contra as opressões.....	138
2.6 – Entrevistas – representantes dos setoriais do campo “popular”.....	156

Considerações Finais.....177

Referências Bibliográficas.....189

Apresentação

A participação do movimento sindical sempre foi muito ativa na política nacional. Esta importante organização construída para resistir à espoliação capitalista foi fundamental, em diversos momentos, para o fortalecimento dos trabalhadores na correlação de forças contra o capital. Com a organização de campanhas, mobilizações e lutas, os sindicatos e centrais sindicais tornaram-se referências para diferentes ativistas sociais do país. Ao impulsionar tantas iniciativas de ordem econômico-corporativas, assim como de temas relativos às condições de vida em geral dos trabalhadores, essas organizações se consolidaram como referência para aqueles que lutaram e lutam por uma nova sociedade.

A motivação de estudar o sindicalismo parte das experiências vividas na minha militância estudantil nos anos de universidade. No movimento estudantil, aliado de primeira ordem dos sindicatos nas lutas sociais, pude ter contato com a complexidade e diversidade política do meio sindical. Evidentemente, optei por uma tendência. Assim, pude acompanhar as experiências de reorganização pelo qual passam os movimentos sociais brasileiros. Estive como ativista em congressos fundacionais de entidades tanto do movimento estudantil quanto do movimento sindical e popular.

Segui militando no movimento estudantil até o ano de 2013, término da graduação no curso de Ciências Sociais. Foi, então neste momento, com as grandes manifestações de junho daquele ano, que pude perceber que, apesar do processo de reorganização iniciado, o movimento sindical seguia com dificuldades de organizar um setor mais amplo da classe trabalhadora. Com a hostilização sofrida nessas manifestações demonstrava-se, assim, a existência de uma enorme confusão e desconfiança em relação aos sindicatos por parte de setor amplo da sociedade ao que tange ao seu papel de organizador das pautas coletivas para uma transformação social.

Pela riqueza do momento, outros fatores se tornaram mais evidentes para refletir a atual condição do movimento sindical brasileiro. Desde o ano de 2010, o DIEESE vem apresentando dados de elevação no número de greves, sendo que algumas destacam-se pelo nível de radicalidade, como os movimentos que atropelam as direções sindicais. Tendo em vista o papel das greves e das manifestações enquanto um dos fatores de medição do nível de disposição de luta da classe trabalhadora, o estudo do sindicalismo torna-se, neste momento, mais necessário e inquietante.

Introdução

O movimento sindical se constitui, desde o desenvolvimento do capitalismo na Inglaterra, como um espaço de conformação das resistências da classe trabalhadora. Marx e Engels ressaltaram, em seus escritos, a formação dos sindicatos e a importância de tais organizações para a autodefesa econômica do proletariado, para o desenvolvimento da consciência de classe e, como meio de organização política, para a contribuição nos processos de superação do modo de produção capitalista.

Na formação das primeiras associações, a classe trabalhadora pôde pautar seus interesses e aperfeiçoar as formas de resistir à espoliação do capital, avançando para meios mais eficientes de combate aos desmandos da burguesia industrial. Ao substituir as práticas individuais (crimes) ou espontâneas (movimento ludista), as lutas desenvolvidas pelas associações - *trade-unions* e sindicatos - conquistaram demandas econômicas e sociais e acumularam experiências políticas, que mediadas pela atuação do partido político, possibilitaram o desenvolvimento da consciência de classe em si em para si, tendo como o horizonte a construção de um projeto societário emancipador.

O modo de produção capitalista, por sua lei geral de funcionamento, impede o pleno desenvolvimento das capacidades dos indivíduos, impossibilita a plenitude do ser genérico e, na intensidade que proporciona a criação de riqueza, potencializa as privações para a classe trabalhadora. Para os indivíduos que produzem a riqueza social mediante o trabalho, o capitalismo propicia limitações de suas capacidades e precariedades nas suas condições de vida. A miséria, as condições precárias de emprego, o desemprego, a violência, as moradias inadequadas, a falta de saúde e de educação, entre outras expressões da denominada “questão social”, são diretamente relacionadas às formas de como se estrutura a produção de riqueza e como se materializa a sua apropriação na sociedade capitalista. Condições de vida e de trabalho precárias, no retrato feito por Friedrich Engels da realidade dos trabalhadores do século XIX, foram os motivos para as primeiras lutas de enfrentamento da classe trabalhadora ao modo de acumulação do capitalismo. Esta situação fez surgir a organização política da classe.

O tensionamento crescente da vida em sociedade, que em tempos de crise econômica agudiza as desigualdades produzidas pelas relações de produção, metamorfoseiam a velha “questão social”, apresentando novos desafios aos trabalhadores. A “questão social”, atualmente, evidencia-se e materializa-se sob novas formas, promovendo novas precarizações das condições de trabalho e de vida dos

assalariados, porém segue tendo sua origem vinculada às mesmas bases estruturais daquelas primeiras expressões do pauperismo no início da revolução industrial.

Abordar o aprofundamento do pauperismo na Inglaterra do século XIX é, também, debater as reações dos trabalhadores, visto que as convulsões sociais traduzidas em motins, rebeliões, mobilizações e greves marcaram o despertar das lutas do nascente proletariado. Assim, tendo o operariado fabril como vanguarda do processo, essas convulsões sociais trouxeram, como consequência, o surgimento das associações, *trade-unions*, sindicatos e federações, bem como os partidos políticos da classe trabalhadora.

Como afirma Friedrich Engels (2013), a história dessas associações é a história de uma longa série de derrotas dos trabalhadores, interrompida por algumas vitórias esporádicas. Apesar das limitações das associações na resolução das grandes causas, a omissão dos trabalhadores equivaleria à aceitação dessas condições de vida, sendo que as associações poderiam cumprir um papel de desenvolver os partidos políticos, dada a capacidade em que levam os trabalhadores à compreender que, para destruir o poder da burguesia, é preciso algo mais que associações operárias e greves (ENGELS, 2013).

O despertar das lutas sociais - inicialmente, espontâneas contra o despotismo fabril e, posteriormente, organizadas em sindicatos, centrais sindicais e partidos políticos - inaugurou a história das lutas coletivas do proletariado pelo enfrentamento ao pauperismo. Posteriormente, pelo desenvolvimento prático e teórico das organizações do proletariado, as lutas transbordaram para a tomada de consciência da inevitabilidade de superação da sociedade de classe como medida de enfrentamento ao mecanismo estrutural de perpetuação da exploração e das desigualdades sociais. Portanto, o desenvolvimento do movimento operário, como forma de impedir a concorrência entre os trabalhadores e evitar o rebaixamento salarial abaixo do mínimo necessário, foi o que definiu, inicialmente, a resistência do proletariado às expressões da “questão social”.

O direito de livre associação foi por muito tempo negado aos trabalhadores e, por isso, após a aprovação deste direito no parlamento inglês, em 1824, o movimento sindical alastrou rapidamente para as diversas regiões industriais da Inglaterra (ENGELS, 2013). Os sindicatos causaram temores à burguesia com a força política que possuíam. Mesmo reconhecendo a existência dessas associações, a burguesia, em conjunto com Estado, buscou formas de controle das mesmas que, inicialmente, restringia-se a medidas repressivas as quais foram, em seguida, associadas ao controle legal do movimento sindical.

O Estado, ao promover a institucionalização dos sindicatos, estabelece os limites legais para atuação sindical. Com a legalização destas organizações e a imposição de regras e normas às mobilizações, o Estado atua para redefinir as formas de atuação dos sindicatos, distorcendo a concepção classista e de enfrentamento. De forma contraditória, a legalização e a institucionalização da organização sindical possibilitou o reconhecimento legítimo do direito de organização política, embora tenha imposto, pela legislação, limitações para a atuação dos sindicatos aos marcos da legalidade burguesa.

Portanto, ao criarem os sindicatos, os trabalhadores estavam criando uma forte arma para o desenvolvimento das *batalhas futuras* (MARX, 2009). Paradoxalmente, o controle burocrático de suas instâncias e a orientação política de conciliação serviria, também, para conter e desarticular as lutas sindicais. Destas lutas, os trabalhadores impuseram limites à usurpação do capital, conquistando direitos e redefinindo a forma de atuação do Estado burguês. Do tratamento exclusivamente repressivo às demandas do proletariado, o movimento operário conquistou leis pontuais de regulação do trabalho, posteriormente seguidas de desenvolvimento de políticas sociais no século XX. Este modelo de atuação do Estado serviu para atenuar os conflitos e garantir a estabilidade de funcionamento do modo de produção capitalista, orientada pela produção de um consenso sem abandonar, quando necessário, a repressão. Operavam-se, assim, transformações para atuar na lógica de reformar para conservar.

No Brasil, é possível perceber as primeiras movimentações do operariado para constituir associações no final do século XIX. Mesmo ainda em sua forma embrionária, os trabalhadores empreenderam algumas iniciativas de resistência ao despotismo burguês. Neste período, foi por meio da luta coletiva que se possibilitou algumas paralisações totais e parciais do trabalho.

Da República Velha até a redemocratização em 1985, passando pelo Estado Novo e a ditadura civil-militar de 1964, o sindicalismo brasileiro participou ativamente das lutas sociais, e, como não poderia deixar de ser na sociabilidade burguesa, presenciou as mais diversas medidas repressivas para destruir suas potencialidades políticas. No panorama da história do sindicalismo no país, percebe-se que houve força tanto para articular a luta por direitos da classe trabalhadora como, também, para pautar os grandes temas da política nacional.

Durante o desenvolvimento da história do movimento sindical brasileiro, as particularidades de sua atuação e organização estiveram sempre relacionadas aos regimes e governos do país. Destacamos dois momentos na formação do sindicalismo

no Brasil, nos quais podemos verificar características mais presentes na estrutura sindical e na atuação das direções hoje, sendo eles: o período varguista, com a consolidação das leis trabalhistas e a institucionalização da relação Estado e sindicato e o processo massificado ocorrido no final da ditadura civil-militar brasileira, denominado de “novo sindicalismo”, quando houve a criação de diversas organizações que, ainda hoje, exercem influência na atividade sindical brasileira.

Os anos finais da década de 1970 foram fundamentais para o surgimento de um novo sindicalismo no Brasil. A atuação sindical, nos anos anteriores, vinha sendo sufocada pela repressão da ditadura civil-militar, apresentando dificuldades para desenvolver ações de massas e greves impactantes. O movimento sindical era marcado, então, por ações dispersas e fragmentadas, bem como discretas no chão das fábricas. A grande virada ocorre com o fervor grevista do final dos anos 1970 em que o papel desempenhado pelas greves do ABC paulista, a atuação do Movimento de Oposição Metalúrgica de São Paulo e do Sindicatos dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema foram o grande impulso para as insatisfações que estavam prestes a explodir.

Desde o início do regime ditatorial civil-militar, foram 14 anos de estrangulamento da atividade sindical independente, consequência da repressão e das intervenções nas diretorias sindicais, aprofundando o caráter assistencialista dos sindicatos, que vinha sendo implementado desde Getúlio Vargas. As greves de 1978 e 1979 no ABC paulista, tendo São Bernardo com o núcleo difusor, colocaram a luta contra o arrocho salarial ao lado das pautas de democratização da estrutura sindical, como a livre negociação entre patrões e empregados sem interferência do governo e pela defesa da organização de base a partir dos locais de trabalho.

Nesse contexto, ainda, a lógica da acumulação capitalista vigente na época era expressa na chamada lei do arrocho, com proibição de greves, controle do índice de reajuste salarial, fim da estabilidade no serviço após 10 anos e modificações no sistema de previdência. A partir de 1978, sobretudo com as greves dos metalúrgicos do ABC, foram intensificadas experiências de resistências dos trabalhadores seja por meio de greves de categorias, greves gerais ou, posteriormente, na conformação das centrais sindicais, como novos mecanismos de representação das demandas econômicas e políticas dos trabalhadores. A formação da CUT e do PT, no início dos anos 1980, foram a máxima expressão do processo de surgimento de um “novo sindicalismo” no Brasil.

A partir da década de 1990, observamos a implementação do neoliberalismo, que traz como base material para a sua edificação, as profundas mudanças operadas no mundo do trabalho. Como consequências dessas mudanças, o movimento sindical iniciou uma perda relativa de sua influência conquistada no período do “novo sindicalismo”. O nível elevado do desemprego e a captura da subjetividade dos trabalhadores afastou um grande número de filiados da luta sindical. Em resposta a essa perda de influência a CUT, em seus grupos dominantes, abandonou sistematicamente a tática da ação direta e de enfrentamento para assumir o perfil de um sindicalismo de resultados, aquele que propõe soluções aos padrões dentro das possibilidades das empresas, conciliando os conflitos.

Mais recentemente, assistimos ao processo de reorganização em curso e em desenvolvimento na dinâmica interna política do movimento sindical nacional. Temos, neste processo, rupturas com as entidades fundadas durante o período do “novo sindicalismo” e o surgimento de novas centrais sindicais. Essa reorganização sindical decorre das insatisfações com as transformações operadas ao longo dos anos 1990 e consolidadas nos 2000 na prática sindical dominante da CUT.

O aprofundamento da guinada política da CUT ocorreu, com maior intensidade, nos primeiros anos do século XXI, mais especificamente, após a eleição do PT para o governo federal, em 2003. A atuação do PT à frente do governo central - desde 2003 até 2016 - caracterizou-se pela manutenção das políticas macroeconômicas introduzidas no país no rol das políticas de ajuste neoliberais nos anos 1990. Assim, as contrarreformas neoliberais, como a política de privatizações e as flexibilizações dos direitos trabalhistas levadas à cabo pelo PT tiveram, na CUT, o papel de conciliação e mediação com as bases dos trabalhadores.

[O PT] De partido de resistência contra a ordem capitalista (desprovido, entretanto, desde sua origem, de solidez teórica-política e ideológica, visto que seus setores dominantes recusavam abertamente tanto o marxismo como a postura revolucionária), o partido foi se metamorfoseando cada vez mais em prisioneiro dos eleitoral-institucional e de alianças “amplas”, até se tornar um partido policlassista. As derrotas eleitorais de Lula em 1994 e em 1998 intensificaram seu transformismo, uma vez que o diagnóstico que se fazia acerca do elemento casual das derrotas apontava a necessidade de “alargar” e “ampliar” a política do partido *para toda sociedade*. [...] Vale lembrar que o Brasil é um país dotado de um conservadorismo enorme, que sempre procurou impedir que a classe trabalhadora pudesse em real força política alternativa. Cada possibilidade de ruptura, os setores dominantes responderam ora com a repressão, ora com a conciliação. Se em 1989 todas as medidas foram tomadas para impedir a vitória de Lula e dos partidos de esquerda, em 2002 os setores dominantes conseguiram sujeitar a maior força de esquerda do país (o PT) e sua principal liderança aos imperativos do capital. Foi exatamente assim que o Partido dos Trabalhadores foi se

metamorfoseando e convertendo-se em um *partido da ordem*. (ANTUNES, 2011, pág. 144. Grifos do autor.)

É neste contexto que surge o processo de reorganização sindical. Esse processo ocorreu, em um primeiro momento, tanto por meio de rupturas pontuais de sindicatos com a CUT, quanto pela posterior construção da unidade de ação por meio de uma coordenação nacional de lutas para fazer frente às reformas previdenciária, trabalhista e sindical, o que culminou na consolidação de uma organização de movimentos sindical e populares, a CSP-Conlutas, em 2010. Esta nova organização vem se consolidando como oposição ao governo federal, possuindo uma dinâmica de desenvolvimento significativo na organização das lutas, considerando que, em sua estrutura, estão inseridos, além dos tradicionais sindicatos urbanos, os movimentos populares urbanos e rurais, estudantil e de lutas contra as opressões.

No mesmo ano de surgimento da CSP-Conlutas, inicia-se uma retomada da organização de greves e intensificam-se as manifestações populares. Os dados sobre o número de greves surpreendem, visto que são comparáveis apenas aos números dos anos de 1980. As manifestações de rua trazem ao debate público diversos temas, desde a luta por mais investimento nas áreas sociais, em especial a educação, saúde e transporte, como pautas relativas aos direitos das minorias.

Assim, o ano de 2013 tornou-se emblemático devido à ocorrência das maiores manifestações espontâneas da história do país. Entretanto, a eclosão de manifestações e greves esporádicas e fragmentadas não são suficientes para romper com a sociabilidade baseada na exploração e na opressão. Torna-se necessária uma organização permanente para a unificação dos diversos segmentos que traduzem as lutas contra o capitalismo. Desta forma, ao analisar a reorganização sindical e popular expressa pela CSP- Conlutas teremos como foco avaliar como se desenvolve o “campo popular” no interior da Central, pois avaliamos que esta questão necessita ser mais analisada e julgamos que, no conjunto da proposta de reorganização, este aparece como o ponto mais inovador desde modelo de central sindical.

Ao descrever essas linhas gerais, que serão melhor desenvolvidas ao longo do trabalho, indicamos os principais pontos de preocupação na abordagem do objeto de reflexão.

O método de estudo teórico estará alicerçado na compreensão da realidade desenvolvida por Marx e Engels, bem como pelos autores da tradição marxista, que carregam um legado para uma apreensão da realidade social nas suas determinações

fundantes, quais sejam, a estruturação de padrões de acumulação e de sistemas de regulação social que conformam uma sociabilidade marcada pela exploração e pela opressão da classe trabalhadora. Partimos do entendimento de que, para nos aproximarmos da compreensão de um fenômeno, é preciso detê-lo em sua dimensão histórica e em seu processo de desenvolvimento, através de método investigativo que o trate como totalidade, de maneira dialética e estruturada. O método é uma relação necessária pela qual o sujeito pode reproduzir, no pensamento, o movimento do objeto investigado para, assim, apreender o movimento constitutivo do ser social.

O esforço do pesquisador deve ser de compreender a dimensão histórica do fenômeno e compreendê-lo em seu processo de desenvolvimento. O pesquisador precisa ter um grau máximo de criticidade que lhe permita analisar aquela temática estabelecendo diversas conectividades com o contexto mais geral. A postura do pesquisador deve, portanto, levá-lo a um processo contínuo de investigação, num exercício permanente de reflexão, a fim de buscar apropriar do real em seus elementos mais complexos.

É com este farol analítico que procuramos, a partir da compreensão teórica das transformações gerais do capitalismo mundial e seus desdobramentos na realidade do capitalismo periférico, como o brasileiro, buscar apreender as particularidades destas transformações e seus impactos na organização sindical dos trabalhadores na realidade brasileira. Para a apreensão destes processos, recorrerei à obras clássicas da tradição marxista e marxiana sobre algumas categorias centrais que conformam a estruturação e desenvolvimento do modo capitalista de produção, como: a Lei Geral de Acumulação; os aspectos que determinam as crises capitalistas; as mudanças nos padrões de acumulação e de regulação social, que são desenvolvidas como ofensivas do capital à suas crises – como o padrão fordista – keynesiano e o da acumulação flexível e seus correspondentes regimes de regulação social-democrata e neoliberal.

Os impactos do desenvolvimento do capitalismo e das transformações como respostas às suas crises, acima expostas, serão, particularmente, tratadas com relação aos processos de organização sindical dos trabalhadores. Faremos, nesse sentido, um resgate das características que conformaram o nascimento e desenvolvimento dos sindicatos ao longo do século XIX e suas novas configurações nos contextos das respostas do capital às suas crises citados anteriormente.

Para compreender a fase atual do sindicalismo mundial resgataremos o histórico de desenvolvimento e das táticas utilizadas ao longo do século XX para, neste contexto,

analisarmos as transformações na prática sindical produzidas com a reestruturação produtiva e o neoliberalismo. A relação da situação mundial do sindicalismo será importante para estabelecer paralelos com o momento atual do sindicalismo no Brasil, em que procuraremos destacar as particularidades históricas de sua formação e os impactos das ofensivas do capital.

Devido, portanto, à intensificação das mobilizações sociais, refletidas no aumento do número de greves e em outras formas de manifestações da juventude e dos trabalhadores, o momento atual deve ser encarado como oportuno para se estudar como vem se desenvolvendo a reorganização política e sindical. Dessa forma, por compreender a reorganização construída a partir da CSP-Conlutas como um caminho fundamental para aglutinar os trabalhadores em torno de um projeto emancipatório buscamos avaliar a possibilidade de avanços produzidos pelos elementos da atual conjuntura política nessa entidade.

A proposta da CSP-Conlutas em organizar, desde os sindicatos urbanos e rurais aos movimentos de luta pela terra, sejam camponeses sem-terra, indígenas ou quilombolas, incorporando movimentos urbanos de luta por moradia, cultura popular e de combate as opressões (machismo, racismo e lgbtfobia), tornou-se principal novidade no espectro dos movimentos sociais classistas e combativos à ordem do capital nos últimos anos. No processo de desenvolvimento da pesquisa, percebemos que, a respeito da CONLUTAS e da CSP-Conlutas, só haviam sido, até então, produzidos estudos referentes aos motivos do seu surgimento em debates com o movimento de cooptação e apassivamento da CUT. Assim, avaliamos ser essencial esse elemento para compreender os motivos de surgimento, primeiramente, da Conlutas e, em seguida, da CSP-Conlutas. Ou seja, analisar a história da CUT, seus primeiros anos, seus princípios e formas de atuação e luta etc. contribui para a compreensão do ponto de partida da proposta da nova Central.

Entretanto, observamos a existência de uma lacuna nos estudos a respeito desta experiência - justamente, aquilo que julgamos ser o aspecto mais inédito por ela apresentado: o seu caráter popular. Consideramos, assim, que nosso trabalho não esgota a apreensão dos diversos elementos que se apresentam a partir desta proposta. Pelo contrário, sabemos que, neste momento, nosso papel perpassa por suscitar ao debate os elementos de desenvolvimento da experiência popular na Central, a fim de contribuir nos estudos a respeito da reorganização da classe trabalhadora brasileira, levando em

consideração os desafios e limites colocados frente ao novo modelo organizativo proposto.

Procuramos, portanto, evidenciar diversas questões levantadas através da inserção dos movimentos populares na CSP-Conlutas e, para isso, recorreremos aos documentos fundacionais da Conlutas, ainda em 2006, como forma de compreender a fundamentação inicial do debate, bem como buscamos acesso aos dados mais atuais de estruturação da CSP-Conlutas, de modo a analisar o processo de desenvolvimento de tal proposta.

Buscaremos analisar através dos documentos congressuais, dos relatórios das reuniões da Coordenação Nacional, dos setoriais de Mulheres, Negras e Negros, Campo, Movimento Popular e LGBT, quais têm sido as condições atuais do desenvolvimento do campo popular na CSP-Conlutas. O foco da reflexão é acompanhar como tem ocorrido a inserção de tais movimentos na Central, os principais avanços, as limitações, a aprovação e aplicação de proposta, a influência sobre outras organizações do movimento popular, assim como, a organicidade de funcionamento também nos estados e municípios; as principais dificuldades e limitações que têm sido impostas hoje para esses movimentos.

É este fio de sistematização que conformará o caminho reflexivo para a apreensão das características centrais da constituição das lutas sindicais no cenário nacional. Para isso, contamos, previamente, com uma vasta produção bibliográfica acumulada, especialmente os estudos de Ricardo Antunes(1982,1995,2009,2011), Marcelo Badaró Mattos(2009,2014), Giovanna Alves(2010,2011,2015), entre outros.

Nossa hipótese é que, apesar da CSP-Conlutas pelo seu perfil classista, independente e de enfrentamento sistemático aos governos e às frações das classes dominantes ter se consolidado, nestes últimos anos, como alternativa à esquerda frente à crise do movimento sindical, o seu desenvolvimento ainda é limitado pela influência da política petista nos movimentos sociais, e contraditoriamente, mesmo rompendo com o modelo tradicional de central sindical, reproduz, em certa medida, os seus vícios.

Desde sua fundação, a CSP-Conlutas vem apresentando avanços e uma diversificação em sua composição, tanto em relação à novas filiações de oposições, sindicatos e movimentos, quanto a incorporações de outras correntes político-partidárias. Entretanto, ainda se apresenta muito limitada para se caracterizar como a consolidação de um projeto Sindical e Popular.

Para construirmos os conteúdos e argumentos referenciados à hipótese formulada, recorreremos a análises documentais por meio das informações catalogadas das reuniões das instâncias deliberativas da Central, dos materiais de campanhas, das teses e resoluções congressuais, assim como dos demais documentos produzidos pelas organizações partidárias, sindicais e populares que compõem a central. Também foram realizadas entrevistas com lideranças dos setoriais do campo popular e de combate as opressões (popular, campo, LGBT, mulheres, negras e negros) da coordenação nacional da CSP- Conlutas. Nas entrevistas e na análise documental, procuramos identificar como ocorreu a incorporação dos movimentos populares urbanos e rurais e de luta contra as opressões, a atuação desse campo popular, o seu desenvolvimento e espaço que ocupa na entidade do período de sua fundação aos dias atuais.

Subsidiará nossas reflexões sobre estas questões os estudos e pesquisas já realizadas, como as de Andréa Galvão (2009,2013,2014) Patrícia Trópia(2013) e Paula Marcelino(2013); as dissertações de Mário Costa de Paiva Guimarães Júnior(2016) e de Tatiana Gonçalves(2014), dentre outros.

Capítulo I – A questão sindical nas crises e nas transformações dos padrões de acumulação e regulação do capital

1- A condição estrutural da “questão social”

Na sociedade capitalista, a realização do trabalho, ou seja, a intervenção dos indivíduos na natureza, mediada por conhecimentos, técnicas e meios de produção, ocorre de uma forma particular, com intenção de obter um produto que atenda a uma determinada necessidade. Neste sistema econômico, aqueles que produzem a riqueza através desta interação não possuem o produto final de seu trabalho. Assim, alcançou-se o desenvolvimento dos meios de produção que possibilitaram o aumento da criação da riqueza social, porém, dado o controle privado dos meios de produção, a desvalorização dos trabalhadores ocorre de forma direta ao incremento da produção de riqueza, como Marx nos demonstra:

“[...] o trabalhador baixa à condição de mercadoria e à de mais miserável mercadoria, que a miséria do trabalhador põe-se em relação inversa a potência e à grandeza de sua produção, que o resultado necessário da concorrência é a acumulação de capital em poucas mãos [...] toda sociedade tem de ser decompor-se nas duas classes dos proprietários e dos trabalhadores sem propriedade. [...] O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder de extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria (MARX, 2004a, p.79-80).

Através do desenvolvimento das forças produtivas, portanto, a produção material da riqueza, em comparação aos modos de produção anteriores, atinge o auge¹. A burguesia revoluciona a técnica e a grande indústria transforma o comércio mundial, integrando as diversas regiões produtoras e permitindo o consumo de matérias-primas dos mais longínquos territórios. Contudo, apesar do desenvolvimento da produção permitido pelo rompimento com o modo de produção da sociedade feudal, a apropriação privada da riqueza revela a principal contradição do sistema capitalista. Como a produção não ocorre para o atendimento das necessidades imediatas dos produtores, tendo seu objetivo efetivado na troca, os trabalhadores são defrontados com a condição de alienação frente ao produto de seu trabalho.

¹Como bem elucida Netto (2001, p.42), o desenvolvimento do modo de produção capitalista esteve organicamente associado à emergência da “questão social”: “Pela primeira vez na história registrada, a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riqueza. [...] Se nas formas de sociedades precedentes à sociedade burguesa, a pobreza estava ligada a um quadro geral de escassez, agora ela se mostrava conectada a um quadro geral tendente a reduzir com força a situação de escassez.”

[...] o objeto que o trabalho produz, o seu produto, se lhe defronta como um ser estranho, como um poder independente do produtor. [...] a objetivação como perda do objeto e servidão ao objeto, a apropriação como estranhamento, como alienação” (MARX, 2004a, p.80)

A partir da análise da lei geral de acumulação capitalista, expressa no Capítulo XXIII da obra “O Capital”, Karl Marx fundamentou, teoricamente, a lógica intrínseca do processo de produção e circulação das mercadorias e do processo de desenvolvimento do pauperismo nas áreas urbanas-industriais da Inglaterra do século XIX.

No modo de produção capitalista, as relações sociais de produção estão inscritas e objetivadas no caráter privado dos meios de produção:

“[...]as relações sociais de produção alteram-se, transforma-se com a modificação e o desenvolvimento dos meios materiais de produção, das forças produtivas. Em sua totalidade, as relações de produção formam o que se chama relações sociais: a sociedade e, particularmente, uma sociedade num determinado estágio de desenvolvimento histórico, uma sociedade com uma caráter distintivo particular [...] O capital também é uma relação social de produção, relação de produção da sociedade burguesa” (MARX, 1980, p.68).

O capital, enquanto força social concentrada, só pode se desenvolver na produção das mercadorias, ao passo em que essa produção só pode ocorrer na conjugação de dois elementos: os meios de produção e a força de trabalho. As relações de produção que compõem o capital são definidas na composição orgânica, a qual divide-se na proporção de um capital constante (máquinas, ferramentas, edifícios, etc.) e de capital variável (os trabalhadores assalariados).

Marx, ao estudar a composição orgânica do capital, identifica sua tendência de alterar a proporção entre o capital constante e o capital variável. A busca pela diminuição do capital variável é um processo constitutivo do modo de acumulação, induzido pelo avanço da técnica e tendo como objetivos o incremento da produção de mercadorias e a intensificação da extração de mais-valia. A produção de uma superpopulação relativa, excedente de mão de obra, é consequência direta dessa dinâmica do capital:

“Essa mudança na composição técnica do capital, o aumento da massa nos meios de produção, comparada com a massa da força de trabalho que os vivifica, reflete-se na composição do valor do capital, com o aumento da parte constante à custa da parte variável. Se, por exemplo, originalmente se despende 50% em meios de produção e 50% em força de trabalho, mais tarde, com o desenvolvimento da produtividade do trabalho, a percentagem poderá ser de 80% para os meios de produção e

de 20% para a força de trabalho, e assim por diante” (MARX, 2001, p.726).

Os salários só representam uma pequena parcela da riqueza socialmente produzida, sendo apenas a parcela transferida aos trabalhadores ao final do processo produtivo. Tais valores representam a quantidade suficiente para o atendimento das necessidades de subsistência dos operários e de sua família. Desta forma, o todo da riqueza socialmente produzida, que não será paga ao trabalhador, será incorporada pelo dono dos meios de produção na forma de mais-valia. São duas as formas de produção de mais-valia: uma que decorre da elevação do tempo absoluto de trabalho, ou com a intensificação das rotinas de produção; outra que se realiza pelo incremento de máquinas na produção, provocando um aumento da produtividade do trabalho, caracterizado pela mais-valia relativa. A procura individual dos capitalistas pela intensificação da obtenção de mais-valia se materializa no aumento de investimento em maquinários e em novas técnicas de produção. Esse movimento terá como reflexo direto o aumento da produtividade, redução do custo de produção e o incremento da taxa de mais-valia relativa. Para os trabalhadores, a piora no nível de vida será uma consequência da modificação da composição orgânica do capital, traduzindo em intensificação da exploração no trabalho e aumento do desemprego.

Nas duas formas de realização da mais-valia, os trabalhadores estarão em desvantagem, pois, seja com aumento de sua jornada, seja na substituição desta por máquinas, criam-se as condições de concentração do capital e, conseqüentemente, de empobrecimento absoluto e relativo dos trabalhadores. Marx, ao afirmar que pela condição do resultado do trabalho não pertence à aquele que o produziu (o trabalhador), será o meio que define a relação alienada da produção nas relações sociais de capitalista.

A primeira preocupação de Marx foi em identificar o processo de constituição do valor do salário, ou o valor do trabalho. O exercício de reflexão da construção da teoria do valor do trabalho, efetuado por Marx, parte da teoria do valor das mercadorias, uma vez que a força de trabalho, no modo de produção capitalista, é vendida como mercadoria, demandando valores para sua produção e reprodução. Marx baseia-se na ideia de que toda mercadoria precisa ter um valor igual à de outra mercadoria para que se efetive sua troca no mercado. É necessário, assim, determinar alguma medida que unifique todas as mercadorias para possibilitar a troca de mercadorias distintas. A produção de mercadorias deriva de relações sociais de produção, portanto, Marx

identificou que não será uma característica física ou natural que definirá a grandeza de valor necessária para igualar distintas mercadorias no processo de troca. Nesse sentido, o que irá unificar as mercadorias e possibilitar essas trocas será a característica social comum a todas elas: qual é a substância social comum a todas as mercadorias? É o trabalho. Para produzir uma mercadoria, deve-se investir nela ou a ela incorporar uma determinada quantidade de trabalho. (MARX, 1980, p.350). O valor de troca para cada mercadoria, será a quantidade incorporada de trabalho socialmente necessário para sua produção. O tempo médio socialmente necessário à produção de uma determinada mercadoria será definido pelo tempo de sua produção. Este quantum será de acordo com as condições históricas e sociais do desenvolvimento das forças produtivas: “Os valores das mercadorias estão na razão direta do tempo de trabalho incorporado em sua produção e não na razão inversa das forças produtivas do trabalho empregado” (MARX, 1980, p.355). Para determinar o preço, Marx afirma: “o preço não é outra coisa senão a expressão em dinheiro do valor”. Sendo assim, respeitadas as oscilações, “os preços de mercado representam apenas a ‘quantidade média de trabalho social’, que, em condições médias de produção, é necessária para abastecer o mercado com determinada quantidade de certo artigo” [...] (MARX, 1980, p.356).

Ao analisar o valor das mercadorias, Marx procura a explicação para o valor da força de trabalho - mercadoria esta que o trabalhador dispõe para oferecer no mercado. Este trabalho, ou esta força de trabalho, da mesma forma que qualquer outra mercadoria, também possui um valor ou um preço, que é a expressão monetária deste valor. Este valor, como de qualquer outra mercadoria, será expressão da quantidade de trabalho para sua produção (MARX, 1980, p.359).

No caso da força de trabalho, os meios para sua produção são determinados pelos meios de subsistência que garantam a reprodução física do trabalhador. A força vital, que é vendida todos os dias ao capitalista, precisa ser renovada diariamente, como também, precisa este trabalhador garantir meios suficientes de sobrevivência para as novas gerações da classe dos trabalhadores, conferindo meios básicos de reprodução da vida de sua família. Sendo a definição do valor da força de trabalho pelos bens necessários à sua reprodução e como não há uma homogeneidade na classe trabalhadora quanto às suas carências para suprir essas necessidades, haverá distintos preços no mercado para a força de trabalho. O trabalhador, ao vender a sua força de trabalho, vende por um determinado período e tudo aquilo que é produzido pertence ao proprietário da força de trabalho, o capitalista. A remuneração do trabalhador, o seu

preço, o valor dos meios de sua subsistência é o suficiente para sua a reprodução vital. Contudo, “a quantidade de trabalho que serve de limite ao valor da força de trabalho do operário não limita de modo algum a quantidade de trabalho que sua força pode executar” (MARX, 1980 p.360). Todo valor produzido necessário para subsistência do trabalhador é inferior àquilo que ele produz no tempo que vende sua força de trabalho. Em síntese, este constitui o valor não pago, a mais-valia:

Esse tipo de intercâmbio entre o capital e o trabalho é que serve de base à produção capitalista, ou ao sistema de trabalho salariado, e tem que conduzir, sem cessar, à constante reprodução do operário como operário e o do capitalista como capitalista. (MARX, 1980, p.361)

Pelo fato do salário não representar todos os valores produzidos, o proprietário dos meios de produção está expropriando o trabalhador, uma vez que este produz, em um determinado período de tempo, valores suficientes para a reprodução de sua força de trabalho, entendendo que o valor pago por seu trabalho representa todo o valor produzido da sua força de trabalho. Este caráter da relação assalariada de produção tende a ocultar a exploração e espoliação imposta aos trabalhadores no recebimento de salários. Como demonstra Marx:

“Ainda que só se pague uma parte do trabalho diário do operário, enquanto a outra parte fica sem remuneração, e ainda que este trabalho não remunerado ou sobre-trabalho seja precisamente o fundo que se forma a mais-valia ou lucro, fica parecendo que todo o trabalho é trabalho pago” (MARX, 1980, p.362).

Na relação de trabalho, o valor não pago é incorporado na mercadoria e torna-se o objeto de disputa entre trabalhadores e capitalistas.

“O salário conforme vimos, pressupõe sempre, por sua natureza, o fornecimento de determinada quantidade de trabalho não-pago por parte do trabalhador. [...] um acréscimo salarial significa, na melhor das hipóteses, apenas a redução quantitativa do trabalho gratuito que o trabalhador tem de realizar. Essa redução nunca pode chegar ao ponto de ameaçar a existência do próprio sistema” (MARX, 2001, p.722)

Os embates entre os proprietários da força de trabalho e o dos meios de produção em torno da mais-valia se expressam no valor do salário, na jornada de trabalho e na composição do capital constante. Para Marx, tanto se referem na diminuição ou aumento da produtividade do trabalho, na depreciação do “valor dinheiro”, ou nas alterações dos ciclos econômicos (crise, estagnação, superprodução, prosperidade etc). A seguir, faremos considerações destas duas situações: produtividade do trabalho e intensidade da jornada.

“Quando os trabalhadores descobrem que, quanto mais trabalham, mais produzem riquezas para outros, quanto mais cresce a força produtiva de seu trabalho, mais precária se torna sua função de meio

de expandir o capital; quando veem que a intensidade da concorrência entre eles mesmos depende totalmente da pressão da superpopulação relativa; quando, por isso, procuram organizar uma ação conjunta dos empregados e desempregados através dos sindicatos etc., para destruir ou enfraquecer as consequências ruinosas daquela lei natural da produção capitalista sobre sua classe, então protestam em altos brados o capital e seu defensor, o economista político, contra a violação da “eterna” e, por assim dizer, sacrossanta lei da oferta e da procura. Todo entendimento entre empregados e desempregados perturba o funcionamento puro dessa lei.” (MARX, 2001, p.744).

A diminuição de produtividade geral da sociedade ocasiona o aumento do valor dos artigos de primeira necessidade. Como estes são vitais para a reprodução da força de trabalho, o trabalhador, neste caso, tem uma piora de sua condição de vida. Com o aumento da produtividade geral do trabalho, o valor dos artigos de primeira necessidade é reduzido e o tempo de trabalho necessário para a produção também. De imediato, este cenário não impactaria na redução salarial, e, sim, na possibilidade de aumento da acumulação de taxas de mais-valia, visto que, pela redução do valor da força de trabalho, obter-se-ia maiores lucros.

Portanto, a busca geral dos capitalistas é pela dilatação do tempo de trabalho como medida para forçar o incremento do valor não pago. Como consequência, as primeiras lutas dos trabalhadores eram dirigidas para a redução do tempo de trabalho como meio de recuperação da força de trabalho ou de realização das fruições humanas fora das relações de produção:

“O homem que não dispõe de nenhum tempo livre, cuja vida, afora as interrupções puramente físicas, do sono, das refeições etc. está toda ela absorvida pelo seu trabalho para o capitalista, é menos que uma besta de carga”. [...] toda a história da moderna indústria demonstra que o capital, se não se lhe impõe um freio, lutará sempre, implacavelmente e sem contemplações, para conduzir toda a classe operária a este nível de extrema degradação (MARX, 1980, p.371).

Em contraposição à restrição do tempo de trabalho pela grande indústria pelas mobilizações operárias, a intensificação do trabalho torna-se uma medida estabelecida pelo capitalista para compensar a redução do tempo absoluto de trabalho. Assim, a intensificação do trabalho, com aumento das rotinas de produção e mais funções na produção, tem como objetivo superar a redução do tempo de trabalho. Assim, também a forma de extração da mais-valia relativa torna-se, para os trabalhadores, mais um ponto de luta e resistência contra a depreciação de suas condições de vida imposta pelo desejo de ganhos de lucratividade do capital.

Dos conflitos gerados pela dinâmica dos interesses opostos, os operários conseguiram restringir a jornada de trabalho e aumentar os salários, todavia, para os

capitalistas, a saída sempre foi investir na parcela de capital constante em relação ao capital variável (MARX, 2001, p.727). Esta estratégia foi sempre utilizada quando o valor do trabalho aumentava próximo ao limite do custo de produção, tendo por consequência a criação de uma população excedente, o chamado exército industrial de reserva (MARX, 2001, p.732) – pela redução do contingente de trabalhadores empregados e pelo barateamento do valor da força de trabalho.

Os mecanismos intrínsecos de produção e reprodução das desigualdades sociais, elucidados por Marx em sua análise da lei geral de acumulação do capitalismo, forja os elementos para a constituição da luta política da classe trabalhadora. Portanto, o capitalismo cria as condições sociais favoráveis para que a classe assalariada articule, a partir de suas lutas, o questionamento aos mecanismos da acumulação do capital. Desta maneira, Marx e Engels se detiveram na análise para compreender a importância das ações desenvolvidas pelo movimento sindical ao questionamento da ordem burguesa.

A partir desta breve exposição das relações sociais de produção capitalistas trataremos, a seguir, das elaborações clássicas sobre a organização sindical e do histórico de construção dos movimentos revolucionários.

1.1 As reflexões de Marx e Engels sobre a organização sindical

Friedrich Engels, ao observar o processo de pauperização apresentado no livro “A situação da classe trabalhadora na Inglaterra”, evidencia as consequências do desenvolvimento das relações sociais de produção no capitalismo. Descreve que a introdução das máquinas a vapor na indústria opera uma verdadeira revolução, inaugurando a história da classe trabalhadora (ENGELS, 2013, p.45). A partir deste evento, diversos elementos são destacados: aumento da produção, criação de um mercado mundial, relação de trabalho assalariado, exército industrial de reserva, oscilação dos preços de salário e dos itens básicos de subsistência, a condição de exploração e miséria dos trabalhadores etc.

Com a posse dos meios de produção, a burguesia determina as condições e formas de utilização da força de trabalho. Essa condição favorável para a classe dominante e a *concorrência que impera na moderna sociedade burguesa* (ENGELS, 2013, p.117) produz, como efeito, a superpopulação relativa. A busca individual por um emprego impõe aos trabalhadores uma competição que a eles não é vantajosa: “[...] essa concorrência entre os trabalhadores, no entanto, é o que existe de pior nas atuais condições de vida do proletariado: constitui a arma mais eficiente da burguesia em sua

luta contra ele” (ENGELS, 2013, p.118). Marx, por sua vez, ao descrever a negociação individual entre o capitalista e o operário, demonstra o porquê de ser necessário combater tal competição: “[...] o operário é forçado a aceitar, quando o capitalista trata com cada operário isoladamente e lhe impõe um baixo salário, explorando a miséria excepcional do operário isolado, independente da relação geral entre oferta e procura” (AGUENA, 2008, p.63).

Foi apenas em 1824 que os trabalhadores puderam ter direito à livre associação, conquistada pela organização de greves e manifestações, por meio da organização clandestina em associações secretas. Em pouco tempo, como indica Engels, os sindicatos se organizaram para proteger o operário isolado em vários setores industriais ingleses e não foram poucas as iniciativas de articular sindicatos de várias localidades em uma federação nacional.

Para Marx, a associação dos trabalhadores possuía um duplo objetivo. Primeiramente, aparecia no ato de combate à concorrência entre os próprios trabalhadores para, posteriormente, negociar em outro patamar de igualdade com os capitalistas. Contudo, no capitalismo, os sindicatos, para além da autodefesa econômica do proletariado, assumem inevitavelmente um caráter político.

“A coalizão, pois, tem sempre um duplo objetivo: fazer cessar entre elas a concorrência, para poder fazer uma concorrência geral ao capitalista. Se o primeiro objetivo da resistência é apenas a manutenção do salário, à medida que os capitalistas, por seu turno, se reúnem em um mesmo pensamento de repressão, as coligações, inicialmente isoladas, agrupam-se e, em face do capital sempre reunido, a manutenção da associação torna-se para elas mais importante que a manutenção do salário. [...] Nessa luta – verdadeira guerra civil – reúnem-se e se desenvolvem todos os elementos necessários para uma batalha futura. Uma vez chegada a esse ponto, a associação adquire um caráter político” (MARX, 2009, p.189).

A formação e o desenvolvimento da consciência de classe foram possibilitados pelas experiências comuns compartilhadas por uma grande concentração de trabalhadores nas fábricas, que para além da exploração comum, possuíam semelhanças nas suas condições de vida:

A dominação do capital criou para essa massa uma situação comum, interesses comuns. Essa massa, pois, é já, face ao capital, uma classe, mas ainda não é para si mesma. Na luta, de que assinalamos algumas fases, essa massa se reúne, se constitui em classe para si mesma. Os interesses que defende se tornam interesses de classe. Mas a luta entre classes é uma luta política (MARX, 2009, p.190).

Marx nota que a força política do proletariado está no seu papel desempenhado na produção, e sua organização através dos sindicatos deveria efetivar essa potência. As

determinações objetivas e a vantagem numérica, associadas à organização coletiva, carregavam o germe da possibilidade de articulação da unidade mundial dos trabalhadores. A partir da compreensão de que as associações coletivas de uma massa de indivíduos com consciência dos seus interesses poderiam servir para uma transformação revolucionária da sociedade, ao passo em que, também, poderiam limitar suas forças às saídas mais imediatas das batalhas econômicas, Marx faz um alerta:

“Ao mesmo tempo, e ainda abstraindo totalmente a escravidão geral que o sistema do salariado implica, a classe operária não deve exagerar a seus próprios olhos o resultado final destas lutas diárias. Não deve esquecer-se de que a luta contra os efeitos, mas não contra as causas desses efeitos; que logra conter o movimento descendente, mas não fazê-lo mudar de direção; que aplica paliativos, mas não cura a enfermidade.” (MARX, 1980, p.377)

A intensificação das greves, manifestações e revoltas sinalizam para Marx que o movimento sindical carrega o embrião da luta política dos trabalhadores, bem como que estas ações podem desenvolver em núcleos de resistência à tendência de intensificação e desvalorização da força de trabalho:

“Formaram-se coalizões permanentes, trade unions que servem de baluarte aos operários em suas lutas contra os patrões. [...] A formação dessas greves, coalizões e trade-unions caminha simultaneamente às lutas políticas dos trabalhadores, que hoje constituem um grande partido político, sob a denominação de cartistas” (MARX, 2009, p.189).

Entretanto, o movimento sindical executa, geralmente, lutas por elevação de salário, por melhores condições de trabalho, o que não as faz, necessariamente, de superação da sociabilidade do capital, podendo, inclusive, desempenhar a legitimação e conservação da sociedade de classes. Por isso, Marx indicava a sua preocupação, visto que a organização sindical “luta contra os efeitos; mas não contra as causas desses efeitos; que logra conter o movimento descendente, mas não fazê-lo mudar de direção; que aplicam paliativos, mas não cura a enfermidade”. (MARX, 1980, p.377)

Marx apresenta, assim, as limitações que existem na luta da contenção das iniciativas do capital, o que não liberta os trabalhadores da condição de exploração, dificultando colocar a classe oprimida em curso para a luta pela superação das classes sociais, condição necessária para a emancipação da humanidade.

“A condição da libertação da classe laboriosa é a abolição de toda a classe, assim com a condição de libertação do terceiro estado, da ordem burguesa, foi abolição de todos os estados e de todas as ordens”. [...] o antagonismo entre o proletariado e a burguesia é a luta de uma classe contra a outra, luta que, levada à sua expressão mais alta, é uma revolução total. (MARX, 2009, p.191)

Mesmo ao delimitar os limites das ações da luta sindical, Marx pondera que “se em seus conflitos diários com o capital cedessem covardemente, ficariam os operários, por certo, desclassificados para empreender outros movimentos de maior envergadura (MARX, 1980, p.377)”.

“A classe operária deve saber que o sistema atual, mesmo com todas as misérias que lhe impõe, engendra simultaneamente as condições materiais e as formas sociais necessárias para reconstrução econômica da sociedade. Em vez do lema conservador de: “Um salário justo por uma jornada justa!” deverá inscrever na sua bandeira esta divisa revolucionária: abolição do sistema de trabalho assalariado.” (MARX, 1980, pgs.377-8)

No período analisado por Marx e Engels de surgimento e desenvolvimentos dos sindicatos, já era uma preocupação dos revolucionários a possibilidade de limitação do horizonte da atuação dos sindicatos para apenas as lutas econômico-corporativas, em detrimento da concentração de força para empreender a abolição das relações sociais de produção do capital. Marx tem a compreensão de que os sindicatos poderiam servir tanto para destruição como, também, para a manutenção da ordem do capital. Desta maneira, portanto, Marx não se furtou das polêmicas no interior do movimento operário, intervindo para estabelecer uma concepção baseada na abolição do sistema de trabalho assalariado.

A revolta dos operários contra a burguesia seguiu de perto o desenvolvimento da indústria e atravessou diversas fases. A primeira forma, a mais bruta e estéril que essa revolta assumiu, foi o crime. Rapidamente, porém, os operários verificaram que o roubo não servia para nada. Os “delinquentes”, com suas ações, protestavam contra a ordem existente e de forma isolada, individual; e todo o poder da sociedade se abatia sobre o indivíduo, esmagava-o com sua enorme potência (ENGELS,2013, p.248). A classe dos assalariados deu início à sua oposição à burguesia quando se rebelou violentamente contra a introdução das máquinas. A ação desempenhada pelos ludistas de destruí-las apresentava-se como uma forma bem limitada de resposta aos problemas crescentes do desemprego e de suas consequências.

Após o fortalecimento das manifestações e das greves, em 1824, foi, então, reconhecido aos trabalhadores o direito à liberdade de livre associação. Em pouco tempo, como indica Engels (2013), vários sindicatos se organizaram para proteger o operário isolado em diversas cidades industriais inglesas. Neste momento, portanto, as *trade-unions* se consolidam como ferramentas para organizar as negociações salariais.

Outro movimento de destaque foi o cartismo, que, além de desenvolver ações no âmbito das reivindicações econômicas, teve papel relevante nas iniciativas na política partidária. A “Carta ao Povo” endereçada ao parlamento inglês apontava as demandas políticas dos trabalhadores, como a defesa do direito ao voto e, conseqüentemente, dos trabalhadores possuírem representantes no parlamento, exigindo os direitos trabalhistas pelar iniciativa da “Carta Constitucional”.

É na segunda metade do século XIX, a partir dos embates produzidos pelas Revoluções de 1848, que se coloca para os trabalhadores um novo estágio da luta política. Os eventos do período representam a tomada de consciência do proletariado como classe para si, reivindicando seu projeto sociopolítico em contraposição à burguesia. É nesse contexto que Marx e Engels são encarregados de redigir o Manifesto do Partido Comunista.

O Manifesto surge com a redação do programa a Liga dos Comunistas, texto que apresenta os princípios da luta revolucionária para a tomada do poder. Ao finalizar a redação do Manifesto do Partido Comunista, Marx e Engels apresentam a necessidade de união de todos os proletários do mundo, indicando que a superação da exploração capitalista não ocorrerá se for somente dentro das fronteiras nacionais, havendo a necessidade do internacionalismo.

A crise econômica de 1857, a guerra de independência italiana, em 1859, e a Guerra Civil nos Estados Unidos produziram uma intensificação na agitação política da classe operária (SAGRA,2010, p.13). Destes processos de luta, foram gestadas experiências organizativas para que, em 1864, após várias ações de solidariedade e trocas de experiências, ocorresse na Bélgica à fundação da I Internacional, ou como também ficou conhecida a Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT). Esta seria a primeira tentativa de unificar, em uma frente internacional, partidos e associações de trabalhadores para afirmar a tese internacionalista do Manifesto de superação do capitalismo.

Contudo, devido à derrota da Comuna de Paris, se intensificou, entre os comunistas e os anarquistas, polêmicas de concepções da I Internacional. Marx, principal interlocutor dos comunistas, defendia que, para o êxito da luta revolucionária, era fundamental a criação de um conselho geral de representantes com membros de cada país, os quais teriam o papel de elaborar as políticas gerais da Internacional. Esta proposta foi rechaçada pelos anarquistas, que viam a medida como forma de controlar e burocratizar a organização. Em 1878, devido a outras divergências, a AIT foi dissolvida.

Ainda assim, a I Internacional demonstrou um amadurecimento da organização dos trabalhadores e, com isso, impulsionou ganhos políticos em vários países. Mas, sem dúvida, a maior conquista da AIT foi a prova da viabilidade da unidade internacional dos trabalhadores, definido como internacionalismo proletário.

Apesar do fim da AIT, o movimento sindical seguiu desenvolvendo lutas e obtendo conquistas, como, por exemplo, a redução da jornada de trabalho, férias e outros direitos. O acúmulo de experiências e os acertos políticos, fazem com que, no final do século XIX, os partidos socialistas passem por um processo de amplo desenvolvimento. Em vários países da Europa, tais organizações se consolidam como horizonte político-institucional para os trabalhadores e, na Alemanha, atinge números significativos de filiados e eleitores.

Após o falecimento de Marx, em 1883, Friedrich Engels desempenha um papel muito importante na formação da II Internacional, ou Internacional Socialista². Tendo como princípio a expropriação dos meios de produção da burguesia, esta organização unificava os partidos socialistas de cada nação em uma frente internacional.

As crises econômicas no final do século XIX intensificaram as mobilizações sociais, que contribuíram para o fortalecimento, no plano da política parlamentar, dos partidos socialdemocratas. Através do maior enraizamento na classe operária, o Partido Socialdemocrata alemão obteve vitórias eleitorais, conseguindo eleger importantes bancadas parlamentares. Constatada a viabilidade eleitoral desses partidos, gesta-se no interior da Internacional a polêmica entre a saída revolucionária ou a reformista. O partido alemão foi o principal expoente dessa polêmica e, devido ao seu peso e importância, tinha condições de exercer influência sobre toda a Internacional.

As condições materiais dos grandes monopólios, assim, obtidas através dos “grandes lucros extraídos da exploração dos países coloniais e semicoloniais permitiram às grandes potências dar algumas migalhas a seus trabalhadores” (SAGRA, 2010, p.29). Desta maneira, graças à concessão de ganhos ao operariado, o ideário reformista se fortaleceu na Internacional Socialista, passando a ter influência na concepção sindical de toda a Europa. A Primeira Guerra Mundial foi o evento determinante para quebra do internacionalismo proletário por uma parte dos partidos socialdemocratas da II Internacional, indicando que a degeneração destes partidos era irreversível. Os partidos

²“A II Internacional, diferentemente da I Internacional, não foi uma frente única entre organizações operárias, mas uma federação de partidos socialdemocratas, alguns dos quais tinham peso de massas, e todos eles se reivindicavam marxistas” (SAGRA, 2010, p.25).

européus, convencidos da possibilidade de reformar o capitalismo, votaram abertamente, em seus parlamentos, pela posição favorável à guerra. Esta medida, colocava em xeque a solidariedade internacional de classe, estabelecendo um enfretamento do proletariado de várias nações pelos interesses das burguesias nacionais. Desta esta forma, o setor revolucionário da Internacional, preservando os princípios do internacionalismo, se coloca contrário à guerra e sustenta que deveria ser tarefa da Internacional se aproveitar dela para iniciar uma ruptura revolucionária.

Com a desvio programático da II Internacional, um grupo de revolucionários, como Lenin, Trotsky, Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht, entre outros, darão prosseguimento aos princípios defendidos por Marx e Engels, dentre eles, a luta revolucionária pelo poder e o internacionalismo. A revolução proletária vitoriosa na Rússia, em 1917, marca o reaparecimento de um organismo internacional dos trabalhadores. A bem-sucedida ação dos bolcheviques, possibilitada pelo regime centralizado de partido defendido por Lenin, conquista a fundação da III Internacional, ou Internacional Comunista.

A Internacional Comunista surge, ao contrário das outras duas experiências internacionalistas, estruturada com um único partido mundial, dotada de seções nacionais. Esta estruturação fazia com que todos os partidos nacionais, apesar de um programa adequado às realidades e particularidades locais, compartilhassem de um eixo programático único. Este modelo serviria para impedir que posições nacionais se opusessem ao objetivo da construção do processo revolucionário internacional.

“Os partidos e organizações abaixo-assinados consideram como uma necessidade imperiosa a reunião do primeiro congresso da nova Internacional revolucionária. Durante a guerra e a revolução, não somente se manifestou a completa bancarrota dos velhos partidos socialistas e socialdemocratas e com estes, a da II Internacional, como também a incapacidade dos elementos centristas da velha social democracia na ação revolucionária. Ao mesmo tempo se distinguem os contornos de uma verdadeira Internacional revolucionária. ”
(SAGRA apud TROTSKY, 2010 p.42)

Contudo, o fracasso da revolução na Alemanha e a deterioração social da realidade russa, motivada pelos anos de guerra civil, transformam, em pouco tempo, a III Internacional. O partido bolchevique - o principal da Internacional - tem suas instâncias burocratizadas pelas ações de Stalin, que assume papel de destaque no partido com a morte de Lenin, promovendo os processos de Moscou, para perseguir, expulsar e

assinar seus opositores³. A sua tese da revolução em um só país, abandona a defesa da revolução mundial defendida por Lenin e Trotsky. A linha de coexistência pacífica com o capitalismo coloca, em 1943, em extinção a III Internacional.

1.2. O compromisso fordista e o impacto para a organização sindical dos trabalhadores

Apesar do fracasso das tentativas de consolidar uma organização mundial de trabalhadores, visando a construção de um outro projeto societário, a partir da virada do século XIX para o século XX, ocorre a consolidação da classe trabalhadora como “classe para si”, como “sujeito autônomo”, inspirado pela constituição do “campo socialista”, pelas Internacionais dos Trabalhadores e pela conformação do bloco soviético. Os sindicatos atingem força significativa e o Estado capitalista, obrigado pela mobilização da classe trabalhadora, concede direitos para manter a ordem social. Mandel sistematiza: “a classe capitalista teve de fazer concessões ao proletariado para garantir sua dominação política” (Mandel, 1982, p.132).

A resposta para a crise econômica de 1929 determina a tomada de medidas pelos Estados Unidos para recuperar as taxas de lucro e conter a simpatia pelo comunismo. A adoção do binômio taylorista-fordista como padrão produtivo e os planos econômicos New Deal e Marshall foram fundamentais para a retomada do crescimento. Por meio da política keynesiana, rompendo com o liberalismo clássico, o Estado também atua para reativar a economia. Esta política econômica, por intermédio de um plano de obras públicas, volta-se, assim, para a geração de empregos, criando novas demandas para o mercado, aumentando a renda e criando leis de proteção social para redução das desigualdades (BEHRING e BOSCHETTI, 2009).

A introdução do padrão produtivo taylorista/fordista, assim como a introdução de novas máquinas, produziu um maior afastamento dos trabalhadores do controle do processo produtivo, restringindo o operário a tarefas parcelares e especializadas:

No taylorismo e no fordismo, ao contrário, o saber e a habilidade operários tendem a ser monopolizados pelo staff administrativo ou até mesmo a ser diretamente incorporados ao sistema de máquinas, provocando a expropriação dos operários em relação ao domínio do processo de trabalho e uma maior dependência em relação à organização capitalista do trabalho. (BIHR, 1999, p.39)

³Trotsky, na tentativa de recuperar as teses de fundação da III Internacional e resgatar a perspectiva de um partido mundial a serviço da revolução socialista, pouco antes de ser assassinado a mando de Stalin em 1940, funda a IV Internacional, juntamente com membros remanescentes da oposição de esquerda da Internacional Comunista.

A implementação do binômio taylorista/fordista não ocorreu de forma fácil e sem resistências. Para Bihr (1999), houve situações excepcionais, como a Primeira Guerra Mundial, assim como as perdas das ofensivas operárias e o ingresso de novos trabalhadores sem tradição sindical, imigrantes, mulheres e trabalhadores rurais no mercado de trabalho. O modelo de desenvolvimento que o capitalismo ocidental seguiu, no período, foi assegurado pelo compromisso entre a burguesia e o proletariado. Tal compromisso foi estabelecido pela lógica do desenvolvimento anterior do capitalismo, que, após anos de lutas ásperas, chancelou a correlação de forças entre o proletariado e a burguesia, firmado pelas instituições representativas de ambas as classes e ajuizada pelo Estado (BIHR,1999).

Ao proletariado, representado por suas organizações com direções políticas socialdemocratas, estava colocado, com este compromisso: a renúncia da via revolucionária em troca da seguridade social e satisfação de interesses mais imediatos da classe, como estabilidade no emprego, melhorias na condição de vida, diminuição do tempo de trabalho e satisfação de necessidades fundamentais (habitação, saúde, educação, formação profissional, cultural, lazer, etc.). O Estado proporcionará satisfação ou sustentação a algumas de suas reivindicações na exata medida em que isso lhe permitir melhor integrá-lo na sociedade civil e política e, portanto, melhor controlá-lo (BIHR,1999) Para a burguesia, significava a trégua às pressões revolucionárias dos anos anteriores, permitindo ter legitimidade em sua dominação, que ocorreria caso garantisse os interesses imediatos do proletariado. Essa estabilidade serviria para impulsionar o regime de acumulação do capital. Contudo, esse pacto só podia ser renovado enquanto o próprio modelo de desenvolvimento do capitalismo ocidental, que ele tornaria possível, fosse viável. (BIHR,1999)

O novo padrão de acumulação possuía como característica dominante a extração intensiva de mais-valia relativa: o aumento do trabalho excedente pela diminuição do tempo de trabalho necessário à reprodução da força de trabalho do proletariado, graças ao aumento contínuo da produtividade média do trabalho social (Bihr, 1999). A lógica desse padrão de acumulação iria se esbarrar com as consequências do incremento do capital constante e a limitação dos meios de consumo e, por conseguinte, formaria a crise de superprodução.

A crise de 1929, gerada pela discrepância entre o aumento das taxas de crescimento dos lucros e dos salários, produziu um pico especulativo entre os anos de 1926-1929. Esse momento histórico trouxe, assim, a evidência de que um regime de

acumulação, como aquele, só seria viável a partir da condição de divisão igualitária dos ganhos de produtividades entre salários e lucros (BIHR, 1999), o que, no momento posterior à Segunda Guerra Mundial, levou as lutas operárias à busca da concretização de uma valorização salarial.

O movimento operário, por intermédio das direções socialdemocratas, apesar de guardar certa autonomia, tornou-se, portanto, com o compromisso fordista, uma engrenagem da dominação capitalista, uma co-gestora do processo global de reprodução do capital. Essa integração não poderia ocorrer sem o apoio, mesmo que parcial e contraditório, do operariado. Assim, por meio de sua integração, o movimento operário, conduzido pela direção socialdemocrata, seria progressivamente transformado em estrutura mediadora do comando do capital sobre o proletariado.

1.2.1-As transformações do capitalismo contemporâneo e a crise do movimento sindical

A “era de ouro” do capitalismo, do período pós-guerra, permitiu, até o início da década de 1970, o desenvolvimento do Estado de Bem-Estar Social nos países centrais da Europa, às custas da superexploração dos trabalhadores do Terceiro Mundo (ANTUNES, 2009; BERING & BOSCHETTI, 2009). As garantias de serviços sociais da seguridade social, serviços de saúde, educação, pleno emprego, assistência social etc. foram as marcas do período do compromisso político entre os partidos socialdemocratas e a burguesia europeia, que afastou da prática sindical o enfrentamento e desarticulou do horizonte dos trabalhadores a luta pelo projeto histórico emancipador.

No final da década de 1960 e início dos anos 70, uma onda de lutas proletárias indicava o fim de um período marcado pelo compromisso fordista. As revoltas operárias incidiram diretamente sobre os métodos taylorista e fordista, que expropriava a autonomia do trabalho, situação que foi suportada, durante um período, pela geração que obteve vantagens no consumo e, assim, compensava a perda de autonomia nas fábricas. A geração seguinte de trabalhadores, formada no consenso do compromisso fordista, segundo Bihir (1999, p. 60), “não estava disposta a “perder a vida para ganhá-la”: a trocar um trabalho e uma existência desprovidos de sentido pelo simples crescimento de seu “poder de compra””.

A direção socialdemocrata do movimento operário, adaptada ao operário fordista do período do compromisso, via-se sem condições políticas para dirigir as agitações provenientes das bases. Pelo seu papel de controlar para sustentar o acordo com as

entidades patronais, essas direções praticaram ações de sabotagem das mobilizações. Configurado tal quadro, desenvolve-se a ruptura de setores mais ativos dos operários com essas direções e diversas mobilizações desenvolveram-se, apesar dos interesses das cúpulas, produzindo novos métodos de organização das lutas:

Também nesse caso, as lutas operárias situaram-se no extremo oposto, ao multiplicar as estruturas de auto-organização da classe; comitês de greve inter-trans-parassindicais; conselhos de oficinas e de fábricas; conselhos de bairros e de usuários dos serviços públicos (por exemplo, dos transportes); tentativas de federação dessas estruturas autônomas de base. (BIHR, 1999, p.63)

Apesar da radicalidade e da inovação das práticas autogestionárias e antiautoritárias, este movimento foi vítima da traição das grandes organizações operárias, do caráter disperso e pouco orgânico de suas lutas e da restrição da ação reivindicativa no ambiente fabril, não se alinhando aos “novos movimentos sociais” (ecológicos, antinucleares, regionalistas, urbanos, feministas, etc) em desenvolvimento para um embate ao “modo de vida” do capitalismo. Por estes motivos, as mobilizações da geração que rompia com o compromisso fordista foram de curta duração, o que gerou um refluxo das lutas, permitindo à classe dominante retomar a ofensiva (BIHR, 1999, p.64). Conforme expõe Antunes (2009):

“Dado que as lutas anteriores entre o capital e o trabalho, que tiveram seu apogeu nos anos 60, não resultaram na instauração de um projeto hegemônico do trabalho contra o capital, coube a este, derrotadas as alternativas mais ousadas do mundo do trabalho, oferecer sua resposta para a crise.” (ANTUNES, 2009, p.38).

Com o início dos anos 1970, portanto, o padrão modelo de acumulação do período pós-guerra apresentava sinais de esgotamento. A recuperação da Europa Ocidental e do Japão havia se completado e já indicavam saturação do mercado interno (HARVEY, 1992, p.135). Durante a crise do fordismo, a realidade econômica dos Estados Unidos era de queda da produtividade e lucratividade, onde se desenvolveu um déficit fiscal em 1966, derivando o aumento da inflação e desestabilizando o dólar. Além desses fatores, Harvey (1992) indica que a política de substituições das importações dos países subdesenvolvidos e o choque no preço do petróleo também contribuíram para desestabilizar a economia mundial, colocando em dúvidas as garantias do acordo de Bretton Woods, confirmada na sua ruptura em 1971. Antunes (2009) reforça os elementos apresentados e indica outros que determinaram a crise do capital nos anos 1970: a queda da taxa de lucro, devido ao aumento do custo da mão de obra, obtido pelas fortes lutas sindicais dos anos 60; a incapacidade de resposta do

modelo taylorista/fordista ao declínio do consumo e incremento do capital financeiro, o que indicava a prioridade para a especulação; o processo de intensificação de fusões de empresas; e a crise fiscal do Estado do Bem-Estar Social.

De modo mais geral, o período de 1965 a 1973 tornou cada vez mais evidente a incapacidade do fordismo e do keynesianismo de conter as contradições inerentes ao capitalismo (HARVEY, 1992). A crise que se configura de um padrão de organização do trabalho, na prática, é a expressão fenomênica da crise estrutural do capital, destacada na tendência decrescente da taxa de lucro (ANTUNES, 2009). A rigidez do modelo foi apontada como uma das maiores dificuldades, uma vez que havia problemas de rigidez nos mercados, na alocação e nos contratos de trabalho (HARVEY, 1992). As tentativas, até então empreendidas para superar o modelo rígido do fordismo encontraram dificuldades com a onda de mobilizações ocorridas no final da década de 1960 e início dos anos 1970.

A ocorrência de um período de enfraquecimento da atividade econômica e da crise fiscal do Estado obrigou o capital a entrar num período de racionalização, reestruturação e intensificação do controle do trabalho. O capital necessitava se transformar para superar a queda da taxa de lucro, promovendo mudança tecnológica, a automação, a busca de novas linhas de produtos e nichos de mercado, a dispersão geográfica para zonas de controle do trabalho mais fácil, as fusões e medidas para acelerar o tempo de giro do capital (HARVEY, 1992, p.137).

A classe dominante, então, inicia uma fase de alterações no padrão de acumulação, rompendo com o compromisso fordista. Ao desenvolver novas experiências no padrão de trabalho e alterar as estruturas do sistema ideológico e político dominante, modificaram-se as condições políticas e sociais anteriormente vigentes. Neste contexto, a contraofensiva do capital tem na reestruturação produtiva e nas políticas neoliberais - que promovem a privatização do Estado e a desregulamentação dos direitos do trabalho -, as respostas para a saída da crise (ANTUNES, 2009).

A rigidez do fordismo é combatida com a introdução de um novo padrão de acumulação, o qual Harvey (1992) denomina de acumulação flexível: flexibilização dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e dos padrões de consumo, surgimento de novos setores da produção, novos serviços financeiros, surgimento de mercados e, sobretudo de incremento da inovação tecnológica. O objetivo central era o fortalecimento da flexibilização das condições e relações de

trabalho, reconfiguração e destruição de habilidades, diminuição dos ganhos salariais e retração no poder sindical.

A ofensiva da burguesia para a retomada das taxas de lucro, se valendo do excedente de oferta de mão de obra e da diminuição do poder sindical, impôs, assim, todo tipo de flexibilização dos contratos de trabalho, afetando o modelo estruturado do trabalho no compromisso fordista. Formas flexíveis de promover a contratação de trabalhadores avançaram no período. O trabalho por contrato temporário e as terceirizações marcam a tendência de redução do número de trabalhadores “centrais” nas empresas.

Assim, para responder ao processo de crise, o capital agiu sobre as condições vigentes de organização do trabalho e direitos sociais, formulando novas bases para organizar a acumulação. Essas bases estariam estruturadas nos eixos: reestruturação produtiva (introdução da microeletrônica e novos métodos de organização da mão de obra), reconfiguração do papel do Estado (retorno das ideias do liberalismo clássico, de redução do peso do Estado na economia traduzidas nas teses neoliberais) e remodelação do ideário de sociabilidade dos indivíduos (incentivo a competição e o individualismo); permitindo o capital revolucionar as técnicas de produção, criar novos nichos de mercado e combater os mecanismos de solidariedade entre os trabalhadores.

As transformações na organização do local de trabalho, através das técnicas gerenciais e a introdução da microtecnologia, modificaram o padrão do operário especializado-fragmentado para o trabalhador flexível. E, por meio deste processo, avançou o desemprego e promoveu uma desarticulação da atuação sindical:

“Ele impõe mecanismos de ampliação da taxa de exploração via: política de gestão; “enxugamento de mão-de-obra”. Intensificação do trabalho e aumento da jornada sem correspondentes aumento dos salários; estímulo à competição entre os trabalhadores em um contexto recessivo, que dificulta a organização sindical; chamamentos à participação para garantia das metas empresariais; ampliação das relações de trabalho não formalizadas ou “clandestinas”, com ampla regressão dos direitos; entre outros mecanismos, como os aperfeiçoamentos técnicos e a incorporação da ciência e da tecnologia no ciclo da produção no sentido lato (produção, circulação, troca e consumo)” (IAMAMOTO, 2010, p.114).

O Estado capitalista, abalado pela crise econômica da década de 1970, remodela suas concepções com o retorno das ideias liberais. Assim, o capital especulativo se apropria do fundo público, através da financeirização da economia, promove o aumento das dívidas públicas e projeta na retirada de direitos sociais o foco da estabilização

fiscal, corroendo as poucas conquistas obtidas pelos trabalhadores nas lutas das décadas passadas:

“A transferência de riqueza entre classes e categorias sociais e entre países está na raiz do aumento do desemprego crônico, da precariedade das relações de trabalho, das exigências de contenção salarial, da chamada “flexibilidade” das condições e relações de trabalho, além do desmonte dos sistemas de proteção social. A desregulamentação, iniciada na esfera financeira, invade paulatinamente o conjunto do mercado de trabalho e todo o tecido social [...] O capital internacionalizado produz a concentração da riqueza em um pólo social (que é, também, espacial) e, noutro, a polarização da pobreza e da miséria, potenciando exponencialmente a lei geral da acumulação capitalista, em que se sustenta a questão social” (IAMAMOTO, 2010 p. 111).

As ações empenhadas pelo capital, acima descritas, após a crise do modelo do binômio taylorista/fordista, foram eficazes para a retomada do controle sobre o processo produtivo, iniciando, assim, um processo de crise do movimento operário, o qual persiste nos dias atuais. A representação sindical sofreu com a desestruturação/reestruturação produtiva, que reduziu os postos de trabalho, potencializou o desemprego estrutural, fragmentando e hifenizando a classe trabalhadora por meio das medidas de precarização dos contratos de trabalho, terceirização, contratos temporários etc. (ANTUNES, 2009). A “estatização” e burocratização das direções sociais democratas contribuíram para o apassivamento das cúpulas sindicais e o afastamento do trabalho político de base, gerando uma perda do referencial de luta, bem como facilitando a ação do capital (BIHR, 1999).

As medidas tomadas pela burguesia na esfera da produção e da reprodução do capital impactaram, decisivamente, na mobilização da classe trabalhadora. As novas relações de trabalho e o conjunto de ideias que reforçavam a competição e o individualismo, no conjunto dos trabalhadores, fizeram com que refluíssem as lutas sociais e a viabilidade de efetivação de um projeto emancipatório. Esta realidade demonstrou-se impiedosa em todos os países e, no Brasil, não ocorreu de maneira diferente.

1.3 - Movimento sindical no Brasil: das origens aos dilemas de hoje

A formação escravocrata da sociedade brasileira não pode ser desconsiderada para traçar o início das lutas coletivas no país. Ainda no final do regime de trabalho escravo, algumas experiências de formação de uma consciência de classe e desenvolvimento de lutas coletivas serão destacadas por Mattos (2009). A presença de

trabalhadores livres e escravizados no mesmo local de trabalho, na cidade do Rio de Janeiro, possibilitou a troca de experiências organizativas (algumas formas eram vetadas aos trabalhadores escravizados⁴), formas de mobilização e práticas de solidariedade de classe, como o apoio de fugas em massa de escravos por parte dos operários.

Com a abolição da escravidão, os ex-escravos e seus descendentes continuaram a trabalhar em setores como os portos, ferrovias, comércio etc. Por isso, a fundação de muitos sindicatos teve como principal marca a presença de lideranças negras, orientando as lutas pelo classismo e o combate ao racismo. Assim, com este resgate historiográfico, é possível afirmar que as primeiras greves no Brasil ocorreram antes da vinda dos trabalhadores imigrantes europeus, o que desmistifica a ideia, usualmente, difundida sobre as origens da luta sindical no país.

Foi, então, no período da República Velha (1889-1930) que a formação de um movimento operário e da própria classe trabalhadora obteve contornos mais determinantes. Após a substituição do regime de trabalho escravo para o de trabalho assalariado, as lutas da classe trabalhadora aos poucos alteraram seu foco de conflito. Apesar da, ainda pequena, participação da indústria na economia nacional e de um peso expressivo de imigrantes nesse setor (que poderia dificultar uma identidade comum) encontrava-se, em formação, as experiências comuns de vida dos trabalhadores, o que permitiu a construção de uma identidade coletiva, fundamental para o desenvolvimento da consciência de classe (MATTOS, 2009).

As indústrias instaladas no Brasil possuíam, como característica, as mesmas condições precárias de trabalho percebidas no início da revolução industrial na Inglaterra. A presença de trabalho infantil, os constantes acidentes de trabalho, jornadas intensas que superavam as dez horas diárias e os baixos salários estruturavam a indústria nacional no início do século XX:

Em todas as fábricas do país, as jornadas sempre superaram a dez horas diárias, o trabalho de crianças e o maquinário perigoso somavam-se à insalubridade do ambiente para formar um quadro de mortes e acidentes constantes. [...] Se trabalhar era dureza, mais difícil ainda era sustentar uma família com o produto desse trabalho. [...] Trabalhava-se muito, ganhava-se pouco e pagava-se caro para viver mal” (MATTOS, 2009, pgs.42-3).

⁴ Aos trabalhadores escravizados era negada a participação em qualquer associação profissional. Á eles, no máximo, era permitida a participação em irmandades católicas, que apenas possuíam objetivos catequizantes e eventualmente promoviam auxílios financeiros.

Inspirados nos ideais socialistas surgiram os primeiros partidos operários. Embora com dificuldade organizativa, motivada tanto pela inexperiência política dos trabalhadores, quanto pela repressão política, esses partidos exerceram enormes influências na formação e no desenvolvimento da vida política dos sindicatos. Dessa forma, as primeiras iniciativas de organização coletiva dos trabalhadores apareceriam, no país, através das associações de auxílio mutualista. Ainda assim, pelo perfil distinto, não foram muitos os casos da relação entre a associação de auxílio mutualista e a criação dos sindicatos.

No início do século XX, torna-se marcante a presença de líderes socialistas e anarquistas nos primeiros sindicatos brasileiros. A tática política da ação direta, realizada por meio de mobilizações e greves, era utilizada para exercer maior pressão no enfretamento aos patrões e aos governos⁵.

Na década de 20, portanto, ocorre o início da transferência de hegemonia política nos sindicatos brasileiros. Até então, os anarquistas exerciam maior influência nas organizações sindicais. Porém, essa realidade é afetada, no período, a partir da intensificação da repressão do Estado, que fecha sindicatos, gráficas e desarticula outros trabalhos políticos, comprometendo as ações desenvolvidas há anos. Somando-se a isto, o surgimento do PCB, a forte expectativa com a revolução russa e a formação da Central Geral do Trabalho do Brasil (CGTB) redefinem as forças para décadas seguintes. Paralelamente, surgem, neste período, no interior do sindicalismo, linhas políticas que se orientavam pela colaboração com o governo e os patrões, sendo seus defensores denominados de “amarelos”, e considerados “pelegos” pelas correntes revolucionárias.

Com a intensa politização do movimento sindical e com o fortalecimento organizativo, político e ideológico no período, os trabalhadores promoveram e intensificaram a realização das greves. No exemplo citado por Mattos (2009), somente no Estado de São Paulo, as greves saltaram de 24, no período de 1888-1900, para 119, entre 1901-1914, e 116, nos anos de 1915-1929. Entre estas, o autor destaca, ainda, a greve geral ocorrida em São Paulo, no ano de 1917 - mobilização que parou, por alguns

⁵ Ambas correntes políticas possuíam atividades de propaganda, realizadas através de panfletos, jornais, centros de estudo, bibliotecas, orientadas para dotar os trabalhadores de formação política e realizar um embate às ideologias da burguesia. A relação entre as duas vertentes políticas é marcada por polêmicas, sendo sem dúvida a principal delas, a organização ou não de um partido da classe trabalhadora. O êxito da Revolução Russa e suas influências foram decisivas para aprofundar as diferenças. E o principal impacto produzido na organização política da classe trabalhadora foi a formação do Partido Comunista Brasileiro.

dias, toda a cidade, apresentando pautas desde as tipicamente sindicais àquelas relativas às condições de vida na cidade.

Após os quinze anos do governo de Getúlio Vargas, o movimento sindical foi submetido a medidas de controle e tutela. O perfil autoritário do governo serviu para impor uma outra concepção aos sindicatos brasileiros: a da colaboração de classes. As transformações serviram para fortalecer o poder do Estado na atuação dos sindicatos, que agora teriam o papel de intermediar os conflitos do mundo do trabalho. O Estado, para além da repressão policial, estabeleceu medidas para institucionalizar os sindicatos e permitir um maior controle de suas ações, tendo como objetivos: “servir como interlocutores dos trabalhadores junto ao governo e vice-versa, funcionando por dentro do Estado, como órgãos públicos e, portanto, submetidos também às diretrizes das demais instâncias governamentais” (MATTOS, 2009, p.63). Com a criação do Ministério do Trabalho Indústria e Comércio e a legislação social, Vargas implementou, assim, medidas de controle e de destensionamento das lutas sociais. Como consequência das greves e mobilizações, os trabalhadores conquistaram um conjunto de leis trabalhistas (jornada de trabalho, férias, pisos salariais, descanso semanal remunerado etc.), além de uma legislação previdenciária (aposentadoria, pensão, entre outros). Em contrapartida, a legislação sindical foi, também, criada pelo governo para implementar o controle institucional necessário a fim de evitar novos conflitos sociais. A resistência das organizações mais combativas do sindicalismo ao modelo oficial fez com que o governo determinasse que a legislação social fosse assegurada somente para os trabalhadores de categorias onde o sindicato aceitasse o regime de funcionamento do MTIC, contribuindo para uma pressão sobre os dirigentes sindicais por parte das bases de suas categorias interessadas nos benefícios das leis.

Houve, assim, muitas lutas contra a perda de autonomia dos sindicatos. Contudo, a via repressiva do Estado foi utilizada para assegurar seu modelo de sindicato único e reconhecido pela Carta Sindical. Como explicita Mattos,

O nível de agitação operária naqueles anos de 1934-1935 pode ser medido, também, pela criação, em 1934, de uma Frente Única Sindical (FUS) liderada pelos comunistas que, em maio do ano seguinte, realizou um congresso nacional que criou a Confederação Sindical Unitária do Brasil (CSUB) (MATTOS, 2009, pg.68).

O autor complementa, ainda, que:

Entre 1935 (antes mesmo do golpe de 1937) e 1942, vive-se uma fase de completa desmobilização. São levados à direção dos sindicatos dirigentes completamente submissos às orientações do Ministério do Trabalho; não há greve [...]; A instalação da ditadura do Estado Novo,

em 1937, fez-se acompanhar de uma constituição de matriz fascista, que retomava o modelo de sindicato único (MATTOS, 2009, pg.70).

A política varguista visava, portanto, retirar, da consciência da classe trabalhadora o seu protagonismo na conquista dos direitos sociais para, assim, garantir o reconhecimento do Estado pela criação das leis trabalhistas, enfraquecendo a luta pela construção de sindicatos livres e autônomos. No tópico a seguir, trataremos do modelo de estrutura sindical, mecanismo fundamental da política de controle do movimento sindical instituída no Brasil pelo governo Vargas.

1.3.1 - ESTRUTURA SINDICAL

A estrutura sindical, que permanece sem grandes modificações até os dias atuais, foi desenvolvida na década de 30 e idealizada na lógica da colaboração de classes, com a intermediação do Estado. Pensada como parte da Consolidação das Leis Trabalhistas do Estado Novo, foi elaborada para a subordinação do funcionamento dos sindicatos aos “interesses nacionais”, transformando, portanto, as entidades dos trabalhadores em aliada no processo de acumulação do capital. Dessa forma, foi, também, planejada para desenvolver sindicatos como mais um dos mecanismos ideológicos das classes dominantes, controlado por um conjunto de regras em busca do consenso através de pactos e acordos, como tática para controlar, burocraticamente, as lutas sociais. A elaboração da estrutura dos sindicatos oficiais foi, assim, útil para o controle do movimento sindical não apenas pelos governos de Getúlio Vargas, mas por diversos outros governos que os sucederam.

Os dispositivos legais que regulam a atividade sindical estão presentes no decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, no título V, assinados por Getúlio Vargas e pelo então ministro do trabalho Alexandre Marcondes Filho. A lei estabelecia uma estrutura vertical para a organização dos trabalhadores, tendo na base da representação os sindicatos locais e, no topo da estrutura, o Governo Federal. Por esse modelo, já é possível identificar que em toda sua cadeia representativa, passando pelas Federações, Confederações e as instâncias de Governo - como o Ministério do Trabalho e o Governo central como órgão máximo da estrutura vertical -, a lógica é de subordinação dos interesses dos trabalhadores aos “interesses nacionais”.

No texto, ademais, estão previstas, praticamente, todas as informações sobre o modo de funcionamento dos sindicatos. O governo indica desde deveres, como modelo de administração e o processo eleitoral de escolha de diretoria, até as penalidades, a

contribuição e formas de sua aplicação, construindo um formato que engessa o funcionamento das entidades sindicais, ao limitar sua autonomia e independência de atuação. Em visita à lei que regulamenta as organizações sindicais, podemos notar que os principais pontos ainda seguem válidos, sendo abaixo destacados alguns para efeito ilustrativo do formato da concepção sindical colaboracionista e tutelada pelo Estado, estabelecida desde sua criação em 1943.

Baseada na ideia de um corpo social, a estrutura sindical varguista estabelecia uma compreensão de sociedade na qual cada categoria profissional cumpriria uma determinada função para o atendimento das necessidades gerais da sociedade. Esta definição foi essencial para estabelecer a lógica corporativista da estrutura sindical, limitando as reivindicações aos âmbitos específicos de cada categoria profissional. A partir desta compreensão, era vetado a criação de Centrais Sindicais que pudessem unificar as diversas reivindicações e extrapolassem as lutas reivindicativas ao embate das classes sociais e ao conflito capital x trabalho. Portanto, a concepção corporativista serviria para afastar a influência da atuação política das organizações anarco-sindicalistas, comunistas e socialistas que atuavam no cenário político nacional.

A ideologia da colaboração de classes e do corporativismo, estabelecida pela CLT, obrigava todos os sindicatos a atuarem com base nessa concepção⁶. Desta maneira, o sindicato, pela CLT, deixava de ser uma forma de organização e reivindicação de uma classe e passava a ser um órgão regulador dos possíveis desequilíbrios entre os vários membros do grande corpo social. (Giannotti, 1992).

A prestação de serviços assistenciais, que seriam estabelecidos como uma obrigação pela CLT se consolidou como um dos alicerces da estrutura sindical, que condicionava uma grande parcela dos recursos dos sindicatos, bem como o entendimento da função daquela entidade no imaginário dos membros filiados. Para que

⁶ Art. 514 - São deveres dos Sindicatos:

a) colaborar com os poderes públicos no desenvolvimento da solidariedade social;
b) manter serviços de assistência judiciária para os associados;
c) promover a conciliação nos dissídios de trabalho;
d) sempre que possível, e de acordo com as suas possibilidades, manter no seu Quadro de Pessoal, em convênio com entidades assistenciais ou por conta própria, um assistente social com as atribuições específicas de promover a cooperação operacional na empresa e a integração profissional na Classe. (Alínea incluída pela [Lei nº 6.200, de 16-04-75, DOU 17-04-75](#))

Art. 518 - O pedido de reconhecimento será dirigido ao Ministro do Trabalho instruído com exemplar ou cópia autenticada dos estatutos da associação.

§ 1º - Os estatutos deverão conter:

c) a afirmação de que a associação agirá como órgão de colaboração com os poderes públicos e as demais associações no sentido da solidariedade social e da subordinação dos interesses econômicos ou profissionais ao interesse nacional;

o modelo getulista de regulação dos sindicatos fosse bem-sucedido, era necessário subverter a compreensão dos trabalhadores sobre o papel dos sindicatos. Essas entidades, que desempenharam grandes lutas por melhorias nas condições de trabalho e vida, não poderiam, do dia para a noite, serem transformadas em entidades conciliatórias sem que houvesse algo que, na consciência média, fosse um grande benefício.

Dessa forma, a estrutura montada de atendimento médico, odontológico e jurídico foi, aos poucos, transformando os sindicatos em grandes prestadores de serviços, o que comprometeu sua atuação em reivindicações políticas. Assim, no seio das diversas categorias, a principal motivação de filiar-se ao sindicato não estaria pautada nos melhores mecanismos de representação e organização proporcionados para o atendimento das demandas específicas e gerais da categoria, mas, sim, na oferta de serviços de assistência médica, odontológica, jurídica e lazer para seus filiados. Ao estabelecer a prestação de serviços como uma prática geral dos sindicatos, por meio da obrigatoriedade, o esvaziamento político foi inevitável, pois estava em curso a transformação dos sindicatos em espaços similares às funções desempenhadas pelas instituições de estatais de serviços públicos.

Outro ponto estruturante da proposta corporativista do modelo sindical diz respeito ao financiamento⁷. Previsto dentro do modelo de funcionamento dos sindicatos, nos artigos da CLT, direcionava-se para assegurar o funcionamento da gestão burocrática e assistencial da máquina sindical e o estreitamento do vínculo com a estrutura estatal. O recolhimento do imposto sindical por parte do Governo e o repasse às Confederações, Federações e Sindicatos, produziram grandes consequências para a

⁷Art. 580 - A contribuição sindical será recolhida, de uma só vez, anualmente, e consistirá: (Redação dada pela [Lei nº 6.386](#), de 09-12-76, DOU 10-12-76) (Em vigor até que lei específica discipline a contribuição negocial - [art. 7º](#) da Lei nº 11.648, de 31/03/2008 - DOU 31/03/2008 - Edição Extra)

I - na importância correspondente à remuneração de 1 (um) dia de trabalho, para os empregados, qualquer que seja a forma da referida remuneração; (Redação dada pela [Lei nº 6.386](#), de 09-12-76, DOU 10-12-76)

II - para os agentes ou trabalhadores autônomos e para os profissionais liberais, numa importância correspondente a 30% (trinta por cento) do maior valor-de-referência fixado pelo Poder Executivo, vigente à época em que é devida a contribuição sindical, arredondada para Cr\$ 1,00 (um cruzeiro) a fração porventura existente; (Redação dada pela [Lei nº 7.047](#), de 1º-12-82)

III - para os empregadores, numa importância proporcional ao capital social da firma ou empresa, registrado nas respectivas Juntas Comerciais ou órgãos equivalentes, mediante a aplicação de alíquotas, conforme a seguinte Tabela progressiva: (Redação dada pela [Lei nº 7.047](#), de 1º-12-82)

Art. 592 - A contribuição sindical, além das despesas vinculadas à sua arrecadação, recolhimento e controle, será aplicada pelos Sindicatos, na conformidade dos respectivos estatutos, visando aos seguintes objetivos: (Redação dada pela [Lei nº 6.386](#), de 09-12-76, DOU 10-12-76) (Em vigor até que lei específica discipline a contribuição negocial - [art. 7º](#) da Lei nº 11.648, de 31/03/2008 - DOU 31/03/2008 - Edição Extra)

autonomia e a independência da ação sindical. Dessa forma, consolidava-se um controle financeiro, que, por consequência, aprofundou a submissão das organizações sindicais às instâncias do Estado, criando uma dependência financeira que reduzia a autonomia e independência política, o que forçou uma maior burocratização, com a redução das esferas democráticas de decisão, tais como visitas aos locais de trabalho, comissão de base, assembleias e congressos.

O desconto compulsório do valor de um dia de trabalho no mês de março afastava a necessidade da filiação voluntária dos membros da categoria para autofinanciar sua entidade e, por consequência, eliminava o compromisso das direções sindicais em estabelecer vínculos com suas bases para estimular processos de sindicalização. Com esta medida, os sindicatos aumentaram seus mecanismos de burocratização, afastando as cúpulas das bases, restringindo os espaços democráticos de decisão e submetendo-se cada vez mais às políticas governamentais e às demandas assistenciais.

O artifício adotado para a concretização de um modelo de sindicato burocrático, com baixa relação cotidiana com a base, apolítico e assistencial foi o modelo de financiamento. O Imposto Sindical obrigatório e compulsório de todos (as) trabalhadores (as) brasileiros (as) era a garantia do desenvolvimento de um formato de atuação sindical descompromissada em manter uma atuação política reivindicativa, estabelecendo vínculos às demandas da categoria e, conseqüentemente, tendo como preocupação a filiação voluntária, o que em certa medida é reflexo da percepção da categoria a respeito do trabalho desenvolvido pelo seu sindicato. Por isso, o recebimento de uma enorme quantia financeira independente destas ações vinculava, diretamente, as direções sindicais à lógica da colaboração com seu principal financiador “direto” - o Estado. Os recursos, assim obtidos, serviam para equipar as sedes dos sindicatos e oferecer serviços médicos, jurídicos e de lazer à categoria, sempre rejeitando a politização de suas ações a fim de evitar qualquer tipo de “problema”/conflito.

“Na realidade, porém, o imposto sindical veio causar muitos e maiores prejuízos do que os benefícios que por ventura trouxe. A certeza de um fundo muito grande, que chega às suas mãos todos os anos, fez muitas diretorias sindicais se acomodarem, sem procurar a arregimentação da sua categoria em torno do sindicato. O baixo índice de sindicalização em nosso país (dez a vinte por cento em média), em parte tem como responsável o imposto sindical. É graças a ele que se mantém uma estrutura sindical artificial, cupulista e sem raízes na grande massa de trabalhadores.” Trecho de um texto de formação da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, de 1969 (GIANNOTTI, 1992, p.95).

A política de definir os critérios de reconhecimento dos sindicatos era tão minuciosa que estabelecia todos os mínimos detalhes de funcionamento⁸. Aos trabalhadores, era vetada a possibilidade de criação de sindicatos onde já existia outro registrado referente àquela categoria, mesmo que não se sentissem representados. Da mesma forma, era obrigatório um único sindicato por ramo profissional em uma determinada localidade, além de definir a fragmentação do mesmo ramo de atividade em diversas subdivisões. O sindicato não possuía, também, autonomia para definir o estatuto, uma vez que existia um modelo padronizado, pelo qual o governo poderia interferir na propaganda sindical, quando julgasse necessário aos interesses nacionais.

Na CLT, o governo preocupou-se em regimentar como ocorreriam os processos eleitorais, definindo o prazo de duração dos mandatos, os critérios para tornar apto o membro filiado a participar do processo eleitoral, o quantitativo de diretores e até cassar as chapas de integrantes com antecedentes políticos.

Todos esses mecanismos de controle estabelecidos pelo governo não poderiam gerar outra coisa que não dirigentes sindicais passivos conciliatórios e burocráticos. Como bem define Vito Giannotti:

O estranho não é que existam pelegos nos nossos sindicatos; a exceção é que existam dirigentes sindicais que não sejam pelegos. Afinal de contas, uma estrutura sindical que: exige uma seleção dos seus dirigente feita pelo Estado; permite ao Estado cassar e suspender diretorias sindicais; prega e exige por lei uma ideologia corporativista; cria um sindicalismo burocrático de carimbo, sem base; garante uma representação através do sindicato único; nega a representação sindical dos locais de trabalho; transforma os sindicatos em agências do INPS; enche os cofres sindicais e os bolsos dos dirigentes com o dinheiro fácil do imposto sindical (GIANNOTTI, 1992, p.92).

⁸Art. 520 - Reconhecida como sindicato a associação profissional, ser-lhe-á expedida carta de reconhecimento, assinada pelo Ministro do Trabalho, na qual será especificada a representação econômica ou profissional, conferida e mencionada a base territorial outorgada. Art. 521 - São condições para o funcionamento do Sindicato: a) proibição de qualquer propaganda de doutrinas incompatíveis com as instituições e os interesses da Nação, bem como de candidaturas a cargos eletivos estranhos ao Sindicato; (Redação dada pelo [Decreto-lei nº 9.502](#), de 23-07-46, DOU 27-07-46); d) proibição de quaisquer atividades não compreendidas nas finalidades mencionadas no art. 511, inclusive as de caráter político-partidário; (Acrescentado pelo [Decreto-lei nº 9.502](#), de 23-07-46, DOU 27-07-46). Art. 522 - A administração do Sindicato será exercida por uma diretoria constituída, no máximo, de 7 (sete) e, no mínimo, de 3 (três) membros e de um Conselho Fiscal composto de 3 (três) membros, eleitos esses órgãos pela Assembléia Geral Art. 529 - São condições para o exercício do direito do voto como para a investidura em cargo de administração ou representação econômica ou profissional: a) ter o associado mais de 6 (seis) meses de inscrição no Quadro Social e mais de 2 (dois) anos de exercício da atividade ou da profissão; (Redação dada pelo [Decreto-lei nº 8.080](#), de 11-10-45, DOU 13-10-45).Parágrafo único - É obrigatório aos associados o voto nas eleições sindicais.

Toda a estrutura planejada no Estado Novo, ainda vigente, e, em alguma medida aplicada, não poderia deixar de conter o aspecto repressivo. O artigo 553⁹ estabelece todas as medidas punitivas aos sindicatos em caso de descumprimento da legislação que regulamenta as práticas sindicais, indo desde multas até a intervenção e a cassação da carta de reconhecimento do Ministério do Trabalho.

O decreto-lei nº5.452/1943, sem dúvida, era uma das principais bandeiras de luta do novo sindicalismo surgidas nos anos 1970/1980, visto que o modelo sindical, estruturado décadas antes, foi vital para o controle do movimento sindical durante a ditadura civil-militar de 1964-1985 e segue sendo uma forma de moldar a atuação dos sindicatos para a busca da conciliação, e não do enfretamento classista. A luta pela liberdade sindical, pelo fim da estrutura vertical subordinada ao Ministério do Trabalho, as intervenções nas diretorias democraticamente eleitas, o imposto sindical e as diversas medidas contidas do capítulo V da CLT foram bases para encontros e congressos que tinham como objetivo debater a superação deste modelo.

Após a consolidação do modelo de estrutura sindical varguista, trataremos no próximo tópico a trajetória do sindicalismo brasileiro até o final da década de 1960 e o início do ressurgimento das greves em 1968.

1.3.2 – O sindicalismo no Brasil após o Estado Novo

O fim do Estado Novo, em 1945, permitiu um novo período de intensificação da atividade sindical. Com a redemocratização e a liberação da atividade partidária do PCB, as lutas contra a estrutura sindical retomam a cena, assim como os embates aos efeitos econômicos das explorações do capital. Até 1947, ano de retorno das ações repressivas com o governo Dutra, o movimento dos trabalhadores empreendeu a construção de comissões de fábrica - instrumento importante de auto organização dos trabalhadores nos locais de trabalho. A orientação equivocada do PCB, direcionada para uma “união nacional” para a luta contra o fascismo e uma transição para o regime democrático institucional, impôs, contudo, uma política de evitar as greves. Ainda

⁹ Art. 553 - As infrações ao disposto neste Capítulo serão punidas, segundo o seu caráter e a sua gravidade, com as seguintes penalidades: a) multa de Cr\$ 100 (cem cruzeiros) e 5.000 (cinco mil cruzeiros), dobrada na reincidência; b) suspensão de diretores por prazo não superior a 30 (trinta) dias; c) destituição de diretores ou de membros de conselho; d) fechamento de Sindicato, Federação ou Confederação por prazo nunca superior a 6 (seis) meses; e) cassação da carta de filiação; [Redação dada pelo Decreto-lei nº 8.740, de 19.1.1946.](#) e) cassação da carta de reconhecimento; f) multa de 1/30 (um trinta avos) do salário mínimo regional, aplicável ao associado que deixar de cumprir sem causa justificada, o disposto no parágrafo único do artigo 529. [\(Incluída pelo Decreto-lei nº 229, de 28.2.1967\)](#)

assim, as comissões de fábrica serviram como instrumento de articulação das lutas dos trabalhadores, obtendo destaque na organização operária, até 1951, nas ações de enfrentamento da política de arrocho salarial de Dutra.

Nos anos de 1950, surgem organizações sindicais que concretizam a articulação de várias categorias, como o Pacto de Unidade Intersindical (PUI), a Comissão Intersindical Contra a Assiduidade Integral (Ciscai) e o Pacto de Unidade e Ação (PUA). Torna-se, portanto, o momento, até o golpe de 1964, de maior atividade sindical no país, demonstrado pelo aumento da sindicalização, criação de novas entidades e participação dos sindicatos nos diversos assuntos da vida pública nacional. A aliança do PCB e PTB para a disputa das direções sindicais, também, representou um marco, do período, permitindo criar, em 1962, após uma dinâmica de vitórias eleitorais sobre os sindicalistas “democráticos” - identificados com a estrutura sindical de cúpula -, o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT):

No caso do Rio de Janeiro, categorias como metalúrgicos, bancários, têxteis, operários navais, entre outras, tinham nas “comissões sindicais” ou “comissões de empresa” um importante instrumento de mobilização. Mesmo quando as diretorias apostavam no caminho da negociação e evitavam as greves de categorias, as organizações de base agiam de forma relativamente autônoma, convocando paralisações frequentes (MATTOS, 2009, p.95).

O movimento sindical ligado aos comunistas obteve, inicialmente, uma relação de proximidade com o Governo Jango, bem como se manteve ativo na campanha pela legalidade, organizando greves para assegurar a posse. Entretanto, posteriormente, esse setor foi preterido pela União Sindical (entidade caracterizada como “pelega”), enquanto realizava maiores exigências pela aprovação das reformas de base. Tais ações dos sindicatos seguiram até as vésperas do golpe militar de 1964, momento em que os trabalhadores, percebendo a agitação golpista, articularam a resistência por meio de greve e paralisações contra a derrubada de Jango.

O capital nacional e internacional, temendo a agitação dos trabalhadores pelas reformas de base, em um cenário político mundial marcado pela bipolarização entre os Estados Unidos e a União Soviética, e a América Latina marcada pelo aumento das lutas sociais e revoluções, executam seu projeto político de classe através do golpe militar de 1964, impondo, assim, imensas limitações às liberdades democráticas e sindicais. A ditadura civil-militar utilizou-se da estrutura sindical montada por Vargas para desarticular, limitar e cassar diversos mandatos sindicais. Com todas as limitações impostas, a autonomia dos sindicatos foi cerceada, envolvendo casos de substituições de

diretorias por interventores, prisões e perseguições de lideranças sindicais. Conforme expor Mattos (2009), os sindicatos passaram a assumir uma função assistencial, tornando-se organizações a-políticas:

Os sindicatos esvaziavam-se, perdendo rapidamente o contingente mais expressivo de associados que haviam conquistado nos anos anteriores ao golpe. (...) Desprezando as reivindicações das categorias no plano político e econômico, dedicaram-se a ampliar o setor assistencial e o patrimônio físico dos sindicatos, valendo-se para isso das gordas somas vindas do imposto sindical (MATTOS, 2009, p.105).

A seguir, trataremos do surgimento do novo sindicalismo, período de forte expressão das atividades sindicais, em que se gestou forte oposição à ditadura civil-militar, transformando as perspectivas da luta sindical e política no Brasil.

1.4 – O Novo Sindicalismo

As intervenções nas diretorias e as proibições das greves serviram para garantir a implementação de uma política de arrocho salarial, retirada de direitos trabalhistas e previdenciários. Até o ano de 1967, a mordida foi contundente sobre os sindicatos e a oposição ao regime obtinha poucos espaços de vazão da contestação. Assim, após algumas medidas implementadas pelo Governo Costa e Silva¹⁰, foram permitidas iniciativas de renovação das diretorias sindicais. Era um momento de grande tensão, fruto dos anos de arrocho. Neste período, portanto, algumas eleições puderam ocorrer, o que permitiu a possibilidade de concorrência e, em alguns casos, da tomada de posse daqueles que se organizavam nos locais de trabalho, através dos comitês de fábricas. Dois casos são emblemáticos para este momento de agitação da classe trabalhadora: a eleição e posse da diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e as greves metalúrgicas ocorridas tanto em Osasco como em Contagem (MG).

Contudo, após um período de intensificação das lutas, o regime militar endureceu nos anos seguintes. Nesse sentido, o novo período repressivo foi marcado por novas cassações de diretorias e de maiores privações democráticas. Foram os anos posteriores ao Ato Institucional nº5 e a intensificação da exploração dos trabalhadores, assume contornos dramáticos. Foi com base nas medidas repressivas de controle dos

¹⁰ “Em meio a outros discursos oficiais que sinalizavam em direção à liberação do regime, o Ministro do Trabalho do governo Costa e Silva – Jarbas Passarinho – anunciaria, em 1967, seu apoio à ‘renovação sindical’. Nesse momento, tornaram-se menos frequentes, embora inexistentes, as degolas de dirigentes eleitos e surgiu espaço para a formação de movimentos intersindicais contrários à política salarial, sendo o mais conhecido denominado Movimento Intersindical contra o Arrocho (MIA) (MATTOS, 2009, p.106).

sindicatos que permitiu-se os anos de crescimento econômico na década de 1970, denominados de “milagre econômico”, visto que estas potencializaram a lucratividade do capital e contribuíram, sensivelmente, para o aumento da desigualdade social¹¹.

Pelo fato de estarem controlados por diretorias interventoras que resumiam sua prática à assistência social, os grupos políticos que atuavam clandestinamente nas fábricas estabeleciam para a militância cotidiana a luta contra as “duras condições impostas ao operariado nas fábricas: arrocho salarial, a intensidade extenuante do trabalho, as horas extras, os inúmeros acidentes, os atrasos de pagamento, a opressão e controle das chefias, a repressão policial generalizada” (BATISTONI, 2014, p.71). A partir deste momento, foram gestadas as experiências das oposições sindicais, que em seguida permitiram o ressurgimento da luta sindical:

Na atividade silenciosa, clandestina e persistente de reaproximação dos núcleos de resistência nas fábricas, bairros e sindicatos, após as derrotas sofridas no primeiro momento da ditadura (1964-1968), desenvolveram-se as experiências das chamadas *oposições sindicais* (BATISTONI, 2014, p.69)

A ditadura civil-militar de 1964 se utilizou da estrutura sindical implementada durante o governo Vargas para conter as lutas sociais, a qual possuía como características centrais a unicidade sindical, a carta sindical registrada no Ministério do Trabalho e Emprego, o imposto sindical obrigatório e compulsório, o poder normativo e arbitrário do Ministério do Trabalho e Emprego e a estrutura vertical e confederada. Esse modelo sindical foi implementado por meio de barganha em conjunto com a Consolidação das Leis Trabalhistas, uma vez que os trabalhadores só poderiam usufruir dos benefícios das leis trabalhistas caso o sindicato de sua categoria estivesse regulamentado pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Cada uma das medidas tinha como objetivo garantir o controle das entidades e transformá-las em prestadores de serviços médicos e de lazer. O imposto sindical assegurava que estes sindicatos receberiam recursos direto do Ministério, sem a necessidade de financiamento direto pela filiação dos trabalhadores, o que reduzia o vínculo político entre direção e base. O mecanismo de financiamento estatal dos sindicatos fez com que, em sua grande maioria, se estruturassem sem trabalho político de base e, sendo assim, mantendo-se distantes das realidades dos seus representados.

¹¹ “Em 1960, os 50% mais pobres da população brasileira ficavam com apenas 17,7% da renda nacional, mas, em 1980, estavam em situação ainda pior, pois dispunham de apenas 13,5% da renda. Já os 5% mais ricos da população passaram dos 27,7% da renda de que se apropriavam em 1960, para a apropriação de 34,7% da renda nacional em 1980” (MATTOS, 2009, p.110).

Portanto, a estrutura sindical Vargasista aliava mecanismos de coerção e consenso, fosse pela vinculação dos direitos trabalhistas e dos serviços à legalidade perante o governo, fosse pelos mecanismos de intervenção direta sobre as diretorias eleitas. A repressão e intervenção nos sindicatos como forma de impor controle político foi utilizada em diversos momentos sem nenhum tipo de constrangimento. Essas formas de controle produziram um movimento sindical diretamente atrelado ao Estado, transformando-os em departamentos estatais de prestação de serviços e, no âmbito da relação com o capital, adotando uma prática conciliatória e subordinada.

Embora controlada a atividade sindical, durante os anos de chumbo seguintes ao golpe civil-militar, os conflitos e tensões trabalhistas seguiam existentes. No interior das fábricas, das escolas, bancos e demais locais de trabalho, uma atividade subterrânea, silenciosa e clandestina se movimentava para reativar a resistência. As greves de 1968 em Contagem e Osasco foram os primeiros breves sustos da ditadura. Aquelas greves, inesperadas pelo regime, indicavam que a insatisfação procurava ecoar. Com uma ação mais contestadora e combativa, rompendo com as práticas corporativistas do “sindicalismo oficial” e buscando questionar tanto a política econômica da ditadura militar como os demais problemas enfrentados pela classe trabalhadora brasileira, o ressurgimento de um movimento sindical independente começava a dar os primeiros passos.

As primeiras explosões massificadas de greves no regime ditatorial, ocorridas, na maioria dos casos, à revelia das direções sindicais, destacam o marco de surgimento do “novo sindicalismo”. A região do ABC paulista, em especial a cidade de São Bernardo, nos fins dos anos 1970, presenciou mobilizações grevistas nas unidades fabris de empresas metalúrgicas. As greves deste período foram importantes para o questionamento do regime militar e para o surgimento de um forte movimento sindical, em dissonância com o resto do mundo, o que contribuiu para o desenvolvimento de lutas sociais de diversos setores da sociedade, dando origem, mais tarde, ao Partido dos Trabalhadores (PT) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Até o fim dos anos 1970, as ações das oposições sindicais eram organizadas com muita discrição no interior das fábricas. A Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo teve grande destaque na articulação da oposição nos locais de trabalho. No substrato das fábricas, estava em curso a articulação de um novo momento do sindicalismo brasileiro. A crise econômica mundial da década de 1970, reduzindo o crescimento econômico e promovendo o aumento da dívida pública, acelerou a insatisfação com o regime. Pelas

experiências acumuladas nas lutas residuais das comissões de fábrica e oposições sindicais, um “novo sindicalismo” iria surgir.

Entre 1968 até 1978, com a explosão de greves metalúrgicas no ABC paulista, o movimento sindical passou por constantes intervenções dos governos nos sindicatos. Com isto, esvaziou-se de iniciativas políticas, afastou-se das bases e perdeu filiados, cenário esse que seguiu até que fossem permitidas a convocação de novas eleições, o que demonstrava uma oscilação do regime ditatorial em relação a sua política com o sindicalismo. Desta forma, quando havia um período liberalizante, chapas que defendiam o recurso da greve e uma organização mais autônoma dos trabalhadores concorriam às eleições e, por vezes, saíam vitoriosas. Em certa medida, este foi o caso, em 1975, da eleição da chapa de Lula para o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo.

No período pós AI-5, houve maior recrudescimento da repressão, permitindo aplicar a fundo o arrocho salarial e superexploração da mão de obra. O chamado “milagre econômico” dos anos 1970 só pode ser obtido com base no controle das lutas sociais e o aumento da exploração do trabalho. Como a organização de greves era arriscada, havia a necessidade de inovação das formas de luta. É, portanto, a partir deste período que se tornam mais constantes métodos como as operações tartaruga, operação de zelo, a tática “braço cruzado, máquina parada” e outras iniciativas que indicavam que existia, no subterrâneo, um trabalho sindical atuante.

A Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo (OSM-SP) representava um exemplo expressivo do movimento de oposições sindicais, que buscavam, por meio das comissões de fábrica, se colocar contrárias ao modelo do sindicato oficial, lutando por uma concepção de um “programa de defesa de um sindicalismo livre, democrático e de massa e pela auto-organização dos trabalhadores na fábrica” (BATISTONI, 2014, pag.69). A OSM se constituía enquanto uma frente de militantes da esquerda católica, trabalhadores de pequenas e médias fábricas, organizados para, no primeiro momento, conquistar a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, apoiando-se na organização de base a fim de expulsar os interventores do sindicato. Embora atuando em um cotidiano de militância muito árduo, reflexo da repressão pós AI-5, da política de arrocho salarial e da extenuante jornada de trabalho, a Oposição teve muitas iniciativas de desenvolver um trabalho clandestino no interior das fábricas:

As lutas de resistência, através de ações diversas, defensivas e espontâneas, resultavam em sabotagem e diminuição do ritmo da produção (operação-tartaruga, operação boicote, paralisação, gato-selvagem, operação amnésia

etc.), numa clara demonstração de insatisfação e rebeldia (IDEM, IBIDEM, pag.72).

Após longo período de trabalho clandestino e intensa perseguição aos militantes da OSM, no ano de 1975, a Oposição, aos poucos, foi retomando a aparição de seus membros nas fábricas. Era o início de um ciclo de aumento de movimentação das categorias. Mais à frente, veríamos eclodir as grandes lutas grevista de 1978-1979.

A OSM viveu o seu exílio nas fábricas e aí deitou raízes como estratégia do confronto com o capital, a sua ditadura, mas também contra a estrutura e a diretoria sindical que se tornaram instrumentos da dominação burguesa. Defrontou-se com as jornadas grevistas no final da década de 1970, com uma enraizada prática sindical constituída a partir de dentro das fábricas. A OSM despontou, assim, como alternativa sindical para a categoria metalúrgica paulistana e como referência para o conjunto do movimento operário e sindical (IDEM, IBIDEM, pág. 73).

A partir de 1978, estouram greves em São Paulo à revelia da direção do sindicato. Com a rejeição do sindicato, as comissões de fábrica e interfábrica, embora tivessem, em sua grande maioria, dificuldades para se consolidar, colocaram os trabalhadores de base como protagonistas na organização operária.

A particularidade das greves em São Paulo, em grande medida, decorreu da total inoperância da diretoria omissa e pelega do Sindicato dos Metalúrgicos em representar os interesses dos grevistas. As paralisações foram desencadeadas pela ação operária à revelia da entidade sindical que a ela não se reportou, prescindindo do sindicato como um mediador e interlocutor. Com a rejeição ao sindicato, os trabalhadores se expressaram através das comissões, que se impuseram como necessidade no processo das greves. [...] Mas as comissões de 1978 não foram natural derivação daquele quadro sindical. Ressaltou-se que a direção consciente e organizada da OSM não se ateve à espontaneidade da greve e identificou a alternativa gestada no confronto, com potencialidade de imprimir-lhe traços que ultrapassassem as exigências da negociação imediata: a organização operária pela base através das comissões de fábrica e das interfábricas (IDEM, IBIDEM, pág.75).

Daquele ano em diante, o movimento sindical passou a presenciar uma diminuição conjuntural das lutas por conta da crise¹². Contudo, a partir do ano de 1983, o número de greves aumentou fortemente, saltando “das 118 greves registradas em 1978 às 3.943 de 1989” (MATTOS, 2009, p.120). Estava se consolidando uma nova etapa de lutas dos trabalhadores brasileiros: a criação da CUT e do PT.

No mesmo ano, acontecem as primeiras grandes greves no ABC paulista que paralisaram as principais indústrias metalúrgicas do país. A burguesia nacional, amparada pela estrutura repressiva do governo, aumentou a perseguição e demissão dos

¹² “Trata-se de uma conjuntura marcada pelo desemprego, pela crise econômica e com empresariado e governo já preparados para enfrentá-las, por meio do endurecimento nas negociações e do acionamento dos mecanismos repressivos da legislação sindical” (MATOS, 2009, p. 120).

trabalhadores. O contexto de enfretamento retornaria no ano de 1979¹³, também, com greves em São Paulo e na região do ABC e as lutas desenvolveriam ações em conjunto das oposições e dos sindicatos críticos ao governo.

Em 1979, a OSM-SP realizou seu primeiro congresso. Nesse evento, após as sucessivas greves de massas, Batistoni (2014) destaca, a seguir, utilizando-se de documentos da época¹⁴, que o movimento reafirmaria suas teses de “desmantelar a atual estrutura sindical e construir uma nova, independente dos patrões e do governo, a partir da organização da fábrica”. Este congresso foi importante não apenas para a OSM-SP, mas para um conjunto de oposições sindicais que puderam nortear suas ações classistas e combativas de concepção sindical. Ainda durante os anos de 1980, a OSM-SP realizou mais dois congressos, que viriam consolidar a Oposição Sindical como Movimento. Nesse período, os principais desafios seriam a resistência às transformações das relações de trabalho desenvolvidas com a reestruturação produtiva.

Ao longo dos anos 1980, a retomada da atividade da OSM se deu sob o impacto da crise recessiva, da introdução ainda que incipiente da reestruturação do processo produtivo com a intensificação do trabalho associada a desemprego e medidas repressivas, impondo novas lutas e impasses na difícil afirmação das comissões de fábrica e organização nos locais de trabalho e na tentativa de articulação, através da CUT, com outras categorias (BATISTONI, 2014, pág. 79).

A OSM-SP, em aliança com diversos outros setores de esquerda, expressos nas oposições e nas direções sindicais de oposição ao regime, foram protagonistas do surgimento da CUT e de outras iniciativas de organização sindical e popular, como os Encontros Nacionais de Oposições Sindicais (ENOS), o Encontro Nacional de Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical Oficial (ENTOES) e a Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais (ANAMPOS)¹⁵. Estas iniciativas demonstravam, naquele momento, a intensidade de articulações e eventos no interior do movimento sindical e popular, onde a OSM-SP teve papel ativo nestas ações.

O ano de 1978 é um marco para o movimento sindical brasileiro. A partir desse ano, ousadas greves recolocaram os operários brasileiros na cena política nacional.

¹³ Na greve geral de 1979, o operariado metalúrgico afirmou-se em um novo confronto com o patronato e com o regime, em meio à intensificação das greves dos assalariados em número, dimensões, reivindicações e formas (NORONHA apud BATISTONI, 2014, pág.77).

¹⁴ Disponível em: <<http://www.iiep.org.br/index1.html>: (textos históricos).

¹⁵ Criada em 1981 para a busca da unidade das lutas sindicais e populares. Nos anos seguintes, o setor sindical da Anampos passa a priorizar a organização e a formação do Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat) e, conseqüentemente, da CUT.

Nesse momento, após agitação da denúncia de falsificação¹⁶ do índice inflacionário de anos anteriores, o clima de inquietação avançava sobre as fábricas metalúrgicas. O cenário era São Bernardo do Campo, cidade do interior de São Paulo com grande concentração de fábricas automobilísticas e de autopeças. A organização sindical em São Bernardo vinha passando por modificações¹⁷. Primeiro, em 1974, ocorre o Congresso do Sindicato, no ano seguinte, a chapa de Luís Inácio Lula da Silva toma posse e, posteriormente, no ano de 1976, outros fatores contribuem para o fortalecimento do sindicato local, segundo avaliação do próprio líder metalúrgico:

[...] a gente conseguiu destronar a Federação dos Metalúrgicos, ou seja, nós entramos na Justiça para conquistar o direito do sindicato e não da federação. [...] [Foi importante] Porque São Bernardo fazia uma pauta de reivindicação e, quando chegava numa reunião da Federação, com os 32 sindicatos de metalúrgicos, a nossa pauta era rasgada e eles colocavam a pauta que era da Federação, que tinha reivindicações que não combinavam com o momento

¹⁶ O índice inflacionário para repor as perdas salariais decorrentes da manipulação do índice oficial de 1973, indicava um percentual de 34,1%, enquanto o governo apresentava um índice de 13%. O DIEESE já havia indicado, através de seu Índice do Custo de Vida, que o valor estava subestimado, porém devido à censura não obteve repercussão. No ano de 1977, no mês de julho, o jornal Folha de S. Paulo publicou um relatório do Banco Mundial sobre a economia brasileira, onde indicava que utilizara um percentual diferente do oficial ao se referir a inflação de 1973 (Greves no Brasil, 2015, pg.164).

¹⁷ Reproduzimos a seguir uma sistematização realizada por Ruy Braga da formação da burocracia sindical de São Bernardo. Optamos pela reprodução integral para não comprometer o entendimento do processo de construção da diretoria sindical que esteve vinculada ao surgimento do novo sindicalismo. “O Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo foi fundado em 12 de maio de 1959 e, desde sua fundação até o golpe militar de 1964, teve como secretário-geral o sindicalista comunista Ourisson Saraiva de Castro. No entanto, logo após o golpe, o regime autoritário interviu no sindicato, destituindo a antiga diretoria e impondo como interventor Clemitre Guedes da Silva, que posteriormente também fez parte da diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Na condição de interventor, Silva atraiu alguns operários ligados ao movimento cristão da Frente Nacional do Trabalho (FNT) que faziam oposição a Castro, dentre os quais um operário pernambucano funcionário da Scania, Afonso Monteiro da Cruz, que, após o fim da intervenção em agosto de 1964, tornou-se presidente do sindicato. Cruz dirigiu o sindicato até o início de 1969, quando um mandrilador funcionário da empresa Mollins chamado Paulo Vidal assumiu a presidência da entidade. Vidal foi quem convidou o jovem Lula da Silva para integrar a chapa da diretoria “ampliada”, isto é, composta por 24 dirigentes. Como Lula da Silva não fazia parte da diretoria efetiva que podia se desligar da produção para dedicar-se exclusivamente ao trabalho sindical, acabou participando de reuniões da oposição sindical. Percebendo o movimento de Lula da Silva, Vidal convidou-o, em 1971, a assumir na eleição do ano seguinte o departamento de previdência do sindicato. Vale destacar que integrantes das duas chapas da oposição sindical a Vida, tanto em 1969 quanto em 1972, foram presos e torturados no Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo (Dops-SP). Tendo ganhado a eleição com uma estreita margem de votos e sentindo-se pressionado pelos grupos de oposição, Vidal decidiu voltar-se para uma administração empreendedora e concentrada em fortalecer as atividades jurídicas do sindicato, conter despesas, incentivar receitas e estreitar laços com governos e empresários. Como resultado, em julho de 1971, o sindicato lançou seu jornal, a Tribuna Metalúrgica, e, em 1972, inaugurou sua nova sede. A fim de tentar a sorte na política regional, Vidal deixou a presidência do sindicato em 1975, indicando Lula da Silva como seu sucessor, sem contudo, abrir mão de sua ascendência sobre a nova diretoria. No segundo semestre de 1977, buscando uma forma de aproximar-se dos operários, o sindicato decidiu usar a denúncia de manipulação dos índices inflacionários de 1974 e 1975 como mote da campanha salarial de 1978. Ainda em 1977, Vidal insistia em dizer nas assembleias que, se alguém propusesse greve ao trabalhador, ele deveria denunciá-lo imediatamente ao sindicato. No entanto, ainda que contra a inclinação da entidade, a campanha pela reposição dos 34,1% catalisou a insatisfação operária, impulsionando o ciclo grevista de maio de 1978. O entusiasmo operário com a campanha salarial foi tão grande que acabou impondo à diretoria a criação de uma comissão salarial de mobilização aberta a todos os trabalhadores interessados” (BRAGA, 2012, págs. 166-7).

histórico que se vivia em São Bernardo do Campo. A partir de 1976, a cada 1º de maio, diferentemente de outros sindicatos que faziam apenas um ato, a gente fazia, durante vários meses, um ciclo de debates na categoria sobre diversos temas. Isso foi aperfeiçoando o amadurecimento dos trabalhadores. Isso permitiu que os trabalhadores começassem a discutir (OLIVEIRA, 2015, págs. 163-165).

Estes eventos contribuíram, respectivamente, para democratizar os debates políticos e sindicais e mudar as práticas da diretoria, uma vez que o grupo de Lula compreendia que era papel do sindicato estar nas portas das fábricas com boletim e debate político - um dos principais pontos de questionamento à direção pelega. Além disso, trouxeram maior autonomia sobre a definição das pautas de mobilização, pois, segundo Lula, os demais sindicatos metalúrgicos do Estado estavam em um patamar anterior de reivindicações, o que eventualmente atrapalhava a mobilização local.

“Nesse momento, a burocracia sindical de São Bernardo apoiou as reivindicações das bases, ao mesmo tempo em que se esforçava para construir uma imagem confiável perante as empresas. Um estilo sindical que, em muitos aspectos, flertava com o *business unionism model* estadunidense, não fosse por duas diferenças: a resistência do patronato brasileiro em negociar e a influência exercida por organizações marxistas. [...] Não nos esqueçamos que Paulo Vidal era um conhecido pelego sindical que foi alçado à condição de presidente do sindicato de São Bernardo durante a intervenção do Ministério do Trabalho logo após o golpe militar. Ele, então, passou a ser treinado pela embaixada estadunidense nos moldes do sindicalismo “apolítico e técnico”. Liderada por Paulo Vidal, a burocracia sindical de São Bernardo atravessou a retomada da atividade política nas bases operárias apoiada na “autenticidade sindical”, noção com a qual tratara contato durante os cursos preparados pelo Ministério do Trabalho (BRAGA, 2012, pág. 166).

Em maio de 1978, estoura a greve de uma das principais empresas automobilísticas da região. A greve da Scania inicia-se sem a necessidade de piquete, utilizando a tática dos “braços cruzados”, apropriada a partir do contato com o movimento sindical americano, em que todos os trabalhadores entravam na fábrica, batiam o ponto e se recusavam a trabalhar. Naquele momento, a inesperada greve deixa a direção da fábrica sem compreender a lógica daquele movimento, o que retardou o início de uma possível contraofensiva. O próprio sindicato não acreditava que era possível uma greve naquelas condições:

No dia 1º de Maio de 1978, eu tomei posse como diretor do sindicato e no dia 12 de maio a Scania estava parada. [...] Saiu uma matéria em uma revista, não sei se na IstoÉ ou na Veja, dizendo que a Scania tinha tido um lucro extraordinário no ano anterior. [...] Poxa, a Scania, com esse lucro e não dá nem um pouco de aumento para a gente, não melhora o salário. [...] Vamos fazer uma greve, eu acho que tem clima para isso. Não podemos demorar, porque senão eles descobrem e a gente está ferrado. [...] Criou o clima. As sete horas da manhã, ninguém ligando a máquina, fora um caso ou outro, mas mesmo estas eram logo desligadas. Eu nunca vi a chefia da Scania correr tanto. “Tem energia elétrica, está todo mundo calmo, por que ninguém liga as

máquinas?” A chefia da fábrica toda perguntava: O que está acontecendo?” “Greve Geral, todo mundo parado”. Não se falava “greve”, porque não podia ser pronunciada, era paralisação por melhores salários (risos) (OLIVEIRA, 2015, pág.257).

Após a paralisação da Scania, os trabalhadores da Ford entraram em greve como reflexo do momento de mudanças que estava em curso no sindicato da região. A greve nas fábricas metalúrgicas do ABC serviu para estimular e desencadear um movimento que retomaria as greves pelo país.

O apetite grevista amparou-se na indignação disseminada com salários e condições de trabalho. Por sua vez, a resiliência dos operários apoiou-se na ação política clandestina de grupos organizados dentro e fora das empresas. Dispensável dizer que o trabalho organizativo desses militantes, muito deles ligados às oposições sindicais e à pastoral operária, foi decisivo tanto para o sucesso do movimento grevista como para o fortalecimento das comissões de fábrica. [...] O impulso para a criação e a reapropriação dessas comissões provinha, como não poderia deixar de ser, da forte agitação nas bases metalúrgicas, que perceberam nas comissões uma oportunidade ímpar de auto-organização, a um só tempo eficaz como instrumento de resistência ao despotismo fabril e independente do sindicato (BRAGA, 2012, pág. 171).

Dentre os diversos fatores que permitiram o surgimento do “novo sindicalismo” e, posteriormente, a formação da CUT, destacamos os processos de luta contra a ditadura no cotidiano das fábricas, desempenhado por uma oposição sindical de esquerda de caráter classista e combativa, aliado a setores da igreja católica e das direções sindicais críticas à estrutura sindical e de oposição ao regime ditatorial.

[...] Se até meados dos anos 1970 a burocracia sindical de São Bernardo havia advogado um distanciamento em relação às questões políticas nacionais, o final da década testemunhou uma rápida politização das reivindicações. [...] diante de sinais claros de agitação nas bases, pouco restava à burocracia fazer que não fosse acompanhar o desejo dos trabalhadores de construir a greve geral metalúrgica [...] Contando com um pouco mais de liberdade de ação e acumulando experiências de enfrentamento com a aliança empresarial-estatal, a burocracia sindical de São Bernardo percebeu que, naquelas condições, mesmo questões relativas à segurança no ambiente de trabalho transformavam-se rapidamente em ameaças às empresas e, em consequência, ao regime. Tendo isso em vista, a burocracia sindical decidiu abraçar o projeto de construção do PT e passou a fazer duras críticas aos planos de “redemocratização” esboçados pela ditadura (IDEM, IBIDEM, págs. 168-9).

A origem da diretoria do sindicato dos metalúrgicos do ABC de 1964-1977 situa-se no período de forte pressão das bases sobre as cúpulas sindicais em um contexto de regulação autoritária e de um regime despótico de acumulação que impôs arrocho salarial, longas jornadas, alta rotatividade do setor metalúrgico, fazendo com que em pouco tempo o salário pago no setor automobilístico diminuísse ao patamar das categorias menos remuneradas. Por meio dos mecanismos de controle da estrutura

sindical e da repressão da ditadura militar, buscavam conter as lutas sindicais através da burocracia sindical, que por sua vez, afastava do sindicato os operários politicamente mais ativos. Isto acontecia em concomitância às demandas de liberdade de atuação sindical, direito de greve e livre negociações e a garantia do funcionamento das comissões de fábrica.

È neste marco conjuntural que a insatisfação metalúrgica foi se intensificando em um movimento de base suficientemente forte para entrar em rota de colisão com as direções sindicais, de modo a tensionar as cúpulas de “baixo para cima”. A ditadura civil-militar, assim como os donos das empresas, mostrava sua incapacidade de lidar com as crescentes insatisfações e as diversas formas atomizadas de lutas desenvolvidas no interior das fábricas. Esse elemento encoraja as burocracias sindicais a desenvolverem agitações nas fábricas sobre a campanha salarial. Neste sentido, em 1977 e 1978, a campanha salarial é impulsionada pela denúncia de fraude dos índices inflacionários e, com isso, uma sublevação nas bases faz com que os debates políticos tenham repercussão nas fábricas. A burocracia, utilizando-se dessa movimentação, enfatizava a ineficácia de negociação com o governo, de modo a atrair os operários mais ativos para parar a produção a fim de estreitar os laços da burocracia sindical com o jovem trabalhador metalúrgico precarizado, que desenvolvia uma auto-organização de base nas fábricas. A greve iniciada na Scania, em pouco tempo, havia se alastrado para a Mercedes, Ford, Volkswagen e Chrysler. Eram mais de 45 mil trabalhadores parados, surpreendendo até mesmo a diretoria do sindicato e as chefias, que sem entender a dimensão daquele movimento, reagiram, em primeiro momento, com base na repressão.

Ademais, as comissões de fábrica, mesmo que clandestinas, foram importantes para o enraizamento da campanha salarial na base. O resultado da campanha de 1978 atingiu, portanto, ganhos além do âmbito salarial: a greve impôs a interrupção de um período sem mobilizações e restabeleceu o direito de utilização desta importante ferramenta de luta. A diretoria do sindicato obteve, ainda, um grande prestígio com a categoria e uma projeção nacional, sendo um dos atores expoentes no debate de criação da CUT e do PT.

1.4.1 A CUT como modelo hegemônico do novo sindicalismo nos anos 1980

A história do sindicalismo brasileiro indica que os trabalhadores, em diversos momentos, procuraram desenvolver organizações nacionais que estruturassem as lutas de diversas categorias, superando a fragmentação e o corporativismo econômico de suas

pautas. Entretanto, mesmo ocorrendo experiências como a Confederação Operária Brasileira (1906) e o Comando Geral dos Trabalhadores (1962), foi a partir das intensas mobilizações pós segunda metade da década de 1970 que possibilitou o mais expressivo encontro sindical ocorrido na história do país (Antunes, 1995).

A formação da CUT, baseando-se nos princípios como de “defesa da democracia sindical, unidade da classe trabalhadora, liberdade e autonomia sindicais, organização por local de trabalho”, entre outros (MATTOS, 2009, p.123), unificou, portanto, os sindicalistas que faziam oposição à estrutura sindical oficial e que desenvolviam as lutas travadas pelas oposições sindicais. Esta central sindical se desenvolve, no período, enquanto a maior e mais importante organização dos trabalhadores brasileiros, contribuindo para derrubada do regime ditatorial. Em oposição a esta central, localizavam-se a Central Geral dos Trabalhadores (CGT), composta, inicialmente, pelos comunistas do PCB, das organizações oriundas da luta armada e pelos antigos dirigentes pelegos vinculados à estrutura sindical oficial.

Durante a década de 1980, o que se observou foi uma explosão do sindicalismo brasileiro com o fortalecimento das lutas dos assalariados médios e das taxas de sindicalização, a expansão do sindicalismo rural e o surgimento das centrais sindicais, como a CUT.

Em 1981, ocorre o CONCLAT (I Conferência Nacional da Classe Trabalhadora), em Praia Grande (SP), que contou com 5.036 delegados representantes de entidades de trabalhadores de diversos ramos, incluindo os dos setores urbano e rural, da iniciativa privada e servidores públicos. A realização desta Conferência viria a representar o grande salto qualitativo na organização do movimento sindical brasileiro, visto que um de seus encaminhamentos era o de constituir uma Comissão Nacional Pró-CUT, que objetivava “dar andamento às resoluções aprovadas na conferência e preparar a realização de um Congresso Nacional de Trabalhadores no ano seguinte, passo decisivo para a formação de uma central única dos trabalhadores” (RODRIGUES, 1990, pág. 6). Assim, após protagonizadas diversas lutas com o fim do golpe civil-militar brasileiro, o novo sindicalismo canalizava, agora, suas iniciativas para a estruturação de uma entidade nacional dos trabalhadores.

Duas tendências se formaram neste CONCLAT: para além do “Bloco Combativo”, que agrupava o setor do sindicalismo crítico a estrutura sindical, as oposições sindicais e a esquerda radical, esteve também presente o denominado “Bloco da Reforma”, composto pela tendência denominada “Unidade Sindical”, na qual fazia

parte os setores ligados a estrutura sindical das confederações e federações, o peleguismo do sindicalismo oficial de Estado, expresso na figura de Joaquim dos Santos Andrade (Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo), e os sindicalistas ligados aos grupos da esquerda comunista (PCdoB, PCB e MR-8).

A principal polêmica estabelecida entre estes dois blocos relacionava-se com a convocação da greve geral e a formação da CUT, sendo que o “Bloco Combativo” acusava o grupo opositor de não implementar as resoluções referentes a estas tarefas. Em contrapartida, o “Bloco da Reforma” argumentava que não estavam colocadas as condições para a realização destes eventos e que temiam suas consequências para a abertura democrática do país. Devido às polêmicas, houve o adiamento do congresso previsto para 1982, deliberando-se pela criação da CUT apenas no I CONCLAT, ocorrido em agosto de 1983. Assim, estabeleceu-se uma coordenação provisória com mandato de um ano, até a realização do primeiro congresso da nova central. O grupo contrário a iniciativa de criação da CUT, contudo, rompe com a organização e realiza, em 1983, um congresso, mantendo o nome CONCLAT até 1986, ano em que decidem pela criação da Central Geral dos Trabalhadores (CGT).

Durante a formação da CUT, os debates foram polarizados em distintas posições. O grupo vinculado ao “novo sindicalismo” defendia uma central classista, combativa e democrática, porém havia, ainda, a defesa de uma concepção de um sindicalismo conciliador. Os trabalhadores rurais, que não se encontravam sob a direção da CONTAG, também foram atores ativos na aprovação da central. Em sua criação, prevaleceu a concepção de uma central sindical autônoma, de base, democrática, classista e de luta.

A Central que o CONCLAT de 1983 decidira formar deveria ser independente dos patrões, do governo, dos partidos políticos e dos credos religiosos. O Estatuto provisório da nova central, aprovado nesse CONCLAT, insistia em três pontos importantes: a autonomia e a liberdade sindical, a organização por ramo de atividade produtiva e a organização por local de trabalho. [...] O Programa de Lutas de 1983 já trazia alguns pontos que deveriam aparecer nos posteriores congressos da CUT, misturando demandas de caráter trabalhista com outras de reforma social mais radical. [...] estamos entendendo as primeiras as reivindicações passíveis de serem alcançadas no interior de uma economia de mercado e no quadro de um sistema político pluralista e representativo; pela segunda, estamos entendendo as que só poderiam ser concretizadas num processo de lutas que resultariam em alterações profundas no quadro institucional em direção a alguma forma de socialismo. Entre as primeiras estão o salário-desemprego, a redução da jornada de trabalho para quarenta horas sem redução salarial, o direito de sindicalização dos funcionários públicos, a estabilidade no emprego, a eliminação das horas extras, a criação de comissões de trabalhadores nos locais de trabalho, etc. Entre as segundas estão “a reforma agrária radical, ampla, massiva, imediata e sob o controle dos trabalhadores

rurais, a partir da demarcação do uso coletivo da terra”; a “ocupação imediata das terras dos grileiros, das terras do Estado, dos latifúndios improdutivos ou não, e a coletivização das grandes empresas capitalistas nacionais e internacionais”, etc. (RODRIGUES, 1990, pág.7).

Podemos indicar duas grandes vertentes sindicais que compuseram a origem do novo sindicalismo: as diretorias sindicais críticas ao regime e a estrutura sindical e as oposições sindicais. Vale destacar, também, o papel cumprido pelos setores da Igreja Católica organizados nas Comunidades eclesiais de base (CEBs), que foram fundamentais durante o regime militar nas lutas por direitos democráticos e de cidadania. Atuando por dentro da estrutura sindical e desenvolvendo mecanismos de contraposição às estruturas burocráticas, tínhamos o grupo no qual o principal exemplo foi o sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, que representou uma referência de resistência aos anos de arrocho com as greves de 1978-79 no ABC paulista. A outra grande vertente que compôs a formação do “novo sindicalismo” foram as oposições sindicais, que em sua grande maioria encontravam-se vinculadas à grupos de esquerda que não atuavam na estrutura oficial, possuindo como eixo central de organização as comissões de fábricas e os organismos de base. A Oposição Metalúrgica de São Paulo foi o grupo mais expressivo com essas características.

No contexto de reorganização das forças dos trabalhadores, foram produzidos diversos encontros, congresso e demais espaços de articulações das mais variadas categorias. O X Congresso Nacional dos Metalúrgicos¹⁸, o Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical (ENTOES), o Encontro Nacional de Oposições Sindicais, são exemplos dessas atividades, que, posteriormente, se concretizariam na formação de uma central sindical de âmbito nacional (ANTUNES,1995, pg-29)

A CUT, que aglutinava os setores que se denominavam de autênticos - o “novo sindicalismo” -, era bem diversa em sua composição interna. Havia desde os setores ligados à esquerda católicos, os grupos independentes sem alguma militância política anterior, as diversas tendências da esquerda socialistas e os grupos dissidentes dos partidos comunistas.

A CUT, desde sua fundação, encontrava-se estabelecida em vários setores da classe trabalhadora. A diversificação do mundo do trabalho se expressava na central sindical através da representação no operariado industrial, funcionalismo público, trabalhadores do setor de serviços e das atividades rurais. Assim, a Central apontava

¹⁸ <http://cedoc.cut.org.br/cedoc/dicionario-biografico/180>

para construir bases de identidade numa perspectiva classista e anticapitalista, incorporando-se às características de sua fundação: sindicalismo classista; enraizado na base; independente do Estado; autônomo frente os partidos políticos; democracia interna; internacionalismo; socialismo como objetivo final da luta sindical (TUMOLO, 2002, pág.114-15)

Naquele momento, o sindicalismo brasileiro possuía dois desafios centrais, a luta contra a política econômica da ditadura militar e a democratização das instâncias de representação e decisão da estrutura sindical. As lutas pelas pautas democráticas repercutiam nas limitações impostas pelo modelo sindical vigente desde a era Vargas. As imposições do modelo sindical eram fortalecidas pela falta de democracia nos locais de trabalho no que diz respeito à implementação de comissões de representação de base. Portanto, tanto a estrutura sindical, quanto o autoritarismo das chefias configuravam-se como um grande desafio da organização da classe.

O Plano de Lutas, apresentado no Congresso de 1983, definiu ‘o desemprego, a luta pela reforma agrária, contra o arrocho salarial, pela liberdade e autonomia sindical e contra a política econômica’ como centrais. Repudiavam “expressamente as alternativas de conciliação e atrelamento do movimento sindical aos interesses do patronato”. Orientavam-se ainda, em 1983, para ‘o fim do Regime Militar e de sua política econômica, a mudança radical na política externa e a reforma agrária sob o controle dos trabalhadores’” (ANTUNES,1995, pag. 32).

O I CONCURTO aconteceu em 1984, um ano após o congresso de fundação da CUT. Neste congresso, foram avaliadas as deliberações do Plano de Luta definido no CONCLAT não haviam sido cumpridas, dentre elas, a construção da greve geral. O tom adotado pelo congresso foi bastante crítico em relação às ações da CUT, pois “entendia que a CUT ‘hesitou’ na deflagração da greve geral e não foi consequente na greve dos professores e funcionários das universidades” (RODRIGUES, 1990), como, também, “não teria dado apoio efetivo às chapas de oposição”, entre outras questões. Entretanto, o próprio documento final apresentava uma ponderação, ao afirmar que “o Plano de Lutas estaria ‘além das reais capacidades de luta da CUT’ e que “a direção não poderia fazer milagres”. Apesar desta consideração, o Plano de Lutas aprovado em 1984 foi similar ao do congresso de 1983.

O primeiro congresso da CUT contou, também, com o importante debate sobre os “princípios” da organização sindical. A proposta era de ruptura com o modelo do sindicalismo oficial e, para isso, a nova estrutura deveria ser:

“democrática, de modo a permitir a mais ampla liberdade de discussão e expressão das correntes internas; classista e de luta, “combatendo a colaboração de classes e não compactuando com os planos do governo que

firmam os interesses dos trabalhadores; com liberdade e autonomia sindical, quer dizer, independente com relação à classe patronal, o governo, os partidos políticos, as concepções religiosas e filosóficas; organizada por ramo de produção, quer dizer, os trabalhadores, segundo foi votado, ‘criarão suas formas de organização desde os locais de trabalho até a central sindical, seu órgão máximo. As assembleias de trabalhadores decidirão sobre seus estatutos, obedecendo aos princípios aqui expostos’” (RODRIGUES, 1990, pág. 10).

O período inicial de construção da CUT veio já acompanhado, portanto, de exigências de novas formulações aos desafios postos pela realidade, que dialogavam com as reivindicações de contexto de lutas amplas por pautas econômicas e políticas. Eram as primeiras manifestações da Central para um conjunto de intenções de transformações mais amplas da sociedade.

No ano de 1986, na cidade do Rio de Janeiro, ocorre o II CONCURT, congresso este que, para além de formular campanhas nacionais de luta por emprego, salário, liberdade sindical, questão agrária e a dívida externa, foi enfático na defesa dos serviços públicos e pela “democratização da ação do Estado”. Como destacou Rodrigues (1990), um dos fatores mais relevantes se deu no plano ideológico, uma vez que, a partir deste congresso, aprovou-se uma resolução indicando que o socialismo era o objetivo estratégico dos trabalhadores e que a CUT, em conjunto com os partidos políticos, encabeçaria este projeto. Ainda conforme o autor, “o segundo congresso marcou uma orientação mais à esquerda da CUT, embora a tendência que viria a ser denominada de Articulação tenha conseguido derrotar os concorrentes” (RODRIGUES, 1990, p.13). Dessa forma, a partir daquele congresso, tornariam-se mais evidentes as diferenças das tendências políticas que se organizavam no interior da CUT..

Até aquele momento, a CUT se estruturava para ser a Central Sindical classista e combativa e de referencial socialista, como aprovado no II CONCURT. Contudo, os embates da luta de classes fizeram com que algumas correntes políticas revessem suas posições e mudassem a rota da Central.

Na análise que nos apresenta Antunes (1995) do III Congresso da CUT¹⁹, o segundo bloco de forças políticas presentes disputava a manutenção do caráter classista e socialista da Central. As tendências CUT pela Base e Convergência Socialista dispuseram, por exemplo, neste congresso de 40% da votação. Apresentavam-se como

¹⁹ Rodrigues (1990, pg 19) nos chama a atenção, em relação aos três primeiros congressos da Central, ao que diz respeito à redução do número de delegados de base. Entre os participantes do I CONCURT, 65,9% eram delegados de base, enquanto no II CONCURT foram 70,4%, o que reduziu para 50,9% no III CONCURT. Esses dados evidenciam a transformação burocrática que ocorria na Central, em que, em detrimento da eleição dos delegados na base, optava-se pelos delegados de diretoria.

agrupamentos que tinham forte peso nas Oposições Sindicais, sendo a principal delas o OMSP. A diversidade interna da CUT sempre foi exaltada como a condição necessária para a maior penetração nas massas trabalhadoras. Neste caso, o papel cumprido pelas disputas internas determinaria as formas e os conteúdos que seriam agitados em campanhas e atividades nos sindicatos de base. Estava em jogo, nestas disputas, a concepção da Central. A atuação de confronto e resistência, marca do novo sindicalismo nos anos 80, estava, constantemente, ameaçada pelas disputas internas que refletiam o início de uma grande transformação nas relações trabalhistas. A concepção de uma CUT mais vinculada às pautas econômicas corporativas obteve maior representatividade nos debates, o que acarretou enormes consequências para a estrutura da Central, expressa em seu estatuto²⁰.

A trajetória da Central Única dos Trabalhadores, desde sua fundação até o seu terceiro congresso nacional realizado em 1988, representou o período de sua construção e afirmação, cuja fase mais movimentista, libertária, socialista e conflitiva, enfim heróica, encerrava-se com o III CONCUR (RODRIGUES, 1997, pág. 118).

Neste processo, a Central vivenciou um avanço para a sua institucionalização, aperfeiçoando a sua estrutura interna vertical e burocratizada e levando uma parte da direção a um processo de profissionalização, que os afastava do contato direto com as ações externas do movimento sindical. Aos poucos, portanto, fortaleceu-se uma adaptação ao modelo de sindicalismo corporativo. Ainda assim, esteve em disputa, neste congresso, muito mais que as modificações estatutárias, como a concepção de entidade, havendo de um lado uma [posição] majoritária, que pretendia fazer da CUT uma central de organizações sindicais, o que significava aceitar os parâmetros da economia de mercado e da ordem legal; outra [posição] minoritária, que pretende fazer da CUT uma central de luta contra o sistema capitalista (RODRIGUES, 1990, pág.23).

²⁰Assim, após o III CONCUR, o estatuto sofreu alterações, reduzindo a participação de delegados trabalhadores rurais, de oposições sindicais, de trabalhadores de base, além da redução do percentual de delegados proporcional aos filiados nos sindicatos e a ampliação para três anos da periodicidade da realização do congresso. Com isso, reduziu-se o peso das correntes mais à esquerda, impondo-se uma estrutura mais vertical e burocrática. Com o conseqüente declínio da participação das delegações de base, observado após o III Congresso, os setores mais à esquerda enfatizaram a denúncia da possível burocratização, restrição à democracia interna e institucionalização da entidade, abrindo espaço para um social democratização da Central. Como atesta Rodrigues: “Focalizando as divergências à luz da prática e do tom do discurso, é visível que, no interior da tendência majoritária, forças poderosas a pressionam em direção a uma linha de tipo social-democrata, tendente a fazer da CUT uma central de sindicatos voltada para obtenção de vantagens econômicas e de reformas sociais e políticas no interior de uma economia de mercado. Se uma orientação dessa natureza prevalecer, a CUT deverá ampliar o leque de alianças no campo político e fortalecer, no campo sindical, a orientação para a negociação e o diálogo com os setores empresariais (1990, págs.24-25).

A partir desta movimentação, percebe-se uma incoerência da prática dos sindicatos filiados à Central e das resoluções aprovadas nos congressos. Temas importantes para uma ação de ruptura com o modelo sindical corporativo, como o imposto sindical, pluralismo sindical, estrutura sindical, dentre outros, não seriam assumidos com o empenho necessário. As marcas das mudanças do sindicalismo classista e combativo, presentes no início da Central, aos poucos são substituídas por ações propositivas e de negociação, o que ficou evidente na participação nas Câmaras Setoriais do setor automotivo no início dos anos 1990.

No IV Congresso, em 1991, as mudanças estatutárias já se faziam sentir na composição das delegações e nas resoluções aprovadas. Neste congresso, apenas 17% dos 1546 delegados eram representantes de base, ou seja, a grande maioria daqueles que participaram do congresso com direito a voto eram membros das diretorias. O congresso foi bastante polêmico pelas deliberações aprovadas e pelos questionamentos aos métodos de eleição dos delegados. A CUT, em sua direção à institucionalização e social democratização de suas instâncias e políticas, deliberou a filiação à CIOSL, central sindical mundial de orientação social-democrata, e aprovou a participação nos pactos sociais do governo Collor. A política deliberada no congresso anterior, pela Articulação Sindical, atingia, assim, seu objetivo no IV congresso. Era o momento de maior controle da máquina da Central, com a redução do peso das tendências de esquerda e a consolidação de uma concepção propositiva e conciliatória que viria a hegemonizar as práticas da CUT. Em 1983, o próprio Gilmar Carneiro, então Secretário Nacional da CUT, afirmou: “em 1983, no Congresso de fundação da CUT tiramos fora a direita. Neste IV CONCUR nos livramos da esquerda” (GIANOTTI e LOPES NETO apud TUMOLO, 2002, pág. 81)

A reestruturação produtiva e o neoliberalismo - que se expressavam nos países centrais a partir dos anos 1970, começam a ser implementados no país na abertura dos anos 1990, o que produzirá impactos e novos desafios para a organização sindical.

1.5 - Reestruturação produtiva, neoliberalismo e as transformações no sindicalismo cutista pós anos 1990

A crise econômica, fiscal e da dívida pública brasileira, nos anos 1980, representou um reflexo do esgotamento mundial do modelo fordista de acumulação capitalista. Em consonância com as medidas adotadas nas economias centrais em resposta à crise de acumulação, as ofensivas do capital, no Brasil, estabeleceram um

conjunto de ações para retomar as taxas de lucratividade, que foram implementadas na abertura da última década do século XX.

As modificações que a CUT passara, nos últimos anos - e que pode ser percebida pelos congressos -, refletiam as mudanças da conjuntura da luta de classes no país e quais medidas seriam tomadas pelos trabalhadores para enfrentá-las. Primeiro, as transformações nas relações de trabalho, no início dos anos 1990, vieram para adequar o país ao padrão da reestruturação produtiva que vinha se desenvolvendo nas economias centrais desde o fim dos anos de 1970. Essas transformações causaram demasiados impactos nas organizações sindicais, seja pelas inovações tecnológicas, com a introdução da microeletrônica, robótica e automação das operações, seja pelas modificações do padrão do fazer do trabalho operário, substituindo o padrão “fordista” pelo modelo flexível do padrão “toyotista”.

[...] na viragem dos anos 1980 para os 1990, começaram a despontar as tendências econômicas, políticas e ideológicas responsáveis pela inserção do sindicalismo brasileiro na onda regressiva e de recuo na luta entre as classes, o que foi resultado tanto da reestruturação produtiva do capital em curso em escala global, que foi introduzida de modo intenso no Brasil da década de 1990 [...] Esse processo de reestruturação produtiva do capital exigiu do país uma redefinição em relação à divisão internacional do trabalho, bem como sua reinserção junto ao sistema produtivo global do capital, em uma fase em que o capital financeiro expandia-se, afetando fortemente tanto o conjunto dos países capitalistas centrais como aqueles subordinados e dependentes do imperialismo. [...] Collor desenvolveu uma forte política privatizante e antissocial, de fundo neoliberal, que foi retomada, dois anos depois, por Fernando Henrique Cardoso (FHC) – porém, não mais de forma aventureira, mas dotada de clara racionalidade burguesa, traço característico do governo FHC em seus oito anos de neoliberalismo [...] ao longo da década de 1990, cerca de 25% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro transferiu-se do setor produtivo estatal para o capital transnacional, redesenhando e internacionalizando ainda mais o capitalismo no Brasil [...] Com um processo tão intenso, a combinação entre neoliberalismo e reestruturação produtiva do capital teve repercussões e consequências muito profundas no universo da classe trabalhadora, no movimento sindical e na esquerda brasileira (ANTUNES, 2011, págs. 139-140).

A demissão de um largo contingente de trabalhadores afetados pela flexibilização das relações de trabalho, via terceirizações, contrato de trabalho parcial, produção com círculo de controle qualidade, produção em unidades descentralizadas, entre outros, afetaram a taxa de sindicalização e a correlação de forças e impuseram um novo e acentuado período de ofensiva do capital sobre o trabalho. As transformações nos segmentos metalúrgicos e siderúrgicos - principais ramos do setor industrial, que tiveram grande redução no número de trabalhadores e com maior tradição sindical com o enraizamento da CUT - foram determinantes para impactar a condição política da Central. Em contrapartida, outros setores da economia passaram por um

desenvolvimento e incremento no número de trabalhadores, como o de serviços, que havia menor tradição de organização e de filiação aos sindicatos.

As mutações no processo produtivo e na reestruturação produtiva das empresas, desenvolvidas em um quadro muitas vezes recessivo, geraram um processo de desproletarização de importantes contingentes operários, aumentando o desemprego e a precarização da força de trabalho, do qual a indústria automobilística é um exemplo forte. [...] [No ABC] o contingente proletário em 1980 era de mais de 200 mil metalúrgicos, em 2008 reduziu-se para menos de 100 mil trabalhadores. [...] Se durante a década de 1970, no auge industrial, o Brasil chegou a possuir cerca de 20% do total de empregos na indústria de transformação, vinte anos depois, a indústria de transformação absorvia menos de 13% do total da ocupação nacional. [...] Entre as décadas de 1980 e 1990, por exemplo, a economia brasileira perdeu 1,5 milhões de empregos no setor manufatureiro (ANTUNES, 2011, pág. 141).

O movimento sindical encontrava-se em uma posição delicada e dilemática frente às inúmeras demissões: aprofundar as ações radicalizadas de conflito com o capital ou optar por um modelo conciliador e propositivo? A segunda opção foi a adotada pela CUT.

Desde o início dos anos noventa é possível identificar uma mudança na prática sindical da CUT – que foi abandonando as reivindicações mais avançadas e os métodos mais contundentes da luta sindical – e um movimento de aproximação com a Força Sindical (FS), que reunia os sindicatos mais burocratizados e conservadores. Tal aproximação, porém, não foi isenta de disputas e confrontos, já que ambas as centrais permaneceram em campos políticos diferentes, tendo assumido posições distintas e adotado estratégias diferenciadas em relação à política neoliberal: enquanto a FS nasceu sob o signo do neoliberalismo, defendendo as privatizações, a desregulamentação do mercado de trabalho e a eliminação daquilo que o neoliberalismo dizia ser os “privilégios” do setor público (Trópia, 2002), a CUT oscilou entre a assimilação de alguns elementos do discurso e do programa neoliberal e a resistência à política do neoliberalismo (Galvão, 2002). Assim, enquanto a FS apoiou os governos Collor (1990-1992) e Fernando Henrique Cardoso em seus dois mandatos (1995-2002), a CUT, apesar de ter assimilado alguns elementos do programa neoliberal, assumiu, de modo geral, uma postura crítica frente àqueles governos, considerando-os adversários dos trabalhadores. Na década de noventa, houve momentos em que essa central buscou resistir, procurando, por exemplo, impedir a retirada de direitos sociais e trabalhistas (BOITO; GALVÃO e MARCELINO, 2009, pág. 45).

Assim, em 1990, no início do governo Collor, ocorreu à fundação da Força Sindical (FS) para realizar um contraponto a CUT, baseada nos princípios do “sindicalismo de resultado” e apoiada pelo governo e pelo empresariado. Sua proposta de resolução dos conflitos pela via da negociação das cúpulas e sempre mediada pela viabilidade econômicas do empresariado acabou tornando-a um campo aglutinador dos sindicalistas identificados com a ideologia do empresariado, pautada em um sindicato “propositivo”.

Neste contexto, as inovações tecnológicas e as modificações organizacionais impactaram na elevação do desemprego, refletindo no poder de mobilização da CUT. Foi de maneira tão acentuada que marcou uma mudança na prática sindical dos setores dominantes da CUT, aderindo à prática da conciliação ante o confronto. A tendência majoritária do “novo sindicalismo” passou a aplicar ações de colaboração com os governos e os empresários.

Este complexo de reestruturação produtiva, que se ampliou na década passada e que assume hoje, mais do nunca, um caráter sistêmico (embora desigual e combinado), diz respeito a uma nova etapa de acumulação capitalista em sua fase de crise estrutural. É o que poderíamos denominar de acumulação flexível de substrato predominantemente financeirizado. Tal como o neoliberalismo, ela atinge a base de mobilização sindical, pois tende, através das inovações tecnológicas e organizacionais, a “enxugar” as plantas industriais e a criar, através da terceirização, um amplo mundo do trabalho precário, de prestadoras de serviço e de empresas subcontratadas. Mas a ofensiva do capital na produção assume ainda um caráter ideológico-cultural, por meio da disseminação na sociedade do trabalho de valores empresariais, ligados à lógica do capital. O discurso da produtividade, do desempenho e da competência ligada à eficiência econômica penetra, cada vez mais, nas escolas, universidades, meios de comunicação e sindicatos. Antes de ser uma política de gestão estatal, o neoliberalismo parece ser uma cultura (e uma psicologia) do capital e de seu sociometabolismo (ALVES, 2015, p.462).

No Governo Collor, são recriados os fóruns entre empresários e técnicos governamentais para debater produtividade e qualidade da indústria brasileira. Até março de 1991, este espaço era bipartite e tinha uma eficácia limitada, pois os trabalhadores, quando convidados, se recusavam a participar. Entretanto, a partir da iniciativa do então deputado federal pelo PT, Aloizio Mercadante, em consonância com o setor da Articulação da CUT, que era majoritário no Sindicatos dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, as entidades sindicais passaram a compor as Câmaras Setoriais. O objetivo era transformar o fórum tripartite em um organismo dos setores produtivos em geral, não restrito apenas ao setor automotivo.

O evento que marca a guinada da política da CUT diz respeito à assinatura dos acordos das câmaras setoriais, que, supostamente, serviriam para enfrentar o desemprego. Com esta medida, os sindicatos cutistas abdicaram da ação direta, o governo isentava cobrança de impostos e as empresas garantiriam os empregos, o que nem sempre ocorreu. Demonstrou-se, com isso, a crescente perda de referencial crítico e classista nos espectros dominantes da CUT. Tivemos, nos anos 1990, a diminuição das greves, o avanço do desemprego, a retiradas de direitos trabalhistas, o aprofundamento

da competição entre os trabalhadores, a fragmentação e divisão no interior das categorias:

O que é perceptível é que um largo espectro do sindicalismo brasileiro abandonou a representação do sindicato como “escola da luta de classe”, cultivada no decorrer do século XX pelo ideário anarquista e comunista e até mesmo pelo reformismo de base do PT dos anos 1980. O ideal de classe, sob a pressão contingente da defensividade instrumental, transformou-se num ideal corporativo, restrito ao âmbito da empresa, cuja projeção e idealização, no plano da subjetividade de classe, é totalmente capturada pelos ideais do capital (ALVES, 2015, p.469).

Também, neste contexto, tivemos a dominância desta inflexão ideológica no âmbito do PT:

O confronto entre tendências reformistas e revolucionárias se tornaria mais instigante no interior da CUT e do PT, expressando a mutação orgânica do ideário socialdemocrata, que privilegiava, cada vez mais, políticas concertantes de cunho propositivo como resposta à ofensiva do capital na produção. Por conta disso, acelerou-se a “passivização” de classe diante da reestruturação produtiva e dos resultados das políticas neoliberais (o desemprego) (ALVES, 2015, p.470).

Apesar das ações operadas pelo capital para a retomada das taxas de lucro impactarem, fortemente, no poder de mobilização da organização sindical, a opção política das direções pela conciliação de classes foi o elemento determinante para aprofundar a desmobilização política dos trabalhadores. Com isso, foi se afastando, da perspectiva da maioria do sindicalismo, um projeto que pudesse contribuir para o avanço da consciência de classe.

Esta postura pragmática para lidar com as transformações ocorridas na produção agora passava a fazer parte da lógica de atuação da Central em nos espaços compostos por sindicalistas, membros do governo e empresários, para buscar soluções para a crise pela qual passava a indústria automotiva, procurando soluções conjuntas para solucionar o problema da renda e do emprego. Os empresários se comprometiam a não realizar demissões e a não aumentar os preços dos veículos acima da inflação, na expectativa de elevação das vendas, ao passo que os trabalhadores colaborariam com a não realização de greves. Esta medida era uma demonstração evidente de aliança entre o capital e trabalho, abrindo mão do referencial da luta de classe, o que se opunha a concepção da própria Central, defendida nos anos de 1980, no que tange à autonomia do governo e dos patrões, devido a impossibilidade de “humanização” do capital (FRANÇA, 2013).

Esses acordos assinados pela Articulação, via Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, eram questionados, no interior da CUT, pelos Sindicatos do Metalúrgicos de Campinas e de São José dos Campos, dirigidos,

respectivamente, pela CUT pela Base (CPB) e pela Convergência Socialista (CS). Estes sindicatos produziram materiais e realizaram campanhas em suas bases contrárias aos acordos das montadoras e à participação nas Câmaras Setoriais (FRANÇA, 2013).

A posição dos sindicalistas de Campinas e de São José dos Campos, antes de criticar as negociações em si, criticam o núcleo do acordo, ou seja, a disposição apresentada pelos diretores sindicais do ABC paulista de negociar dentro dos limites estabelecidos pelos empresários. Parecem acreditar que o sindicalista pode até participar de negociações, desde que sejam precedidas de mobilizações baseadas numa pauta de reivindicações e pode também aceitar a reforma, desde que seja para empurrar o capital sempre para além de seus limites (FRANÇA, 2013, pág. 54).

Porém, após anos de acordos das montadoras, celebrados pelos sindicatos dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema e, posteriormente, pelos sindicatos de Betim e São Paulo, pode-se perceber, a partir da análise produzida por Teones França (2013, pág. 51), que, como reflexo da reestruturação produtiva, as indústrias tiveram um aumento de quase o dobro de sua produção e o nível de emprego foi reduzido a quase metade em alguns setores.

Todo esse processo evidenciava o conflito existente no interior da CUT a respeito das concepções de entidade. De um lado, a Articulação Sindical (ArtSind), a qual defendia uma Central cada vez mais conciliatória, que buscasse a resolução de conflitos por meio das negociações, ao invés do enfrentamento com o governo e os patrões. Já no campo oposto, em certa medida, unificavam-se os grupos CUT Pela Base (CPB), Corrente Sindical Classista (CSC) e Convergência Socialista (CS) - posteriormente, Movimento Por Uma Tendência Socialista (MTS) - por uma concepção de entidade classista, autônoma e combativa.

Nesse sentido, Teones (2013) apresenta trechos dos textos defendidos na 6ª Plenária Nacional da CUT pelas três correntes, que, em níveis diferentes, realizam críticas à Articulação Sindical sobre a política de participação nas Câmaras Setoriais e o seu significado para a transformação da entidade. Abaixo, destacamos e reproduzimos o trecho da tese da Convergência Socialista, que, segundo o autor, foi o mais enfático e incisivo na crítica.

a estratégica de participação nas câmaras setoriais, como mecanismo de intervenção política nesse período, tem levado ao amortecimento dos enfrentamentos dos trabalhadores e do desarme da luta[...] na medida em que diminui o enfrentamento com o projeto neoliberal, contribuiu, objetivamente, para dar fôlego à estabilidade governamental [...] a participação nas câmaras setoriais, como política da Central, presta-se como instrumento de colaboração de classes (Textos para a Plenária Nacional da CUT apud FRANÇA, 2013, pág. 59).

Portanto, a tese de um modelo de sindicalismo que pudesse ter maior diálogo e negociação com o governo e o capital foi se desenvolvendo no interior da CUT. As correntes com um viés conciliatório foram, aos poucos, ocupando maior espaço na Central, seguindo, assim, a tendência de crise do sindicalismo, já expressa na Europa e que se consolidou, no Brasil, nos anos 1990. Essa visão concretizava, segundo Antunes (1995), uma postura imediatista da ação sindical e subordinada aos limites da ordem político-econômica vigente. Portanto, as opções assumidas pela CUT de participação no Pacto Social e nas Câmaras Setoriais impossibilitaram a Central de assumir uma postura conflitiva e de atuação independente das ações negociadas em conjunto com o governo ou os empresários.

O chamado “sindicalismo cidadão” se tornaria mais conhecido nas políticas da Articulação a partir da metade dos anos 1990, sendo a principal tese de contraponto ao sindicalismo classista e combativo dos anos 80. Por meio da defesa do “sindicalismo cidadão”, passou-se a discutir os direitos dentro das margens da sociedade de mercado. Nas resoluções do congresso de 1994, que Teones França nos oferece, podemos notar uma mudança acentuada na interpretação dos problemas nacionais e os mecanismos de suas resoluções. A reestruturação produtiva deveria ser assimilada como tal e buscar soluções alternativas, sem questionar estruturalmente os mecanismos de produção e reprodução desse problema, mas apenas meios de amenizar seus efeitos.

A busca de um novo modelo de desenvolvimento deve ter como objetivo central a incorporação plena dos trabalhadores e dos marginalizados à vida econômica e social. Para isso deve ser enfrentado a questão da reestruturação produtiva na indústria e na agricultura[...]. Como diretriz geral, a reestruturação deve pautar-se pela dimensão social da política industrial, educacional, agrícola e agrária, de pesquisa e desenvolvimento de comércio exterior e de fortalecimento e ampliação do mercado interno[...]. Para isso, é preciso elevar os índices de produtividade, mas com base em investimentos, principalmente públicos, em educação, em conhecimento técnico, em saúde, em tecnologia e em pesquisa (Resolução do 5º CONCUR apud FRANÇA, 1990, pág. 33).

As mudanças ocorridas na CUT, durante a década de 1990 consolidaram, para a entidade, uma concepção social democrata de movimento sindical. A Central se especializou em negociações com os governos e os empresários, visando pequenas concessões ou minimização das perdas. O conceito de “sindicalismo cidadão” hegemonizou a Central e os vínculos com o Estado foram se alastrando, independente de qual partido estiver a frente do Governo, demonstrando uma relação mais estrutural que conjuntural. Por isso, percebemos que, desde os anos 1990, a CUT adotou a prática assistencialista, antes combatida, do peleguismo sindical. O recebimento²¹ de recursos

²¹ Desde sua fundação, em 1991, a Força Sindical, segunda maior central sindical brasileira, tem defendido e apoiado a implantação das políticas de privatização e de desregulamentação das relações de

do Estado tornou-se prática instituída na Central, muitos destes recursos serviam para programas de requalificação dos trabalhadores, demonstrado, assim, sua parceria com os empresários e o regime de acumulação. Dessa forma, a Central abdicava de ser um ponto de apoio ao questionamento das expressões das relações sociais capitalistas, bem como adequou-se à lógica de funcionamento do processo de acumulação do capital, naturalizando o desemprego e a miséria. Em suas ações, percebia-se que a atuação da CUT não ocorria na origem dos problemas, mas nas suas expressões.

O movimento sindical brasileiro, que surgiu fora dos marcos da social-democracia sindical, tornava-se, pouco a pouco, uma espécie de cópia tardia daquela tendência sindical. Começava, então, a desmoronar o “novo sindicalismo”, que agora parecia envelhecer precocemente. A política de “convênios”, “apoios financeiros” e “parcerias” com a social-democracia, sindical, especialmente a europeia, levada a cabo por mais de uma década de forma intensa, acabou por contaminar, nesse quadro de mudanças profundas, o sindicalismo de classe no Brasil. *Este, desprovido de um perfil político e ideológico de classe*, pouco a pouco se sociodemocratizou, em um contexto, vale lembrar, de neoliberalização da própria social-democracia sindical. Tal processo metamorfoseou a CUT, criada com uma proposta independente e de claros contornos classistas, em uma central sindical cada vez mais burocratizada, institucionalizada e negocial. [...] As explicações são por certo complexas, mas encontram-se em grande medida inseridas na contextualidade vivenciada nos anos 1990, quando presenciamos movimentos de grande amplitude, com claro significado de uma contrarrevolução prolongada no Brasil. Seus traços foram: 1) enorme proliferação do neoliberalismo em toda a América Latina, com exceção de Cuba; 2) o desmoronamento do chamado “socialismo real” e a prevalência equivocada da tese que propugnava a vitória do capitalismo; 3) a social-democratização de parcela substancial da esquerda e seu influxo para a agenda social-liberal, eufemismo usado para “esconder sua real face neoliberal. (ANTUNES, 2011, págs. 142 e 144. Grifos meus).

Portanto, seguindo esta condição, já sob os governos de Luís Inácio Lula da Silva, a CUT colocou-se enquanto um freio de contenção ao desenvolvimento das lutas e greves no país. As agitações dos servidores públicos contra a reforma da previdência, a manutenção da política fiscal de priorizar o pagamento da dívida e demais políticas

trabalho. Sendo assim, não espanta que tivesse sido ela a sair na frente e criar, em 1998, sua agência de empregos, conjugada com um centro de qualificação profissional, tudo isso confortavelmente instalado num portentoso imóvel denominado Palácio do Trabalhador. Mas tanto a Força Sindical quanto a CUT tem usufruído vultosos recursos públicos, oriundos majoritariamente do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), com o objetivo de promover a qualificação e o recrutamento dos trabalhadores. Trata-se de dar nova roupagem ao velho assistencialismo dos sindicatos pelegos, modernizando-os num sindicalismo de serviços. Inicialmente a CUT atuava de maneira mais tímida nesta área de negócios, tanto que nos primeiros anos de distribuição dos recursos do FAT a participação da Força Sindical na receita destinada às entidades sindicais era muito superior à sua. Porém, à medida que foi ganhando corpo o Programa de Educação Profissional da CUT, iniciado em agosto de 1997 ao lado de inúmeros outros projetos, a fatia cutista do bolo começou a crescer. Em 2001, a Secretaria de Políticas Públicas e de Emprego liberou, por meio do Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador, quase R\$190 milhões, recebendo a Força Sindical R\$36 milhões e indo R\$30 milhões para a CUT; em 2002, a Força Sindical obteve R\$38 milhões e a CUT, R\$35 milhões (BERNARDO, 2008, pág. 116).

orientadas para o mercado não foram alvo de críticas e de iniciativas, por parte desta central, que pudessem obliterar essas medidas dos governos petistas.

Dessa forma, o atrelamento da CUT às políticas do governo colocou em curso um processo de reorganização dos movimentos sindicais, populares e estudantis no Brasil (MATTOS, 2014). Os setores descontentes com as transformações da CUT reaglutinaram forças, inicialmente, gestadas em espaços para organizar lutas pontuais, como no caso da reforma da previdência. Em seguida, uma parcela deste setor passou a compreender a necessidade de concretizar a ruptura com a CUT a partir de um espaço permanente, com o objetivo de organizar as lutas contra as reformas neoliberais propostas pelo governo Lula. Portanto, a Coordenação Nacional de Lutas – Conlutas, que surgiu como uma coordenação das lutas em curso realiza, em 2006, um encontro para formalizar a criação de uma central sindical. No ano de 2010, temos a unificação com outros setores que realizaram rupturas com a CUT e, conseqüentemente, a formação da Central Sindical e Popular (CSP – Conlutas): uma central de sindicatos e de movimentos sociais, que aponta como princípio o resgate da independência do movimento sindical e o enfrentamento ao capital para propor uma sociedade socialista. Conforme expõe Mattos (2014):

A novidade, e potencialidade, dessa nova Central é sua proposta de reunir não apenas sindicatos, mas também movimentos sociais que representem outras faces da luta dos trabalhadores, como movimentos de luta pela terra no campo e por moradias nas cidades, organizações de luta contra o racismo, movimentos estudantis, entre outros (MATTOS, 2014, p.94)

Acompanhando as transformações que aconteciam com a CUT nos anos 1990, o PT, diretamente vinculado ao surgimento do novo sindicalismo da CUT e do processo de redemocratização do país, também apresentava os primeiros sintomas de mudanças em suas instâncias, práticas e concepções. O PT²², que surgiu com laços estreitos às mobilizações sindicais, ao questionamento mais amplo por democracia e transformação social, iniciaria, já nos primeiros anos da década de 90, o processo de conformação e adequação à ordem.

A eleição de Lula modificou a relação entre o movimento sindical e governo. Essa mudança é mais visível quando se observa a trajetória da CUT, que resultou no aprofundamento da tendência dominante na direção da CUT à acomodação política e, ao mesmo tempo, no acirramento dos conflitos no interior da central. [...] Em primeiro Lugar, à dupla militância, uma vez que vários militantes do PT militam também na CUT. Isso fez com que vários ministros e funcionários do primeiro escalão do governo fossem recrutados junto à central, caso de Jaques Wagner, ex-ministro do Trabalho e do Emprego, ex-ministro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social(CDS) e ex-ministro da Secretaria de Relações Institucionais (ex-

²² Como não temos condição de aprofundar nas reflexões do transformismo do PT, indicamos as reflexões contidas, por exemplo, em Garcia (2012) e Iasi (2006).

presidente do Sindiquímica da Bahia e fundador da CUT naquele estado); de Luiz Gushiken, ex-secretário de Comunicação do Governo e ex-secretário do Núcleo de Assuntos Estratégicos (ex-presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo); Luiz Marinho, ex-ministro do Trabalho e do Emprego e ex-ministro da Previdência(ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e ex-presidente da CUT). Nesse contexto, a CUT passou a enfrentar dificuldades crescentes para manter sua independência frente a um governo que não apenas havia ajudado a eleger e com o qual se identificava, mas que contava com a participação direta de lideranças cutistas. [...]A despeito da participação de sindicalistas no governo e da expectativa que a eleição de Lula havia gerado no meio sindical, desde o primeiro ano de mandato o petista adotou medidas que provocaram o descontentamento de alguns setores sindicais, como a reforma da previdência, aprovada em 2003 (BOITO, GALVÃO e MARCELINO, 2009, pág. 45).

Assim como a CUT, o PT também, em seus documentos fundacionais, apresentava as teses de ruptura com a ordem para a garantia das necessárias transformações sociais. Com uma composição ampla e diversificada, desde os sindicalistas aos setores progressistas da Igreja Católica, incluindo a classe média que se opunha a ditadura e permeada de organizações marxistas, representava o principal partido de oposição ao regime e aos interesses da classe dominante. Podemos, sem dúvida, afirmar que o PT teve uma importância decisiva para as lutas sociais dos anos 1980 e 1990. Entretanto, conforme se passavam os anos e os objetivos eleitorais dos setores majoritários do partido não eram alcançados, surgiam cada vez mais transformações para se adequar ao jogo eleitoral burguês. Foi assim que, ainda no início dos anos 1990, importantes quadros políticos partidários começaram a ocupar cargos no Estado e nos principais Fundos de Pensão e Conselhos de Administração de Estatais, algo impensável na formação do partido.

Com o tempo, a submissão à ordem eleitoral fez com que modificasse, por exemplo, o modelo de financiamento das campanhas eleitorais, substituindo-se, aos poucos, a venda de materiais e contribuições voluntárias da militância para o financiamento empresarial. Com essa prática, a perda de autonomia e independência de classe dariam passos largos para a degeneração do partido. Modificou-se, também, a relação com os movimentos sociais: de principal setor de origem de suas mais destacadas lideranças para um processo de instrumentalização eleitoral e cooptação destes movimentos. Todo esse arco de transformações estava sustentado por modificações teórico-programáticas de abandono do referencial classista para a implementação da lógica da cidadania, entre as mais diversas justificativas que sustentariam a guinada institucional para servir à manutenção da ordem democrática burguesa que o partido passaria a cumprir (GARCIA, 2012).

Todos esses processos tiveram como ponto auge a eleição de Luís Inácio Lula da Silva, visto que as políticas de seu governo, nos aspectos estruturantes, não se diferenciariam de seus antecessores, como, por exemplo, a política econômica e

monetária, as reformas de orientação neoliberal, as privatizações, entre outros. Como sustenta Cyro Garcia (2012), o partido de ruptura da ordem transformou-se em um dos principais na sustentação das instituições e do regime do capitalismo brasileiro. Assim, como categoricamente afirma IASI (2006, pág. 359), “pode parecer contraditório que exatamente no momento em que o PT chega à Presidência da República por meio da eleição de Lula em 2002, venhamos falar de sua morte”.

Em 2003, início do governo de Lula, foi constituído o fórum tripartite, composto por representantes do governo, dos empregadores e dos trabalhadores, este fórum seria coordenado pelo do Ministério do Trabalho e Emprego e tinha como objetivo debater a Reforma Sindical e Trabalhista.

A avaliação do governo ao propor a organização do Fórum Nacional do Trabalho era de que a atualização da legislação trabalhista e sindical seriam fundamentais para a resolução dos conflitos e adequação a atualidade do mundo do trabalho. A análise governamental apresentada era que “o Estado continua a interferir na organização sindical, na negociação coletiva e na solução de conflitos trabalhistas” (Fórum Nacional do Trabalho, 2003 apud HORN, 2005).

A expressão dessa continuidade está na manutenção da unicidade, do sistema confederativo, do imposto sindical e do poder normativo da Justiça do Trabalho e na criação de nova fonte de sustentação financeira compulsória, a contribuição confederativa. Além disso, o arcabouço normativo limita a efetividade do direito sindical dos servidores públicos e não assegura personalidade sindical às Centrais fundadas a partir do soerguimento do sindicalismo a partir do final dos anos 1970 (HORN,2005, pg.6).

Embora fossem levantados pontos de acordo com o movimento sindical sobre a liberdade de atuação sindical, interferência do Estado, imposto sindical, entre outros pontos, essa reforma estava conjugada com a flexibilização dos direitos trabalhistas. Tanto as configurações tripartites do fórum como a possibilidade de retrocessos nos direitos trabalhistas fizeram com que os setores de esquerda do movimento sindical criticassem essas iniciativas.

Em março de 2008 foi aprovada a lei 11.648 que altera alguns artigos²³ da CLT, mas mantém o núcleo central da lei de 1943, com a aprovação desta lei, as Centrais

²³Art. 5º Os arts. 589, 590, 591 e 593 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#), passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 589. I- para os empregadores: a) 5% (cinco por cento) para a confederação correspondente; b) 15% (quinze por cento) para a federação; c) 60% (sessenta por cento) para o sindicato respectivo; e d) 20% (vinte por cento) para a ‘Conta Especial Emprego e Salário’; II - para os trabalhadores: a) 5% (cinco por cento) para a confederação correspondente; b) 10% (dez por cento) para a central sindical; c) 15% (quinze por cento) para a federação; d) 60% (sessenta por cento) para o sindicato respectivo; e e) 10% (dez por cento) para a ‘Conta Especial Emprego e Salário’; III - (revogado); IV - (revogado). § 1º O sindicato de

sindicais são legalizadas e autorizando-as, segundo critérios definidos por lei, a representar diretamente os trabalhadores, em fóruns tripartites e em negociações coletivas, o que reforça a estrutura vertical de representação sindical e enfraquece a representatividade dos sindicatos de base, esta lei também regulamenta o recebimento pelas Centrais de 10% do imposto sindical.

Os anos 2000 constituíram um marco para a mudança no movimento sindical brasileiro. Com a eleição do PT para a presidência da república, uma reconfiguração do sindicalismo brasileiro se desenvolve com o surgimento de novas centrais sindicais. No próximo capítulo trataremos do desenvolvimento da Conlutas e da CSP-Conlutas, com destaque para o desenvolvimento da inserção do chamado campo “popular” na sua constituição. Buscaremos, por meio das análises documentais e de entrevistas, evidenciar a experiência de criação de uma Central sindical e popular.

trabalhadores indicará ao Ministério do Trabalho e Emprego a central sindical a que estiver filiado como beneficiária da respectiva contribuição sindical, para fins de destinação dos créditos previstos neste artigo. § 2º A central sindical a que se refere a alínea *b* do inciso II do caput deste artigo deverá atender aos requisitos de representatividade previstos na legislação específica sobre a matéria.” (NR) “Art. 590. Inexistindo confederação, o percentual previsto no art. 589 desta Consolidação caberá à federação representativa do grupo. § 1º (Revogado). § 2º (Revogado). § 3º Não havendo sindicato, nem entidade sindical de grau superior ou central sindical, a contribuição sindical será creditada, integralmente, à ‘Conta Especial Emprego e Salário’. § 4º Não havendo indicação de central sindical, na forma do § 1º do art. 589 desta Consolidação, os percentuais que lhe caberiam serão destinados à ‘Conta Especial Emprego e Salário’.” (NR) “[Art. 591](#). Inexistindo sindicato, os percentuais previstos na alínea *c* do inciso I e na alínea *d* do inciso II do caput do art. 589 desta Consolidação serão creditados à federação correspondente à mesma categoria econômica ou profissional. Parágrafo único. Na hipótese do caput deste artigo, os percentuais previstos nas alíneas *a* e *b* do inciso I e nas alíneas *a* e *c* do inciso II do caput do art. 589 desta Consolidação caberão à confederação.” (NR) “[Art. 593](#). As percentagens atribuídas às entidades sindicais de grau superior e às centrais sindicais serão aplicadas de conformidade com o que dispuserem os respectivos conselhos de representantes ou estatutos. Parágrafo único. Os recursos destinados às centrais sindicais deverão ser utilizados no custeio das atividades de representação geral dos trabalhadores decorrentes de suas atribuições legais.” (NR); Art. 6º ([VETADO](#)): Art. 7º Os [arts. 578](#) a 610 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, vigorarão até que a lei venha a disciplinar a contribuição negocial, vinculada ao exercício efetivo da negociação coletiva e à aprovação em assembleia geral da categoria. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11648.htm (consultado 10/05/2017)

Capítulo II - Conlutas e CSP-Conlutas – Encontros e Congressos

2.1- O histórico de fundação e os Congressos da Conlutas

Antes de nos dedicarmos à análise dos documentos produzidos pela CSP-Conlutas, nos congressos e reuniões da Coordenação Nacional, faremos um resgate dos materiais produzidos nos eventos congressuais da Conlutas desde a sua fundação em 2006 até seu último congresso em 2010, ano de dissolução para a criação da CSP-Conlutas. Buscaremos na síntese desses eventos, focar, especialmente, nos temas referentes aos movimentos populares, de juventude e de luta contra as opressões, não abdicando de, pontualmente, apresentar o contexto conjuntural dos distintos eventos e as deliberações mais gerais de luta da Central.

O histórico de formação da CSP-Conlutas pode ser indicado pelo resultado de, pelo menos, cinco eventos nacionais. O desenvolvimento deste processo fez com que, ao final de 6 anos de experiências, deliberasse pela consolidação das teses que resultam na criação da CSP-Conlutas no CONCLAT de 2010.

Em 2004, ocorreu o Encontro Sindical em Luziânia (GO), em seguida o Congresso Nacional dos Trabalhadores (CONAT), em 2006, na cidade de Sumaré (SP), e, posteriormente, com a fundação da Conlutas aprovada, ocorreram o 1º Congresso Nacional da Conlutas, em 2008, em Betim(MG), e o 2º Congresso Nacional da Conlutas, realizado no ano de 2010 na cidade de Santos(SP). Logo em seguida, realizou-se o Congresso da Classe Trabalhadora (CONCLAT), que tinha por finalidade discutir a unificação com outros setores de esquerda que se organizavam por fora da CUT, mais especialmente a Intersindical.

A nossa principal preocupação com esse trabalho será avaliar a dinâmica desse modelo de organização, que surge como uma novidade na organização da classe trabalhadora no Brasil: a unificação dos segmentos sindical e popular em uma mesma entidade.

O primeiro momento dessa história ocorreu no Encontro Sindical em Luziânia (GO)²⁴. Este encontro tinha por objetivo aglutinar os diversos setores do movimento sindical, popular e de juventude que estavam insatisfeitos com a política adotada pela principal entidade sindical e pelos movimentos sociais - CUT, UNE e MST - frente às políticas do governo de Lula da Silva.

²⁴ <http://cspconlutas.org.br/2014/03/ha-10-anos-acontecia-encontro-contrareforma-sindical-e-trabalhista-embriao-da-conlutas/>. Consultado em 27/02/17.

A principal avaliação que provocou a convocação do encontro indicava que estas organizações haviam assumido uma postura de defesa do governo do PT e abdicado de organizar as lutas de enfrentamento ao projeto neoliberal. Naquele momento, ao final do encontro, foi decidido pela criação de uma Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas), onde reuniram-se diversas entidades sindicais, populares e de juventude com o objetivo de convocar e organizar ações contra as reformas (sindical e trabalhista) propostas por Lula. Este formato ainda seria o embrião da proposta de tornar essa coordenação de entidades em uma central sindical e popular.

A Conlutas surge em 2004 como parte da iniciativa do Movimento por uma Tendência Socialista (MTS), denominação do grupo ligado ao Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) quando integrava a CUT, do Movimento Esquerda Socialista (MES), Movimento de Ação Sindical (MAS) e do Movimento Terra, Trabalho e Liberdade (MTL), correntes internas do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Na avaliação desses grupos, era impossível desenvolver um sindicalismo combativo devido às posições acríticas e passivas da CUT frente as políticas do governo Lula, que mantinha a política macroeconômica de Fernando Henrique Cardoso, promovendo em seu primeiro mandato reformas que ameaçavam direitos trabalhistas e previdenciários, como no caso dos servidores públicos em 2003, e pela participação nos conselhos e organismos tripartites de discussão das reformas trabalhista, tributária, previdenciária e sindical (GALVÃO, 2013, págs. 82 e 83).

O movimento sindical brasileiro nos anos 2000 teve alterações significativas em sua configuração. Como destacamos no caso do surgimento da Conlutas, em que havia uma parcela do movimento sindical “CUTista” insatisfeita com a postura da Central frente a política do governo Lula. Porém, o sindicalismo no Brasil não se viu diante apenas desse processo de ruptura. Ainda do campo que compunha a CUT, por avaliações similares ao grupo que veio fundar a Conlutas, houve a saída de movimentos que decidiram por formar a Intersindical²⁵. Para além desses exemplos, a partir das alterações na representação sindical, decorrente da Reforma Sindical²⁶ de 2007, houve mais rupturas nas centrais sindicais. Esse novo modelo de representação garantia a

²⁵ Atualmente a Intersindical encontra-se dividida em duas centrais. INTERSINDICAL – Instrumento de luta e organização da classe trabalhadora e INTERSINDICAL – Central da classe trabalhadora.

²⁶ A referida lei estabelece critérios de representatividade (como a representação de, no mínimo, 5% do total de trabalhadores filiados a sindicatos no país, além da comprovação da filiação mínima de 100 sindicatos) e assegura o repasse de 10% da contribuição sindical para as centrais reconhecidas. Esses fatores desencadearam movimentos de divisão e de fusão de correntes sindicais. (Brasil: o movimento sindical e popular na década de 2000 Armando Boito, Andréia Galvão e Paula Marcelino pág. 45-46).

participação das Centrais nas mesas de negociação e o recebimento de 10% do imposto sindical para as que atingissem os critérios mínimos de representação. Nesse processo são fundadas a Nova Central Sindical de Trabalhadores, a União Geral dos Trabalhadores e a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil.²⁷

Entre os dias 5, 6 e 7 de maio de 2006, ocorreram na cidade de Sumaré-SP, o Congresso Nacional de Trabalhadores (CONAT). Foi durante esse evento, após intensos debates de diversos temas, que se aprovou a criação da CONLUTAS. Fundava-se, naquele momento, um modelo de organização sindical que abarcava as lutas dos movimentos populares, estudantis e de luta contra as opressões, testando, dessa forma, uma concepção de entidade sindical e popular que aglutinaria os movimentos dos trabalhadores nas suas mais variadas esferas e formas. Aquele movimento era o apogeu das organizações das lutas contra as reformas propostas pelo governo de Lula e que não encontravam na CUT a possibilidade de articulação para o seu enfreteamento.

No CONAT, os trabalhadores debateram sobre a conjuntura internacional, nacional e as concepções de entidade, programa e estatuto²⁸. O ponto de conjuntura nacional, sem dúvida, era a discussão que definiria a origem da Central. Nesse sentido, o texto sobre a conjunta política do país expressava os motivos políticos da criação da Conlutas. As análises expressas no caderno de resoluções do congresso fazem uma avaliação crítica do governo Lula até aquele período, indicando que a política

²⁷ Fora da CUT, sete entidades ligadas ao sistema confederativo, historicamente contrárias a mudanças na estrutura sindical, criaram a Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST), com o objetivo de defender a permanência, supostamente ameaçada, da unicidade sindical (NCST, 2005). A legislação que possibilitou o reconhecimento oficial das centrais sindicais gerou um processo contraditório. Por um lado, verificaram-se movimentos de fusão, a exemplo do processo que resultou na criação da União Geral dos Trabalhadores (UGT). Essa nova central originou-se da fusão de três pequenas centrais. Por outro lado, ocorreram novas divisões, a exemplo da saída da Corrente Sindical Classista (CSC), corrente vinculada ao PCdoB, da CUT em 2007. Essa saída possibilitou que a CSC criasse a sua própria central sindical, a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB). Tanto no caso da criação da UGT quanto no da criação da CTB, as decisões parecem ser mais de ordem pragmática: no que se refere à UGT, as antigas pequenas centrais que se fundiram para a sua criação visavam cumprir os critérios de representatividade para ter acesso ao reconhecimento legal e à fonte de custeio garantida pelo governo. A fusão não resulta, necessariamente, de uma afinidade político-ideológica que existiria entre elas. No caso da CSC, tratou-se também de aproveitar a oportunidade de passar a receber os recursos da contribuição sindical, mas, nesse caso, visando constituir uma estrutura alternativa de poder. Os dirigentes da CTB não tinham divergência política de fundo com a direção da CUT, tanto que alegam que, embora tenham se retirado da CUT, não pretendem romper com ela e nem tratá-la como adversária. (Brasil: o movimento sindical e popular na década de 2000. Boito, Galvão e Marcelino (2009, págs. 45-46).

²⁸ Dentre os diversos fatores da conjuntura internacional, naquele momento, os delegados e delegadas presentes ao Congresso indicaram alguns pontos como centrais. Dentre estes, os enfreteamentos a Guerra e ocupação do Iraque, a defesa do povo palestino, a retirada das tropas brasileiras do Haiti, a militarização dos países da América do Sul com o Plano Colômbia, a disputa pelos hidrocarbonetos na Bolívia, as políticas comerciais dos Estados Unidos, com a ALCA, os Tratados de Livre Comércio, como também o problema da dívida externa e interna.

econômica deste governo se assemelharia a de Fernando Henrique Cardoso, período de implementação de uma intensa agenda neoliberal. A tese desenvolvida pela central era:

Lula governa em nome dos interesses do capital financeiro internacional e das classes dominantes brasileiras, principalmente banqueiros e das grandes empresas multinacionais. [...] Sua política econômica – baseada em uma estabilidade alicerçada nos altos juros, em uma obediência canina as ditames do FMI e ao capital internacional[...] Assim, enquanto os donos dos bancos tem lucros recordes [...] o Brasil governado por Lula segue sendo tão desigual quanto o de Fernando Henrique Cardoso (Caderno de Resoluções – CONAT 2006, pag. 12).

De acordo com as resoluções congressuais, além da semelhança entre a política econômica de Lula com os governos de FHC, materializada na política de juros, no pagamento das dívidas externas e internas e nas reformas neoliberais, o problema da corrupção também foi destacado. Naquele período, o escândalo do “Mensalão” estava no seu auge midiático e a crítica desenvolvida era a de que a corrupção faria com que o modo petista de governar, agora, se assemelharia aos partidos de direita também neste quesito:

Diante disso, faz-se mais necessário do que nunca levar adiante a unificação de todas as lutas da classe trabalhadora e da juventude por salários, emprego, terra e moradia. Sempre com a perspectiva de direcioná-las contra as reformas neoliberais, tais como a reforma sindical e trabalhista, a reforma da Previdência e o pagamento das dívidas externas e internas (Caderno de Resoluções – CONAT 2006, pag. 15).

A origem sindical de Lula e sua grande base popular faziam com que seu governo conseguisse aplicar a política neoliberal e, mesmo assim, gozasse de extrema popularidade, ainda que suas ações contradissem as expectativas criadas em torno a sua eleição. A implementação desta agenda, para a Conlutas, só foi possível graças à leitura de cooptação dos movimentos sindical e popular por parte do governo:

Para executar este projeto, Lula se apoia na confiança que tem junto à classe trabalhadora e na relação particular mantida com organizações sindicais e populares como CUT, MST, Coordenação dos Movimentos Sociais, UNE e UBES. O presidente busca convertê-las em seus pilares de sustentação, levando-as a trancar as lutas, anulando a combatividade do movimento sindical e popular (Caderno de Resoluções – CONAT 2006, pag. 14).

Este ponto seria crucial para a criação da Central, pois, segundo a avaliação, evidenciava-se a necessidade de reorganizar as lutas dos trabalhadores e da juventude, já que não encontravam mais a possibilidade de ocorrer no interior daquelas que eram as principais organizações dos movimentos sindicais e populares do país.

Em sua fundação foi, então, definido, que a Central seria uma organização voltada para a unificação dos setores combativos, constituindo-se enquanto uma

alternativa para os trabalhadores. Portanto, a Conlutas, se materializaria como parte do processo de ruptura da CUT:

Consolidar a CONLUTAS como nova entidade nacional é uma necessidade para seguirmos fortalecendo este polo de aglutinação de forças que construímos até aqui. Transformá-la em uma entidade, fortalecendo sua estrutura, é importante para evitar a dispersão das forças que se afastam da CUT e demais centrais pelegas neste momento. [...] Ou seja, trata-se de uma necessidade dos trabalhadores, de uma alternativa para organizar e impulsionar suas lutas frente a traição e ao abandono da CUT. [...] O processo de reorganização dos sindicatos e movimentos sociais do nosso país segue em curso e está longe de terminar: 1) há muitos sindicatos que, cada vez mais descontentes com suas centrais, devem romper e buscar alternativas; 2) há inúmeros movimentos sociais e populares em busca de alternativas para avançar em suas lutas; 3) há setores de esquerda que atuam no movimento sindical e ainda não estão na CONLUTAS; 4) há também o processo de disputa da direção dos sindicatos pelegos, no sentido de retomá-los para a luta dos trabalhadores (Caderno de Resoluções – CONAT 2006, pag. 19).

A partir da constatação da cooptação das entidades e o abandono da organização das lutas da classe trabalhadora contra as políticas de ofensiva do capital de retiradas de direitos, iniciou-se o debate da possibilidade de experiência de um novo tipo de concepção de entidade, unificando, em uma mesma Central, os movimentos sindicais, populares e de juventude, da cidade e do campo.

Os trabalhadores brasileiros aguardam com ansiedade a criação da CONLUTAS, especialmente os lutadores que têm enfrentado as reformas neoliberais dos governos FHC e Lula – mais particularmente os que já romperam com a CUT, central sindical que a maioria dos presentes nesse Conat ajudou a construir e que foi de vez para o lado do governo e dos patrões (Caderno de Resoluções – CONAT 2006, pag. 20).

Embora a convicção dos presentes indicava a necessidade de reorientar a organização dos trabalhadores em uma nova entidade nacional, havia a compreensão da crise e dispersão do “novo sindicalismo” e a consciência de sua consequência para o conjunto dos sindicatos e movimentos sociais. Essa preocupação, portanto, foi tema de debate incorporado às reflexões programáticas da nova central e a busca da unidade dos trabalhadores deveria ser um dos meios de supera tal crise. Para isso, há indicação recorrente nos textos, de se buscar a unidade dos sindicatos, e avaliando as dinâmicas do movimento sindical, que a Conlutas avance para setores do sindicalismo presente em outras centrais, ou mesmo ausente de qualquer organização nacional.

A CONLUTAS deve ser uma organização capaz de dar conta do grande enfrentamento com o sistema capitalista. Para isso, deve avançar em relação a uma limitação histórica das centrais sindicais em nosso país: a de representar menos da metade da classe trabalhadora, aquela que está no mercado formal de trabalho. Portanto, o Conat deve também reafirmar o chamado a todas as organizações sindicais e populares de luta que hoje buscam uma alternativa para que venham se somar à construção da

CONLUTAS. Deve também manter e intensificar o esforço para estreitar as relações com os setores da esquerda que ainda não estão na CONLUTAS. E deve, por último, intensificar o trabalho de construção de oposições sindicais para disputar os sindicatos com a pelegada, seja da CUT, seja das outras centrais pelegas. (Caderno de Resoluções – CONAT 2006, pag. 20).

Na apresentação da fundação da nova Central, orientava-se que sua concepção estivesse adequada às novas formas de organização das lutas:

Esta nova entidade precisa trazer para seu interior também os trabalhadores desempregados, organizados nos movimentos populares e sociais, de luta por moradia, pela terra, contra a discriminação e opressão, organizações e movimentos ambientalistas, organizações da juventude que queiram aliar-se aos trabalhadores em suas lutas, etc (Caderno de Resoluções – CONAT 2006, pag. 20).

A orientação das políticas e das ações dos movimentos sindicais e populares são geralmente guiadas por conjuntos de princípios. Durante a aprovação da fundação da CONLUTAS, foram definidos seis conjuntos de princípios que guiarão o funcionamento e o estabelecimento de qualquer ação política da Central. Os princípios elencados servirão para assegurar coerência política e para que não houvesse degeneração de sua concepção. A independência de classe, a construção da unidade da luta dos trabalhadores, a defesa da ação direta, a autonomia frente aos partidos políticos, a democracia e a unidade na ação e a solidariedade internacional entre os trabalhadores foram os princípios aprovados no Congresso e que vieram a fazer parte do estatuto da CONLUTAS.

O primeiro princípio, de independência de classe, incorpora a independência e autonomia na política, financeira e administrativa, da Central frente ao empresariado, qualquer governo ou instância do Estado. Este princípio é identificado diretamente com a seguinte citação de Marx, contida no texto do estatuto: “*libertação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores*”. Portanto, qualquer vínculo nessas três esferas (política, econômica e administrativa) que atravessasse a “fronteira” de classe colocaria em risco o projeto de emancipação da classe trabalhadora. Esse princípio, desse modo, vetava o recebimento de recursos financeiros e impedia a participação de qualquer dirigente da Central em cargos e funções públicas em qualquer instância de governo (Caderno de Resoluções – CONAT 2006, pag. 25).

O segundo princípio aprovado e incorporado ao estatuto é o de construção da unidade na luta dos trabalhadores. Este princípio estabelece que a Central tem por obrigação promover ações unitárias do conjunto dos trabalhadores para conquistar *seus objetivos imediatos e históricos*. Compreendendo que no interior da classe trabalhadora

existem divisões, é uma tarefa de a Central combater qualquer tipo de fragmentação, que enfraquece a luta da classe trabalhadora. Ressalta-se, contudo, que a busca pela unidade não poderá sacrificar qualquer outro princípio da Central.

A CONLUTAS defenderá e atuará para assegurar a unidade dos trabalhadores na luta por defender seus direitos e interesses. [...] no entanto, não aceitará a utilização da *defesa da unidade*, como forma de sacrifício à independência de classe dos trabalhadores ou paralisar suas lutas[...] (Caderno de Resoluções – CONAT 2006, pag. 25)

Assim, como os demais princípios, a defesa da ação direta tem como objetivo reafirmar a concepção de sindicalismo adotada no Brasil com o novo sindicalismo dos anos 1980 - que foi abandonada pela CUT em seu processo de transformação nos anos 1990 e 2000. O resgate do sentido das lutas, greves, manifestações, mobilizações, ocupações etc. como tática prioritária de intervenção viria para negar os métodos utilizados pelas Centrais “pelegas” que priorizavam a negociação nos gabinetes e escritórios.

A CONLUTAS defende a ação direta dos trabalhadores, sua mobilização coletiva, como forma privilegiada de luta. Isso não significa desprezar a importância de outras formas de luta como a atuação no parlamento ou a luta jurídica; tampouco significa deixar de utilizar as negociações e acordos sempre quando que se fizerem necessários e forem aprovados na base. Mas todas as demais formas de atuação deverão estar subordinadas à sua ação coletiva, à sua mobilização, pois essa é a principal garantia de vitória da classe trabalhadora (Caderno de Resoluções – CONAT 2006, pag. 25).

O quarto princípio indica a preocupação da Central frente à autonomia em relação aos partidos políticos. Embora o texto aponte que a entidade não é “apolítica, devendo posicionar-se sobre os acontecimentos políticos da sociedade”, e que a participação dos partidos políticos é válida para o fortalecimento das lutas dos trabalhadores, a Central guardará e irá “preservar sua autonomia em relação a eles, o que significa que todas as suas decisões – políticas, administrativas e financeiras – serão tomadas de forma soberana nas suas instâncias de deliberação” (Caderno de Resoluções – CONAT 2006, pag. 25). Essa deliberação aponta uma cautela contra a instrumentalização da Central por organizações políticas, independente da vontade das suas entidades filiadas, princípio que, segundo o texto do estatuto, visa preservar a democracia interna.

A possibilidade de incorporação de uma diversidade de organizações políticas é expressa em diversos momentos no estatuto. Pode-se verificar esta preocupação quando se reconhece a necessidade da busca de setores de esquerda que ainda não compõe a Central, tanto os que pertencem a CUT ou a qualquer outra central. Desta maneira, o princípio da *democracia e de unidade na ação* garantiria o respeito às diferenças que

viriam a ocorrer nos debates, assegurando um funcionamento democrático de suas instâncias e privilegiando a ação unitária na atuação com as políticas deliberadas pela Central.

A CONLUTAS deve pautar seu funcionamento em formas e processos que assegurem a democracia e um rico e saudável debate interno, respeitando a diversidade política no seu interior. Os processos de decisão políticas devem basearem-se em ampla participação das entidades e organizações a ela filiadas. Consequentemente, as decisões tomadas de forma coletiva e democrática devem assegurar a unidade na ação e todos os seus componentes, fortalecendo a capacidade de luta do conjunto (Caderno de Resoluções – CONAT 2006, pag. 26).

O sexto princípio aprovado está contido no debate do internacionalismo proletário, em que se compreende que o capitalismo é um sistema econômico mundial e, portanto, as lutas dos trabalhadores, em qualquer lugar do mundo, devem ser cercadas de solidariedade, uma vez que enfrentam, direta ou indiretamente, os mesmos mecanismos de exploração e opressão que abatem sobre a classe trabalhadora brasileira.

A solidariedade internacional, a unidade dos trabalhadores e organizações da classe trabalhadora de todas as regiões do planeta em defesa dos seus direitos e interesses, é um objetivo permanente a ser buscado pela CONLUTAS. A libertação da classe trabalhadora de toda forma de opressão e exploração que ela sofre no mundo em que vivemos, é uma tarefa que não se inscreve apenas nos marcos de um país e, sim, deve ser elevada em nível internacional (Caderno de Resoluções – CONAT 2006, pag. 26).

Nos dois próximos tópicos nos deteremos nos documentos de resolução dos dois primeiros congressos da organização e a contribuição dos movimentos populares.

1º Congresso da Conlutas

Após dois anos de sua fundação como Central, a Conlutas organizou, em junho de 2008, o seu primeiro Congresso Nacional²⁹. A Central entrava, então, em um novo momento. Após a realização do primeiro encontro nacional, em 2004, e com a decisão de transformação da CONLUTAS em Central, em 2006, no CONAT, os participantes, no primeiro congresso, estabeleceram como objetivos ir além das análises de conjuntura nacional e internacional, fortalecendo os debates sobre os movimentos populares, de juventude e de combate às opressões, na busca de consolidar a Conlutas como entidade representativa dos diversos segmentos que compõem a classe trabalhadora brasileira.

²⁹ “O 1º Congresso da CSP-Conlutas contou a participação de 11 movimentos populares urbanos e um movimento popular rural. Esses movimentos têm sido peça importante na consolidação da entidade que além atuar na defesa das lutas dos trabalhadores atua também na defesa dos movimentos sociais por terra, moradia e contra a criminalização. No campo, na cidade, ou no chão da fábrica as lutas se fortalecem quando são unificadas.” (<http://cspconlutas.org.br/2012/05/a-participacao-do-movimento-popular-do-1-congresso-da-csp-conlutas-e-a-importancia-das-unificacoes-as-lutas/>)consultado 10/07/2017.

A análise parte da avaliação do que já havia sido feito nesses quatro primeiros anos e do que era necessário se debruçar para traçar os novos desafios. Em torno à tese da reorganização sindical dos trabalhadores, produzida pela cooptação da CUT frente a continuidade de aplicação de uma política econômica neoliberal por parte do governo Lula, foi traçada a avaliação do desenvolvimento da Conlutas e dos seus prognósticos:

[...]. Esse processo [reorganização] expressa contradições que já vinham acumulando-se há tempos, e que toma um salto com a crise de representação aberta pela posse de Lula na presidência da república, em 2003, e na cooptação das organizações dos trabalhadores promovidas por este governo. Na medida em que estas organizações abandonam a defesa dos interesses dos trabalhadores, a necessidade que se coloca é a da construção de alternativas para dar continuidade à luta da nossa classe. É buscando responder a esta necessidade que a Conlutas vem sendo construída por um conjunto de sindicatos, movimentos populares e organizações da juventude, desde 2004. Ela firmou-se neste período como o principal polo de aglutinação de forças, daqueles que mantiveram sua independência em relação ao Estado e aos governos e que estão na luta da classe trabalhadora. Este resultado foi fruto, por um lado, do esforço feito pela Conlutas para organizar e impulsionar a luta dos trabalhadores neste período. E, por outro lado, pela defesa permanente que temos feito, em todo este período, da necessidade que unirmos todos os que lutam na construção de uma única alternativa para a luta dos trabalhadores. A defesa da unidade de todos os que lutam não é retórica. Trata-se de uma necessidade da nossa classe já que, mesmo todos juntos, somos muito poucos para o tamanho dos desafios que a luta de classes nos coloca no Brasil. É esta a base que nos levou a aprovar na Coordenação Nacional o chamado à Intersindical, para que unificássemos nossas forças e avançássemos na construção de uma alternativa única. Esta seria, sem dúvida, muito mais forte, quantitativamente e qualitativamente que a Conlutas e Intersindical separadamente. O desafio que deve ser assumido por este Congresso, então, é o de, em primeiro lugar seguir fortalecendo a Conlutas (Caderno de Resolução – 1º Congresso da Conlutas – 2008, pág. 118).

A explosão da crise econômica nos Estados Unidos, poucos meses antes do Congresso, fez com que esse fosse o principal tema do debate no ponto de conjuntura internacional. A busca pelo aprofundamento da compreensão sobre as consequências desta crise, na política mundial, contribuiu para a análise das ações dos governos e da dinâmica das lutas sociais que desencadeavam. O entendimento era de que a saída de uma grave crise econômica, para a burguesia, perpassaria pela busca da redução do custo da mão de obra para recompor as taxas de lucro. Por isto, os debates apontavam que viriam muitos ataques aos direitos sociais nos próximos períodos e que, portanto, era fundamental se antecipar a eles e organizar as lutas. Este panorama já estava presente em alguns países europeus, o que, de certa maneira, auxiliou no entendimento do desenrolar da crise.

Para a América Latina, a principal avaliação apontava que, nos últimos anos, um conjunto de políticas denominadas neoliberais permitiram a intensificação da

exploração dos trabalhadores e o avanço da rapina sobre os recursos naturais e patrimônio dos países (Caderno de Resolução – 1º Congresso da Conlutas – 2008, pág. 17). Com esse cenário, portanto, desenvolveram-se muitos processos de lutas nos diversos países do cone sul e, como consequência, trouxe a vitória de diversos candidatos de oposição aos governos neoliberais, que dominaram a América Latina nos anos 1990. O documento cita os casos de Brasil, Uruguai, Bolívia, Chile, Equador, Paraguai, Venezuela e Argentina. Embora tenha se posicionado de maneira crítica aos governos anteriores, que implementaram uma agenda neoliberal, a Conlutas prognosticava: *a crise se abaterá sobre esses “novos” governos, que vão desnudar seu caráter de classe e buscar jogar o peso dela sobre as costas dos trabalhadores.* (Caderno de Resolução – 1º Congresso da Conlutas – 2008, pág. 17).

A partir do texto de análise de Conjuntura da América Latina, os apontamentos indicavam que a Conlutas deveria manter sua independência frente a todos esses governos, pois, embora contassem com bases populares que sustentavam seus mandatos, bem como um discurso de crítica ao imperialismo, a atuação prática não era tão contundente. “Desta maneira, a Conlutas possuía uma visão bem cética em relação a todos esses governos ditos “Democráticos Populares”, de Frentes Populares” ou Nacionalistas”, que passaram a dominar o cenário político latino-americano nos anos 2000.

O debate sobre a conjuntura nacional, deste modo, apresentava a compreensão da situação política brasileira após a eleição de Luís Inácio Lula da Silva em 2003. O descontentamento com o governo de FHC contribuiu para que Lula fosse eleito representando a esperança de milhões de brasileiros a partir da possibilidade de uma outra configuração político-econômica para o país. Porém, a leitura de conjuntura da Conlutas indicava o contrário: Lula seguia implementando a política da burguesia internacional, apoiada por setores da elite nacional; permaneciam as privatizações, o pagamento da dívida pública e a retirada de direitos dos trabalhadores. Embora houvesse algum tipo de política social, a Conlutas considerava-a como consequência do ciclo de crescimento econômico mundial. Portanto, eram políticas compensatórias e não estruturais, já que as reformas estruturais propostas caminhavam na direção oposta, como, por exemplo, a Reforma da Previdência do funcionalismo público, a Reforma Trabalhista, que flexibiliza direitos da CLT, e a Reforma Sindical, que visava aprofundar o controle do movimento sindical com a política de reconhecimento e

financiamento das Centrais. A inflação e a criminalização dos movimentos sociais foram, também, alvo das críticas do texto presente no Caderno de Resoluções.

Portanto, neste ponto, a deliberação foi a seguinte: *reafirmar que a Conlutas faz oposição de esquerda ao governo Federal, aos governos estaduais e busca organizar a luta para derrotar o projeto comum que os une*. A partir desta orientação política, decidiu-se por organizar um plano de lutas com um conjunto de reivindicações que refletissem os principais pontos de luta dos trabalhadores: “Na conjuntura atual está colocada a necessidade de [...] lutas unificadas em defesa dos salários e dos direitos. A ação direta é a ação prioritária que os trabalhadores têm para defender seu salário, seus direitos e para mudar o país. (Caderno de Resolução – 1º Congresso da Conlutas – 2008, pág. 30)

Movimentos Populares

No caderno de resoluções do Congresso, foi apresentado o Relatório do I Seminário Agrário da Conlutas, evento realizado nos dias 10 e 11 de abril de 2008, em Uberlândia-MG, e que contou com a presença dos movimentos MPRA/MTL-DI/MLST³⁰ e Conlutas no Campo (Norte de Minas), o ANDES-SN e os assentamentos Santo Dias (Ribeirão Preto-SP), Benedito Alves Bandeira(Acará-PA), 1º de Maio (Buritizeiro-MG), Solano Alves (Comendador Gomes-MG), Terra Firma (Uberlândia-MG), José Bandeira (Pirapora-MG), 1º de Maio (Comendador Gomes-MG), Chico Mendes(Inhumas-GO) e os pré-assentamentos Valdir dos Santos (Uberlândia-MG) e Terra e Liberdade(Jataí-GO), representando, no total, 1252 famílias.

Durante o debate, identificou-se um aprofundamento do agronegócio no Brasil, com esse processo, resultando o aumento da concentração fundiária e da miséria para os trabalhadores do campo. Esse desenvolvimento ocorre, segundo o debate expresso no caderno de resoluções, devido a política de incentivo a monocultura, especialmente a cana de açúcar destinada a produção de combustível. Conjugada a essa política do governo Lula, as principais entidades do movimento social do campo, CUT-CONTRAG, FETAGRI e setores da direção do MST, capitulam ao governo e assim debilitam o processo de resistência a essa política. As resoluções apresentam que também foi denunciada a continuidade da repressão e criminalização dos movimentos

³⁰ MPRA - Movimento Popular pela reforma Agrária; MTL-DI - Movimento Terra, Trabalho e Liberdade (democrático e independente) - dissidência do MTL (Movimento Terra, Trabalho e Liberdade; MLST - Movimento de Libertação dos Sem Terra).

do campo e o sucateamento dos órgãos governamentais ligados à área (Caderno de Resoluções – 1º Congresso da Conlutas – 2008, pág. 60).

Para além do debate de conjuntura da luta do campo, foi apresentada a situação de funcionamento do GT de Movimento Populares, em que se ressaltou a sua positividade por permitir a articulação de setores específicos do movimento e das lutas do campo e da cidade. Não obstante esta positividade constatou-se a predominância das lutas e dos movimentos urbanos neste GT, o que fez evidenciar a necessidade da criação de um GT-Agrário. No entanto, houve posicionamentos que enfatizaram questões sobre esta criação, “pois se por um lado permitirá um debate mais específico, também desagrega a unidade expressa no formato GT de Movimentos Populares”. Na direção de um tratamento maior em relação á questão agrária, levantou-se a necessidade de debates sobre assessoramento no campo jurídico, mais específico para a questão agrária, orientações sobre formas de captação de recursos e acompanhamentos referentes as lutas e ações do movimento. Neste ponto, foi identificado “que os movimentos camponeses que hoje atuam na Conlutas encontram-se bastante fragmentados e que é necessário dar início a uma discussão que permita avançar no terreno da unidade, desde a combinação de nossas ações até, quem sabe, uma unificação de caráter mais orgânico com referência na própria Conlutas (Caderno de Resoluções – 1º Congresso da Conlutas – 2008, pág. 61).

Neste congresso, surgiram diversas outras contribuições para o debate dos movimentos populares, dentre elas, a “Contribuição para o debate de construção de uma Frente Nacional de Movimentos Populares”. Neste texto, evidenciou-se a forte institucionalização das lutas e dos movimentos sociais nos governos petistas, o que contribuiu para o fortalecimento da fragmentação dos mesmos. Caderno de Resoluções – 1º Congresso da Conlutas (2008, pg. 62).

O texto referente a esta constatação inicia-se com uma análise da situação da organização dos movimentos populares no Brasil, indicando graves problemas de institucionalização, esvaziamento dos espaços unitários de organização das lutas e, conseqüentemente, abandono das mobilizações como tática para a transformação social. Toda essa caracterização converge com o entendimento de que houve um processo de expectativa excessiva com o mandato de Luís Inácio Lula da Silva a frente do governo federal, o que trouxe uma amenização dos enfrentamentos. Para além da caracterização da atualidade de organização dos movimentos populares, essa contribuição apresentava uma proposta de criação de uma Frente Nacional de Movimentos Populares Urbanos:

“depois da violenta institucionalização da luta, faz sentido pensar numa frente em que se organizem Movimentos Populares Urbanos Combativos, que priorizem em sua organização a ação direta e de massa em detrimento dos espaços institucionais”. Esta propositura apontava a necessidade de buscar sempre o diálogo com os diversos setores da esquerda. Compreendia-se que as demandas dos centros urbanos não permitiam analisar e atuar de forma fragmentada, pois todos esses problemas teriam uma mesma raiz: a luta por trabalho e outros direitos sociais se confunde com a luta por moradia que, por sua vez, se completa na luta por infraestrutura urbana, serviços públicos de qualidade, na diminuição dos custos de vida entre um mar de outras demandas (Ibidem, pág.62).

Evidenciou-se um histórico de resgate da articulação dos movimentos em ações unitárias, apontando que o amadurecimento desse processo ocorreu com a Jornada Nacional de Lutas Populares poucos meses antes do 1º Congresso da Conlutas. Por isto, com esta resolução, avalia-se que a Conlutas poderia contribuir para o desenvolvimento de uma articulação nacional dos movimentos populares. Entre os encaminhamentos, definiu-se:

Fóruns Permanentes de discussão entre os movimentos que estão construindo a Frente. A ampliação contínua com a integração de movimentos que queiram também construir este espaço territoriais (como os movimentos de moradia) ou não (como os movimentos por serviços públicos). O esforço de buscar alcançar princípios comuns para a construção efetiva da unidade.

Ultrapassar os limites da frente ao construir unidades com as organizações e centrais combativas na luta que travam com os espaços pelegos e institucionalizados. Construir a Frente é uma árdua tarefa que recai sobre aqueles que se mantêm coerentes com uma perspectiva de vida que só a luta pode trazer. Todos os movimentos que seguirem partilhando este princípio podem e devem juntar-se a nós para erigir um espaço onde possamos juntos realizar as lutas de transformação que hoje caminham apartadas (Caderno de Resoluções – 1º Congresso da Conlutas – 2008, pág. 63-4).

A seguir, exporemos algumas resoluções ligadas aos temas de combate às opressões. São resoluções e propostas de contribuição ao debate ligadas às discussões sobre o machismo, racismo e a Lgbtfofia.

Movimentos de luta contra as opressões

Movimento GLBT³¹

A primeira destas resoluções refere-se aos direitos sexuais, trabalhistas e previdenciários das mulheres trabalhadoras do sexo³², que foram apresentados por duas associações e uma federação representativas das trabalhadoras do sexo. O texto expressou a situação de vulnerabilidade e insegurança que vivenciavam as trabalhadoras do sexo nas grandes e médias cidades, um cenário de extorsões, negação de direitos e humilhações. A abordagem com um conteúdo de reflexão classista, de defesa da liberdade sexual e de combate ao patriarcado, os travestis, transexuais e homens que atuavam na atividade de prostituição, defende a necessidade de formalização da atividade e o direito à sindicalização como meio de assegurar os direitos trabalhistas e previdenciários e garantia a melhoria da qualidade de vida das prostitutas. Por isso argumentam que necessitam de proteções contra as doenças sexualmente transmissíveis e uma política previdenciária especial, justamente pela desvalorização acentuada dos profissionais envelhecidos desta categoria (Caderno de Resoluções – 1º Congresso da Conlutas – 2008, pág. 67.)

No tema GLBT foram apresentadas três resoluções específicas³³: a primeira pelo Grupo de Trabalho GLBT da Conlutas, a segunda pelas associações e federação das (os) trabalhadoras (es) do sexo e a terceira pelo grupo Conspiração Socialista. A primeira resolução apresentou o processo de mercantilização e cooptação do movimento GLBT, o que lhe vem tirando autonomia e a combatividade, bem como o fortalecimento da ideia de que estão sendo obtidos grandes avanços para a população homossexual como um todo, quando tais conquistas atingem centralmente a parcela economicamente dominante dos GLBTs. O GT GLBT da Conlutas indicava³⁴ a necessidade de resgatar o caráter de luta do movimento com uma perspectiva classista para combater a homofobia, repudiando assim, esta ideologia que contribui para dividir a classe trabalhadora e que impõe uma condição de opressão sobre os(as) trabalhadores(as) GLBT.

³¹ Sigla até então utilizada pelo movimento de Gay's, lésbicas, bissexuais e travestis. Atualmente, o termo utilizado é LGBTT, como medida de combate a invisibilidade lésbica e incorporando as pessoas transexuais.

³² *Ibidem*. págs. 66-67.

³³ Caderno de Resoluções – 1º Congresso da Conlutas – págs. 70-4.

³⁴ As proposta de resolução do GT de GLBT da Conlutas tem como ponto de partida a discussão e as políticas aprovadas na primeira plenária nacional do GT, realizada dia 20 de maio.

Com isso, queremos afirmar categoricamente que gays e lésbicas da classe trabalhadora seguem sofrendo com o preconceito, a violência, a exploração e perseguição nos locais de trabalho e estudo e nas periferias. Por isso entendemos que é preciso construir um movimento que resgate o caráter de luta do que foi o movimento homossexual há décadas atrás, bem como que rompa com o isolamento dos demais movimentos sociais, buscando o diálogo e a unidade com as entidades e movimentos do conjunto dos explorados e oprimidos do país. A Conlutas, por sua própria natureza, é hoje a única entidade que pode agregar os mais diversos setores na luta contra as mazelas da sociedade capitalista, a exploração, o preconceito e a discriminação dos quais tanto se beneficiam as classes dominantes. (Caderno de Resoluções – 1º Congresso da Conlutas – 2008, pág. 70).

O GT apresenta, ainda, algumas propostas de encaminhamento para aprovação do congresso. Como proposta organizativa, aponta-se a necessidade de melhor estruturação do GT e da realização de um Encontro Nacional a ser realizado no ano de 2009. As bandeiras políticas seriam sistematizadas em alguns pontos, sendo eles: luta pelo casamento civil e a extensão de todos os direitos do casamento, direito à adoção, repúdio à todo tipo de violência e assédio, pela criminalização da homofobia, contra a cooptação da Conferencia Nacional GLBT pelo Governo Federal, direito de educação sexual como forma de prevenção de doenças e pelo resgate do caráter de luta dos dias do “Orgulho Gay e Lésbico” (Caderno de Resoluções – 1º Congresso da Conlutas – 2008, pág. 71). A segunda proposta de resolução incorporava ao debate do movimento GLBT da Conlutas a assistência médica às pessoas transexuais, como garantia de acesso aos procedimentos cirúrgicos no Sistema Único de Saúde; a defesa de possibilidade de utilização em documentos oficiais do nome social; a inclusão no estatuto da Conlutas da luta contra a Lesbofobia e Transfobia, campanhas contra o tráfico nacional e internacional de seres humanos; a inclusão, no calendário de lutas da Central, dos dias 29 de agosto, Dia da Visibilidade Lésbica, e 29 de janeiro, Dia da Visibilidade Travesti; a construção de fóruns e agenda comum com o movimento negro para debater a temática do racismo, lesbofobia, transfobia e homofobia; a regulamentação do trabalho e sindicalização nas atividades de natureza sexual, bem como que esta não seja o único meio de sobrevivência da população transexual e travesti; e a exigência de políticas públicas para combater a histórica exclusão desse setor da população, como cotas nas instituições de ensino e demais ações. A terceira proposta reforçava os pontos apresentados nas resoluções anteriores e enfatizava a necessidade de visibilidade para as pautas GLBTTT (Gays, Lésbicas, Transsexuais, Transgêneros e Travestis) seja nos sindicatos, movimentos, escolas, ou qualquer outro espaço, com o recorte classista sempre definindo as ações.

Em seguida, teremos a apresentação no caderno de resoluções as resoluções aprovadas no 1º Encontro de Negros e Negras da Conlutas e do 1º Encontro de Mulheres da Conlutas que foram referendas pelo Congresso.

Movimento de Negros e Negras

O Encontro de Negros e Negras ocorreu em novembro de 2007 e contou com a participação de 610 participantes, sendo 469 delegados, 33 observadores e 08 convidados, com representantes de 11 estados e mais o Distrito Federal³⁵. O Encontro contou, também, com 10 grupos de trabalhos de temas específicos: Reparações e políticas afirmativas; Estatuto da Igualdade Racial; Educação, Raça e Classe e Reformas do Governo Lula; Cultura Afro-Brasileira; Mulheres Negras; Movimento dos Sem Terra e dos Sem Teto; Comunidade; Violência e Juventude; Funcionamento e Estruturação do GT; e Plano de Lutas.

Nesse sentido, foram feitas avaliações da situação da população negra brasileira em cada um dos grupos de trabalhos acima citados. No quesito de funcionamento e estruturação do GT de Negros e Negras, a proposta aprovada foi que este se estruturasse no mesmos moles da Coordenação Nacional, sendo seus representantes eleitos pelas suas entidades e movimentos. Este representante deveria ter o compromisso de ser um elo da entidade de base com a discussão racial realizada no GT, com mandato revogável a qualquer momento. Nesta resolução, apresentava-se também a necessidade de criação de um movimento amplo de caráter classista e socialista, que fosse oposição ao governo de Lula. Portanto, deveria ser tarefa deste movimento impulsionar a organização local da Conlutas e construir as diversas datas de luta do movimento negro e impulsionar nos sindicatos e movimentos grupos de debates permanentes sobre a questão racial (Caderno de Resoluções – 1º Congresso da Conlutas – 2008, pág. 93 e 94)

Ao final do Encontro, aprovou-se uma carta denominada de “Carta de São Gonçalo”, que além de conter considerações sobre as condições de vida da população negra no Brasil, apresentava as tarefas mais imediatas de luta. Abaixo as resoluções encaminhadas pela carta:

Que a militância da Conlutas deva fazer todos os esforços necessários no sentido construir uma organização sólida que dê respostas às demandas históricas e conjunturais da comunidade negra. Construir um diálogo com todos os setores da comunidade negra que estejam dispostos a lutar contra as políticas de reformas do Governo Lula [...]. Conclamar todos os setores que estão dispostos a construir uma alternativa para o movimento negro que

³⁵ Caderno de Resoluções – 1º Congresso da Conlutas – págs. 85-97.

conduza uma luta sem tréguas contra o racismo, o capitalismo, o machismo, a homofobia, a intolerância cultural e religiosa e todo e qualquer tipo de opressão e exploração, no Brasil e no mundo, a discutir o programa e o plano de lutas aqui votados, com o objetivo de que, até o próximo congresso da Conlutas, em 2008, possamos dar uma forma organizativa a este movimento, bem como definirmos um programa comum, a partir das discussões que realizemos até lá. (Caderno de Resoluções – 1º Congresso da Conlutas – 2008, pág. 96 e 97).

Movimento de Mulheres

O Encontro Nacional de Mulheres da Conlutas realizou-se em abril de 2008 e contou com a participação de 821 delegadas e 211 observadoras, representando 228 sindicatos, 378 oposições sindicais, 147 movimentos e 261 jovens³⁶. O Encontro apresentou um conjunto de resoluções ao congresso. O evento dividiu suas resoluções em temas, totalizando 9 subtemas, abarcando considerações e resoluções para cada um deles: Conjuntura; Mulher no trabalho; Descriminalização e legalização do aborto; Violência contra a mulher; Mercantilização do corpo da mulher e a formação/ideológica das mulheres na sociedade capitalista; A mulher no movimento sindical; Mulher lésbica; Mulher jovem e Mulher negra.

No que se refere às resoluções aprovadas no encontro, constata-se a necessidade de criação de secretarias de mulheres em todos os sindicatos e movimentos, que de acordo com a resolução, teria como principal objetivo traçar política de discussão, formação e mobilização das mulheres da categoria para o debate dos pontos mais sensíveis e específicos de sua vida pessoal e profissional afetada pelo machismo, para serem incorporadas como pautas de luta da categoria. O encontro também definiu a importância de criação de política de cotas para as diretorias sindicais e dos movimentos, proporcional ao número de mulheres na base, com medida garantir a participação das mulheres e que suas demandas estivessem sempre em debate nas diretorias. Por fim, deliberou-se pela realização do 2º Encontro Nacional de Mulheres e pela necessidade de se discutir a fundação de um movimento feminista, classista e socialista para aprofundar o trabalho com as mulheres da classe trabalhadora. Todas as resoluções foram ratificadas pelo plenário do 1º Congresso da Conlutas (Caderno de Resoluções – 1º Congresso da Conlutas – 2008, pág. 107).

Sobre a aprovação da construção de um movimento classista de mulheres, segue abaixo a resolução aprovada:

Lançar um movimento feminista da Conlutas, classista e socialista; um movimento das mulheres trabalhadoras. Este movimento será uma alternativa

³⁶ Ibidem. Págs. 98-108.

às organizações governistas e de conciliação com a burguesia existentes. É a forma que nos permitirá separar as mulheres trabalhadoras da burguesia e do governo, uni-las à classe trabalhadora na luta contra a exploração e pelo socialismo e organizá-las também para combaterem a opressão. A construção do movimento deve se dar pela base, organizando no próximo período reuniões e/ou plenárias de mulheres em regiões municípios ou categorias convocadas nas bases das fábricas, bancos, escolas, ocupações, discutindo a realidade de opressão e exploração das mulheres, organizando pautas e reivindicações, possibilidades de mobilização e discutindo a necessidade de organização do movimento [...]. (Caderno de Resoluções – 1º Congresso da Conlutas – 2008, pág. 106 e 107).

Os debates prosseguiram com temas relacionando ao processo de reorganização dos trabalhadores. Tendo a compreensão de que os desafios presentes na conjuntura demandariam uma unificação de forças, retoma-se o debate do CONAT da necessidade da incorporação de setores de esquerda e combativos que ainda não se organizam na Conlutas. Aponta-se, ainda, a necessidade de fortalecimento do trabalho da Conlutas com as oposições sindicais, acompanhando as rupturas que viessem a ocorrer com a CUT e outras centrais sindicais. Haveria, portanto, um esforço de unificação com demais setores da esquerda, mais, especificamente, com a Intersindical.

É a base que nos levou a aprovar na Coordenação Nacional o chamado à Intersindical, para que unificássemos nossas forças e avançássemos na construção que uma alternativa única. Essa seria, sem dúvida, muito mais forte, quantitativa e qualitativamente que Conlutas ou a Intersindical separadamente.

Referendar a proposta de discussão apresentada pela Coordenação Nacional da Conlutas aos companheiros da Intersindical, visando construir as condições para a unificação das duas organizações
(Caderno de Resolução – 1º Congresso da Conlutas – 2008, págs. 118-19).

A compreensão da Conlutas é que as soluções para os problemas da vida dos trabalhadores não virão no interior da sociedade capitalista. Assim como Marx, Engels, Lenin e Trotsky demonstraram em suas elaborações sobre os sindicatos e seu papel na luta de classes, a Conlutas entende que a luta econômica cumpre um papel importantíssimo para impedir o rebaixamento do nível de condição de vida dos trabalhadores; uma luta, contudo, nos marcos das relações do capital, contra seus efeitos e não suas causas. Entende-se também, que, para além do efeito imediato de resistir às ações de espoliação do capital nas relações de trabalho, a luta econômica-corporativa cumpre o papel de educar os trabalhadores sobre os limites desta própria luta. Portanto, deve ser papel da luta sindical e do movimento popular avançar na consciência de classe para a superação da sociedade capitalista.

A Conlutas é uma organização de natureza sindical e popular, que organiza entidades sindicais, oposições sindicais, movimentos populares, movimentos sociais e organizações de juventude. A primeira razão de ser, portanto, da

nossa organização é o impulsionamento das lutas em defesa das demandas concretas de cada um destes segmentos da classe trabalhadora que estão organizados e representados pela Conlutas. A luta econômica, em torno das reivindicações concretas dos trabalhadores e da juventude é nossa primeira e essencial tarefa. No entanto, esta definição parte da compreensão que acumulamos na Conlutas, de que devido à natureza da sociedade capitalista, particularmente em sua fase imperialista, não é possível lutar conseqüentemente em defesa das demandas concretas dos trabalhadores sem questionar o sistema de exploração capitalista em sua globalidade. Não há espaços no capitalismo contemporâneo para concessões duradouras que melhorem a vida dos trabalhadores. A Conlutas entende, portanto, que a luta econômica e a luta política contra o capitalismo, suas instituições (leis, governos, parlamentos, Estado, etc) são uma mesma e única luta. Trata-se da luta pelo poder, para que os trabalhadores assumam o poder político na sociedade e, a partir daí, promovam a abolição da propriedade privada e o início da transição ao socialismo. A visão que desvincula a luta econômica da luta política contra o capitalismo e atribui esta aos partidos políticos, enquanto aos sindicatos e organizações de massa caberia apenas a luta em defesa das reivindicações “concretas”, leva a um sindicalismo economicista e corporativo. Reformista, portanto. A Conlutas entende que adoção de uma estratégia revolucionária e socialista não é uma atribuição exclusiva dos partidos políticos que tem esta orientação. É também dos sindicatos, dos movimentos populares, das organizações de juventude que querem lutar de forma coerente em defesa dos interesses dos trabalhadores e jovens, dos setores explorados e oprimidos nesta sociedade. Mas significa que a Conlutas deve fazer tudo isso sem perder estratégia, o entendimento de que todas estas lutas só levarão à uma solução definitiva das mazelas que elas buscam solucionar com o fim do capitalismo e construção de uma sociedade sem classes, uma sociedade socialista Ou seja, que cada luta concreta que travamos no nosso sindicato ou movimento, por mínima que seja a reivindicação, além de buscar a satisfação desta reivindicação concreta, deve também ser um momento de impulsionar a denúncia do capitalismo [...], o questionamento de suas instituições, e de defesa de uma sociedade igualitária e socialista. Só assim ajudamos a elevar a consciência política da nossa classe e a educá-la para as lutas futuras que teremos para transformar esta sociedade (Caderno de Resolução – 1º Congresso da Conlutas – 2008, pág. 114-5).

2º Congresso da Conlutas

Ocorrido no ano de 2010, nos dias 3 e 4 de junho, na cidade de Santos/SP, o 2º Congresso da Conlutas tinha como principais temas de debate: o balanço da Conlutas; a proposta de unificação com a Intersindical e demais entidades; princípios, estratégias e programa da nova organização, como também seu caráter; modelo de funcionamento da direção e o nome da nova Central.

Este congresso, realizado as vésperas do CONCLAT, tinha, com um dos seus pontos centrais, o debate de unificação com a Intersindical, MTST, MTL, MAS e Pastoral Operária Metropolitana de São Paulo. Convocado, também, para debater a conjuntura nacional e internacional, seria, este fórum, instância máxima de deliberação da Conlutas sobre suas propostas para a unificação - estas que já vinha sendo discutida em sua Coordenação Nacional.

A seguir, apresentaremos, em linhas gerais, as propostas apresentadas pela Secretaria Executiva Nacional da Conlutas para o debate no Congresso, sem, necessariamente, terem sido aprovadas em sua integralidade. Avaliamos que estas servem como um importante parâmetro para o conteúdo das discussões ali presentes. Nesse sentido, as propostas de resolução apresentadas pela Executiva Nacional foram aprovadas em reunião da Coordenação Nacional da Conlutas, em 23 de maio de 2010, sem que isso representasse prejuízo para apresentação de propostas contrárias no caderno de resoluções. Apresentaremos a seguir uma síntese destas propostas de resolução.

O primeiro ponto de discussão diz respeito ao balanço desde a fundação da Conlutas. Inicia-se, dessa forma, fazendo uma avaliação do período em que a entidade surgiu. No enfrentamento a essas diversas medidas de retirada de direitos, como as reformas da previdência, trabalhista e sindical, uma parte do funcionalismo público se deslocou à esquerda e ousou fazer oposição ao governo rompendo com as entidades tradicionais, iniciando, assim, a trajetória de organização da Conlutas. Embora tenha sido uma ação importante para reorganizar as forças da classe trabalhadora, acabou, naquele momento, não se estendendo para muitos setores. Era um cenário de forte ofensiva sobre os movimentos sindical e popular como parte do processo de cooptação do governo federal, de implementação de vários projetos de interesse do capital e com o governo gozando de alta popularidade. Ainda assim, a avaliação feita era de que foi possível se consolidar enquanto uma força independente, classista e socialista, mesmo que minoritária, no movimento sindical e popular. A política de oposição de esquerda ao governo de conciliação de classes de Lula, desempenhada pela Conlutas, em consonância à experiência pioneira de unificar os diversos setores da classes trabalhadora em uma mesma Central, resgatando os princípios de independência de classe, internacionalismo, ação direta como tática prioritária de luta pela superação da sociedade de classes etc., são pontos de destaque apresentados no balanço. Contudo, além dos aspectos positivos destacado no texto, admite-se a possibilidade e necessidade de se avançar na organização da Central. A Central avalia que necessita-se aumentar o número de categorias que influência e superar as debilidades na incorporação dos movimentos populares, de juventude e de combate as opressões.

Ao mesmo tempo em que reivindicamos e nos orgulhamos da experiência da CONLUTAS, reconhecemos seus limites, determinados pelo estágio da luta de classes em nosso país e por sermos uma organização minoritária. Por isso um dos nossos maiores acertos políticos foi o de ter definido, desde o Congresso de Sumaré, a busca pela unificação de todas as entidades e setores

do movimento sindical e popular que se negaram a serem cooptados pelo estado burguês (Caderno de Resoluções – 2º Congresso da Conlutas – pág. 14).

As propostas de resolução seguiam com apresentação dos princípios, estratégias e programa a serem defendidos pela Conlutas no processo de unificação. Para justificar as deliberações, foi apresentado um conjunto de considerações: que, em primeiro lugar, a crise capitalista impõe restrições e privações para a vida da maioria da população; que a luta econômica e política devem ser parte da mesma luta pela destruição do capitalismo; e que, para impedir a vitória do projeto histórico da classe trabalhadora, diversos instrumentos seriam utilizados pela classe dominante, tendo as instituições do Estado burguês a serviço da manutenção da ordem social burguesa, como exemplificado na estrutura sindical varguista ainda presente.

A partir destas considerações, a Conlutas reafirmaria seus princípios para serem apresentados ao congresso de unificação. A nova organização, portanto, teria como atuação uma estratégia socialista, adotando um programa anticapitalista, anti-imperialista e socialista e mobilizando a classe trabalhadora pelo tática de ação direta, preferencialmente, sobre a ação institucional. A independência de classe, autodeterminação dos trabalhadores, democracia operária, unidade da classe trabalhadora, autonomia frente aos partidos políticos e o internacionalismo seriam os meios para guiar a atuação da Central.

A CONLUTAS defenderá no Congresso de Unificação da Classe Trabalhadora que a entidade que vai surgir deste processo de unificação adote desde a sua fundação os princípios do internacionalismo proletário, do classismo, da total independência política, organizativa e financeira frente aos patrões, as Instituições do Estado e frente aos governos burgueses e a autonomia diante dos partidos políticos. Coerente com estes princípios, propomos também a defesa do socialismo como estratégia política e programática desta nova organização e a sua prioridade de atuação na ação direta da classe trabalhadora e a defesa da auto-determinação dos trabalhadores (Caderno de Resoluções – 2º Congresso da Conlutas – pág.16).

No tema sobre o caráter da nova Central, a Secretaria Executiva Nacional da Conlutas indicava que a nova organização deveria estar sempre à frente de todas as lutas da classe trabalhadora por uma vida digna, contribuindo para o questionamento da sociabilidade do capital. A nova Central deveria seguir a experiência da Conlutas na unificação dos movimentos sindical, as minorias de diretorias de sindicatos, as oposições sindicais, as entidades do movimento popular urbano e rural, movimentos de juventude e de luta contra as opressões em uma organização classista. Uma organização,

portanto, de frente única, plural e democrática para unificar os setores mais explorados da classe trabalhadora. Sobre o caráter da Central, temos a seguinte deliberação:

Que a Central que vai nascer no Congresso de unificação deve estar à frente de todas as lutas: por salário, emprego, moradia, terra, saúde, educação; Deve se posicionar contra toda forma de discriminação, de gênero, raça, sexo, de etnia etc., e ter como estratégia a construção de uma sociedade sem classes, uma sociedade socialista. Que o congresso de unificação deve aprovar a criação de uma Central Sindical e popular com a incorporação plena nas suas instâncias dos movimentos classistas de luta contra a opressão e as organizações da juventude que queiram se aliar aos trabalhadores. Que em relação à participação deliberativa do movimento estudantil e dos movimentos de luta contra a opressão, a CONLUTAS propõe um limite de peso de 5% destes setores nas deliberações de todos os fóruns da nova organização; Que a construção de uma organização que possa aglutinar todos os setores em luta e direcioná-la de forma correta exige que esse instrumento tenha a vocação de ser de massas de frente única, plural e democrático. Assim será capaz de unir a todos que estão na luta, independentemente de suas opções políticas, ideológicas, de credo religioso etc. Que os trabalhadores e, em particular os setores mais explorados, devem ser o foco central de atenção da nova entidade, principalmente a classe operária industrial, setor mais importante na luta pela transformação revolucionária da sociedade em que vivemos. (Caderno de Resoluções – 2º Congresso da Conlutas, pág.15).

A Conlutas reafirmaria sua proposta de funcionamento para ser apresentada no Congresso de Unificação: sua estrutura de Congresso Nacional, a cada dois anos, como instância máxima, Coordenação Nacional, Executiva e as Estruturas Estaduais. No modelo apresentado, o objetivo seria privilegiar os debates em detrimento das disputas pela direção da entidade. A política de cotas para mulheres e os critérios de participação dos delegados seriam, também, continuidade do modelo em vigência da Conlutas.

A Conlutas, em sua experiência, desenvolveu uma estrutura de direção bastante diferente das formas tradicionais, presentes nas demais centrais sindicais do país. Temos uma direção que funciona sob a forma de coordenação, composta por entidades e movimentos que se reúnem para deliberar a política da Central, seja no âmbito nacional, estadual ou regional. Esta forma assegura uma relação mais estreita e fiel entre a direção da Organização e os sindicatos e movimentos que dela fazem parte. Isto se dá porque, neste funcionamento, a cada reunião, as entidades podem discutir a pré-pauta da mesma e indicar os seus representantes para compô-la (Caderno de Resoluções – 2º Congresso da Conlutas – pág.16).

Pelo conteúdo expresso nas propostas de resolução apresentadas pela Secretaria Executiva Nacional e aprovadas na Coordenação Nacional, pode-se perceber, que o foco principal do 2º Congresso da Conlutas era o processo de unificação. Apostava-se todas as fichas no CONCLAT, que aconteceria no dia seguinte ao fim do congresso. Sendo assim, as principais armações políticas referiam-se as relacionadas a fundação de uma nova entidade:

O Congresso da Classe Trabalhadora, convocado pela Conlutas, Intersindical, MTST, MTL, MAS e Pastoral Operária Metropolitana de São Paulo,

materializa uma vitória muito importante para a classe trabalhadora brasileira e mais um desdobramento positivo do processo de reorganização em curso. Estaremos dando passos muito importantes na superação da fragmentação das organizações da esquerda que atuam no movimento sindical e popular do país. Mesmo sabendo que esta tarefa ainda não está superada totalmente, estaremos consolidando a conformação de uma organização que surge da somatória de várias outras e, portanto, superior a cada uma delas. A organização unificada que surgirá do Congresso de junho implica um avanço de qualidade no processo de reorganização. Este avanço qualitativo, se não se expressa no número de trabalhadores que organizará (seguiremos sendo uma organização minoritária), materializa-se no aspecto político na confluência de vários setores organizados em torno à construção de um projeto comum.

[...]O censo do Congresso aponta para a participação de 170 sindicatos e algumas dezenas de movimentos populares que fazem parte da Conlutas; cerca de 40 sindicatos que tem relações com a Intersindical; algumas dezenas de movimentos populares que compõe o MTST e a Frente de Resistência Urbana; os sindicatos e movimentos que fazem parte do MTL, os sindicatos que compõem o MAS e militantes e movimentos que participam da Pastoral Operária Metropolitana de São Paulo. Apenas algumas poucas entidades que não participam destas organizações estarão no Congresso. [...] 8) A reunião da Coordenação Nacional da Conlutas resolve adotar as resoluções abaixo: a) Reafirmar a posição de que a Conlutas colocará à disposição do processo de construção da nova entidade o patrimônio acumulado quanto à sua legalidade e estruturação nacional; [...] a Conlutas se dispõe a contribuir com o processo por meio da cessão de todo o seu patrimônio legal, físico e humano para a nova entidade, o que inclui a sua representação jurídica, sua marca, sítios na internet, bens e direitos, sua legalidade junto ao MTE, o corpo de empregados etc (Caderno de Resoluções – 2º Congresso da Conlutas – págs.19-20).

A seguir, evidenciaremos as resoluções aprovadas no Conclat. Esse congresso representou, naquela ocasião, uma possibilidade de fusão entre diversas organizações de esquerda que haviam rompido com a CUT.

2.2 - CONCLAT – Congresso da Classe Trabalhadora

O CONCLAT (Congresso da Classe Trabalhadora) ocorreu em Santos/SP, entre os dias 05 e 06 de junho de 2010. Este evento que foi convocado pela Conlutas, Intersindical, MTST, MTL, MAS³⁷, e Pastoral Operária Metropolitana de São Paulo. Estiveram presentes ao Congresso 3.115 delegados³⁸ e 799 observadores. Fizeram parte também 140 convidados, sendo que 120 eram convidados internacionais, que representavam 25 países. **O Congresso teve por objetivo sacramentar a unificação de organizações sindicais e populares em uma única Central.** Estavam à frente desse projeto a Conlutas e a Intersindical, mas contava também com a participação de outros importantes movimentos sociais do Brasil, como MTST (Movimento dos Trabalhadores

³⁷ Movimento Avançando Sindical – grupo sindical vinculado ao Polo Comunista Luís Carlos Prestes. Atualmente constrói a INTERSINDICAL – Central da Classe Trabalhadora. <https://www.facebook.com/masbrasilclassestrabalhadoras/> consultado em 18/07/2017.

³⁸ <http://cspconlutas.org.br/2010/06/um-raio-x-do-conclat-2010/>. Consultado em 27/02/17

Sem Teto)³⁹. A presença destas organizações indicava uma vitória importante para a política da Conlutas que, desde 2004, buscava articular uma entidade que unificasse as diversas organizações da classe trabalhadora dos diversos setores, apostando, ao longo dos anos, neste caráter unitário de Central.

O CONCLAT inicia-se com uma apreciação geral da crise econômica de 2007/8 e seus reflexos na Europa e nos Estados Unidos. A preocupação em analisar a crise econômica direcionava-se para a localização do Brasil no contexto mundial dos planos de ajuste, a demonstração de solidariedade às mobilizações nos países europeus e o acúmulo de experiências que auxiliassem nos enfrentamentos futuros.

Com a nova intensificação da crise, patrões e governos burgueses já começaram a aplicar os chamados planos de ajuste. Em todos os países, estes planos significam para os trabalhadores mais ataques, como a redução e congelamento dos salários dos funcionários públicos e das aposentadorias, a retirada de direitos trabalhistas, as demissões, o aumento do ritmo de trabalho e os cortes orçamentários nas áreas sociais; [...] a crise do capitalismo tem significado um aumento da miséria, da fome, da falta de condições mínimas de moradia e de sobrevivência; [...] Diante de mais estes ataques, os trabalhadores europeus têm mostrado que a única forma de resistir é a luta, e vêm protagonizando grandes ações, como as greves gerais na Itália, Grécia, França e Portugal, e as fortes mobilizações e greves na Espanha; No Brasil, o impacto da crise em 2009 não pode ser minimizado como uma “marolinha”. Houve uma significativa redução do PIB e a perda de 1 milhão de postos de trabalho. O pior, no entanto, ainda está por vir. Após uma oscilação de recuperação parcial (superestimada pela mídia e pelos governos) da crise cíclica conjuntural internacional, a crise volta a recrudescer (colapso das dívidas públicas, já manifesta no sul da Europa eminente no Japão, Reino Unido e EUA) e a tendência à crise volta a se manifestar no Brasil (Caderno de Resoluções – CONCLAT – 2010, pág. 5).

Na análise do CONAT, o Governo do PT seguia com uma política de beneficiar as grandes empresas, via isenção fiscal e empréstimos subsidiados, e de penalizar os trabalhadores com projetos de privatização, congelamento de salários, retrocessos ambientais e de estímulo à especulação imobiliária. Atrelado a isto, desenvolveu, em conjunto com outras esferas de governo e instituições do Estado, um aumento da criminalização das lutas e dos movimentos sociais, assim como a criminalização da pobreza. É destacado no texto a crítica ao processo de cooptação da CUT, CTB, UNE e demais centrais e movimentos. Apesar deste cenário de crise, com retirada de direitos, cooptação das lideranças e criminalização das lutas, o CONAT avaliava que, no ano de 2009, houve muitas lutas e mobilizações dos trabalhadores:

³⁹ No Caderno de Resoluções deste Congresso, temos uma apresentação do processo de fundação da Central Sindical e Popular - Conlutas (CSP-Conlutas) e encontra-se dividido pelos debates de conjuntura e plano de ação; a fundação da Central, tópico que contém os princípios, estratégias, programa da central e o estatuto aprovado; e as moções aprovadas em plenário ou nos grupos de discussão.

Mesmo com todos esses ataques, o governo Lula continua contando com o apoio da maioria dos trabalhadores, que seguem iludidos pela relativa melhoria da economia, com as políticas sociais compensatórias como programa “bolsa família” e pelo apoio dado ao governo pela maioria das direções do movimento, como a CUT, a Força Sindical, a CTB e a UNE. Outro elemento que pesa no apoio dos trabalhadores ao atual governo é o medo do retorno do PSDB e DEM ao poder nas próximas eleições. (Caderno de Resoluções – CONCLAT – 2010, pág. 6)

Após analisar a conjuntura internacional e nacional, foram aprovadas algumas medidas que comporiam o plano de ações da nova Central. Esse plano deveria refletir os principais elementos da crise, os planos de ajustes, os reflexos da crise capitalista nas condições de trabalho e vida da classe trabalhadora. Os temas perpassavam pela defesa do emprego, valorização dos salários, do direito de aposentadoria com valorização dos valores pagos, defesa dos direitos trabalhistas e sociais, dos serviços públicos, a reestatização de empresas, não pagamento das dívidas interna e externa, reformas agrária e urbana, contra a criminalização dos movimentos sociais e da pobreza. O plano de ação contava, também, com pautas que defendiam o fim da militarização da polícia e dos bombeiros, contra a ocupação do Haiti e qualquer outra intervenção militar, além da defesa do fim de toda forma de opressão e discriminação racial, sexista e homofóbica, pela defesa do meio ambiente e por uma sociedade socialista.

Após os pontos de análise conjuntural da política, economia e da dinâmica da luta de classes no Brasil e no mundo, o CONCLAT passou para a discussão do tema mais importante e central para a convocação daquele encontro: *o projeto de criação de uma nova entidade do movimento social brasileiro, que abarcasse em maior abrangência organizações dos movimentos sindicais, populares, de luta contra as opressões, ambientalistas, da juventude e todos a partir de uma perspectiva classista, democrática e socialista*(CONAT, 2010).

Os textos aprovados sobre princípios, estratégias e programas já vinham sendo debatidos em seminários próprios, chamados de reorganização, que aconteciam com o conjunto das organizações. Os princípios aprovados para a constituição da CSP-Conlutas, em sua maioria, não vieram muito a distinguir dos princípios que já constavam na fundação da Conlutas, tais como pontos sobre a necessidade de superação do capitalismo e construção do socialismo, pautando a luta no combate ao corporativismo e ao economicismo: “Os movimentos sindicais e populares” que se propõem a lutar de forma coerente em defesa dos interesses dos trabalhadores e demais setores explorados e oprimidos da nossa sociedade devem ter como estratégia a superação do

capitalismo e a construção de uma sociedade em bases socialistas. (Caderno de Resoluções – CONCLAT – 2010, pág. 11)

Embora apontasse a centralidade no operariado fabril como setor estratégico pela luta pela transformação social, devido o “*lugar ocupado na produção de mercadorias*” (Ibidem, pág. 11), indicava-se, entre os princípios aprovados, a necessidade de desenvolver um trabalho político em todos os setores da classe trabalhadora, tendo sempre como horizonte as perspectivas da superação da sociedade de classe. Nesta análise, é observado que as novas formas de precarização do trabalho criam novos desafios para a organização dos trabalhadores, obrigando a CSP-Conlutas a pensar meios de organizar setores que estão afastados da organização sindical tradicional:

Dessa forma, intensificou-se o desenvolvimento de novas formas de organização do trabalho, não só assalariado, como a precarização em múltiplas formas e o desemprego estrutural criando uma legião de deserdados nas periferias dos grandes centros urbanos do país e que precisamos organizar para a luta, dentro de uma perspectiva classista. Essa realidade exige a aliança de todos os setores da nossa classe em torno de um projeto operário e socialista, com destaque para os setores mais explorados e oprimidos dos trabalhadores, muitas vezes não abarcados pela organização sindical tradicional (Caderno de Resoluções – CONCLAT – 2010, pág. 11).

No trecho acima destacado, percebem-se os motivos de estabelecer, em uma única Central, a articulação de diversos setores da classe trabalhadora, sindical e popular, compondo uma entidade de caráter único no movimento sindical brasileiro.

O trabalho de base, estruturado pela Organização no Local de Trabalho (OLT), estava entre uma das prioridades de ação da CSP-Conlutas, pois, na avaliação da resolução, o principal ponto a ser superado para construir uma organização de ação combativa, classista e socialista, era estar enraizada nos locais de trabalho, estudo e moradia, politizando todas as dimensões da vida. Portanto, para se compreender as principais demandas das categorias, os ativistas da Central precisavam organizar *grupos clandestinos de base, oposições sindicais, Cipas, delegados sindicais e comissões de fábrica*, pois estas, com outras formas de organização de base das categorias, seriam o melhor método para superar o cupulismo e burocratização do movimento sindical brasileiro. O documento também aponta a necessidade de combater a repressão existente nos locais de trabalho e o assédio moral contra dirigentes e, propõe, para assegurar esse princípio, uma campanha contra a demissão imotivada (convenção 58 da OIT).

Assim, como já constavam entre os princípios de fundação da Conlutas em 2006, o CONCLAT reafirma três princípios: *A defesa da ação direta como instrumento prioritário, sem prejuízo de outras formas de atuação secundárias (luta parlamentar, jurídica, etc); a Defesa da unidade na Central e nas lutas da classe trabalhadora; e a Independência organizativa, política e financeira frente ao Estado, à burguesia, aos governos e demais instituições políticas e religiosas.*

Para justificar o primeiro princípio acima destacado, a resolução aponta que todos os meios de lutas institucionais devem estar subordinados à *ação direta*, pois é o método compreendido pela Central pelo qual passará a luta pela transformação social. Desta forma, as negociações, a atuação parlamentar e jurídica deve ser um suporte à *ação direta*, nunca se sobrepondo às mobilizações, greves, passeatas, visto que é por meio destas ações que se podem obter conquistas econômicas e possibilitar um avanço na consciência de classe.

A democracia interna e o respeito à pluralidade de tendências internas deveriam assegurar que a CSP-Conlutas obtivesse uma atuação unitária, preservando a independência de classes por meio da total independência organizativa, política e financeira frente ao Estado e governos, assim como aos empresários. Para isso, assumiram o combate ao Imposto Sindical como forma de confrontar o atrelamento das organizações sindicais ao Estado. Portanto, entre os princípios da nova organização, estava: *os sindicatos filiados irão combater o imposto sindical e buscar a auto-sustentação, com convencimento, livre e direto, da necessidade dos próprios trabalhadores e trabalhadores sustentarem as suas organizações* (Caderno de Resoluções – CONCLAT – 2010, pág. 13).

No ponto de fundação da Central, definiu-se por reafirmar o caráter de uma Central Sindical e Popular que unificasse os movimentos sindicais e populares. Essa concepção definiria que, nas mesmas instâncias de debates, seriam consideradas as reflexões dos setores sindicais, populares, de juventude e de luta contra as opressões para estabelecer a atuação da Central. Com isso, as elaborações seriam mais plurais e amplas por abarcar as diferentes formas de opressão e exploração da classe trabalhadora, em suas várias dimensões organizativas. Entretanto, foi indicado que a participação do movimento estudantil e de luta contra as opressões teria a proporção de, no máximo, 5% nos fóruns de deliberação da Central. Estabeleceu-se, portanto, a centralidade do movimento sindical e popular no interior da nova entidade. Para fins de representação, o critério adotado para os movimentos populares ficou o seguinte:

Acampamentos Urbanos e Rurais de até 999 famílias igual a 1 voto, de 1.000 a 4.999 famílias igual a 2 votos, mais de 5.000 famílias igual a 3 votos; Núcleos Comunitários de até 249 famílias em assembleia igual a 1 voto, de 250 a 499 famílias igual a 2 votos e a partir de 500 famílias igual a 3 votos. (Caderno de Resoluções – CONCLAT – 2010, pág. 13)

Embora a unificação da Conlutas e da Intersindical fosse o principal objetivo da realização do CONCLAT, esta acabou não sendo alcançada. O nome aprovado em plenária havia sido CONLUTAS/INTERSINDICAL – CENTRAL SINDICAL E POPULAR, porém, com a retirada da Intersindical, MAS e Unidos pra Lutar⁴⁰ do congresso na plenária final, o nome adotado ficou sendo CSP-Conlutas – Central Sindical e Popular. Apesar desta ruptura durante o congresso, pela composição da Secretaria Executiva Nacional provisória aprovada, pode-se notar a presença de três membros do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto, inclusive de seu principal dirigente, Guilherme Boulos. O que, sem dúvida, era um importante elemento para o fortalecimento do polo popular da nova organização.

No prosseguimento dos estudos sobre a reorganização sindical e popular expressa pelo campo da CSP-Conlutas, nos dois próximos tópicos analisaremos os dois primeiros congressos da organização, com destaque para o resgate das contribuições dos movimentos populares e de luta contra as opressões.

2.3 - 1º Congresso da CSP – Conlutas

Entre os dias 27 a 30 de abril de 2012, na cidade de Sumaré – SP, realizou-se o 1º Congresso Nacional da CSP – Conlutas⁴¹. Durante o evento, os participantes realizaram diversos debates, estando estes divididos entre conjuntura nacional e internacional, balanço das atividades e da organização da Central, organização de base e plano de ação e estatuto, e direção. De forma breve e sucinta, será resgatado o

⁴⁰ Unidos pra Lutar – Grupo sindical ligada a Corrente Socialista dos Trabalho (CST) que atua partidariamente no Partido Socialismo e Liberdade (PSOL).

⁴¹ Informe do credenciamento: **Participantes** – 1809 delegados plenos; 302 observadores/convidados; 96 crianças; 73 convidados de delegações internacionais. Total: 2280 participantes. **Entidades participantes: Entidades e Movimentos Filiados** – 114 Sindicatos; 02 Associações de Classe; 118 Oposições Sindicais e Minorias de diretorias Sindicais; 01 Movimento Popular Rural; 11 Movimentos Populares Urbanos; 04 Movimentos de Luta Contra as Opressões; 01 Movimento Estudantil. Total: 251 Entidades e Movimentos Filiados participantes. **Entidades Observadoras:** 15 Sindicatos e Federações; 03 Associações de Classe; 01 Movimento Popular Rural; 09 Movimentos Populares Urbanos; 01 Movimento de Luta contra as opressões. Total: 29 Entidades observadoras participantes.

contexto político e econômico daquele momento, focando nossa síntese do evento nos assuntos relacionados à inserção dos movimentos populares no interior da Central.

No ano de 2012, o debate sobre a crise econômica mundial marcava as análises sobre a conjuntura internacional. O endividamento dos Estados Europeus para resgatar o sistema financeiro, assim como os planos de ajustes realizados nesses países, era o centro da caracterização do processo de destruição das garantias sociais presentes no Estado de Bem Estar Social. Nos Estados Unidos, o cenário de crise era retratado pelo fechamento de postos de trabalhos e de dezenas de manifestações, tendo o movimento Occupy Wall Street tornando-se conhecido mundialmente. Já no Oriente Médio, a instabilidade política, econômica e social era apresentada pelos diversos processos de lutas populares, que depuseram vários presidentes no período de 2010-2012. Neste mesmo momento, a resolução de conjuntura internacional apresentava a queda do crescimento econômico chinês e sul-americano e suscitava a questão da crise migratória na Europa.

No tema da conjuntura nacional, o debate esteve marcado pelo período dos dois anos do primeiro mandato de Dilma Rousseff. A postura crítica da Central frente aos governos de Lula (2003-2010) manteve-se em relação ao governo de Dilma Rousseff e Michel Temer. A resolução é bem enfática para que os trabalhadores e a juventude não nutram qualquer expectativa com o novo governo, pois este continuaria com a mesma política do governo anterior:

A manutenção pelos governos Lula/Dilma do modelo da economia brasileira como plataforma de produção e exportação de commodities para o mundo, de automóveis e eletrodomésticos para a América Latina, mantém e aprofunda a dependência e vulnerabilidade da economia brasileira aos sobressaltos da economia mundial, enquanto beneficia os banqueiros, o agronegócio e as multinacionais (Caderno de Resoluções – 1º Congresso da CSP-CONLUTAS, pág. 7).

A economia brasileira dava os primeiros sinais de desaceleração econômica e a retirada de recursos no orçamento da união das áreas sociais só aumentava. Em contrapartida, a política econômica de continuar beneficiando o capital financeiro seguia via o superávit primário para o pagamento de juros e amortizações da dívida pública. As concessões para iniciativa privada dos setores de serviços, com as parcerias público-privadas seguiam e, nas cidades, avançava a política de especulação imobiliária atrelada aos projetos dos grandes eventos esportivos.

Assim, Dilma não titubeou em relação ao salário mínimo e aos aposentados, cortou R\$55 bilhões do orçamento federal de 2012, o maior corte de toda história, para garantir o superávit primário, com grave redução nas áreas da saúde (R\$5,5 bilhão), educação (R\$1,9 bilhão) e reforma agrária (R\$1,2

bilhão). A realização de megaeventos como a Copa e as Olimpíadas está significando mais ataques aos trabalhadores. Milhares de despejos e remoções forçadas, sem indenização, estão acontecendo, aumentando ainda mais a miséria e empurrando os trabalhadores para as regiões mais periféricas, longe do trabalho e sem acesso à serviços públicos. [...] Os governos federal, estaduais, e municipais estão impondo um plano que podemos chamar de contrarreforma urbana, para favorecer a especulação imobiliária. (Caderno de Resoluções – 1º Congresso da CSP-Conlutas, pág. 8)

Pelo próprio caráter da Central, ao abarcar os movimentos populares e movimentos de combate às opressões percebemos que, no ponto de conjuntura, havia a preocupação em abordá-la de forma transversal as pautas destes movimentos. A síntese da elaboração é que os setores oprimidos são os mais afetados pelas políticas de corte de investimentos nas áreas sociais e a retiradas de direitos: “Nesse contexto, mulheres, negros, e a juventude são os maiores prejudicados. Apesar de ser mulher, a adoção dessas políticas demonstram que Dilma não governa para as mulheres trabalhadoras e demais setores oprimidos.” (Caderno de Resoluções – 1º Congresso da CSP-Conlutas, pág. 8).

Naquele ano, o número de greves do país vinha se acentuando. O próprio DIEESE, nos seus levantamentos anuais, indicou que, no ano de 2012, houve o maior número de greves desde 1997⁴². Embora estivesse ocorrendo essa intensificação das lutas sindicais, a CUT continuava ausente da vanguarda desses movimentos grevistas.

Apesar do colaboracionismo das direções majoritárias do movimento, em particular da CUT, de algum crescimento econômico e da popularidade do governo Dilma, assistimos ao maior ascenso grevista dos últimos anos, que conquistou vitórias econômicas o importantes [...] Neste contexto, o 1º Congresso da Conlutas, identificando o aprofundamento da crise capitalista e o conseqüente recrudescimento dos ataques à classe trabalhadora brasileira, afirma o programa anti-governista da nossa Central e a necessidade de enfrentamento ao governo Dilma/PT e seus aparatos de sustentação nos movimentos sociais. Afirmamos a necessidade de um programa classista para enfrentar a crise, os ataques do governo Dilma/PT e dos patrões, pautando pela unidade classista em oposição à política de conciliação das centrais pelegas e governistas (Caderno de Resoluções – 1º Congresso CSP-Conlutas, pág. 9)

É, portanto, como resposta à conjuntura nacional, que este caderno de resoluções expressará, de forma mais evidente, os motivos de se conceber uma Central que unifique os movimentos sindicais e populares em uma mesma organização. Uma entidade que rompa com os modelos de centrais sindicais anteriores - que estabeleciam relações pontuais com movimentos populares, sem, porém, avançar para uma relação

⁴² <http://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2012/estPesq66balancogreves2012.pdf> consultado em 08/02/2017.

orgânica com eles - de modo a permitir uma síntese política das realidades sindicais e populares na forma de organização e ação.

É preciso reafirmar que o tipo de organização sindical e popular de nossa central permite criar laços orgânicos com a população pobre, através da elaboração de políticas para as diversas categorias em seus locais de moradia, estudo, lazer, considerando suas necessidades mais sentidas e que muitas vezes se estendem para além de suas necessidades economicistas, tais como a luta por moradia, educação, saneamento, contra a violência dos grandes centros urbanos, etc (Caderno de Resoluções – 1º Congresso CSP – Conlutas, pág. 10).

A CSP-Conlutas aposta nesse modelo de organização, como meio de refletir as lutas econômicas, a fim de promover a orientação de superação do capitalismo. Seria este o modelo mais consequente para organizar os trabalhadores frente ao aprofundamento da crise capitalista.

Uma Central classista na atual fase de organização do movimento sindical, precisa entender que sua ação deve estar voltada para construir novas relações com sua base social, ou estará fadada à derrota e ao isolamento. [...] A Central pode se constituir em uma Grande Frente e Sindical e Popular, que consiga atrair para a justeza de sua política setores importantes da classe trabalhadora brasileira, que apesar de ter sua centralidade mantida nos setores formais, conta hoje com uma cara completamente nova, que tem que ser entendida para ser organizada com suas bandeiras específicas. Esse tipo de intervenção permite dialogar mais profundamente com a nossa classe, fazer a propaganda da política socialista, e mais ainda, envolver setores pobres e indignados com a ordem, que conseguem encontrar por onde canalizar sua revolta [...] A capacidade de mobilização com este tipo de perspectiva de organização política é muito superior, mesmo em uma fase de refluxos, o que nos leva a crer que o potencial de mobilização de um instrumento como este em uma fase de ascenso pode ser determinante para nossas lutas (Caderno de Resoluções – 1º Congresso CSP – Conlutas, pág. 10).

Após realizar a análise da conjuntura e reafirmar a importância do caráter sindical e popular da Central, o segundo tema de apreciação dos delegados e das delegadas presente ao 1º Congresso foi o balanço dos seus dois primeiros anos de organização. Dentre as diversas iniciativas e as políticas que a CSP desenvolveu entre sua fundação e seu primeiro congresso, gostaríamos de destacar as que se referem ao caráter *popular* da Central.

O reconhecimento do desenvolvimento de uma experiência única no movimento classista brasileiro, unificando movimentos populares, estudantis e de luta contra as opressões, em conjunto aos sindicatos, permite ter a dimensão de que, para além dos esforços, existem as debilidades. Parte-se da compreensão de que a CSP-Conlutas se desenvolveu tendo como horizonte a unidade de todos os setores combativos dos movimentos sindicais e populares, bem como se consolidou com uma Central minoritária, porém, com uma influência importante no movimento de esquerda

brasileiro. Portanto, avalia-se que a atuação do período foi positiva, entretanto, apresentam-se importantes ponderações que demonstram a existência de debilidades e fragilidades para serem superadas.

A Central foi um ponto de apoio político, material e financeiro das lutas do setor do movimento popular organizado na Resistência Urbana – Frente Nacional de Movimentos e iniciou o processo de organização do setor da Central no movimento popular do campo. Temos muito ainda que avançar, seja na estruturação da Central, na plena incorporação dos movimentos populares, estudantis e de luta contra as opressões, no combate às práticas discriminatórias no interior de nossas entidades, ao machismo e ao preconceito, no combate à burocratização nas entidades sindicais e no fortalecimento de nossa organização de base. São deficiências que não hesitaremos em enfrentar (Cadernos de Resoluções – 1º Congresso CSP-Conlutas, pág. 14).

Para seguir avançando na construção desta ferramenta, que aglutina os diversos setores da classe trabalhadora, foram apresentados alguns encaminhamentos que orientam os movimentos e sindicatos para atuar em suas bases. Destacamos as orientações que buscam o fortalecimento do movimento popular no interior da Central:

A CSP-Conlutas, enquanto uma Central independente, classista e anticapitalista, que articula a classe trabalhadora para além do movimento sindical, articule as campanhas políticas que advirem dos sindicatos e associações sindicais, com as entidades do movimento estudantil, popular e vice-versa, por exemplo, campanha salarial dos servidores federais, etc.[...] Para seguir avançando em sua construção sindical e popular: Incluir as pautas políticas do movimento popular como parte fundamental de suas pautas, no debate cotidiano e nas jornadas que integra. Implica em manter estas pautas em seus materiais públicos (site, boletins, panfletos), na definição dos temas das reuniões da SEN, das reuniões de Coordenação Nacional e em sua intervenção nos espaços de unidade de ação de esquerda (Cadernos de Resoluções – 1º Congresso CSP-Conlutas, pág. 14).

Compreendendo que a organização dos movimentos populares é carregada de especificidades, as quais a diferem sensivelmente do modelo sindical, a resolução preocupa-se, para além da garantia financeira para viabilizar a participação dos representantes destes movimentos, com as dimensões simbólicas de cada uma destas realidades, como medidas para incorporar os movimentos populares nos indistintos fóruns da Central:

As reuniões da Coordenação Nacional da CSP-Conlutas devem incluir, em sua preparação, a preocupação com elementos de simbologia que facilitem a integração dos militantes do movimento popular nestes espaços. É importante também o esforço na busca das condições materiais de participação destes militantes (transporte, alojamento e alimentação) em igualdade àquelas disponibilizadas aos militantes sindicais (Cadernos de Resoluções – 1º Congresso CSP-Conlutas, pág. 14).

Como mais uma medida para combater o economicismo e corporativismo das direções sindicais, a resolução indica que:

A Central deve construir uma Campanha de debate junto às entidades filiadas, com a realização de encontros e seminários, sobre a importância da integração entre movimento popular e sindical para a unidade dos trabalhadores, bem como estimular a realização de iniciativas conjuntas na base onde isso for possível[...] (Cadernos de Resoluções – 1º Congresso CSP-Conlutas, pág. 15).

O fortalecimento da Central passava pelo entendimento apresentado pelas resoluções, a partir do fortalecimento do trabalho político de base, como forma de combater a burocratização das entidades dos trabalhadores, mas, também, como mecanismo de desenvolver uma consciência de classe anticapitalista e anti-imperialista. O objetivo de tornar as lutas desenvolvidas como parte do processo de fortalecimento de uma perspectiva de horizonte socialista era uma preocupação expressa nas orientações sobre a organização de base.

Que a organização de base (entendida aqui como organização para a luta dos trabalhadores nos locais de trabalho, moradia, estudo, etc.) é fundamental para o fortalecimento da luta dos trabalhadores, para a democratização das nossas entidades e movimentos, e também para a educação da nossa classe para sua autodeterminação, fundamental para o nosso projeto de sociedade socialista e libertária, governada pelos próprios trabalhadores (Cadernos de Resoluções – 1º Congresso CSP-Conlutas, pág. 16).

Portanto, o Congresso orienta que sejam realizados debates nas bases sobre as resoluções e produção de materiais que expressem sempre a análise da conjuntura, além da solidariedade política às lutas de outros setores dos trabalhadores, sempre como estratégia para minar as visões corporativas da luta econômica, associando as lutas de cada categoria a uma luta unitária contra os efeitos e as causas das políticas deletérias do governo federal.

O reconhecimento de que o modelo sindical varguista apresenta um forte controle das ações dos sindicatos dificultando a realização de um trabalho de base, produziu também uma realidade de fragilidade no trabalho político na base da maioria dos sindicatos e movimentos da Central. Por isso, todo um conjunto de orientações foi encaminhado para tentar reverter esse problema, visto que, do contrário, poderia colocar em xeque a concepção de entidade e do futuro do projeto socialista: “Não há projeto de organização para a luta dos trabalhadores, não há projeto de sociedade socialista, igualitária e libertária que sobreviva na ausência de democracia operária e de autodeterminação dos trabalhadores” (Cadernos de Resoluções – 1º Congresso CSP-Conlutas, pág. 16). Embora seja uma realidade presente em maior grau nos sindicatos, a orientação do Congresso era a de que os movimentos populares ficassem sempre atentos

à organização de base, privilegiando a formação e representação dos segmentos da base destes movimentos nos fóruns da Central.

Na plataforma de luta apresentada para os próximos anos, estava indicado, além dos relacionados às pautas econômicas do movimento sindical, temas que, de forma direta ou indireta, refletiam a demanda dos movimentos populares urbanos e rurais. Entre elas, destacamos o direito à moradia digna, terra para quem trabalha – reforma agrária já, denúncia da criminalização da pobreza e dos movimentos sociais, ações de luta contra os retrocessos ambientais e ligados às demarcações de terras indígenas e quilombolas e a exigência de combate à toda forma de opressão, preconceito e discriminação.

2.3.1 - Movimentos Populares e de luta contra as opressões

A questão da criminalização da pobreza e dos movimentos sociais, da reforma agrária e urbana, de raça e classe, das mulheres trabalhadoras e do movimento LGBT obteve resoluções específicas. Com o aprofundamento da crise econômica, o Congresso avaliou que ocorreria, no Brasil, o mesmo processo de perseguição e repressão social que se desenvolveu na Europa. Portanto, partindo desta caracterização, a CSP-Conlutas deliberou acerca da necessidade de denunciar e promover campanhas de visibilidade e do combate à criminalização das lutas sociais e da pobreza como pontos permanentes de debates:

Os governos burgueses também agem de forma violenta contra os movimentos de resistência de nossa classe e, da mesma forma que na Europa, a escalada de violência e o braço armado do Estado contra as organizações da classe trabalhadora em nosso país se expressa em todas as ações, seja na cidade ou no campo, nos processos sindicais ou do movimento popular e estudantil (Cadernos de Resoluções – 1º Congresso CSP-Conlutas, pág. 21).

No tocante à Reforma Agrária e Urbana, a resolução apresentada não aprofunda sobre a caracterização e elaboração deste tema. Segue reafirmando, assim, as deliberações do CONCLAT para reforçar o compromisso da CSP-Conlutas com a luta pelo combate à concentração agrária e à especulação imobiliária nas cidades brasileiras, de modo a comprometer-se com o desenvolvimento de “iniciativas para conscientização de todas as entidades filiadas e suas lideranças”, com o objetivo de impulsionar debates e ações permanentes sobre essas questões.

O Congresso encaminhou de continuar assegurando as condições materiais aos movimentos, assim como envolver as demais entidades filiadas à Central em suas ações políticas reivindicativas.

A CSP-Conlutas não é apenas apoiadora de movimentos rurais, mas é parte intrínseca da luta contra o latifúndio, contra os monopólios e a favor da democratização da terra e do uso racional e ecológico dos recursos naturais. [...]A CSP-Conlutas, ciente do necessário aprofundamento desse tema, desenvolverá iniciativas para a conscientização de todas as entidades filiadas e suas lideranças, populares ou sindicais, com objetivo de estabelecer o compromisso permanente com a Reforma Urbana no nosso país (Cadernos de Resoluções – 1º Congresso CSP-Conlutas, pág. 21).

Como parte das reflexões sobre o racismo no Brasil, as análises dos movimentos da CSP-Conlutas apontam que a população negra, no país, é uma das mais atingidas pelo aprofundamento da crise econômica, visto que depende, ainda mais, dos serviços públicos de saúde e educação e estão mais vulneráveis quanto ao problema da habitação, saneamento básico e segurança pública. Assim, um conjunto de medidas para aprofundar o debate e as ações de combate na luta direta contra o racismo foi indicado. Dentre elas, estão a valorização dos serviços públicos, igualdade salarial, a lei de cotas e ensino da história da África nas escolas, valorização da cultura negra, regulamentação das terras quilombolas e a criação, na estrutura da Central, de Setoriais Negros nos estados.

A resolução de mulheres apresenta uma análise das principais políticas públicas que dizem respeito à garantia dos direitos e reivindicações das mulheres trabalhadoras. O combate à violência, a construção de creches, a legalização do aborto, a igualdade salarial em relação aos homens, entre outros, são os pontos de reivindicação históricos do movimento de mulheres. Evidencia-se a não formulação de políticas para as mulheres no governo Dilma.

Em relação as mulheres, a promessa de construção de 6427 novas creches não deverá ser cumprida, já que em 2011 nenhuma nova foi entregue pelo governo federal. Os programas de combate à violência tiveram seu financiamento reduzido por conta dos cortes no orçamento. O projeto Rede Cegonha e a MP 557/2011, reduziu a preocupação com a saúde da mulher à maternidade, deixando de lado sua integralidade, e a criação de um cadastro de grávida atua(?) contra a bandeira história do movimento pela legalização do aborto. Aliás, Dilma se comprometeu com os setores conservadores, na “Carta ao povo de Deus”, a não avançar na legalização do aborto em seu governo (Caderno de Resoluções – 1º Congresso CSP-Conlutas, pág. 24).

Por isto, em acordo com as resoluções aprovadas no I Encontro de Mulheres da CSP-Conlutas⁴³, o Congresso referenda todos os pontos como a equiparação salarial,

⁴³ I Encontro Nacional de Mulheres da CSP-Conlutas ocorreu no dia 27 de abril de 2012, antecedendo o 1º Congresso da CSP-Conlutas. O Encontro contou com a participação de 512 participantes, em sua maioria mulheres. Esteve, também presente, representações internacionais. A secretaria de mulheres do Sindicato da Construção Civil de Belém/PA, as cipeiras da base do Sindicato dos metalúrgicos de São José dos Campos/SP e o Sindicato dos Empregados em Estabelecimento do Serviço de Saúde em BH e Região/MG, foram organizações responsáveis pela garantia dos debates. Deste encontro foi aprovada uma carta contendo as análises e reivindicações, sendo aprovada no I Congresso da CSP-Conlutas.

aumento do tempo de licença maternidade, construção de creches, direito ao aborto, pelo fim da violência contra a mulher, criação de secretaria de mulheres nos sindicatos, avançar na participação das mulheres nos espaços de discussão e deliberação dos sindicatos e movimentos para que estes possam refletir mais as demandas e pautas específicas das mulheres.

É preciso incorporar as demandas das mulheres trabalhadoras como parte da luta e atuação cotidiana do movimento sindical e popular. Isso é preciso para unificar a classe e aproveitar o potencial de organização das mulheres. É preciso um combate cotidiano ao machismo para incorporar mais mulheres e fortalecer a luta dos trabalhadores. É fundamental a unidade entre homens e mulheres trabalhadores (Caderno de Resoluções – 1º Congresso CSP-Conlutas, pág. 24).

As resoluções aprovadas no I Congresso da CSP-Conlutas, de acordo com as resoluções do I Encontro de Mulheres da Central, estão divididas em resoluções de conjuntura, campanhas políticas e medidas organizativas.

Ao que se refere a conjuntura, a resolução afirma que “Dilma não representa as mulheres trabalhadoras” e que “a luta das mulheres só pode ser vitoriosa em unidade com os homens trabalhadores, de forma independente dos governos e patrões”. Essas duas afirmações indicam o caráter da concepção de entidade e da luta do movimento de mulheres. Um movimento não-sexista, de orientação classista e que preza pela independência de classe, ou seja, independência política de governo e empresários.

As principais bandeiras defendidas pelo movimento referiam-se a pautas econômicas, aumento de direitos sociais e previdenciários e de combate a violência. O movimento entende que deve ser uma bandeira de luta a igualdade salarial para as mesmas funções desempenhadas pelos homens, a garantia de políticas públicas de acompanhamento integral da gestação, o aumento da licença maternidade para 6 meses, a garantia de creches públicas e de qualidade para todas as crianças, o reconhecimento do acompanhamento dos filhos ao médico como abono de faltas. O debate convergiu para a defesa do direito ao aborto e a necessidade de uma política pública de educação sexual, a luta pela criminalização da homofobia e de fortalecimento da implementação das ações da Lei Maria da Penha para colocar fim à violência contra as mulheres (Caderno de Resoluções – 1º Congresso CSP-Conlutas, pág. 24).

As resoluções de campanhas políticas expressam a forma e o conteúdo em que a Central aplicava sua compreensão da conjuntura política do país e as tarefas da CSP-

Conlutas no tema de Mulheres. As principais campanhas políticas aprovadas foram referentes as datas históricas de luta das mulheres: 8 de março, 25 de julho, 28 de setembro e 25 de novembro, respectivamente, dia internacional das mulheres, dia latino-americano da mulher negra, dia latino americano de luta pela legalização e descriminalização do aborto e o dia latino americano de luta contra a violência às mulheres. O desenvolvimento de campanhas políticas como a “Trabalho Igual, Salário Igual”, “Campanha Nacional por creches” e a “Campanha nacional contra a violência à mulher”. Todas estas tinham por objetivo envolver as mulheres na luta por suas pautas específicas contra a exploração e opressão (Caderno de Resoluções – 1º Congresso CSP-Conlutas, pág. 24).

Entre as resoluções que tecem sobre medidas organizativas, podemos perceber uma completa referência de ações para nortear o trabalho político dos militantes/ativistas da CSP-Conlutas a fim de desenvolver ações relacionadas às pautas e temas das mulheres trabalhadoras. Nesse sentido, estão colocadas as medidas para buscar reverter o machismo no movimento sindical, um olhar mais atento das direções sindicais para as realidades das mulheres nas categorias, entendendo que a baixa participação das mulheres com os seus sindicatos envolve, também, o não reconhecimento daquela entidade como representativa de seus anseios.

Qualquer organização que se pretende a fortalecer o movimento de massas na perspectiva de dar protagonismo às lutas e necessidades reais da classe trabalhadora precisa dar centralidade política e organizativa aos temas relacionados às lutas das mulheres, por isso defendemos: Criação de Secretarias de Mulheres nos Sindicatos; Cotas para as mulheres nas diretorias, respeitando percentual de mulheres em cada categoria e incorporando as mulheres negras, como instrumento de promoção das mulheres negras, como instrumento de promoção das mulheres, de formação de dirigentes sindicais, como o esforço para refletir as políticas das mulheres e para criar identificação das trabalhadoras da base com suas direções; Desenvolvimento de organizações por local de trabalho e CIPAS, estimulando a participação das mulheres, sendo os olhos e ouvidos das direções sindicais sobre a realidade da mulher trabalhadora; Realizar campanhas de sindicalização voltada às mulheres; Realização de Encontros de Mulheres para deliberar sobre as pautas das mulheres a serem incorporadas na luta cotidiana; Garantia de creches em todas as atividades dos sindicatos e da Central, para que a responsabilidade com os filhos não seja o impeditivo para a participação das mulheres nas atividades; Cursos e palestras para a categoria e diretoria, como forma de educação política e vigilância constantes às posturas machistas que ocorrem no interior do movimento sindical; Avançar e discutir no movimento popular como desenvolver mecanismos para ampliação da participação das mulheres, com a criação de espaços específicos que possam debater a realidade dessas trabalhadoras, encontros de mulheres nas ocupações, reuniões periódicas para discutir a demanda por creche, o combate à violência doméstica, etc. [...] (Caderno de Resoluções – 1º Congresso CSP-Conlutas, pág. 24).

Nas questões relativas ao combate à LGBTfobia, o Congresso estabeleceu, a partir de uma avaliação das mobilizações dos trabalhadores e da juventude, lésbicas, gays, bissexuais e transexuais, um conjunto de pautas para o plano de ação. Dentre as medidas deliberadas, estavam: lutar por políticas de saúde das mulheres lésbicas e de pessoas transexualizadas, participar das Paradas do Orgulho LGBT levando o debate político da Central, construir cartilhas LGBT para auxiliar o trabalho político de base, organizar o I Encontro Nacional do Setorial LGBT, campanha pelo uso do nome social e pela união civil.

O 1º Congresso da CSP-Conlutas reafirma a importância da construção da Central como ferramenta de luta de combate contra as opressões, como a homofobia. É fundamental aliar esta luta ao processo de reorganização da classe trabalhadora em curso no país. Nesse sentido, é necessário que a organização do trabalho político voltado para a luta dos homossexuais aconteça a partir do trabalho de base nos locais de trabalho e estudo, assim como nos movimentos populares. [...] (Caderno de Resoluções – 1º Congresso CSP-Conlutas, pág. 25).

Por compreender a realidade das questões relativas aos LGBTs, o 1º Congresso da CSP-Conlutas deliberou:

Lutar por políticas de saúde da mulher lésbica e de pessoas transexualizadas; Construir uma cartilha LGBT focando o movimento sindical e popular para fortalecer o trabalho de base; Participar da III Marcha contra a homofobia em Brasília em maio de 2012; Construir uma intervenção qualificada nas Paradas do Orgulho LGBT; Organizar nas bases filiadas na CSP-Conlutas palestras referentes ao dia 28 de junho, resgatando o dia de luta pelo Orgulho Gay; Construir o I Encontro Nacional do Setorial LGBT da CSP-Conlutas; Apoiar a despatologização da transexualidade; Lutar pela garantia do nome social nos espaços públicos e de trabalho – Campanha de acesso universal a lei de alteração de nome civil, e sugerir a supressão de sexo e gênero em alguns documentos de identificação. Campanha pela União Civil e contra a criação de um “terceiro banheiro” para indivíduos LGBTs; construir uma ampla campanha em defesa do Estado laico (Caderno de Resoluções – 1º Congresso CSP-Conlutas, pág. 25).

Para esse Congresso, esteve também em debate campanhas específicas relativas às pautas de atuação direta dos movimentos populares urbanos e dos movimentos ambientais e rurais. Naquele momento, ocorreriam, no Brasil, eventos importantes para serem realizadas denúncias. Assim, as lutas contra os despejos ilegais produzidos pela Copa 2014 e Olimpíadas 2016, assim como a participação na Rio + 20, deveriam ser encarados pela Central como espaços para denunciar as violações dos direitos humanos básicos, o acesso a moradia e terras e as práticas de destruição ambiental praticadas no país.

No ponto referente ao debate sobre o Estatuto e Direção, temos a atualização dos critérios de representação das delegações dos movimentos populares e de juventude nos Congresso da Central:

A participação das entidades estudantis e dos movimentos de luta contra as opressões não poderá exceder o percentual de 5% do total dos delegados inscritos no Congresso Nacional. A Coordenação Nacional será composta por representantes eleitos/eleitas nas instâncias das entidades e movimentos filiados à CSP-CONLUTAS, em dia com as dias contribuições financeiras à Central, nas seguintes proporções: [...] II) Movimentos populares: II) a) Acampamentos e ocupações (urbanos ou rurais): Até 500 famílias: 1 voto; De 501 a 1.000: 2 votos; de 1.001 a 2.000 famílias: 3 votos; acima de 2.000 famílias: 1 voto a cada 1.000. II b) Núcleos Comunitários: Até 125 famílias em assembleia: 1 voto; de 126 a 250 famílias representadas em assembleia: 2 votos; de 251 a 500 famílias representadas em assembleia: 3 votos; acima de 500 famílias representadas em assembleia: 1 voto a cada 250 famílias. III) Movimentos populares sem base de representação definida: 1 voto por entidade (Caderno de Resoluções – 1º Congresso CSP-Conlutas, págs. 28 e 29).

No tema de finanças relativo aos movimentos populares, foram debatidas medidas para viabilizar a participação desses movimentos sem nenhum tipo de arrecadação regular. Compreendia-se que, para além de definir um valor de taxa compatível a realidades desses movimentos, era necessário estabelecer um fundo permanente para auxiliar na atividade destas organizações.

Parágrafo segundo – Entidades com personalidade jurídica e sem arrecadação regular e/ou entidades sem personalidade jurídica e com arrecadação irregular (movimentos, comitês, entre outras) pagarão uma anuidade no valor equivalente a meio salário mínimo; A Coordenação Nacional deverá instituir um fundo permanente de apoio aos movimentos populares, autorizando o repasse de recursos regulares da Central para esse fundo, definindo o volume de recursos e a forma como esses recursos serão aplicados nas atividades dos diversos movimentos populares que fazem parte da Central (Caderno de Resoluções – 1º Congresso CSP-Conlutas, págs. 30-1).

Um importante elemento que materializa a participação dos movimentos no interior de uma Central é sua representação nos órgãos de direção. A Secretaria Executiva da CSP foi votada na primeira reunião da Coordenação Nacional, ocorrida em 13, 14 e 15 de julho de 2012. Dentre os trinta e dois membros que foram aprovados para compor a Executiva Nacional, oito pertenciam a movimentos populares, estudantil e de combate as opressões. Desses oito integrantes, três eram pertencentes ao MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto), uma do MML (Movimento Mulheres em Luta), uma da ANEL (Assembleia Nacional dos Estudantes – Livre), um do MTL (Movimento Terra, Trabalho e Liberdade), um integrante do Movimento Quilombo Raça e Classe e um membro do MUST (Movimento Urbano Sem Teto).

2.4 - 2º Congresso da CSP-Conlutas

O 2º Congresso da CSP-Conlutas ocorreu entre os dias 4 e 7 de junho de 2015, na cidade de Sumaré/SP⁴⁴. Os pontos de pauta debatidos neste Congresso, seguindo os anteriores, partiram da avaliação de conjuntura internacional e nacional para, em seguida, avaliar as temáticas de opressões (Mulheres, Negros e Negras e LGBT) e, assim, fazer uma avaliação da atuação da Central entre o período congressual e definir os planos de lutas para do próximo período de 2 anos.

Desde o primeiro Congresso da Conlutas, no ano de 2008, o tema central que se apresentava para o conjunto dos delegados e delegadas presentes era a crise econômica e as consequências para os direitos dos (as) trabalhadores (as). No 2º Congresso, as políticas de ajuste ficaram mais evidentes para as organizações da classe trabalhadora e sua materialização desenvolvia-se com mais agilidade nas casas legislativas ou via medidas provisórias. A análise da conjuntura internacional partia do resgate da crise, dos impactos nas principais economias mundiais e da lentidão da recuperação econômica. A grande queda do PIB chinês e a recessão prolongada na Europa eram a síntese desse processo. Assim, o ataque sobre o nível de vida da classe trabalhadora ocorria em todo mundo através dos planos de austeridade. Em reação a tais planos e ao crescente desemprego, observou-se, no período, um número crescente de greves e manifestações, como destacado pela análise da CSP⁴⁵, bem como se tornou evidente a temática dos imigrantes, como consequência do desenrolar da crise vivenciada. Na América Latina, os governos de conciliação de classe iniciaram a aplicação de ajustes e entraram em rota de colisão com as manifestações populares. No Oriente Médio, o cenário era marcado pelo Estado Islâmico e a guerra civil da Síria. Nesse sentido, foram apresentadas, também, as potencialidades e debilidades da Rede Sindical Internacional de Lutas e Solidariedade - fórum internacional de sindicatos e movimentos da qual a CSP-Conlutas é participante.

⁴⁴ Informe do Credenciamento: Representação de 24 estados mais o Distrito Federal, ausência de Rondônia e Mato Grosso do Sul. **Participantes:** 1702 Delegados Plenos; 572 Observadores; 109 Convidados; 108 Companheiras(os) da Organização do Congresso; 56 Expositores; 92 Crianças. Total: 2639 participantes. **Entidades Participantes:** 02 Federações Sindicais Urbanas; 82 Sindicatos Urbanos; 02 Federações Sindicais de Trabalhadores Rurais; 29 Sindicatos de Trabalhadores Rurais; 30 Minorias de Diretorias Sindicais; 80 Oposições Sindicais; 28 Seções do Andes-SN; 18 Seções do Sinasefe; 12 Movimentos Populares Urbanos; 18 Movimentos Populares do Campo; 02 Movimentos de Luta Contra as opressões; 01 Organização Estudantil; 13 Entidades Observadoras (Filiadas com pendência financeira); 56 Entidades Observadoras(não filiadas). Total: 373 entidades participantes.

⁴⁵ Caderno de Resoluções do 2º Congresso da CSP-Conlutas, pág. 11.

A conjuntura política nacional era a expressão do contexto político e econômico mundial. Desde o último Congresso da Central, em 2012, a polarização e instabilidade política na sociedade brasileira havia se intensificado. As manifestações de 2013, os índices de aumento do número de greves desde 2012 e a impopularidade de Dilma, após sua reeleição em outubro de 2014, indicavam que o Brasil estaria mais sintonizado com os movimentos que ocorriam na Europa, Estados Unidos e Oriente Médio. A avaliação era que, devido ao enfraquecimento do Governo Dilma e o aprofundamento da crise, com a inflação e desemprego, abria-se um processo de ruptura política dos trabalhadores com o PT, que precisaria ser disputado pela esquerda. Todavia, na direção oposta, ocorria um fortalecimento da direita, através da convocação de grandes manifestações contra Dilma, com o mote do combate à corrupção. Sistematizando a complexidade da realidade política brasileira, as palavras de ordem tiradas foram: “Nem o PT representa mais os trabalhadores, nem a oposição de direita é alternativa! Basta de Dilma, desse Congresso, do PMDB, PSDB e demais alternativas de direita!”. E para dar combate aos diversos projetos de lei de retirada de direitos, o Congresso decidiu por fazer um chamado às outras Centrais para a organização de uma Greve Geral.

2.4.1 - Movimentos de Luta contra as opressões

O ponto seguinte do caderno de resoluções visava abarcar os temas específicos das análises da realidade dos setores oprimidos da classe trabalhadora. O caderno de resoluções destina uma parte de destaque para avaliação do cenário brasileiro sobre as opressões contra mulheres, negros e negras e LGBTs, e como as implicações da crise econômica afetam esses segmentos da classe de forma a aprofundar as desigualdades presentes.

O texto de análise da condição de vida das mulheres trabalhadoras no Brasil é apresentado com a subdivisão de temas: “Organizar as mulheres trabalhadoras contra o ajuste fiscal”; “Mulheres à frente das lutas contra o ajuste fiscal, as medidas provisórias e o PL4330”; “A presença da mulher no mercado de trabalho e a necessidade da luta de classe para combater o machismo e a exploração capitalista”; “Gênero – Quem é o nosso maior opressor?”; “Chega de mortes de mulheres! As mulheres devem ter direito ao próprio corpo! Legalizar o aborto já! e “Pelo direito ao aborto legal, seguro e gratuito””.

O primeiro e o segundo tópico iniciam apresentando a desigualdade econômica das mulheres em relação aos homens, onde “as mulheres trabalhadoras ainda recebem

24% a menos que os homens pelos mesmos trabalhos e a mulher com filhos recebe menos ainda” e desenvolvem a discussão para a caracterização da crise econômica mundial e os efeitos do ajuste fiscal nos direitos da mulheres trabalhadoras. Os exemplos de cortes de direitos⁴⁶ no Reino Unido, Espanha e vários outros países na Europa prepara o debate sobre o início do ajuste fiscal no Brasil.

No Brasil a situação das mulheres trabalhadoras também está piorando a cada dia com o corte de verbas das áreas da saúde, educação, combate à violência contra a mulher, reforma agrária, “programa minha casa, minha vida”, etc. [...] A retirada de direitos previdenciários e trabalhistas também está penalizando mais as mulheres e todos os setores oprimidos da classe trabalhadora. As medidas provisórias 664e 665, que já estão em vigor desde o início de março de 2015, já estão afetando a vida das mulheres. A pensão por morte é um direito previdenciário do qual 80% dos beneficiados são mulheres. [...] Mas a burguesia, não contente com os ajustes, ainda quer elevar o patamar de exploração da classe trabalhadora a níveis chineses. O PL4330 pretende terceirizar todas as atividades das empresas. Hoje a terceirização já atinge cerca de 12 milhões de trabalhadores. Destes, cerca de 70% são mulheres, na sua maioria negras, que já têm menos direitos, trabalham mais, ganham menos e sofrem mais acidentes de trabalho e doenças ocupacionais (Caderno de Resoluções – 2º Congresso CSP-Conlutas – págs.26-27).

Embora no Brasil o desenvolvimento do plano do ajuste fiscal não estivesse no mesmo patamar dos planos de austeridade dos países europeus, o texto destaca que o governo de Dilma pretendia “economizar 1,2% do PIB, ou R\$ 66 bilhões com todos os cortes e retiradas de direitos”. O texto também apresenta uma referência a gênero de Dilma Rousseff e afirma que isto nunca foi condição para que governasse para as mulheres trabalhadoras. Portanto, aponta que “a tarefa que está colocada para as mulheres trabalhadoras, é derrotar o governo Dilma e a oposição de direita”, “nos somando ao chamado às centrais para a construção da Greve Geral”. Desta maneira, as resoluções deste ponto indicam como tarefas:

Por isso, devemos fazer todos os esforços necessários para unir a classe e para isso é necessário que todas as demandas das mulheres, negros e negras e LGBT’s sejam incorporados em todas as lutas. A CSP-Conlutas deve ser um instrumento da luta das mulheres e de todos os setores oprimidos da classe trabalhadora pela sua libertação do jugo de toda a exploração e de toda a opressão. Pela imediata revogação das medidas provisórias 664 e 665;Pela derrubada do PL4330 da terceirização; Não ao ajuste fiscal;1% do PIB para o combate à violência contra a mulher; Pelo atendimento da demanda por creches públicas de qualidade para todos os filhos da classe trabalhadora. Pela ampliação do atendimento de criança de 0 a 5 anos em creches públicas

⁴⁶ Com os planos de austeridade, implementados por todos os países como saída capitalista para a crise econômica, as mulheres trabalhadoras estão entre os grupos mais sacrificados. No Reino Unido por exemplo, há cortes em programa de auxílio à amamentação, exames de pré-natal e fechamento de creches. Na Espanha, mudanças na legislação trabalhista tornam descartável o trabalho das mulheres no setor de serviços. Em vários países existe ameaça de retrocessos na legislação sobre o aborto. Na Espanha, este retrocesso foi rechaçado por um forte e vitorioso movimento de mulheres (Caderno de Resoluções – 2º Congresso da CSP-Conlutas – pág. 26).

de qualidade para os filhos da classe trabalhadora; Pela descriminalização e legalização do aborto: educação sexual e anticoncepcionais para prevenir e aborto legal e seguro para não morrer; Construir a Greve Geral para derrotarmos todos os ataques à classe trabalhadora; Nem Dilma e nem a oposição de direita! Mulheres trabalhadoras na construção do terceiro campo de classe (Caderno de Resoluções – 2º Congresso CSP-Conlutas – págs.27-28).

O tópico seguinte busca fundamentar a análise sobre a inserção das mulheres no mercado de trabalho, com o intuito de apresentar as resoluções de subsidiar os sindicatos e movimentos no combate às desigualdades de gênero presentes nos locais de trabalho. Apresentaremos a síntese da discussão e as resoluções referentes a esse subtópico.

O documento inicia afirmando que hoje 46% da força de trabalho no Brasil é composto por mulheres, esse processo de “feminização” do mercado de trabalho foi iniciado na década de 1970. Com a conquista do acesso ao mercado de trabalho as marcas do machismo presente nas relações sociais brasileiras ficaram evidentes nas diferenças salariais, de condições de trabalho e direitos. Os dados apontam, que na média, as mulheres recebem 33% a menos que os homens pelo desempenho das mesmas funções, no geral, os postos de trabalhos mais precários, como o exemplo dos trabalhos terceirizados, são ocupados majoritariamente por mulheres. O cenário de desigualdades se aprofunda quando esta mulher tem filhos, pois a dificuldade do acesso a creches, “segundo o anuário da Educação Básica de 2013 somente 22,95% das crianças de 0 a 3 anos têm acesso às creches”, isso agrava a situação de sobre trabalho das mulheres brasileiras porque as tarefas domésticas encontram-se ainda na grande maioria das situações sobre suas responsabilidades. Os dados alarmantes que reforçam a necessidade do combate ao machismo e ao capitalismo são referentes à violência doméstica e os assédios sofridos nos locais de trabalho, seja sexual ou moral.

A violência doméstica no Brasil apresenta dados assustadores, “entre 2006 e 2013, o serviço ligue 180 contabilizou mais de 3 milhões de denúncias” e que “na última década 43,5 mil mulheres foram assassinadas no país, isso aponta para um feminicídio a cada 2 horas”. Entre as mulheres, as jovens e negras, a partir dos dados de 2003 a 2011, são as mais suscetíveis à violência.

O assédio moral e sexual também está presentes no cotidiano das mulheres trabalhadoras. Dados presentes no relatório do debate de opressões informam que “52% das mulheres já foram vítimas de assédio sexual” e que este é um dos principais instrumentos de desqualificação e objetificação do sexo feminino. E o assédio moral

verifica-se desde a contratação com a exigência da “boa aparência”, a diferença salarial e as dificuldades da ascensão profissional.

Todas essas situações muitas vezes causam o afastamento da mulher do local de trabalho, seja por licença-saúde ou até mesmo pela demissão. A questão da violência doméstica, embora cause bastante constrangimento e aconteça fora do local de trabalho também pode causar o afastamento dessa trabalhadora. A lei Maria da Penha preconiza que a vítima de violência seja afastada do trabalho por até seis meses sem a perda do vínculo empregatício, porém não condiciona tal fato a manutenção da remuneração dessa mulher (Caderno de Resoluções – 2º Congresso da CSP-Conlutas – pág. 29 -30).

A partir destas considerações, evidenciou-se um importante apontamento sobre os sindicatos, que muitas vezes reproduzem a ideologia machista ao invés de organizar as pautas das mulheres trabalhadoras, acabando assim por minimizar, inviabilizar e secundarizar as pautas específicas das mulheres nos sindicatos. Portanto as resoluções vão no sentido de organizar a partir dos sindicatos filiados a CSP-Conlutas a luta específica da mulheres, fortalecendo a unidade dos trabalhadores para o combate as opressões e a exploração capitalista.

Lutar contra toda forma de diferenciação salarial entre homens e mulheres que se apresenta de maneira diferenciada nos diversos setores da economia; Impulsionar junto aos sindicatos campanhas pela garantia de programas específicos de qualificação, treinamento e formação profissional para a mulher, de acordo com a sua área de atuação; Impulsionar a luta pela redução do ritmo de trabalho, incorporando o debate sobre a necessidade das empresas considerarem os limites físicos das trabalhadoras, bem como as características fisiológicas específicas das mulheres, a exemplo da menstruação e da gravidez; Ser parte ativa nos atos e atividades contrárias ao PL433 que instituiu a terceirização no setor privado, mas que pode se estender ao setor público, precarizando as condições de trabalho, principalmente da mulheres; Atuar regularmente na luta por creches com funcionamento em tempo integral, sejam públicas, gratuitas e de qualidade com financiamento estatal, atendendo 100% das crianças, através da aplicação de 10% do PIB para a educação, sem prejuízo de manter a exigência de garantia de creches por local de trabalho; Realizar uma campanha em conjunto com a CSP-Conlutas e os sindicatos de combate ao assédio moral e sexual nos locais de trabalho; Orienta que o setor jurídico dos sindicatos tenha uma atuação frente aos casos de assédio moral e sexual; Atuar junto aos sindicatos para incorporar as pautas específicas das mulheres nas campanhas gerais das categorias, já apontando três propostas iniciais, quais sejam: Que o tema de violência contra a mulher seja obrigatório nas Sapat's; Que seja constituído um canal de denúncia e apuração dos casos de assédio moral e sexual, composto por sindicato e empresa/órgão, garantindo o anonimato da vítima até o fim das investigações; Garantir o direito à mulher de mudar de local de trabalho ou que o mude o assediador caso assim ela deseje, após a conclusão das investigações sobre o assédio (Caderno de Resoluções – 2º Congresso da CSP-Conlutas – págs. 30-31).

Embora existam movimentos de mulheres que identifiquem os homens como inimigos da libertação das mulheres, o movimento de mulheres da CSP-Conlutas é categórico em afirmar que “contrariamente aqueles que desqualificam a luta das

mulheres, o nosso maior opressor não são os homens, mas o capitalismo” e que o movimento entende que “não basta ser mulher, é necessário ter um recorte de classe” para ser consequente na luta de libertação das mulheres trabalhadoras da opressão e exploração. Por isso, o texto afirma que a liberdade de toda a classe trabalhadora só ocorrerá quando não houver a opressão sobre qualquer um dos seus segmentos, ou seja, é necessário que homens e mulheres da classe trabalhadora possam lutar lado a lado pela superação do capitalismo, incorporando na luta de classes as demandas específicas das mulheres, negros e negras e LGBT’s.

O último subtópico do texto de combate as opressões as mulheres, é sobre o direito da mulher ao próprio corpo, para que as mulheres possam decidir sobre a realização da prática do aborto. Esse tema é extremamente polêmico na sociedade brasileira, consequência da forte presença dos valores morais religiosos e da tabu da sexualidade feminina.

O aborto é uma realidade da vida das mulheres brasileiras. Segundo o DataSus do Ministério da Saúde do Brasil, de 1996 a 2012, 1498 mulheres morreram em decorrência da prática do aborto. Isso significa que segundo essas estatísticas, cerca de cem mulheres por ano morrem por motivos de aborto. Em 2008, foi feito pela UnB e UERJ um levantamento sobre o aborto com a finalidade de estabelecer o perfil da mulher que faz o aborto no Brasil. A conclusão foi de que a maioria delas tem entre 20 e 29 anos (de 51% a 82%), vivem em relacionamento estável (70%) e têm pelo menos um filho. As adolescentes representam de 7% a 9% das mulheres que fazem aborto. [...] Entre 18 e 39 anos, de cada 100 mulheres, 15% disseram ter feito aborto e entre 35 e 39 anos, 20% responderam o mesmo. [...] Quanto às suas crenças, 65% disseram ser católicas e 25% protestantes. [...] Com base nesses resultados, estima-se que 5,3 mulheres no Brasil já tenham abortado ilegalmente (Caderno de Resoluções – 2º Congresso CSP-Conlutas – pág. 32).

Assim como descrito no tema de Mulheres, no tema de Negros e Negras o texto inicia com uma caracterização da crise econômica mundial, abordando desde a crise imobiliária americana, os planos de austeridade na Europa, até apresentar as primeiras impressões sobre a conjuntura brasileira.

O documento apresentado indicava que a CSP-Conlutas tinha a condição de fortalecer a reorganização e as lutas classistas e socialistas negra do país e que visava com esta discussão “organizar em âmbito nacional um polo consciente de lutadores da periferia e da classe trabalhadora em geral para enfrentar os ataques dos governos aos trabalhadores e aos setores mais oprimidos e explorados da sociedade” (Caderno de Resoluções – 2º Congresso CSP-Conlutas – pág. 36). A partir da apresentação de estatísticas o texto do documento expõe a relação de raça e classe:

“O racismo no Brasil faz parte do contexto de classe e tem-se expressado no cotidiano da população negra e pobre do país, comprovado pelos diversos dados estatísticos apresentados. Segundo o IPEA, 70,8% da população em extrema pobreza são afrodescendentes. [...] Olhando o índice de desemprego, veremos que entre os negros é de 40% superior aos brancos, e segundo o Dieese, as mulheres negras são maioria entre os trabalhadores sem carteira e que estão nos empregos domésticos, não remunerados, informal ou precarizados. A diferença salarial entre homens brancos e mulheres negras, segundo o IBGE, é de até 70% e de até 28% entre as mulheres brancas e negras (Caderno de Resoluções – 2º Congresso CSP-Conlutas – pág. 37).

Portanto, frente a esta realidade e entendendo que o esforço da CSP-Conlutas em lutar contra o capitalismo e o racismo, assumindo a responsabilidade de unificar os movimentos sindical, popular na luta de combate as opressões, a Central deve defender as bandeiras de combate ao racismo no Brasil. São diversas pautas que contemplam a luta contra o racismo em nossa sociedade, portanto, o movimento indica que é necessário lutar por igualdade salarial entre brancos e negros e incorporar às lutas gerais contra a perda de direitos sociais e trabalhistas que afetam decisivamente a população negra. As pautas referentes a violência policial na periferia estavam expressas na defesa do fim do auto de resistência, pela desmilitarização da Polícia Militar e pela legalização das drogas, combatendo assim o genocídio da juventude negra. O movimento negro da Central também se dispõe a organizar as lutas pela titulação de terras dos povos originários, a efetiva implementação da história e da cultura afro-brasileira e indígena e a garantia das cotas raciais no ensino e serviço público (Caderno de Resoluções – 2º Congresso CSP-Conlutas – pág. 37).

O último ponto abordado no tema Negros e Negras foi sobre a saúde da população negra. Por entender que a falciforme acomete especificamente a população negra, o texto defende que se remete ao Congresso Nacional uma exigência para implementação de uma política nacional de saúde integral da população negra, assegurando atendimento nas redes de saúde pública.

O documento produzido pelos membros do Setorial LGBT ficou subdividido em eixos temáticos. Foram nove temas elencados para a discussão neste tema, iniciando com “Sobre as Opressões”, “Por uma sexualidade livre dos preconceitos religiosos, de raça, de orientação sexual e não submetida às imposições do capital”, “Criminalização da LGBTfobia”, “Direito a união civil/ estável e direito ao casamento entre pessoas do mesmo sexo”, “Saúde pública gratuita e de qualidade”, “Contra a discriminação entre a militância”, “Direito ao trabalho”, “Sobre a luta contra as opressões” e “Aprofundar a

unidade da classe trabalhadora fortalecendo o combate ao machismo, à homofobia e à transfobia na base das categorias de trabalhadores”.

A temática LGBT se faz presente na Central através da organização de um setorial específico. A partir dos acúmulos de discussões deste Setorial é que foi elaborado o texto de caracterização da situação dos (as) trabalhadores (as) LGBTs no Brasil e no Mundo. A primeira consideração apresentada no texto demonstra o nível de desafio do combate a lgbtfobia no país, pois ocupamos a vergonhosa posição de país que mais assassina por ano lésbicas, gays, bissexuais e transexuais. Ao partir desta realidade, o documento indica a urgência da criminalização da LGBTfobia e Transfobia (Caderno de Resoluções – 2º Congresso CSP-Conlutas – pág. 37).

O documento tece algumas considerações para desenvolver a caracterização geral sobre a luta LGBT, para além dos dados de assassinato anuais de LGBTs, apresentam-se o balanço da organização LGBT no interior da CSP-Conlutas, a crise econômica e retirada de direitos e o avanço de pautas conservadoras no Congresso Nacional, retirando os poucos direitos assegurados a LGBTs, mulheres e negros e negras, além de considerar na análise, a violência policial nas periferias e a discriminação com pessoas LGBTs no mercado de trabalho.

O balanço que se faz da organização LGBT no interior da CSP-Conlutas e da intervenção da Central externamente é que houve avanços e que em sua maioria foram propiciados pela maior organização do Setorial LGBT, que contou com a realização do I Encontro Nacional do Setorial LGBT⁴⁷, o que permitiu a Central participar das marchas do Orgulho LGBT com políticas e marcar presença nas diversas manifestações pelo país que lutavam por aumento de direitos e contra retrocessos, destaca-se a luta pelo “Fora Feliciano”(Caderno de Resoluções – 2º Congresso CSP-Conlutas – pág. 37).

Para garantir o aprofundamento da intervenção das lutas de equiparação dos direitos LGBTs com os heterossexuais, a resolução indica a necessidade de reeditar o Encontro Nacional LGBT e pautar, em sua intervenção, as pautas pela criminalização da

⁴⁷ O Encontro ocorreu em São Paulo nos dias 28,29 e 30 de junho de 2013. Participaram dessa iniciativa inédita de uma central sindical brasileira 180 pessoas. Entre delegados, observadores e convidados, estavam representados 16 estados da federação. O Encontro que debateu a conjuntura LGBT e as principais lutas estava inserido no processo intenso de manifestações de junho de 2013. A luta contra o Pastor Marco Feliciano ainda era marcada para os presentes. (<http://portal.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=6126> – acessado dia 19/03/2017) Ao final do I Encontro Nacional do Setorial LGBT da CSP-Conlutas foi aprovada uma carta. O conteúdo da carta era a expressão dos debates de conjuntura e os desafios do setor LGBT para organizar sua luta e conquistar seus direitos. Esta carta foi encaminhada para aprovação na Coordenação Nacional da CSP-Conlutas. (<http://cspconlutas.org.br/2013/08/confira-a-carta-e-as-resolucoes-aprovadas-no-i-encontro-nacional-lgbt-da-csp-conlutas-realizado-em-julho-de-2013/> - acessado dia 19/03/2017).

LGBTfobia, despatologização da identidade transexual, pela laicidade do Estado, que a saúde pública atenda às demandas específicas dos LGBTs e todo tipo de campanha de combate à opressão. Para isto, avançar na aprovação da lei de identidade de gênero e batalhar para que o Estado Laico se apresente em sua plenitude, com políticas públicas que atendam às necessidades da comunidade LGBT. O combate sistemático a todos os parlamentares que se colocarem contrários a igualdade dos direitos dos LGBTs em relação a população heterossexual (Caderno de Resoluções – 2º Congresso CSP-Conlutas – pág. 38).

O subtópico “Sobre Opressões” retoma a ideia de combate contra todas as formas de opressão, articulando lado a lado as lutas de mulheres, negros e negras, lgbt’s e demais setores oprimidos. Reivindica-se neste ponto as resoluções da Secretaria de Mulheres e de Políticas Sociais e Antirracistas do Sintusp e dos Setoriais de Mulheres e Negros e Negras.

O ponto “Por uma sexualidade livre dos preconceitos religiosos, de raça, de orientação sexual e não submetida às imposições do capital” a discussão está focada na defesa da liberdade sexual, entende-se que “nessa atividade podemos manifestar tudo o que há de mais belo no ser humano”, e deve ser uma pauta do movimento LGBT combater toda as pressões e “imposições externas à sua vontade” para que possa praticar a sexualidade e que esta não seja entendida apenas “como forma de reprodução de força de trabalho”. O Setorial tem o entendimento que “a liberdade sexual não pode ser totalmente realizada sob o capitalismo” e que, portanto, este movimento defende que o “socialismo como o único sistemas social capaz de garantir a mais ampla liberdade sexual para a humanidade”.

Portanto é necessário impulsionar e ampliar (publicações, debates, etc.) a discussão e pela construção de um movimento coletivos/grupos sobre sexualidade/homossexualidade nas nossas frentes de atuação, realizando atividades com o conjunto da categoria e/ou setor social em que atuamos a fim de aglutinarmos companheiros (as) para fortalecer a luta contra a opressão (Caderno de Resoluções – 2º Congresso CSP-Conlutas – pág. 39).

Em seguida, é apresentado o tipo e caráter de Movimento LGBT este setorial tem intenção de construir:

De luta: de atuação na realidade e que tenha como concepção de que só a luta poderá garantir a conquista dos direitos do movimento LGBT; Anti-governista: oposição aos governos burgueses de plantão e contra a política aplicada por esses governos para o setor. Isso implica que, com parte da disputa pela consciência, defenderemos as nossas concepções políticas e teóricas no interior desses grupos e não atuaremos em grupos que tenham posições antissocialistas e governistas; Classista: formado por trabalhadores (as) e de defesa dos interesses da classe trabalhadora; Socialista: que luta pela

revolução socialista e por uma sociedade sem classe social (Caderno de Resoluções – 2º Congresso CSP-Conlutas – pág. 39).

Uma das principais bandeiras do movimento LGBT é pela aprovação da criminalização da LGBTfobia. O discursos de ódio e aversão são antessala da violência que anualmente vitima os LGBT's no Brasil. A discriminação, preconceito e opressão ocorre desde a família, emprego e nos locais de militância, como movimentos sociais e sindicatos. Por isto, o setorial LGBT defende um conjunto de medidas e ações para penalizar todo modo de discriminação contra homossexual, o bissexual, os transgêneros e travestis e promover ações de educação para a classe trabalhadora em seu processo formativo, desenvolvendo, assim, na escola um espaço crítico e reflexivo de combate a qualquer tipo de opressão (Caderno de Resoluções – 2º Congresso CSP-Conlutas – pág. 40).

2.4.2 - Movimentos Populares

No caderno de resoluções, ao abordar as questões específicas dos movimentos populares, realiza-se uma análise das condições de vida nas periferias, onde, nos últimos 12 anos de governos petistas, as tensões sociais não deixaram de existir; sobretudo, transformaram-se. O caderno aponta que a atuação do governo foi de estabelecer políticas de acesso a direitos, como habitação, transporte, educação e saúde, sempre atrelada a lógica do financiamento, seja via Caixa para financiamento habitacional, com o programa Minha Casa Minha Vida, seja pelo financiamento do acesso ao ensino superior, via FIES, assim como, pela aquisição de qualquer bem pelos financiamentos de longo prazo vinculado à algum banco. A transformação da cidade em mercadoria, aprofundada nos últimos anos, potencializaria o grave problema existente relacionado ao déficit de moradia, fruto do aquecimento da construção civil e da falta de uma política de combate à especulação imobiliária. Como reflexo deste cenário, presenciamos o aumento das ocupações urbanas e a resposta autoritária e truculenta dos governos através dos despejos e remoções. Portanto, como parte da resolução, defendia-se como bandeiras prioritárias: a luta pela moradia, denunciando o processo de gentrificação do território e exigindo saneamento básico para as periferias dos centros urbanos; a luta por transporte público de qualidade; as reivindicações de melhoria nos serviços públicos; e as denúncias de criminalização das lutas. *Dessa forma, é ressaltada a importância da experiência de organização em uma Central que unifique os diversos movimentos sociais e sindicais como uma forma de unificar o conjunto dos explorados e oprimidos em torno de lutas comuns.*

Embora verificassem os avanços obtidos, pelo trecho abaixo destacado, percebe-se que, no interior da central, os traços corporativistas e economicistas ainda permanecem:

Há ainda quem – mesmo dentro da CSP-Conlutas – encare com desdém ou sem importância as formas organizativas desenvolvidas pela classe trabalhadora fora das fábricas. Não é raro encontrar, mesmo entre nossos ativistas sindicais mais combativos, aqueles que achem que a Reforma Urbana e a Reforma Agrária são bandeiras que só os movimentos sem-teto ou de sem-terra devem carregar (Caderno de Resolução – 2º Congresso da CSP-Conlutas, pág. 81)

Em contraposição à estas posturas, apresenta-se o Movimento Luta Popular⁴⁸, que passa integrar a Central. O movimento indica que a cultura é um campo de batalha para a disputa de corações e mentes para a superação do capitalismo e defende que a CSP-Conlutas deva incorporar mais os movimentos populares, fortalecendo-os nas coordenações estaduais e na executiva nacional. O movimento aponta que os temas da Reforma Urbana e Agrária precisam ser encarados por todos trabalhadores como temas centrais e que os congressos da CSP, dessa forma, necessitam de mais espaços de formação em diversas temáticas, avançando e fortalecendo essa ousada concepção de entidade. Também indica que a Central fortaleça o apoio aos movimentos populares e incorpore mais seus integrantes nas instâncias deliberativas⁴⁹.

No ponto de plano de ação, a Central apresenta a sistematização de sua intervenção para os anos posteriores a este congresso. A partir da análise realizada sobre a conjuntura são apresentadas proposta de lutas para atingir os objetivos traçados. O Plano de Ação é rotineiramente acompanhado pela Executiva e Coordenação Nacional da Central, para posterior avaliação de balanço dos pontos aplicados e dos temas que carecem maior atenção devido as debilidades.

No entendimento de que a luta do próximo período se pautará na resistência aos planos de ajuste econômicos, a Central apresenta os seus eixos mais gerais de atuação. Defende-se que para impedir a concretização dos ataques aos direitos da classe trabalhadora e desenvolver uma alternativa política da classe, deverá a Central: construir fóruns amplos e unitários para fortalecer e unificar as lutas, unindo trabalhadores do

⁴⁸ “O Luta Popular é um movimento independente dos que massacram nosso povo. São os mais pobres que queremos envolver nessa luta que vai desde a organização para forçar os governos a asfaltar uma rua, passando pela interferência na qualidade da educação, saúde, moradia, transporte, até à luta pela destruição do capitalismo. Nossas bandeiras envolvem também a luta contra o racismo, o machismo e a homofobia. Tudo aquilo que divide e menospreza nosso povo deve ser destruído do nosso meio. O Luta Popular nasce não só para lutar pelos pobres, mas para lutar com os pobres. Venha você também fazer parte dessa luta, venha para o Luta Popular!” (<http://cspconlutas.org.br/2012/09/lancamento-do-movimento-luta-popular-e-marcado-por-jornada-de-lutas-nos-estados/>) consultado 10/07/2017.

⁴⁹ Ibidem. pág. 82.

campo e da cidade, sem-terra e sem-teto, estudantes e movimentos de luta contra o racismo, sexismo e LGBTfobia, em uma mesma luta. O documento aponta que os movimentos sociais precisam denunciar e combater todo tipo de criminalização das lutas sociais, visto que a ofensiva do capital necessita intensificar a repressão aos que resistem a esses planos. Como tática prioritária para resistir ao conjunto de medidas dos governos, nas três esferas de poder, defende-se a construção, com demais centrais e movimentos sociais, a partir da base de cada categoria e em todos os municípios e Estados, a realização da Greve Geral.

O balanço organizativo e político feito teve como base o levantamento de todas as iniciativas tomadas no período de 2012-15. No terreno político sindical, relembra a atuação da CSP nos fóruns nacionais desenvolvido em parceria com outros movimentos, sendo o exemplo mais citado o Espaço Unidade de Ação. Nestes espaços pode-se destacar que as tarefas prioritárias colocadas foram: organizar a luta contra o ACE (Acordo Coletivo Especial), intervir nas mobilizações de junho de 2013 e nas desenvolvidas contra a Copa do Mundo de 2014. O texto indica, também, que a CSP-Conlutas cumpriu um papel muito importante de convocação e unificação destas lutas, ainda em um período de apoio massivo aos governos petistas. Portanto, frente às vacilações da CUT, UNE e MST, a CSP-Conlutas se consolidou com uma Central de presença marcada, mesmo que minoritária, no movimento sindical e popular do país.

Na organização dos movimentos populares, a avaliação apresentada no caderno de resoluções aponta que a Central obteve, no período, muitos avanços bem como soube aproveitar os desgastes políticos com as principais centrais e localizar-se para a disputa política. Para isso, buscou fortalecer os segmentos em que já possuía atuação, consolidando-os, e buscou incorporar novas pautas para desenvolver sua intervenção:

A Central colaborou no fortalecimento de novas ferramentas de organização e de combate às opressões, como a Anel, o MML (Movimento de Mulheres em Luta), Quilombo Raça e Classe, Luta Popular e o Setorial LGBT, apoiando as reuniões, plenárias e encontros nacionais, iniciativas políticas como as “marchas da periferia”, campanhas contra a criminalização, “Fora Feliciano”, kit anti-LGBTfobia, contra o assédio às mulheres no metrô, 1% do PIB para o combate a violência, “Salário igual para trabalho igual”, campanha por creches, pela extensão da licença maternidade, as ocupações urbanas Esperança (Osasco-SP) e Willian Rosa (Contagem-MG), ocupações de reitorias e câmaras municipais pelos estudantes, dentre outras. Por isso afirmamos que é um acerto político estratégico a construção da CSP-Conlutas com o caráter que ela tem: sindical e popular, com a presença organizada da juventude e dos movimentos de luta contra a opressão. [...] (Caderno de Resolução – 2º Congresso da CSP-Conlutas, pág. 91).

O documento avalia que a crise do CONCLAT, quando um setor decidiu pela ruptura no processo de unificação entre a Intesindical e Conlutas, está superada. O argumento apresentado é que a CSP-Conlutas após esse episódio conseguiu se consolidar no movimento sindical e popular atraindo parte dos setores rupturistas.

Entretanto, embora houvesse uma avaliação positiva da atuação da Central, algumas debilidades são apontadas, como o funcionamento de sua estrutura nos estados, com a inexistência de coordenações estaduais, sedes e todo tipo de iniciativa para tornar-se referência para os movimentos. Além disso, reforça-se a preocupação com o trabalho de organização de base. Nesse sentido, o modelo de funcionamento da coordenação nacional é exaltado como modo mais democrático de garantir a participação dos movimentos e ter suas demandas refletidas nos espaços deliberativos. Contudo, destaca-se a debilidade financeira para a garantia de participação de diversas entidades sem arrecadação regular, ponto que afeta diretamente os movimentos populares.

O funcionamento adotado por nossa Central, nesse sentido, ajuda muito, pois possibilita a incorporação imediata das novas entidades diretamente às coordenações nos estados e à Coordenação Nacional. [...] precisamos superar debilidades, em particular o funcionamento deficiente da Central em muitos estados. [...] Reivindicamos o atual funcionamento, com a eleição das secretarias pelas coordenações, compostas pelas entidades filiadas. [...] Esse funcionamento tem ajudado, e muito, na construção de políticas e resoluções que contam com o respaldo da ampla maioria, em particular nas coordenações nacionais, e uma secretaria executiva que, em pouquíssimos casos, teve que tomar alguma decisão política conflitante. Essas conquistas não são modelos, pois temos deficiências importantes a corrigir, como por exemplo, a questão do financiamento das entidades (Caderno de Resoluções – 2º Congresso da CSP-Conlutas – pág. 91).

No tema de mulheres, o principal ponto de balanço fica a cargo da realização do I Encontro do Setorial de Mulheres da CSP-Conlutas, que contou com a participação de 500 mulheres trabalhadoras. A partir deste evento foram debatidas diversas medidas práticas para avançar no fortalecimento da participação das mulheres na Central, destacando-se as iniciativas de fortalecer o MML e de organizar encontros e plenárias pelo país, o que traz, como consequência, a criação de secretarias de mulheres em sindicatos filiados à Central. A partir deste desenvolvimento, foi possível criar algumas campanhas como a de construção de creches e a de equiparação salarial aos homens. A importância deste encontro se expressou, também, na proposta de garantia mínima de 30% de representação de mulheres na direção da Central:

A principal preocupação [...] foi a batalha para fazer com que as lutas pelos direitos das mulheres trabalhadoras estivessem presentes no cotidiano da organização sindical[...] Com essa preocupação, o Setorial de Mulheres da

CSP-Conlutas, reforçado pelo desenvolvimento do Movimento Mulheres em Luta, principal movimento de mulheres trabalhadoras filiadas à CSP-Conlutas, contribuiu para a realização de uma série de encontros de mulheres e categorias importantes, como confecção feminina, petroleiras, metroviárias, metalúrgicas, etc. A realização desses encontros, em alguns casos, deu origem às Secretarias de Mulheres em alguns sindicatos [...] Também desenvolveu-se [...] a campanha “Trabalho igual, Salário igual” que orientou a batalha para que as campanhas salariais encabeçadas por sindicatos filiados à CSP-Conlutas, tivessem como uma de suas pautas, a garantia de direitos específicos dos setores oprimidos em geral. No que tange à luta das mulheres trabalhadoras, os principais eixos eram a batalha por creches em locais de trabalho, ou ampliação do auxílio creche, ou mais contratação de mulheres em determinados postos de trabalho, etc. [...] (Caderno de Resoluções – 2º Congresso da CSP-Conlutas – pág. 92 e 93).

Em 2013 o MML promoveu seu primeiro encontro nacional, reunindo cerca de 2400 mulheres trabalhadoras - com destaque para as mulheres negras que constituíram o maior grupo de debate do encontro - e da juventude. Segundo a avaliação feita, a realização de encontros e as campanhas desenvolvidas pela Central contribuíram para o aumento da participação de mulheres nas atividades dos sindicatos, dos movimentos e na própria CSP-Conlutas⁵⁰:

O encontro contribuiu para darmos um salto na relação dos sindicatos filiados à central com o tema da organização das mulheres dentro das entidades. Refletiu-se também nas reuniões das coordenações gerais da central, procurando-se ter representações de mulheres na mesa, dando-se centralidade as campanhas políticas relacionadas ao setor, incorporando as datas referentes à luta das mulheres trabalhadoras, impulsionando o funcionamento do setorial de mulheres da central, etc. Foram muitas campanhas realizadas pelo MML nas quais a CSP-Conlutas se incorporou. Lançamos a campanha Nacional de combate à violência contra a mulheres e dentro dela destacamos os temas “cartão vermelho para o turismo sexual” durante o período das manifestações contra as injustiças da copa, e mais recentemente, organizamos um abaixo assinado exigindo a aplicação de 1% do PIB nas políticas de combate a violência contra as mulheres (Caderno de Resoluções – 2º Congresso da CSP-Conlutas – pág. 93 e 94).

Ao considerar a realidade vivenciada pelas mulheres trabalhadoras, alguns pontos são destacados: embora seja metade da classe trabalhadora, as mulheres não se encontram atuando nos sindicatos na mesma proporção que os homens; e o machismo segue presente no cotidiano das entidades sindicais, dificultando a participação das mulheres, que apresentam a dupla e tripla jornada; devido à frequente falta de creches, as mulheres precisam optar pelo cuidado dos filhos. A partir desta análise apresentada de forma sistematizada, a CSP-Conlutas encara, enquanto principal tarefa relacionada às mulheres, o combate ao machismo e a superação da sociedade capitalista, uma vez esta se utiliza do machismo “para alcançar dois objetivos: superexplorar a mão de obra feminina e dividir a classe trabalhadora para enfraquecer sua confiança e unidade na

⁵⁰ Ibidem. págs. 92-5.

luta”. Entretanto, para atingir tais objetivos, deve-se combater a ideologia e as práticas machistas no cotidiano da classe trabalhadora, fortalecendo a representatividade das mulheres nos sindicatos.

Impulsionar a criação de Secretaria de Mulheres nos sindicatos, com o objetivo de organizar e discutir as pautas das mulheres, assim como combater o machismo e o racismo no movimento, além de desenvolver política específica para mulher trabalhadora negra e LGBT; Promover e garantir o debate sobre as cotas de mulheres nas diretorias, como forma de respeitar o percentual de mulheres em cada categoria, incorporando mulheres negras e LGBT, como instrumento de promover e formar dirigentes sindicais mulheres; Estimular, na base dos sindicatos, a participação das mulheres nas organizações por local de trabalho e CIPA's; Estimular a realização de campanhas de sindicalização voltada às mulheres; Impulsionar a realização de Encontros de Mulheres nos sindicatos; Que haja creche em todos os eventos da Central, para que a responsabilidade com os filhos não seja o impeditivo para a participação das mulheres nas atividades. Orientar que nos sindicatos também se adote tal prática; Impulsionar cursos e palestras para as categorias e diretorias, como forma de educação política e vigilância constante às posturas machistas que ocorrem no interior do movimento sindical; Orientar as entidades de base que tenham métodos de avaliação dos casos de machismo e que adotem mecanismos de sanção dos dirigentes sindicais que cometerem práticas machistas na diretoria ou na base, podendo chegar ao afastamento do mesmo; A CSP-Conlutas afirma a necessidade de inclusão das datas históricas das lutas das mulheres no calendário de atividades da Central: o 8 março – Dia Internacional das Mulheres Trabalhadoras, o 25 de julho – Dia Latino-americano da Mulher Negra, 29 de agosto – Dia da Visibilidade Lésbica, 28 de setembro – Dia latino-americano de Luta pela legalização e descriminalização do aborto, 25 de novembro – Dia Internacional de luta contra a violência às mulheres (Caderno de Resoluções – 2º Congresso da CSP-Conlutas, pág. 95).

Antes de concluir a sistematização do Caderno de resoluções do 2º Congresso, no que concerne aos movimentos populares, de luta contra as opressões e de juventude, cabe realizar uma rápida avaliação da composição da Secretaria Executiva Nacional.

Dentre os integrantes da Executiva Nacional, foram aprovados como membros os representantes pertencentes aos seguintes movimentos populares, de luta contra as opressões e de juventude: Movimento Luta Popular e ocupações, ANEL, Movimento Terra, Trabalho e Liberdade, Movimento Nacional Quilombo Raça e Classe, Movimento Mulheres em Luta e Movimento Urbano Sem-Teto.

Embora não seja possível avaliar a integralidade dos movimentos populares presentes na Central, percebe-se a ausência do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) em sua Executiva, embora estivesse presente na executiva eleita no CONCLAT

(2010) e no 1º Congresso da CSP-Conlutas (2012). Essa ausência se dá devido ao rompimento⁵¹ do movimento com a CSP-Conlutas em julho de 2012⁵².

Após o ponto de Balanço e Organização, o caderno de Resoluções se estruturou sobre os pontos de reorganização, modificações estatutárias, contribuições e moções. No que se refere aos movimentos populares, de juventude e de luta contra as opressões, nenhuma nova deliberação foi apresentada. Ademais, durante o congresso foram realizadas reuniões de alguns dos setoriais da Central. Descreveremos os encaminhamentos dos setoriais ligados aos movimentos populares, urbano e rural, e movimentos de luta contra as opressões. Dentre eles, os que apresentam o relatório da reunião são: Setorial do Campo, Setorial de Negros e Negras e Setorial LGBT.

A reunião do Setorial do Campo apresentou um conjunto de resoluções que expressaremos na íntegra como forma de dimensionar o debate e apontamentos realizados pelos presentes:

O setorial será composto por assalariados rurais, agricultores familiares e empreendedores familiares rurais e movimentos de luta pela terra; Buscar ter na Executiva Nacional representantes dos assalariados rurais e agricultores e empreendedores familiares rurais e orientar que haja essas representações nos estados onde houver demanda; Realizar seminários regionais e nacionais do campo com três eixos: assalariados rurais; agricultores e empreendedores familiares rurais; luta pela terra. Os temas indicados a serem debatidos nos seminários foram: Relação com MST, FETRAF, CUT nos Estados que interferem na organização do campo; Luta pela terra; Organização sindical (documentação para fundação dos sindicatos; registro sindical); Apoio político e Judiciário da CSP-Conlutas para organização sindical; Agrotóxicos, água, educação no campo; Unificação do campo e cidade (Caderno de Resolução – 2º Congresso da CSP-Conlutas, págs. 119-120).

A relatoria do setorial de Negros e Negras listou as entidades participantes⁵³ da reunião, permitindo ter uma noção da penetração do debate racial no 2º Congresso, bem como constou o debate realizado e os encaminhamentos deliberados. O debate de conjuntura esteve estruturado nos impactos da crise econômica para o recrudescimento

⁵¹Rompimento ocorre devido a divergências e disputas com o grupo político majoritário na CSP-Conlutas. <http://psol50sp.org.br/blog/2012/07/15/carta-do-mtst-de-saida-da-csp-conlutas/> consultado em 10/07/2017.

⁵²Manifesto em resposta à ruptura do MTST da CSP-Conlutas, assinado pelo MTL – Movimento Terra Trabalho e Liberdade, MUST – Movimento Urbano dos Sem Teto/Pinheirinho, Movimento de Hip-Hop Organizado do Maranhão Quilombo Urbano (<http://cspconlutas.org.br/2012/08/reafirmamos-o-caracter-popular-e-estrategico-da-csp-conlutas/>)

⁵³ Entre os presentes estiveram os representantes do Movimento Quilombo Raça e Classe do Distrito Federal e dos seguintes estados: Rio de Janeiro, Pará, Pernambuco, São Paulo, Sergipe, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, Bahia, Maranhão, Ceará, Minas Gerais, Paraná, Espírito Santo, Alagoas e Piauí; os sindicatos: SIMA-PE, SEPE(LAGOS,CAXIAS e CAMPOS), APEOSP, SINASEFE, Metroviários/SP, Correios/São José dos Campos, Construção Civil- CE, SINTUSP, CNAS-DF/ASSEMDA, STMDC/CSP, SINDITEST/PR, ADUNESB, SINDSEF/SP, Petroleiros-SE/AL, SINDSPREV(Santa Catarina e Rio de Janeiro); Oposição SINPEEM/SP, DCE USP e USIH – Associação dos Haitianos.

do racismo em todo o planeta, sendo citados os casos dos imigrantes não-brancos do Oriente Médio e norte da África, que sofrem com guerras nos seus países, além da discriminação na Europa. Nos Estados Unidos, por sua vez, ressaltou-se o crescente tensionamento racial evidenciado pelas manifestações e levantes sociais ocorridos, em Baltimore e em outras centenas de cidades americanas, contra o genocídio e o racional policial à juventude negra. Esse cenário possibilitou uma comparação com o que ocorre nas periferias das grandes cidades brasileiras. No que tange ao tema de conjuntura do Brasil, foi apontado que o governo federal escolheu os trabalhadores para pagar os custos sociais, destacando-se as Medidas Provisórias 664 e 665, reforma no ensino público, terceirizações e redução da maioria penal. Na relatoria, o setorial apontou que o ponto alto da reunião foi a intervenção dos haitianos refugiados no Brasil, que contribuíram nas discussões sobre a ocupação realizada pela MINUSTAH (missão da ONU no Haiti) e as dificuldades impostas no Brasil para se conseguir visto de trabalho e uma ocupação condizente com a qualificação profissional.

A partir destas considerações, deliberou-se um conjunto de ações de luta para denunciar e “barrar” os ataques e uma série de proposta organizativa como a realização de reuniões nos estados, incorporando os eixos gerais apresentados e dando peso aos temas locais, que muitas vezes cumprem um papel de mobilização mais objetivo que fortaleçam o enraizamento da CSP-Conlutas e as Ações do Movimento Nacional Quilombo Raça e Classe contra o racismo institucional. (Caderno de Resolução – 2º Congresso da CSP-Conlutas, pág. 121)

O Setorial LGBT contou com a participação de 60 pessoas, a reunião teve por objetivo discutir os informes do 1º Encontro LGBT da CSP-Conlutas, realizado em 2013, a análise de conjuntura, o balanço do Setorial e da Central para as demandas LGBTs, além de propostas de resolução. No informe do I Encontro LGBT, foi destacado que “desde a criação da CSP-Conlutas há um esforço de associar a luta econômica e contra a exploração (da classe trabalhadora) com a luta contra a LGBTfobia”. Reforçou-se, ainda que “desde o 1º encontro [LGBT da CSP-Conlutas], houve muita formação política e contatos com os sindicatos, tendo o Setorial inaugurado o debate LGBT em muitos sindicatos” e para avançar nesse trabalho “a ideia é apresentar propostas para a melhoria das questões relacionadas aos/às trabalhadores/as LGBTs e trabalho de base”. A reunião aprovou uma Equipe Permanente de administração do setorial LGBT, composta por membros de São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Minas Gerais e Ceará.

No tópico seguinte, faremos uma análise da atuação cotidiana do campo “popular” nas reuniões da Coordenação Nacional (CN) no período compreendido entre o segundo congresso e abril de 2017. Em nossa avaliação, essa parte da pesquisa guarda importância devida ser a CN o espaço deliberativo de maior relevância no cotidiano de elaboração da política da Central. Por suas reuniões ocorrerem a cada dois meses, conseguem refletir a participação dos movimentos, o que as vezes não é possível apenas pelo congresso.

2.5 – Coordenação Nacional da CSP-Conlutas – Setoriais de Movimentos Populares, campo e de luta contra as opressões.

As reuniões da CN da CSP-Conlutas ocorrem a cada dois meses e, conforme o estatuto da Central, esta instância corresponde a Assembleia Geral da entidade, sendo seu órgão cotidiano de direção e deliberação no período entre os congressos nacionais. Dessa forma, a CN, hierarquicamente, coloca-se abaixo apenas do Congresso Nacional, no tocante as deliberações das políticas da Central.

Nesta reunião, é permitida a participação de todos os movimentos filiados à CSP com direito a voto, desde que estejam em dia com suas contribuições financeiras. Além destas, podem compor, também, entidades observadoras. Cada movimento filiado à entidade pode fazer valer seu direito de voto a partir de uma representação de delegados, respeitando a proporção de membros na base. No caso dos movimentos populares filiados, o critério⁵⁴ de representatividade é proporcional ao número de famílias nas bases dos assentamentos, ocupações e núcleos comunitários. Os movimentos de luta contra as opressões, assim como o movimento estudantil, não podem ter sua representação⁵⁵ superior a 5% dos delegados (as) da reunião da CN.

As reuniões da Coordenação ocorrem, geralmente, em três dias consecutivos, sendo que, na maioria, os debates sobre conjuntura nacional e internacional e sobre os

54 II) Movimentos populares: II.a) Acampamentos e ocupações (urbanos ou rurais): Até 500 famílias: 1 voto; De 501 a 1.000: 2 votos; de 1.001 a 2000 famílias: 3 votos; acima de 2.000 famílias: 1 voto a cada 1.000. II. b) Núcleos Comunitários: Até 125 famílias em assembleia: 1 voto; de 126 a 250 famílias representadas em assembleia: 2 votos; de 251 a 500 famílias representadas em assembleia: 3 votos; acima de 500 famílias representadas em assembleia: 1 voto a cada 250 famílias. III) Movimentos populares sem base de representação definida: 1 voto por entidade. <http://cspconlutas.org.br/quem-somos/estatuto/> Consultado em 1/06/2017

55 **Parágrafo segundo** – A participação das entidades estudantis e dos movimentos de luta contra as opressões não poderá exceder o percentual de 5% do total de inscritos com direito a voto para participação na Coordenação Nacional, devendo as representações desses segmentos reunirem-se para indicação dos representantes com direito a voto. <http://cspconlutas.org.br/quem-somos/estatuto/> Consultado em 1/06/2017

planos de ação ocorrem no primeiros dia, podendo se estender para o dia seguinte, o que é inicialmente, destinado para alguma temática específica em evidencia no cenário político como, por exemplo Reforma Trabalhista, Reforma da Previdência, Criminalização dos Movimentos Sociais, Dívida Pública, entre outros. O segundo dia, por sua vez, é reservado para as reuniões dos setoriais.

O terceiro e último dia é dedicado à aprovação das análises de conjunturas, planos de ação, relatórios dos encaminhamentos dos setoriais, quaisquer outras deliberações e aprovação das moções.

Neste ponto do nosso trabalho, apresentaremos o resultado das reuniões da CSP-Conlutas realizadas no período entre agosto de 2015 - primeira reunião após a realização do II Congresso Nacional - e abril de 2017, antepenúltima reunião da Coordenação Nacional que antecede o III Congresso Nacional. . O nosso foco será os debates e resoluções dos setoriais de movimentos populares urbanos e rurais e dos movimentos de lutas contra as opressões. Dessa forma, não será objeto de nossa análise os temas de conjunturas e as demais discussões que, por ventura, ocorreram nas reuniões da Coordenação Nacional. O objetivo desta etapa do trabalho é o de acompanhar como se desenvolveu a organização destes movimentos nas instâncias da Central ao longo dos últimos 2 anos.

A primeira reunião, realizada nos dias 21, 22 e 23 de agosto de 2015, na cidade de São Paulo, ocorreu logo após o II Congresso Nacional, contando com a presença de 268 participantes credenciados, sendo 159 representantes com direito a voto e 109 observadores. Havia 110 entidades representadas, sendo que, destas, 105 eram do movimento sindical (federações, sindicatos, minorias de diretorias e oposições) e 6 eram representantes dos movimentos populares, organização estudantil e de luta contra as opressões. Estavam presentes o Movimento de Mulheres em Luta, o Movimento Nacional Quilombo Raça e Classe, o Movimento Luta Popular, o Movimento Terra, Trabalho e Liberdade, o Acampamento Rural Sol e Luta de São Paulo e a Assembleia Nacional dos Estudantes – Livre (ANEL).

Antes da análise das reuniões dos setoriais, dois encaminhamentos aprovados, nesta reunião, diziam respeito à inserção dos movimentos populares na Central. O primeiro foi direcionado à definição sobre o fundo financeiro aos movimentos sociais. A resolução apresenta:

Considerando que a Central destina parte da sua arrecadação para apoio aos movimentos sociais através de um fundo específico para esse fim, a Coordenação Nacional aprova: Manter a destinação de parte da arrecadação

da Central para o Fundo dos Movimentos Sociais; Que o controle desse fundo, bem como a destinação de verbas, fique sob a responsabilidade da Secretaria Executiva Nacional e das estaduais da Central; Orientar a realização de seminários dos trabalhadores do campo para definir as propostas de organização da Central no setor (Relatório da Coordenação Nacional de agosto de 2015).

A segunda importante deliberação referia-se à aprovação da Secretaria Executiva Nacional (SEN). A SEN é um órgão da Coordenação Nacional, que tem como principal função implementar as resoluções aprovadas no período entre as reuniões da Coordenação Nacional. Nos termos do Estatuto, a Secretaria é composta por 27 membros efetivos e 8 membros suplentes, com mandatos de 2 anos, sendo revogável pela Coordenação Nacional ou pela entidade de base que os indicaram. Na composição da Executiva Nacional, é obrigatório a aplicação de uma cota de gênero de, no mínimo, 30%, sendo escolhida na reunião de Coordenação Nacional posterior a realização do Congresso Nacional. Dos 35 membros aprovados⁵⁶ para a composição da SEN, 31 são pertencentes ao movimento sindical e apenas 4 aos movimentos populares, estudantil e de luta contra as opressões. Entre os membros efetivos, apenas 3 são destes movimentos. Passemos agora ao relato das reuniões dos setoriais.

De acordo com a relatoria da reunião do setorial LGBT, estiveram presentes 6 ativistas os quais eram representantes de entidades sindicais dispostas à discussão e organização da pauta LGBT no interior dos seus sindicatos⁵⁷. Foram dois os encaminhamentos aprovados neste setorial: a elaboração de panfleto sobre a conjuntura LGBT para ser trabalhado pelos sindicatos em suas bases e uma orientação para que os sindicatos agendem com o setorial: palestras e cursos sobre o tema.

A reunião do setorial do campo contou com a participação de assalariados rurais, agricultores familiares, assentados e acampados, além de representantes de sindicatos de outros segmentos⁵⁸.

No documento de relatoria do setorial, indicava-se que havia um processo de reorganização sindical dos trabalhadores do campo brasileiro, desde as entidades de

⁵⁶ Helena Silvestre – Movimento Luta Popular; Janaina Oliveira – Assembleia Nacional dos Estudantes-Livre – Anel; Júlio César Condaque – Movimento Nacional Quilombo Raça e Classe; Silvia Andrea Ferraro – Movimento Mulheres em Luta – MML.

⁵⁷ SindJustiça, Sindsef, Metabase, Andes e Comerciários de Nova Iguaçu

⁵⁸ Em relação às entidades e aos movimentos representados, estiveram presentes: os Assentados de Campo Florido/MG, a CSP Conlutas-CE, a FAFER-Sergipe, a Feraesp, o Grupo de apoio CSP Conlutas Araraquara e região/SP, o MTL – Movimento Terra Trabalho e Liberdade, a SAFER Bauru e Pederneras/SP, a SAFER Descalvado/SP, SEEB Bauru/SP, a SER Duartina/SP, a SER Ipojuca/PE, a SER Mineiros do Tietê, a SER Presidente Venceslau/SP, a STAFPA e a STTR Xapuri/AC.

base até nas federações e confederações nacionais. Foi apontado, ainda, que a CSP-Conlutas acompanhasse de perto essa movimentação.

As resoluções aprovadas neste setorial tinham por objetivo avançar na organização e implementação do setor do campo na CSP-Conlutas: a realização de dois seminários do setor do campo, pautando as questões de mulheres e de formação em juventude e desenvolver o trabalho e o acompanhamento das atividades a partir das executivas estaduais da Central.

A reunião do Setorial de Mulheres indicava, como principal preocupação, a tarefa de analisar e diagnosticar o trabalho com o tema nos sindicatos filiados à Central, de modo a assegurar a aplicação das resoluções aprovadas no Congresso Nacional relacionada ao tema de Mulheres. Para isso, deliberou-se por um questionário a ser enviado aos sindicatos e movimentos e estabeleceu-se um plano e cronograma de trabalho. Colocou-se como tarefas a elaboração de um texto sobre assédio moral e sexual para ser utilizado pelos sindicatos no período das campanhas salariais e incorporar, às negociações salariais, os eixos da campanha “Trabalho Igual, Salário Igual”; os trabalhos nas bases das categorias deveriam ser pautados pela cartilha sobre a violência contra as mulheres, que agita a campanha de combate a violência e exige do Governo Federal aplicação de 1% do PIB para o tema. Seguindo o planejamento, o ano de 2016 seria pautado, inicialmente, pela elaboração de uma cartilha e vídeos sobre a legalização do aborto, para que os sindicatos e movimentos trabalhassem em suas bases.

O setorial também indica, a aprovação das seguintes orientações de complementação do trabalho político dos sindicatos:

Incorporar nas campanhas salariais: A Redução da jornada para 6h diárias para a mulher trabalhadora lactante; Ampliar a licença paternidade para 1 mês rumo aos 6 meses; Atestado médico para acompanhar filhos doentes para mães e pais, assim como jornada especial para os pais de filhos com necessidades especiais; Licença remunerada para mulheres vítimas de violência e dias abonados conforme a necessidade; Campanha de formação nas categorias sobre o que é o assédio moral e sexual para que as mulheres saibam que a culpa nunca é da mulher; Publicar estes encaminhamentos no site da Central e enviar como orientação para todas as entidades filiadas; Que as empresas que tenham contrato com terceirizadas, como a Petrobrás, garantam no mesmo o direito de Licença Maternidade de 6 meses para as trabalhadoras terceirizadas; Tomar medidas concretas contra os casos de assédio no metrô e transporte público em geral, através de atos e campanhas (Relatório da Coordenação Nacional de agosto de 2015)

A reunião do setorial dos negros e negras⁵⁹ teve como ponto de pauta os informes, o congresso e as resoluções, o cenário do movimento negro no país e no mundo, a Marcha da Periferia e do Genocídio e Marcha das Mulheres Negras. Com também elaborar uma pesquisa socioeconômica dos trabalhadores negros e negras da CSP-Conlutas, a partir do censo realizado durante o II Congresso da CSP.

A reunião da Coordenação Nacional ocorreu em São Paulo nos dias 06, 07 e 08 de novembro de 2015 e contou com a participação de 174 participantes credenciados, sendo 93 representantes com direito a voto e 79 observadores. Participaram desta reunião 52 Federações e Sindicatos Urbanos, 12 Federações e Sindicatos Rurais, 11 Minorias de diretorias sindicais, 29 Oposições Sindicais, 6 Movimentos de luta contra as opressões, de luta por moradia, pela terra e de representação estudantil. Estes seis movimentos eram representados pelas seguintes organizações: Movimento Alicerce Negro e Popular, Movimento Mulheres em Luta, Movimento Nacional Quilombo Raça e Classe, Movimento Luta Popular, Movimento Terra, Trabalho e Liberdade e a Assembleia Nacional dos Estudantes. Nesta reunião, aconteceram as reuniões dos seguintes setoriais: Internacional, Campo, Negras e Negros, Mulheres, Saúde do Trabalhador, Educação, Aposentados, Correios, Servidores Federais e GT de Comunicação, sendo que abaixo apresentaremos o relatório das resoluções dos Setoriais do Campo, Negras e Negros e Mulheres.

O primeiro destaque do relatório do setorial do campo refere-se à baixa participação de entidades nesta reunião, o que fez com que houvesse uma ponderação na aprovação das resoluções, a partir do encaminhamento para as entidades filiadas para possíveis ratificações. Assim, os presentes nessa reunião representavam a FEERPE (Federação dos Empregados Assalariados Rurais de Pernambuco), STICC (Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil) de Fortaleza e membros da Secretaria Executiva Nacional.

Foram apresentados informes sobre o processo de “reorganização dos trabalhadores rurais”, que referiram-se à fundação da FEERPE em 4 de outubro de

⁵⁹ Participaram da reunião do setorial de negros e negras representantes do Movimento Quilombo Raça e Classe dos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, do Sindicato dos Metroviários de São Paulo, do Movimento de Oposição Bancária do Rio de Janeiro, do Sindicato dos Petroleiros de Sergipe e Alagoas, do Sintest – PR, do Sinsef-SP, da Comissão de desempregados da Alumini-Lusa e do Movimento SOS COMPERJ, do Sindiconir Baixada Fluminense, da SEPE-RJ, do SindConst – PA, do FENASPS, do Minoria dos Sindisprev de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, do ADIMAP e do ADUFS de Feira de Santana – BA.

2015, na qual deliberou-se pela filiação à CSP-Conlutas; a reorganização do sindicato dos assalariados rurais de Petrolina, que estava sendo disputado pelos empresários do agronegócio; participação da FERAESP na condição de observadora na reunião de fundação da Confederação Nacional dos Trabalhadores Assalariados e Assalariadas Rurais (CONTAR), como parte do desmembramento da CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares); realização do Seminário da CSP-Conlutas no Campo, na região do Nordeste brasileiro, em janeiro de 2016.

Nesta ocasião, o setorial dos Negros e negras encaminhou como resoluções⁶⁰:

Realização de Seminário do Setorial nacional de Negras e Negros. O objetivo é aprofundar os debates para que a central e suas entidades filiadas coloquem em prática as resoluções do Encontro e do Congresso; Campanha contra o racismo e a Xenofobia, com foco na Lei contra o racismo; Participação no Encontro de Saúde do Trabalhador em fevereiro de 2016 visando realizar o corte racial na discussão de assédio moral; Que a CSP-Conlutas e suas entidades e movimentos filiados participem ativamente da construção, organização e realização da Marcha da Periferia nos estados. Palavra de ordem da Marcha: Dandara e Zumbi+20 - Contra o racismo e os ataques dos governos e patrões; Que a CSP-Conlutas e suas entidades e movimentos integrantes do Setorial de negras e negros enviem representações para participarem do Seminário do Moquibom (Movimento Quilombola da Baixada Maranhense), em Mangabeira, na Baixada Maranhense, nos dias 15, 16 e 17 de janeiro de 2016; Que as entidades possam disponibilizar uma passagem para garantir a participação de representantes do movimento Quilombo Raça e Classe (Relatório da Coordenação Nacional de novembro de 2015).

No relatório do setorial de mulheres, não é apresentado quais organizações ou ativistas estiveram presentes no encontro. Dentre as atividades realizadas pelo setorial, o relatório consta a exibição e debate do curta-metragem “A boneca e o silêncio”, o que suscitou a indicação, para a CN, da aprovação da luta contra o Projeto de lei 5069 enquanto resolução geral de conjuntura da Central. Além disso, o Setorial de Mulheres aprovou a necessidade de aproveitar a luta contra o PL5069 para pautar a legalização do aborto, utilizando a consigna: “Educação Sexual para escolher – Anticoncepcionais para prevenir – Aborto Legal e Seguro para não morrer. ”. Como parte da campanha de denúncia ao PL em questão, o encaminhamento de resolução orienta, ainda, a participação nas atividades do “novembro negro” como forma de relacionar o tema da legalização do aborto ao racismo.

⁶⁰ Nesta ocasião, o setorial contou com a participação das seguintes organizações: Quilombo Raça e Classe (Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul), Simpere-Recife, Sindaess-BH, Sindsef-SP, Sindemetal (São José dos Campos), Andes-SN, ADUFS-BA, SASP, Sindicato Metabase – Inconfidente, SINDPPD-RS, SEPE-RJ, Sintur-RJ, Sindpetro – SE/AL. Desse modo, as pautas dessa reunião foram: Resolução do 1º Encontro de Negras e Negros e do 2º Congresso da CSP-Conlutas; Marchas Mulheres Negras e Periferia; Seminário Moquibom; e Congresso do Quilombo Raça e Classe.

Na reunião da CN ocorrida entre os dias 19 a 21 de fevereiro de 2016, estiveram presentes 187 participantes, sendo 94 delegados e 93 observadores. Segundo a relatoria da reunião, os participantes representavam 84 entidades, entre federações e sindicatos, minorias e oposições, movimentos populares urbanos e do campo, de luta contra as opressões e estudantil. Estiveram presentes, ainda, 5 movimentos de luta contra as opressões e movimentos populares urbano e rural, sendo eles o Movimento Mulheres em Luta (MML), o Movimento Nacional Quilombo Raça e Classe, o Movimento Luta Popular, o Movimento Terra, Trabalho e Liberdade (MTL), o Movimento Resistência Popular Pelo Direito à Cidade.

Nesta reunião, para além da mesa de conjuntura nacional e das reuniões de setoriais, a programação contou com o painel temático “Campanha pela Legalização do Aborto e o dia Internacional da Mulher” - atividade que fazia parte da resolução de luta pela legalização do aborto aprovada no Congresso da Central e tinha por objetivo a inserção do debate nos sindicatos para o fortalecimento do tema em suas bases. No que tange às reuniões dos setoriais, 11 ocorreram nessa reunião, sendo elas do Campo, LGBT, do Serviço Público Federal, Internacional, dos Petroleiros, da Saúde do Trabalhador, de Mulheres, de Negras e Negros, dos Correios, de Educação e o GT de Comunicação da CSP-Conlutas. Destacamos, a seguir, a relatoria dos setoriais do Campo, LGBT, Mulheres e Negras e Negros.

Conforme observado no relatório da reunião do setorial do campo⁶¹, não houve nenhuma nova deliberação, apenas informes sobre alterações na representação na Executiva Nacional, sobre o trabalho político desenvolvido pelo MTL na região do Triângulo Mineiro, que contava com 32 assentamento e 2 acampamentos, sobre a situação do Acampamento Capão das Antas, na cidade de São Carlos-SP e sobre a realização do Seminário do Campo, que ocorreria na semana seguinte, em Pernambuco, e contaria com representações do Ceará, Piauí, Maranhão e de comunidades quilombolas. A única orientação do Setorial foi a respeito da realização de seminários regionais até o final do mês maio de 2016, para, em seguida, ocorrer uma mesa de debate na reunião da Coordenação Nacional.

⁶¹ A reunião contou com a participação de representantes das entidades: Movimento Terra, Trabalho e Liberdade (MTL), STAFPA, Safer Uberlândia, Grupo de Apoio de Araraquara, Acampamento Capão das Antas e Executiva Nacional da CSP-Conlutas.

O relatório do Setorial LGBT não indica as organizações participantes da reunião. O principal ponto de discussão direcionava-se aos efeitos da crise econômica para os LGBT's, tais como o aumento da violência, o assédio moral nos locais de trabalho, a perda de empregos e as pautas conservadoras nas Casas Legislativas.

Neste contexto, o Setorial propõe como resoluções:

Que, com o apoio da Central se realize o 2º. Encontro LGBT (data indicativa novembro 2016) quando devemos lançar a cartilha anti LGBTfobia da CSP-Conlutas; Que no Seminário de Terceirização tenha uma mesa com o tema: Terceirização e as Opressões, uso das meias forças de trabalho para dividir e sobre explorar os trabalhadores; Que a Central incorpore no calendário de lutas os dias: • 29/01 – Dia da Visibilidade Trans; 28/06 – Dia do Orgulho LGBT; 29/08 – Dia da Visibilidade Lésbica; Que as entidades filiadas busquem promover o debate LGBT, em especial apontamos a necessidade do debate do estatuto da família. (Relatório da Coordenação Nacional de novembro de 2015).

Assim como o Setorial LGBT, o Setorial de Mulheres, em sua relatoria, não apresentou as organizações e entidades que participaram das discussões.

Às vésperas da realização dos atos do dia 8 de março, o debate do setorial centrou-se nos eixos que seriam adotados nestas manifestações. Levando em consideração a crise econômica e, como consequência, a retração nos empregos, a intensificação da precarização das condições de trabalho das mulheres, o surto da doença “zyka” - que atinge as mulheres grávidas pela possibilidade da microcefalia -, o aumento dos casos de violência doméstica, o subfinanciamento dos serviços públicos e a possibilidade de aprovação do PL5069, o setorial resolve:

No 08 de Março vamos levantar as bandeiras democráticas das mulheres trabalhadoras relacionando-as com a situação de crise econômica e política. Nesse sentido, ordenaremos nossa intervenção a partir do eixo “Contra Dilma, Temer, Cunha e Aécio: Basta das trabalhadoras pagarem pela crise” e a partir desse eixo tratar dos principais ataques que as mulheres trabalhadoras vem sofrendo como desemprego, reforma da previdência. Agregado a esse eixo que nos diferencia de todos os outros movimentos de mulheres governistas, devemos dar destaque aos temas democráticos. Com a epidemia do zyca ressurgiu com força o debate acerca do direito da mulher decidir sobre a continuidade da gravidez. Devemos aproveitar esse fato para incorporar a defesa da legalização do aborto, trabalhando com a consigna de educação sexual e contraceptivo para prevenir e aborto seguro e legal para não morrer. O tema da violência também segue tendo destaque, com as mulheres negras sendo as maiores vítimas, e a questão do déficit de vagas nas creches públicas. Organizar atos alusivos ao 08 de março juntamente com as entidades do espaço de unidade de ação, aproveitando esse processo para apresentar as trabalhadoras uma alternativa classista e independente, o 3º campo. Aonde seja possível construir atos unitários, ou seja, onde o eixo não seja governista, organizar fortes colunas classistas e anti-governistas. Organizar atividades das entidades com a base das categorias (Relatório da Coordenação Nacional de novembro de 2015).

A pauta da reunião do setorial dos negros e negras⁶² foi definida pelos pontos de informes gerais, de proposta de seminário nacional do setorial de negras e negros da CSP-Conlutas, de Calendário de Atividades da CSP-Conlutas e de Resoluções. A principal discussão do setorial relacionava-se com a participação no calendário de lutas da Central, no 8 de março (Dia Internacional das Mulheres) e no 1 de abril, na marcha contra as reformas da previdência social e as demais reformas do governo e contra o genocídio da juventude.

Nesta reunião do Setorial, aprovou-se, ainda, a realização do Seminário Nacional do Setorial de Negras e Negros, que ocorreria nos dias 21, 22 e 23 de abril de 2016, tendo como principal objetivo construir as políticas a fim de implementar as resoluções de Questão Racial aprovadas no 2º Congresso da CSP-Conlutas.

A reunião da Coordenação nacional ocorrida entre os dias 19 e 21 de agosto de 2016, contou com a participação de 183 credenciados, sendo 98 delegados e 85 observadores. Ainda de acordo com a relatoria da reunião, havia representantes de 71 entidades presentes, sendo três movimentos de luta contra as opressões, por moradia e de luta pela terra.

Foram realizadas, ao todo, dez reuniões de setoriais: o Setorial LGBT, de Mulheres, do Campo, de Educação, do Serviço Público, dos Aposentados, Internacional, de Negros e Negras e dos Petroleiros.

Durante esta reunião da CN, houve, ainda, um espaço destinado ao relato da Caravana ao Mato Grosso do Sul em solidariedade aos Guarani-Kaiowá. Nesse sentido, foi exibido o vídeo da 2ª Caravana Tekoha ao Mato Grosso do Sul, bem como ocorreu um relato da luta pela terra dos Guarani Kaiowa, sendo enfatizada a necessidade de apoio político e material às tribos da etnia. Além disso, cabe destacar que, na reunião, houve a inclusão de nomes de integrantes dos movimentos populares para a Executiva Nacional da CSP-Conlutas, sendo eles Avanilson Alves Araújo, pelo Movimento Luta Popular, Eduardo Porfírio, pelo Movimento Popular Rural, e Marcela Cristina Azevedo, pelo Movimento Mulheres em Luta.

⁶² A reunião do setorial contou com a participação de representantes do Sindsef-SP, do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, da APEOESP – Oposição Alternativa, do Sindicato dos Comerciantes, do Movimento Quilombo Raça e Classe (RJ, SP, MG), do MRT (base Sintusp) e do Simpere-PE.

A reunião do setorial LGBT⁶³ ocorreu um mês após o assassinato de 49 LGBT's na boate Pulse, em Orlando, nos Estados Unidos, o que fez com que o principal ponto de discussão fosse a aprovação da criminalização da LGBTfobia.

A orientação do Setorial foi, portanto, no sentido de ampliar a campanha em memórias às vítimas e incorporar as pautas LGBT's aprovadas no último congresso da Central, com ênfase na exigência da criminalização da LGBTfobia. Por último, foi reforçada a necessidade de implementação da resolução aprovada de organização do II Encontro LGBT da CSP-Conlutas, ainda em 2016.

A reunião do Setorial de Mulheres⁶⁴ partia de determinadas considerações para encaminhar as resoluções, como o aumento das demissões das mulheres trabalhadoras, a tramitação de leis que retiram direitos e as diversas frentes parlamentares reacionárias em movimentação no congresso. Dessa forma, as resoluções indicavam 8 pontos de atuação do setorial. As primeiras orientações apontavam para as organizações filiadas à Central construírem, divulgarem e participarem de atividades nas seguintes datas: 29 de agosto - Dia de Visibilidade Lésbica, 28 de setembro - Dia de Luta pela descriminalização e legalização do aborto e dia 12 de outubro -Dia de Luta por Creche. Também foi resolução do setorial apoiar os atos de luta contra o projeto Escola sem Partido, dando ênfase ao tema da retirada do debate de gênero dos Planos de Educação.

A Lei Maria da Penha completava 10 anos de aprovação e, por efeito desta ocasião, o Setorial encaminhou que a Central impulsionasse uma campanha de denúncia sobre o aumento do feminicídio e a falta de investimentos dos governos para aprofundar na implementação da lei. O Movimento Mulheres em Luta ficou como o responsável para elaboração da campanha e o conjunto da Central deveria aplicar a medida, buscando a unidade com outros movimentos feministas. Acompanhando esta discussão, as entidades ANDES-SN e SINASEFE realizariam iniciativas de conscientização sobre o assédio sexual e moral entre professores e alunas constados nas universidades e escolas técnicas. Para as demais entidades, orientou-se a incorporação, nas campanhas salariais, do tema do assédio moral, sexual, violência e a garantia do emprego.

⁶³ No relatório do setorial não havia informações sobre as entidades participantes.

⁶⁴ Idem.

Parte dos encaminhamentos do relatório da reunião do setorial do campo⁶⁵, encontramos mais informes sobre a atuação e a situação política das bases das entidades. Pudemos identificar, ainda, apenas um encaminhamento concreto de atividade, que diz respeito à solicitação para a coordenação nacional apresentar uma mesa temática sobre o campo, quilombolas, guarani-kaiowá, agricultores familiares e assalariados rurais.

A reunião do Setorial de Negros e Negras⁶⁶ foi estruturada a partir de um ponto político e manifesto sobre a conjuntura racial e “olimpíadas do QRC”, um ponto de informes, um ponto sobre a Marcha da Periferia 2016 e um ponto de Resoluções.

Após os debates, foram sete as resoluções encaminhadas pelo setorial, sendo elas a realização do Censo e da campanha do racismo aprovada na reunião passada, o acompanhamento via o membro do Quilombo Raça e Classe (QRC) aos casos de racismo em entidades filiadas à Central, o “retorno” da campanha “Fora Feliciano”, fruto das denúncias de estupro, apoio com cestas básicas aos demitidos do Comperj – Movimento SOS Emprego e à Associação dos Haitianos residentes em São Paulo. As três últimas resoluções destinavam-se para a construção da Marcha da Periferia 2016 nas diretorias das entidades e nas assembleias de base, o acompanhamento, organização e participação das iniciativas de luta contra o Projeto de Lei “Escola Sem Partido” e o apoio à campanha contra a violência desenvolvida pelo Quilombo Raça e Classe.

A reunião da coordenação nacional ocorreu nos dias 21, 22 e 23 de outubro de 2016, na cidade de São Paulo. Esta reunião contou com a participação de 205 credenciados (as), sendo 103 delegados (as) e 102 observadores (as) e representando, no total, 83 entidades, visto que dessas haviam 1 federação de trabalhadores rurais, 5 movimentos de luta contra as opressões, de luta por moradia e pelo direito a terra, além de 1 entidade estudantil. O MML, o Quilombo Raça e Classe, o Movimento Luta Popular, o Acampamento do Capão das Antas (SP), o Comitê por Síria, a ANEL e a FERAESP representavam esses segmentos.

A principal mesa de debates realizada nesta reunião foi sobre o Movimento Popular do Campo e da cidade. A discussão foi dividida em dois momentos. A primeira

⁶⁵ Estiveram presentes as entidades, organizações e movimentos: Acampamento Capão das Antas, STAFPA, Sindicato da Construção Civil – CE, MNOB, PSTU, e “servidor do INCRA/SP” pelo SINDSEF.

⁶⁶ A reunião contou com a participação de 14 entidades e oposições, estando presentes os representantes do Movimento Quilombo Raça e Classe, Sindpd-RS, Sintur, Sindtest-PR, Oposição do Sindsprev-RJ, Oposição Sindsprev-MG, Base SEPE-RJ, Sindrede-BH, Simpere, Comerciantes Nova Iguaçu, Oposição Apeosp, Sindpetro SE-AL e Fasubra.

parte da mesa abordou a luta no campo e foi composta por Aparecido Bispo, presidente da Feraesp, Amaro Silva, pelo Sindicato dos Assalariados Rurais de Ipojuca – Pernambuco, Maria Joelma, representando o Sindicato dos Trabalhadores rurais de Petrolina – Pernambuco e a Dercy Tele, vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri – AC. A segunda parte da mesa teve como foco a luta dos territórios e das cidades, tendo em sua composição Helena Silvestre do Movimento Luta Popular, Ládio Veron, liderança do povo Guarani Kaiowa, e Wagner Conceição, representante da CSP-Conlutas do Maranhão, na condição de porta-voz do Moquibom (Movimento dos Quilombolas do Maranhão).

De acordo com a relatoria, apesar de não ter votado nenhuma resolução específica, o debate reforçou entre as entidades filiadas a importância do auxílio político e financeiro às lutas dos movimentos populares, visto que são lutas contra um mesmo inimigo de classe e que demandam muito apoio.

Uma matéria foi produzida pelo site da Central expressando o conteúdo das intervenções de cada representante da mesa. Tanto a matéria quanto a relatoria do Coordenação Nacional seguem em anexo. Destacaremos, a seguir, os informes dos Setoriais de Negras e Negros, Mulheres, Campo e LGBTs.

A pauta da reunião do setorial de negras e negros⁶⁷ dividiu-se entre os pontos políticos, de informes, da marcha da periferia 2016, de resoluções e de atividades. O ponto de informes teve como objetivo apresentar o resultado do acompanhamento da demissão ocorrida com motivação racial na base da categoria representada pelo Sindeess/MG. Os encaminhamentos referentes a essa discussão foram dois: realização do curso de formação oferecido pelo Quilombo Raça e Classe com a diretoria do sindicato, abordando os temas da questão racial, machismo e lgbtfobia, de modo a buscar fortalecer essa discussão na base, além da realização, em Minas Gerais, do 1º Encontro de Negros e Negras da CSP-Conlutas Estadual.

As demais resoluções aprovadas no setorial foram referentes à incorporação das datas 20, 22, 25 e 30 de novembro (respectivamente, Dia da Consciência Negra, Dia da Revolta da Chibata, Dia de Luta Contra a Violência às Mulheres Caribenhas e Dia da

⁶⁷ Participaram da reunião os representantes do Quilombo Raça e Classe, da oposição do Sindsprev do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, a base do SEPE-RJ, Sindrede-BH, o Sindsaúde de Contagem/MG, o Sindsef-SP, o Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos – SP, a Federação Metalúrgica de Minas Gerais, o SIMPERE-Recife, o Sindicato da Construção Civil de Fortaleza e as seções sindicais do ANDES em Feira de Santana/BA e Santa Maria/RS.

Mulher Africana) no site da Central com material específico dos temas; as outras duas resoluções versavam sobre a divulgação da Marcha da Periferia 2016 e sobre a uma moção de solidariedade aos casos de violência às pessoas transexuais negras.

O Setorial de mulheres dedicou-se, inicialmente, aos informes das categorias e dos movimentos. Podemos destacar, a partir das intervenções descritas no relatório da reunião, que o debate sobre violência doméstica, assédio sexual e moral, estupro e feminicídio deram a tônica das intervenções. Em alguns dos informes foram apresentadas iniciativas de organização e debate com as mulheres nas bases das categorias e dos movimentos.

Nesse sentido, o ANDES-SN, no seu GT de gênero, étnico-racial e diversidade, produziu uma cartilha contra as opressões visando realizar o debate em todas as suas instâncias e com a sua base de representação. Essa iniciativa serviu para apoiar os processos de mobilização envolvendo os diversos segmentos das Universidades nas lutas, como, por exemplo, contra o estupro nos campi universitários, ocasião que gerou, na UFMG, a criação de um coletivo de mulheres. Outra iniciativa socializada no Setorial foi de realização do II Encontro das mulheres gráficas em Minas Gerais, buscando fomentar os debates sobre violências e resistências das mulheres, de modo a levar essas discussões aos locais de trabalho.

O Setorial dedicou, também, um espaço ao debate da perseguição sofrida pelas mulheres sindicalistas. As considerações para aprovação das moções partiam da análise do avanço da criminalização dos lutadores sociais como uma estratégia dos governos para conseguir implementar seus planos de ajuste fiscal, considerando que as mulheres, devido ao machismo, já enfrentam diversas barreiras para se consolidar enquanto lideranças em suas categorias. Dessa forma, o assédio moral, a violência psicológica e todos métodos de tentativa de desqualificação, geralmente, recaem sobre elas com maior intensidade. Por isso, o Setorial aprovou o acompanhamento e visibilidade para todos os casos de perseguição, desqualificação e criminalização das mulheres dirigentes sindicais aprovando, inclusive, moções de repúdio aos 6 casos que foram apresentados na reunião.

No ponto “Os ataques às mulheres (PEC, PLs, Reformas)”, analisou-se que as reformas propostas por Temer são medidas que atingem, com maior dureza, a vida das mulheres e que o machismo segue dividindo a classe para o enfrentamento comum ao governo, o que tornam as mulheres fundamentais na construção da greve geral. As resoluções aprovadas colocavam a necessidade de um calendário de lutas com o tema da

violência machista e contra todos os ataques aos direitos das mulheres. Assim, o setorial compreendia que a CSP-Conlutas deveria organizar uma mesa de debate sobre os impactos das Reformas na vida das mulheres trabalhadoras. A resolução, também, indicava a preocupação com a garantia de mulheres enquanto palestrantes nas mesas de debates, e não apenas na função de mediadoras ou secretárias.

As propostas apresentadas na reunião do setorial do campo⁶⁸ foram, portanto, sobre o acompanhamento político e jurídico das lutas que ocorrem no campo, a realização do Seminário do Campo no estado do Maranhão, abordando a violência no campo, a questão quilombola e os grandes empreendimentos, tendo o apoio dos sindicatos, o desenvolvimento de pesquisa sobre a luta pela terra, a realização do Seminário Nacional sobre Reforma Agrária da CSP-Conlutas e a realização de debates sobre a reforma da previdência nas bases dos trabalhadores rurais.

A reunião do Setorial LGBT⁶⁹, voltou reforçar a luta contra a LGBTfobia e pela sua criminalização, o setorial indicou enquanto tarefas, a serem executadas até junho de 2017, encaminhar a cartilha de luta contra a opressão LGBT, além de sinalizar a previsão da realização do II Encontro Nacional LGBT da CSP-Conlutas próxima ao 3º Congresso Nacional da CSP-Conlutas.

A reunião da Coordenação Nacional da CSP-Conlutas de fevereiro de 2017 contou com a participação de 378 credenciados, sendo 129 delegados (as) com direito a voto e 249 observadores. Estiveram presentes 121 entidades, destas, apenas 3 de luta contra as opressões e movimento popular: MML, Quilombo Raça e Classe e Movimento Luta Popular.

O painel temático desta reunião foi dedicado ao tema da luta contra a Reforma da Previdência. A mesa do painel dividiu-se em duas partes. A primeira teve como título “A seguridade social é um direito, a dívida pública é um saque! Diga não à reforma da previdência!”. A segunda parte foi intitulada de “Unidade de ação para barrar a Reforma da Previdência!”.

Os temas em debate na reunião do setorial de Mulheres foram: “Nenhuma a menos”, “Nenhum direito a menos”, “Reforma também é violência” e “Mulheres contra

⁶⁸ O Setorial do Campo contou com a participação dos representantes do Acampamento Dirceu Travesso de São José dos Campos/SP, do Acampamento do Capão das Antas em São Carlos/SP, do Moquibom, da FAFER-CE, da SER Pernambuco, da FERAESP, da FNL, do STTR Xapuri e da Executiva da CSP-Conlutas.

⁶⁹ Estiveram presentes na reunião do setorial, os membros de diretoria ou da base das seguintes entidades: SEPE-RJ, Sindserm/PI, Sindicato dos Comerciantes de Nova Iguaçu –RJ, Adufs/BA, SindUTE –MG e Sindsef/SP.

Trump”. Seguindo a tendência mundial de manifestações contra as declarações misóginas de Donald Trump, presidente dos Estados Unidos, o Setorial de Mulheres debateu a necessidade de realização de atos no Brasil. Além disso, o dia 8 de março teria como pauta prioritária a luta contra as reformas.

O Setorial LGBT discutiu sobre a crise econômica e o peso das reformas trabalhistas e previdenciárias na vida dos LGBT’s trabalhadores. Os presentes consideraram que o primeiro encontro LGBT da CSP-Conlutas contribuiu para fortalecer o setorial e para auxiliar na organização do movimento LGBT. A compreensão entre os presentes pautava-se na necessidade de aprofundar, numa perspectiva classista, o entendimento sobre as diversas identidades de gênero, orientação sexual, bem como outras questões que atingem o público LGBT. Dessa forma, o debate encaminhou as seguintes propostas: Construção de cartilha LGBT da CSP-Conlutas, com data prevista de lançamento no 1º semestre de 2017, realização do 2º encontro LGBT da CSP-Conlutas, nos dias 24 e 25 de junho e incorporação da pauta LGBT no dia 8 de março a fim de dar visibilidade aos temas das mulheres lésbicas, bissexuais e a questão transexual.

A reunião do setorial de Negras e Negros⁷⁰ teve como pontos de pauta: “Reforma da Previdência e a Questão Racial”, “Balanço da Marcha da Periferia e Reorganização do Movimento Negro”, “Moções” e “Movimento Hip Hop Militante Quilombo Brasil”.

No contexto de luta contra a Reforma da Previdência proposta pela presidência da república e o congresso nacional, o Setorial de Negras e Negros compreende que a situação da classe trabalhadora, composta por mulheres, homens, brancos e negros, heterossexuais e homossexuais, apresenta especificidades no que tange o impacto dessas medidas. O Setorial, portanto, preocupado com os impactos das Reformas Trabalhistas e Previdenciária para as (os) trabalhadoras (es) negras (os), afirma a necessidade de analisar essa realidade específica e organizar a luta de comitês populares para intensificar a auto-organização dos trabalhadores brasileiros contra os ataques aos direitos.

⁷⁰ Na reunião do setorial estiveram presentes os representantes das seguintes organizações: Sintrajud/SP; Ocupação Urbana Vila Itália 2, Aposentados do Município de Curitiba, Construção Civil de Fortaleza, Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, Sindicato dos Comerciantes de Nova Iguaçu, Oposição Alternativa da APEOSP, MML, ANEL-Jaú, Quilombo Raça e Classe, Quilombo Brasil-Hip Hop, ADUFS, SEPE, Sindunifesp, Sindsef-SP, Sindppd, Sindistest de MG e Asedufmus.

Assim, foram aprovadas, ao todo, nove resoluções no setorial. A primeira delas vinculava-se à necessidade de entender, mais a fundo, a Reforma da Previdência a partir de um recorte da questão racial, bem como indicava a elaboração de um material a respeito do tema. Já a segunda resolução apontava a incorporação, na cartilha da CSP-Conlutas, dos efeitos da reforma da Previdência na população trabalhadora negra. A terceira resolução, por sua vez, referia-se à manutenção dos conselhos/comitês criados para a organização da Marcha da Periferia, visando aprofundar na luta por políticas de ações afirmativas e de reparações históricas, bem como nos demais desafios postos para atualidade, como a Reforma da Previdência, a “Escola sem Partido”, a Reforma Trabalhista, a Terceirização etc.

As três próximas resoluções destinavam-se para as datas de mobilização no calendário. Assim, deliberou-se sobre a necessidade de incorporar o debate sobre a questão racial no dia 8 de março de 2017 e na greve internacional de mulheres, sobre o apoio do setorial à greve geral da educação do dia 15 de Março e sobre a orientação da construção das atividades no dia 21 de Março - Dia Internacional de Luta Contra o Racismo, por parte das entidades filiadas à Central, tendo como temática principal “Os impactos da Reforma da Previdência para os (as) trabalhadores negros(as)”.

Por fim, o setorial solicitava apoio financeiro às entidades filiadas à CSP-Conlutas para a realização do “III Encontro Nacional Hip Hop Quilombo Brasil”, com a temática “Organizar os de baixo para derrubar os de cima” prevista para ocorrer entre os dias 14 e 16 de abril em Recife-PE. De acordo com o anexo explicativo na relatoria do setorial, o Movimento Hip Hop Militante Quilombo Brasil, fundado em 2009 e filiado à CSP-Conlutas desde 2010, surgiu com a proposta de reorganizar a cena Hip Hop combativa do país. No seu encontro realizado em 2015, em São Luís – MA, estabeleceu-se planos e estratégias, por meio de intervenções política culturais, de ampliação de sua inserção nas periferias brasileiras. Naquele momento, segundo o relato, haviam 10 “células” do movimento pelo país. A CSP-Conlutas resolveu apoiar o evento construído para, aproximadamente, 100 militantes da cultura Hip Hop filiados ao Movimento Quilombo Brasil e convidados.

Ocorrida entre os dias 7 e 9 de abril de 2017, a reunião da CN contou com 258 participantes credenciados, sendo 130 delegados e 128 observadores. Nesta reunião,

estavam representadas 98 entidades, sendo 7 de movimentos⁷¹ de luta contra as opressões, de luta por moradia, pela terra e de desempregados. Nesta ocasião, aconteceram reuniões dos setoriais LGBTs, Campo, Mulheres e Negras e Negros.

Às vésperas da realização do III Congresso da CSP-Conlutas, essa reunião aprofundou algumas discussões de encaminhamentos para sua organização. As resoluções se referiam aos critérios para eleição dos delegados⁷² ao congresso, valores da taxas, comissão organizadora e cronograma. Cabe destacar que o valor das taxas para os delegados dos movimentos populares e de luta contra as opressões ficou definida em R\$330.

Nesta ocasião, a reunião do Setorial LGBT não apresentou muitas deliberações. A primeira delas referia-se à cartilha LGBT da CSP-Conlutas, cujo objetivo era o trabalho de combate à LGBTfobia nos movimentos e sindicato filiados à Central e no público em geral. Essa cartilha estava pendente desde o II Congresso da CSP-Conlutas, como indica a própria relatoria do Setorial. A segunda resolução, por sua vez, destinava-se às iniciativas da Central em alusão ao dia 28 de junho - Dia de Orgulho LGBTI, tais quais a elaboração de um boletim sobre o tema, a ser divulgado pelos sindicatos e movimentos em suas bases, e outras ações de visibilidade no site da Central. O setorial

⁷¹ Assim, esse setor popular estava representado pelos movimentos: Movimento Mulheres em Luta, Movimento Nacional Quilombo Raça e Classe, Movimento Luta Popular, Movimento SOS Emprego –RJ, Movimento Volta Comperj –RJ, Acampamento Dirceu Travesso –SP e Ocupação Vila Izabel.

⁷² Movimentos populares urbanos. Cada ocupação ou acampamento terá direito a eleger um (a) delegado (a) para cada 50 famílias na base, e fração igual ou superior a 26, respeitando-se o mínimo de 2 delegados(as). Nas atas destas assembleias devem constar além das informações pessoais e assinatura do votante o número ou identificação da moradia, na medida em que a votação é por família. Para eleger todos os (as) delegados (as) a que tem direito é preciso observar o quórum de presença na assembleia, que será de 5 vezes o número de delegados(as) a que a ocupação ou o acampamento tem direito. Caso não se atinja o quórum, a assembleia poderá eleger delegados (as) proporcionalmente ao número de presentes. Cada assentamento ou núcleo comunitário terá direito a eleger um delegado para cada 25 famílias presentes na assembleia, e fração igual ou superior a 13, respeitando-se o mínimo de 2 delegados(as). Nas atas destas assembleias devem constar além das informações pessoais e assinatura do votante o número ou identificação da moradia, na medida em que a votação é por família. O voto, nos dois casos acima, será por família, devendo o quórum ser contado da mesma forma. Movimentos populares do campo: Cada acampamento, ocupação ou assentamento terá direito a eleger um (a) delegado (a) para cada 50 famílias na base, e fração de 26, respeitando-se o mínimo de 2 delegados (as). Nas atas destas assembleias devem constar além das informações pessoais e assinatura do votante o número ou identificação da moradia, na medida em que a votação é por família. Para eleger todos (as) os (as) delegados (as) a que tem direito é preciso observar o quórum de presença na assembleia, que será de 5 vezes o número de delegados (as) a que o acampamento, ocupação ou assentamento tem direito. Caso não se atinja o quórum, que também será contado por famílias, a assembleia poderá eleger delegado (a) proporcionalmente ao número de presentes. Os movimentos populares sem base de representação definida terão direito a 1 (um) delegado (a). Delegados (as) das organizações estudantis e movimentos de luta contra a opressão elegerão delegados (as) limitados a 5% do total de delegados (as) credenciados (as) pelas entidades e movimentos sindicais e populares. A escolha deverá ser realizada logo após o período das assembleias dos movimentos sindical e popular, de 16 a 30 de setembro de 2017.

indicou, ainda, a inclusão do dia 17 de maio - Dia de Luta Contra a LGBTTIfobia no calendário de mobilizações da Central. A última deliberação desta reunião foi sobre o adiamento do III Encontro LGBT da CSP-Conlutas para o primeiro semestre de 2018.

A reunião do Setorial do Campo, nesta ocasião, assim como o Setorial LGBT, não contou com novas resoluções. Foram apresentados informes sobre a construção da greve geral do dia 28/04/2017, com foco de intervenção nos temas da luta pela terra dos povos quilombolas, extrativistas, indígenas e da agricultura familiar frente ao avanço do agronegócio, expresso nas MP759 e PL 4059/12. Combinando a pauta da reforma agrária e da reforma da previdência, a construção da greve geral passaria pelos “comitês nas bases”.

O segundo ponto destinava-se aos informes sobre as iniciativas do Setorial do Campo da CSP-Conlutas, tendo como foco a realização de três eventos: o Seminário Estadual de Agricultura Familiar em Pernambuco, as eleições no Sindicato dos trabalhadores rurais de Xapuri e a realização da Assembleia da Teia dos Povos no Maranhão, evento que envolve quilombolas, extrativistas, indígenas.

O setorial de mulher teve como pontos de pauta a avaliação do 8 de março e a construção da greve geral do 28 de abril, o questionário sobre o aborto e os informes. O primeiro ponto iniciou-se com uma avaliação sobre as manifestações do dia 8 de março, em que o setorial compreendeu que o Dia Internacional das Mulheres teve uma repercussão positiva na luta contra a reforma da previdência, trabalhista e a violência contra a mulher. Ainda de acordo a avaliação, a CSP-Conlutas teve papel ativo na organização dos atos em diversas cidades e essa experiência deveria servir para a construção da greve geral do dia 28/4, debatendo os efeitos das reformas na vida das mulheres trabalhadoras. Para fortalecer essa discussão, o setorial propôs que CSP-Conlutas faça, em sua próxima coordenação, o debate sobre os efeitos das “Contra reformas e a retirada de direitos para as mulheres, negros, indígenas e LGBTs”.

A respeito do questionário sobre o aborto, a avaliação do setorial era de que o tema ainda é muito delicado para ser trabalhado com a classe trabalhadora e que, com isso, todos os dados recolhidos devem ser utilizados para subsidiar debates e espaços de formação para os sindicatos, movimentos e suas bases.

O setorial de negras e negros⁷³ deliberou um conjunto de resoluções para prosseguir com a luta contra as opressões e exploração, aprofundando o debate antirracismo nas entidades filiadas à Central e no processo de construção da greve geral.

Desta forma, o setorial indicou os dias 21 de Março - Dia Internacional de Luta Contra o Racismo e 13 de Maio - Dia de Denúncia do Racismo como datas para serem incorporadas nos calendários de luta da Central e de suas organizações filiadas. Em relação à greve geral de 28 de abril, o setorial orienta às entidades participantes a construir essa mobilização a partir de “comitês populares” de luta contra a terceirização, reforma da previdência e trabalhista. Além disso, o setorial deliberou pelo apoio ao acampamento Terra Livre, com data para ocorrer entre os dias 24 e 28 de abril, e à Teia dos Povos, prevista para ocorrer entre os dias 26 e 28 de maio. Aprovado também na reunião uma moção de repúdio às declarações racistas do Deputado Federal Jair Bolsonaro durante evento no Clube Hebraica no Rio de Janeiro e, por último, convite para as entidades de participação no Seminário do Quilombo Raça e Classe, que ocorrerá as vésperas do congresso da CSP-Conlutas.

Como forma de maior aproximação com a percepção do desenvolvimento da experiência sindical e popular da CSP, recorreremos, por meio de entrevista, aos representantes dos movimentos populares e de luta contra as opressões que atuam na Central. A seguir, apresentaremos a sistematização dos depoimentos dos militantes sobre questões que envolvem a participação dos movimentos populares na Central.

⁷³ O setorial de Negras e Negros contou com a participação de 16 organizações, entidades e movimentos, sendo elas: Quilombo Raça e Classe, Sindrede (Belo Horizonte), Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, Sindsef – São Paulo, ANDES-SN, Sinasefe, Quilombo Brasil, Sindserm – Piauí, Sincdeess-Belo Horizonte, Simpere – Pernambuco, Ocupação Vila Itália – São José do Rio Preto/SP.

2.6 - Entrevistas – representantes dos setoriais do campo “popular”

A experiência da CSP-Conlutas de incorporar os movimentos sociais, com suas demandas, necessidades e lutas, bem como o próprio debate da importância tática e estratégica da incorporação dos mesmos na Central, vem sendo constantemente avaliadas pelos seus integrantes. Para uma melhor e maior apreensão desta incorporação, dos conteúdos atribuídos ao entendimento dos ganhos e avanços desta inserção, bem como das questões que evidenciam os limites e impasses, que ainda estão ou precisam ser enfrentados, realizamos uma entrevista com lideranças dos setoriais dos movimentos sociais. Foi entrevistado um representante dos cinco setoriais do movimento popular urbano e rural e dos movimentos de luta contra as opressões⁷⁴. A entrevista foi realizada durante a reunião de CN da Central, ocorrida em São Paulo entre os dias 9 e 11 de junho de 2017. A entrevista foi realizada por meio de um questionário com perguntas fechadas e abertas⁷⁵ que se estruturou a partir das seguintes indagações: Nome; Sexo; Idade; Representante de qual entidade; Filiação partidária; Participa de qual setorial; Há quanto tempo participa das instâncias da CSP-Conlutas (Congressos e Reuniões da coordenação nacional) ;Há quanto tempo participa-milita no movimentos social; Há quanto tempo participa do GT/Setorial/campo “popular”; A CSP Conlutas desenvolve uma experiência única e particular na organização da classe trabalhadora brasileira, em uma mesma central articula o movimento sindical e popular. Como você avalia essa iniciativa; Como avalia o desenvolvimento desta experiência; Quais são os pontos positivos e quais são os limite e dificuldades; Consegue identificar avanços na organização do campo popular e do movimento ao qual pertence a partir desta incorporação na CSP-Conlutas; Consegue identificar avanços na organização do campo popular e da temática do movimento ao qual pertence– que não estão na CSP- a partir da contribuição da criação deste campo popular na CSP-Conlutas; O debate que se

⁷⁴ Os (as) entrevistados (as) foram indicados pelos setoriais a partir do tempo de militância na Central, no setorial e pela importância de suas contribuições no movimento. Foram entrevistados três homens e duas mulheres. Um entrevistado participa desta experiência desde 2004, uma participante desde 2006, outros dois entrevistados desde 2008 e o representante do Setorial do Campo está há 4 anos. O representante do setorial de negras e negros atua em movimentos sociais desde a década de 1980, o representante do setorial do campo e a entrevistada dos movimentos populares urbanos estão nos movimentos sociais desde o final da década de 1990. Já o entrevistado do Setorial LGBT é militante desde 2004 e a entrevistada do setorial de mulheres é militante desde o ano de 2006.

Entre os (as) entrevistados (as) dois se declararam filiação partidária no PSTU, um filiado no PCB, dois outros entrevistados não possuem filiação partidária, entretanto um se declarou militante do MAIS.

⁷⁵ Nossas indagações, a partir das respostas expressadas nas perguntas fechadas, foram realizadas quando necessitávamos de esclarecimento ou de desenvolvimento de questões que, para nós, não foram suficientemente expostas nas repostas. O critério para a escolha dos entrevistados foi baseado em conhecimentos nossos dos militantes e de suas experiências e tempo de militância nos movimentos que representam nos setoriais da central.

desenvolve relacionando a questão de classe, raça e sexualidade dentro dos setoriais está fomentando visibilidade extra CSP-Conlutas?; Considera que as resoluções dos setoriais de movimentos populares e de luta contra as opressões são implementadas? E os setoriais específico de lutas contra as opressões têm mecanismos de combate a preconceitos dentro dos sindicatos?; em quais segmentos e setores da classe trabalhadora avalia que estão sendo implementadas as resoluções dos setoriais. São somente os sindicatos? Como você avalia isso?; Na sua opinião, quais são as principais dificuldades na organização dos setores populares na CSP-Conlutas?; O que avalia que hoje impede a organização outras entidades dos movimentos populares e de luta contra as opressões na experiência da CSP-Conlutas.

No sentido de expressar a compreensão dos membros da Central, buscamos estruturar a apresentação dos resultados das entrevistas de acordo com a ordem dos questionamentos feitos. Avaliamos que, assim, poderemos intercalar as diversas opiniões sobre o mesmo tema e apresentar a avaliação de cada um dos (as) cinco entrevistados (as).

Começaremos apresentando o modo como cada entrevistado (a) avalia a iniciativa da Central, os limites e as dificuldades da organização Sindical/Popular e os possíveis avanços ocorridos tanto nos movimentos que compõem a Central, quanto no desenvolvimento da luta popular após o surgimento da CSP-Conlutas. Nesta direção, também foram feitas questões sobre a implementação das resoluções, o nível de influência exercida pela Central em outros movimentos e, por fim, os motivos que dificultam o ingresso de outros movimentos na CSP.

De maneira geral, observa-se que há um consenso entre os(as) entrevistados(as) a respeito do surgimento desta iniciativa da Central, ainda que apontem a necessidade de superação de algumas limitações a fim de avançar nessa experiência, que de similaridade tivemos apenas na breve iniciativa da Anampos.

Todos(as) os(as) entrevistados(as) ressaltaram a importância dessa proposta organizativa desenvolvida pela CSP-Conlutas desde a sua fundação, sendo apresentadas diferentes justificativas, tais como: o histórico de organização da classe trabalhadora no Brasil; a configuração das relações de trabalho e dos enfrentamentos da luta de classes no país, bem como a relação desse modelo de organização com a perspectiva estratégica de mudança do projeto societário.

A representante do Setorial Popular da Central, por exemplo, retoma o debate sobre as características da nossa colonização e do desenvolvimento do capitalismo no

Brasil para questionar o método que, até então, segue predominando nas centrais sindicais brasileiras. Para a militante a característica própria da classe trabalhadora latino-americana coloca em xeque o modelo dissociado de luta política classista do operário, sem-terra, negro, indígena e mulher:

“[...] Então, ter movimentos diferentes do sindicato, com uma organização diferente do sindicato, com uma organicidade diferente do sindicato, com uma pauta política mais ampla que a pauta sindical era uma dificuldade pro sindicalismo [...] E, na América Latina, não é possível construir uma organização pra luta anticapitalista, pra resistência aos ataques e pra organizar a classe em seu conjunto que não seja assim. Não dá pra dizer que os indígenas são aliados da classe operária na Bolívia, porque você vai dizer isso e você vai criar uma esquizofrenia, porque os mineiros operários são indígenas, esses não são aliados aos operários, eles são operários. Na história da América Latina, que é uma história de colonização, de escravidão indígena e negra, não dá pra dizer que o movimento negro é aliado da classe operária, porque a classe operária é negra. Então, na minha opinião, essa iniciativa é muito importante, é um dos esforços mais importantes que nós tivemos nos últimos anos. E sem [uma alternativa] com essas características é impossível, em países da América Latina, construir um discurso, um programa que seja pra classe, não só para um setor da classe. Entrevistada 1

Por sua vez, o representante do Setorial de Negras e Negros indica que “[...] essa experiência é positiva, porque a gente tem uma interlocução com a classe [...], pois, segundo ele, a CSP-Conlutas é “um guarda-chuva” que permite aos diversos dirigentes de categorias distintas, de realidades diferentes, participar dos mesmos espaços e ser influenciados para organizar, em sua base, debates raciais, de gênero, do movimento do campo e popular da cidade. É, desta maneira, que para ele, “o dirigente vem aqui, às vezes, alienado, dessa discussão [racial] e participa do setorial e sai daqui com gás para fazer a atividade em seu sindicato”. A indicação desse “guarda-chuva” CSP-Conlutas, permitiu, por exemplo, ao Setorial de Negras e Negras ser convidado para eventos na França, Inglaterra e África do Sul. A visibilidade das lutas no Brasil, via CSP-Conlutas, permitiu estabelecer contatos com outras Centrais Sindicais e movimentos classistas que vêm apostando em uma experiência de esquerda e socialista em seus países. Outro resultado dessa articulação refere-se ao caso recente de incorporação do Movimento Moquibom à Central. Para o entrevistado, esse movimento, que representa cerca de 300 comunidades quilombolas em seu Estado, traz novas possibilidades à CSP-Conlutas, conforme exposto na sua intervenção.

“Nós estamos chegando no período enorme de balanço dessa experiência, ela não está consolidada, mas ela está num processo de amadurecimento, porque por mais que se tenha o movimento sindical e o movimento popular, todas as bandeiras, os programas do movimento popular, ainda não está contemplada na central, né, nos mesmo captamos agora um setor que é o Moquibom e eles não estão representados na direção da CSP-Conlutas. É claro que o Quilombo

tem militantes no Moquibom, mas é uma entidade que dirige ai 300 comunidades quilombolas no Maranhão.” Entrevistado 2.

Nesse sentido, o representante do Setorial de Negras e Negros aposta no enraizamento da CSP-Conlutas nesses setores da classe trabalhadora, além da incorporação de mais movimentos como forma de possibilitar a atuação da Central na organização de uma parcela dos trabalhadores historicamente marginalizada pelas demais centrais sindicais. Assim, a vantagem da iniciativa da Central, segundo ele, deve-se ao fato de ser um novo modelo de organização com diversos movimentos que deliberam pautas amplas potencializadoras das diversas lutas dos (as) trabalhadores(as).

“[...] inclusive dando política e entrando em setores que dificilmente a central entraria, como na favela, na periferia, como no interior dos quilombos, nas aldeias indígenas [...]” Sobre tais setores, o participante aponta ainda que “a Central é claro, faz uma, presta uma solidariedade de classe a esses povos, mas não consegue entrar na base capilar desse movimento real”. Entrevistado 2

Já o representante do Setorial LGBT, em sua avaliação sobre a experiência da CSP-Conlutas, ressalta a atual realidade das condições de trabalho na sociedade capitalista. Segundo ele, a reestruturação produtiva trouxe novos desafios para as organizações da classe trabalhadora o que, em certa medida, reflete o surgimento da CSP-Conlutas e seu formato organizativo. O trecho seguinte explicita essa questão: “Nem todos os trabalhadores estão organizados em sindicato por conta da questão da terceirização, da precarização do trabalho, então, é uma proposta interessante”.

Para o representante do Setorial do Campo, a própria complexidade das relações de trabalho surge com a divisão entre campo e cidade. O processo de industrialização da produção rural, com o avanço do agronegócio, intensificou a necessidade de ramificar a CSP-Conlutas nas discussões sobre o campo, de modo a construir um novo modelo de Central, que aglutinasse, por completo, a classe trabalhadora: “[...] para deixar que a entidade não seja essencialmente urbana e unificar esses dois seguimentos, a princípio, o sindicalismo urbano, mesmo o sindicalismo rural assalariado com os movimentos populares, que já era uma novidade, né, aqui no Brasil”. Deste mesmo modo, o entrevistado reforça a importância desta unidade do setor sindical com o popular, uma vez que, conforme afirma, uma central restrita ao movimento sindical tende a não discutir a totalidade das relações e dos conflitos capitalistas. A CSP-Conlutas, ao pressupor a unificação de diversos segmentos da classe pode, portanto, contribuir para avançar na organização das lutas da classe trabalhadora brasileira:

[...] o sindicalismo ele busca mais o imediatismo, né, ele vai nas dificuldades das relações de trabalho, então ele acaba não discutindo a sociedade como

um todo. A CSP consegue agora com esses três seguimentos, porque agora eu acho que “tá” completo realmente, né, você ter campo e cidade junto e dentro de campo e cidade você ter, né, todos os sujeitos aí que conseguem expor a sua realidade, né. Então você não discute só sindicalismo, você não discute só questões salariais, nós estamos discutimos a reforma agrária, nós estamos discutindo a desapropriação de terras, nós estamos discutimos demarcação de terras, titulação de terras quilombolas; nenhuma Central faz isso. Entrevistado 3.

Segundo a representante do Setorial de Mulheres, todo esse processo se justifica devido à opção estratégica da CSP-Conlutas, que tem como horizonte estratégico a erradicação do capitalismo. Com isso, a luta de um setor dos trabalhadores não pode ficar restrito ao seu segmento. Tal colocação está contida no trecho abaixo:

“Mas eu entendo que a luta da classe trabalhadora no nosso país, ela tem um fim único, a classe trabalhadora em geral, né, ela tem um fim único, e a perspectiva, também, estratégica da CSP-Conlutas é o de construção de outro tipo de sociedade. E isso não depende só da organização sindical, isso depende também das organizações das lutas das mulheres, da luta LGBT, da luta contra o racismo, da luta pela moradia, da luta pela terra.... Então, eu acho que isso é muito importante, assim, foi uma batalha que a Conlutas deu pra garantir esse caráter sindical e popular. [...]. Assim, eu acho que as mobilizações dessa década, né, em 2013, principalmente, elas demonstraram que apenas a articulação sindical não teria capacidade de representar todas as formas de luta que existem no nosso país”. Entrevistada 4.

Tomando como exemplo a luta pelos direitos das mulheres, esse elemento característico da CSP-Conlutas - a unificação dos movimentos sindicais e populares em sua organização-, embora enfrente resistência por parte de alguns movimentos feministas, é indicada, pela participante, enquanto uma importante contribuição para ampliar a perspectiva de luta das mulheres:

“Eu acho que a relação com uma Central sindical, ela permite apresentar uma perspectiva de luta das mulheres, que eu acho uma perspectiva mais correta, mas que é foco de grande polêmica no interior dos movimentos de mulheres. Essa perspectiva é uma perspectiva de que a luta das mulheres ela deve ter um mesmo objetivo final, que é a luta contra o capitalismo. [...] o movimento de mulheres olha com um desmerecimento pra essas organizações, como organizações que podem ser aliadas na luta contra o machismo. E não sem razão, porque, realmente, muitos sindicatos ignoraram o tema das mulheres, muitas centrais ignoram, o movimento sindical que ainda é muito, muito, muito, muito machista”. Entrevistada 4.

Portanto, como evidenciado, os (as) participantes de cada um dos setoriais indicaram a importância de existir, no Brasil uma Central que organize em seus fóruns não apenas o movimento sindical tradicional, mas, também, as novas formas de organização da luta dos trabalhadores, de modo a expressar novos debates e táticas para a construção de enfrentamentos da luta de classes.

Não obstante o reconhecimento dos avanços e da importância da experiência da CSP-Conlutas, também foi indicado debilidades, e limites, problematizações desta forma de organização da central.

Dessa forma, de acordo com todos os(as) participantes entrevistados, um dos principais apontamentos - enquanto limitador da experiência de aliança Sindical/Popular na CSP-Conlutas - diz respeito ao predomínio do movimento sindical tradicional em sua composição. O desafio colocado para a construção desta iniciativa se faz presente desde o início dos debates sobre a formação da Central. Como relembra a representante do movimento popular, a própria proposta de organizar os movimentos populares e de luta contra as opressões encontrou resistências:

“Eu acompanho a construção da CSP-Conlutas desde o seu início e não foi simples garantir essa concepção organizativa. Nós fizemos um embate, na época, eu era do MTST ainda, fui do MTST até 2010. Nós fizemos um embate muito violento com setores de esquerda, de camaradas, que também participaram da construção da Conlutas, porque não havia uma unanimidade a respeito de uma mesma central organizar essa diversidade toda. Porque há, no Brasil, uma tradição sindical que é muito combativa, muito organizada, muito importante, tem muita tradição, mas que também padece de muito sindicalismo e muito corporativismo”. Entrevistada 1

Essa dificuldade foi, também, relatada pela representante do Setorial de Mulheres. Conforme afirma, no Conclat, houve uma negociação durante a fundação da CSP-Conlutas a respeito do percentual da composição dos movimentos populares e de luta contra as opressões na Central. Esse processo ocorreu para evitar possíveis rupturas e saída de movimentos que não estavam de acordo com a participação de tais organizações. Segundo ela, naquele momento decidiu-se que a participação dos movimentos de luta contra a opressão seria de apenas 5% nas instâncias de representação. Hoje, a representante considera ser necessário rediscutir esse critério, conforme justifica: “[...] porque os movimentos de mulheres, os movimentos de luta contra o racismo, os movimentos de luta contra a LGBTfobia, também representam coisas significativas, e o movimento estudantil também representam coisas significativas, né [...]”

A polêmica sobre a participação das demais formas organizativas da classe na Central estava centrada na avaliação feita por parte de um setor do movimento sindical de que tais movimentos são policlassistas e que, portanto, poderiam comprometer a independência de classe da Central. Para a entrevistada do setorial de mulheres, esse argumento não é suficiente para impor uma restrição tão severa a tais movimentos, embora ela continue defendendo um certo limite na participação dos movimentos

populares na Central: *“pra reafirmar uma centralidade dos trabalhadores no que reflete uma centralidade no seu poder de incidência sobre a economia do país, de produção, e, por isso, no seu poder de mobilização”*. Indica que, entretanto, este valor de 5% é muito baixo, visto que tais movimentos quando “enquadrados no programa da Central, no programa estratégico da CSP-Conlutas, se tornam movimentos que tem uma orientação classista, então, poderiam ter um espaço de representação maior. ”

Conforme afirmam os(as) entrevistados(as), as características do movimento sindical - como não poderia deixar de ser - influenciam a dinâmica da Central e do desenvolvimento do setor popular. Nesse sentido, dentre as diversas características da luta sindical no formato brasileiro, a institucionalidade é apontada como ponto forte, o que faz com que o modelo de organização sindical esteja mais vinculado às pautas econômicas imediatas, além de apresentar, em determinados momentos, dificuldades na compreensão dos debates políticos-ideológicos que superam a condição imediata de sua categoria. As características próprias de funcionamento do movimento sindical são ressaltadas pelos (as) entrevistados (as) como forma de detectar as diferenças de atuação entre os movimentos sindicais e populares e o que tais característica podem criar de dificuldades para o desenvolvimento da experiência.

O reflexo da estrutura sindical varguista é destacado como a principal condição de estabelecimento de um “modus operandi”, de acordo com a representante do Setorial Popular, o que acarreta a maneira institucionalizada de realizar a política sindical. Segundo a entrevistada, essa questão torna-se nítida quando: “no espaço onde junto movimentos e sindicatos, você tem que reconstruir, inclusive, a experiência da organização sindical, a luz de novos elementos, a luz da interação com outras dinâmicas organizativas”. O representante do Setorial do Campo reforça esse entendimento, ao afirmar que:

“Se a gente pegar as centrais, [...] do modelo getulista de central sindical, [...] eles nunca vão fazer uma discussão de quilombolas, ou, se fizer, vão fazer proforma, eles não vão tá se aprofundando nos problemas, [...] que os ribeirinhos passam, que o extrativista passa, [...] que os sem-teto na cidade passa. [...]. Eles podem dar o apoio, mas o apoio político qualquer entidade mais progressista também dá, mas discutir na essência não”. Entrevistado 3

A representante do Setorial de Mulheres indica, ainda, ser necessário saber conciliar o peso institucional, material e financeiro dos sindicatos, o que, na concepção Popular e Sindical da Conlutas, pode sobrepor aos movimentos populares. Também nesse sentido, o representante do Setorial de Negras e Negros cita que, como as diretorias possuem baixa formação política, tornando-se insensível para pautas como a

luta contra o racismo, o desenvolvimento de iniciativas na base é comprometido, dificultando, inclusive, condições para o avanço de ativistas negros, assim como as mulheres e os LGBT's. Dessa forma, aponta a necessidade de desenvolver:

“um trabalho pedagógico de avançar essa consciência por dentro dos sindicatos, cursos permanentes, ações diretas, bem, para que o sindicalismo não ficar apenas no âmbito economicista, para que trave lutas políticas e lutas revolucionárias mesmo, para romper com o regime, o sistema e também com o estado constituído capitalista.” Entrevistada 2.

A entrevistada do Setor Popular corrobora que o principal limite a ser superado refere-se à “batalha política-ideológica” para a construção de um sindicalismo político, uma organização sindical que desenvolva, conforme afirma, “*profundas relações com o território, com as famílias, com o entorno, com os movimentos ao redor*”. Assim, a representante considera ser possível compreender que o “sindicato” e o “movimento popular” não são a “classe”, e, sim, instrumentos para fortalecer a organização dos trabalhadores, não possuindo uma hierarquia entre si, de modo que, combinados na tarefa, os trabalhadores da fábrica, as trabalhadoras domésticas, a juventude da periferia, os desempregados, os sem-terra, os funcionários públicos, os sem-teto, os assalariados rurais possam se reconhecer enquanto classe.

A representante do setor popular destacada, ainda, apresenta muito ceticismo quanto às falas de “unidade da esquerda”. Ela demonstra que não basta que as correntes políticas, os sindicatos, etc. se reúnam, façam acordos, cedendo em suas propostas, para que a classe prontamente reconheça esse programa como seu. Para ela, esse movimento não é automático e direto; dele depende a construção da organicidade da unidade na base, para que a classe se aproprie das discussões e das tarefas políticas. Desta forma, ela reivindica:

“que a CSP-Conlutas tenha cada vez mais trabalhadores negros, [...] coletivos organizados nas favelas; [...] coletivos de rap, da juventude preta das quebras, [...] movimento de trabalhadores ambulantes, [...] desempregado” e que “[...]consiga expressar enquanto Central, na nossa composição social, também aquilo que expressa o nosso programa, a nossa vontade de ser, que é uma Central Sindical e Popular.” Entrevistada 1.

A entrevistada relata, também, sua compreensão acerca de quais seriam os exemplos iniciais de construção desta iniciativa. O trecho abaixo expressa o que ela considera representar esse processo de criação de um sindicalismo político associado ao movimento popular.

“Talvez onde nós mais chegamos longe foi agora, com a organização da última greve geral. Em São Paulo aconteceram comitês populares pra organização da greve, onde se reuniram...eu sou, por exemplo, de um comitê que é o comitê, então tava os agentes de saúde da favela que eu moro, os

médicos, os funcionários, os moradores, o povo do sindicato dos trabalhadores da USP, que é do lado da favela que eu moro...você tinha professores de escola estadual, que dão aula na região; você tinha camaradas do judiciário que trabalham nos fóruns que tão na região. Então, um espaço, que não é um espaço de direção, congregando trabalhadores com diversas formas de organização pra discutir como implementar uma decisão que é a nossa, a decisão da greve, e fazer a greve acontecer. [...] Mas, além disso, tem momentos que a gente vê uma unidade sindical e popular acontecendo mais pontualmente, quando, por exemplo, sei lá, no Pinheirinho, os trabalhadores metalúrgicos de São José dos Campos estabelecem uma relação forte de apoio com o movimento que organizava as famílias do terreno da ocupação Pinheirinho, em São José, né, e resistem ao despejo juntos, e as famílias fazem formação política dentro da sede do sindicato, e as famílias participam do processo, por exemplo, de campanha pras eleições do sindicato apoiando sua chapa, sem necessariamente serem trabalhadores de uma fábrica.” Entrevistada 1.

Os entrevistados foram questionados, ainda, se conseguiria identificar avanços na organização do campo popular e do movimento ao qual pertence a partir desta incorporação na CSP-Conlutas. Avaliamos que esse tema pode expressar o grau de desenvolvimento do campo popular na Central.

Segundo o representante do Setorial de Negras e Negros, a Central auxiliou bastante o desenvolvimento do movimento negro, uma vez que uma forte onda de institucionalização e de transformação de parte dos movimentos em ONG’s colocava em risco a concepção classista, combativa e socialista da luta anti-racista no Brasil. Desta maneira, ele avalia: *“Esse processo de a gente construir uma central dentro do sindicalismo combativo [...] possibilitou uma autodefesa nossa, frente um lugar um espaço negro, que pudesse, classista, socialista, que pudesse desenvolver a nossa entidade também”*. Além disso, o entrevistado ressalta que, devido à relação estabelecida com sindicatos, federações e outros movimentos na CSP-Conlutas, o grupo do qual participa - Quilombo Raça e Classe - teve a condição de participar de:

“[...] Congressos dessas entidades todas filiadas mais de 150 sindicatos, confederações, né, nós fomos aí em umas 30 confederações importantes, fora ou dentro, até da CUT, por exemplo eu fui num debate da FASUBRA, [...] foi a primeira federação a votar no seu congresso uma secretaria de negros, [...] no SINASEFE, o Quilombo, assessorou os debates políticos raciais na base das escolas técnicas.[...]Tem um sindicato nosso que entendeu esse recado que é os petroleiros de Sergipe, eles abriram o estatuto deles, absorveram os terceirizados, né, em sua maioria são negros. [...] Então, tem dois sindicatos que entenderam esse recado desse negócio de que é um sindicalismo revolucionário, político, que atenda não só no campo econômico, mas também no campo de bandeiras políticas, né, mas é suficiente? Não, não é suficiente. Entrevistado 2.

De acordo com o representante do Setorial LGBT, esse processo de desenvolvimento do debate e das ações ligadas à temática de combate à LGBTfobia tiveram impulso nos primeiros três anos da Central. Nesse período, foi possível,

segundo ele *“fazer o primeiro encontro, é a gente bancou fazer o primeiro encontro, conseguiu fazer, mas, de 2013 pra cá, teve uma inflexão”*. Segundo sua avaliação, essa inflexão no desenvolvimento do movimento ocorreu devido à falta de prioridade dada a essa temática pelo campo majoritário.

“É, então, isso que eu falei, né, ele avançou bastante entre 2010 e 2013, avançou mesmo, tanto é que a gente conseguiu fazer o primeiro encontro, é, a gente bancou fazer o primeiro encontro, conseguiu fazer, mas, de 2013 pra cá, teve uma inflexão. Então, teve uma inflexão, que eu acho que tem a ver com a prioridade que o campo majoritário dá a essa temática. E, infelizmente, os membros do setorial, assim, não conseguem “peitar” o, assim [fazer um]... as mulheres conseguiram, entendeu? Não é fácil pautar...”. Entrevistado 5.

A avaliação do membro do Setorial do Campo, por sua vez, direciona-se para um notável avanço da intervenção no campo por parte da CSP-Conlutas. Segundo ele, isso ocorre por conta de uma intervenção com uma agenda específica para o setor e com o suporte de uma equipe de técnicos, o que permitiu abrir canais de negociação com áreas do governo. No setorial, há o envolvimento de assalariados rurais e movimentos de luta pela terra (sem-terra, indígenas e quilombolas).

“Hoje nós conseguimos ter uma agenda específica da CSP-Conlutas com o INCRA, pra discutir os movimentos que a gente organiza politicamente, né. Conseguimos também abrir no nosso espaço de discussão, né, a questão só dos camponeses, só dos indígenas, né; todo o trabalho que nós estamos dando o suporte técnico pra eles, né, com advogados, com antropólogos, com sociólogos, que fazem parte da base da Central, pra esses grupos conseguirem buscar seus objetivos”. Entrevistada 3.

Assim, o entrevistado relata a importância do suporte estrutural oferecido pela CSP-Conlutas, como, por exemplo, com profissionais para pensar a logística e apoio jurídico e financeiro, os quais os movimentos populares teriam muitas dificuldades para garantir sua atuação. O representante relata o acompanhamento de, atualmente, oito assentamentos de luta pela terra que organiza cerca de duas mil famílias. Além disso, o Setorial do Campo ampara o movimento dos assalariados rurais, agricultura familiar, indígena e quilombola. *“Então, assim, o movimento cresceu, né, porque sentindo esse suporte, também, eles têm mais segurança de onde eles podem avançar. Então, nós começamos, a título de exemplo, com um acampamento filiado à CSP de luta pela terra, hoje nós temos oito”*.

Em sua avaliação a respeito do desenvolvimento da CSP-Conlutas, a representante do Setorial Popular aponta a sua percepção com relação a determinados avanços. Em primeiro lugar, ela relata a superação da desconfiança de organizar os setores populares, o que era recorrente escutar: *“A, mas é muito instável organizar sem-teto, porque um trabalhador faz uma greve esse ano, faz uma greve outro ano, mas ele*

vai ser sempre trabalhador. O sem-teto quando consegue uma casa deixa de ser sem-teto”.

Em suas reflexões, portanto, superou-se a visão “estreita” do marxismo de que a produção de “mais-valia” na sociedade capitalista só ocorre na produção fabril e que, portanto, só deveriam ser esses os segmentos representados pela Central. Todas essas concepções, na visão da entrevistada, só refletem o “economicismo” do movimento sindical brasileiro. Ao desconsiderar a luta do trabalhador sem-teto ao conseguir sua casa, portanto *“vai continuar sendo sem um monte de coisa, e o movimento se dispõe a organizar isso exatamente porque nossa perspectiva não é ganhar mais casa, mas é produzir organização no seio da classe para buscar conquistar tudo aquilo que nós precisamos”*. Essa perspectiva de organização coloca em debate, para a representante, o *“tema do poder, mas que até lá é muitas fases de luta direta por muitas coisas”*.

Nossa, a gente brigava antigamente, por exemplo, toda vez que a gente fazia uma lista, sei lá, um sistema de consignas, você não tinha nada relacionado à reforma urbana, nada relacionado à reforma agrária, nada relacionado ao preço dos alugueis, ao controle do preço dos alimentos, ao preço do transporte, à gratuidade do transporte, ao passe-livre. Entrevistada 1

Após as polêmicas travadas no interior da Central, a entrevistada percebeu modificações na forma da Conlutas desenvolver seus eixos políticos e atuar dentro do modelo que considera correto para um Central Sindical e Popular:

E tanto o esforço consciente que nós fizemos com a própria conjunta de crise no Brasil, que produziu a projeção desses movimentos, em momentos diferentes, como em 2013, as jornadas de junho, fez com que a Conlutas também avançasse e passasse a complexificar mais o seu sistema de consignas, de maneira que ele possa ser representativo pro conjunto dos trabalhadores, que leem aquilo e enxergam naquilo saída para os problemas que eles têm na sua vida concreta e cotidiana. Agora, nós temos os trabalhadores desempregados, com a organização SOS Emprego que também tão se dispoendo a construir a CSP-Conlutas. Nós temos agora, se ampliando dentro da Central, o movimento de hip-hop organizado, que também começa a se dispor a construir a Central, começa a achar que é importante que eles estejam numa central, mesmo que pareça tudo muito diferente. Então, isso é rico, enriquece a Central, melhora e aprofunda o nosso debate, qualifica o nosso marxismo, qualifica a nossa iniciativa, muda nossa linguagem, sabe, muda o jeito como a gente se comunica com a classe, muda o formato que a gente pensa pras coisas, que ainda é extremamente quadrado, mas que vai melhorando aos poucos, com muita luta, entende? Entrevistada 1.

A entrevistada, apresenta exemplos de como a experiência da Conlutas e, posteriormente, da CSP-Conlutas, contribuiu para o desenvolvimento dos movimentos populares. No caso do MTST, segundo ela, a Central foi fundamental para nacionalizar e rearticular o movimento:

A Conlutas foi um ponto de apoio fundamental para o MTST se articular nacionalmente e se nacionalizar. Vários estados onde o MTST surgiu, surgiu

com o apoio da Conlutas, a partir de movimentos menores, locais, de moradia, de bairro, que pediam ajuda dos sindicatos da Conlutas nos seus estados e a Conlutas repassa esses contatos ao MTST, que na época era o único movimento popular urbano que tava filiado à Central. Entrevistada 1.

Assim, a relação desenvolvida e a troca de experiências entre as diversas organizações servem como ponto de apoio para fortalecer a luta com um todo. Conforme afirma a entrevistada, a elaboração sobre os temas de machismo, racismo e lgbtfobia desenvolvidos pelos outros setoriais, é importante para que possam: *“elaborar a nossa luta feminista dentro do movimento, como é muito importante para nós ter contato com as elaborações do movimento negro, porque nos ajuda a pensar também como é que a gente também dentro das ocupações lida com o tema do racismo, fortalece os camaradas a ser enxergarem como negros”*. Da mesma forma, indica ser fundamental o apoio dos sindicatos filiados à Central: *“contar com a Conlutas como um ponto de apoio pra articulação nacional do nosso movimento. Sem o auxílio da Conlutas, [...] a gente não teria como, por exemplo, viajar pra acompanhar ocupações que nossos companheiros fazem no Norte do Brasil”*.

Além da importância do apoio material, o contato com militantes de outros estados é indicado como essencial para expandir as possibilidades de atuação. A entrevistada relata, portanto, a importância desses contatos para, por exemplo, garantir um suporte em casos de perseguição e ameaças. Ela valoriza a “rede de solidariedade” gerada pelas entidades filiadas à Central nos estados em que seu movimento não tem atuação:

“J., que é um companheiro nosso que é tri-ameaçado de morte em Manaus, quando rola um problema com ele, ele tem, sabe, vão na casa dele, metem tiro, a gente pode, a gente sabe, a gente não tá lá, mas a gente sabe que tem alguém lá pra quem a gente pode ligar, que vai pegar o carro e ir lá na favela pegar o Júlio e levar o Júlio pra um lugar seguro [...] Os Guarani-Kaiowá, nós temos uma relação muito forte com os indígenas do Mato Grosso do Sul, mas nós não temos nosso movimento no Mato Grosso do Sul. Então, a gente vai pra lá, de quando em quando, a cada 2/3 meses, mas nesse [inteire] de distância, acontece alguma coisa, a gente liga pros camaradas da Conlutas de lá.” Entrevistada 1.

Foi realizado o questionamento a respeito da possibilidade de avaliar se a CSP-Conlutas, seus setoriais e movimentos conseguem produzir debates que influenciam, de algum modo outras, as organizações e movimentos sociais que não fazem parte da Central. Consideramos essa dimensão importante para avaliarmos as possibilidades de influência da Central, com sua política e forma organizativa, na difusão de suas propostas e na possibilidade de ampliar a inserção dos movimentos popular no seu interior.

Para o representante do Setorial LGBT, não tem sido possível expandir o debate de esquerda, classista e combativo da CSP-Conlutas, uma vez que há, neste momento, uma desorganização do setor em questão, o que compromete o desenvolvimento de ações externas à Central. Segundo ele, essa debilidade ocorre devido à falta de prioridade da Central em relação à pauta LGBT, visto que, conforme avalia, nos locais onde foi tocado com alguma centralidade, o tema se desenvolveu: *“O ANDES teve um avanço importante, então eu acho que a minha presença enquanto diretor do ANDES fez com que essa pauta LGBT avançasse bastante. E eu sozinho consegui peitar quase toda a diretoria pra poder fazer avançar a pauta, mas infelizmente, na CSP-Conlutas isso não aconteceu.”*

Essa avaliação é um pouco diferente da apresentada pelo entrevistado Setorial de Negras e Negros, que indica que:

“existe nessa reorganização o chamamento para a gente ir em determinados lugares, [...] por exemplo, com todas as críticas que a gente faz ao MNU⁷⁶, eles chamaram a gente para o congresso deles que será na Bahia. [...]” e “por exemplo, o MNU tem militantes, do MNU, que está vindo para a CSP-Conlutas, porque eles dizem que podem ser do MNU e escolher uma central, que não é mais a CUT.” Entrevistado 2.

Para ele, o chamado para participar de eventos e congressos é uma demonstração da legitimidade e do reconhecimento que a CSP-Conlutas e seus movimentos têm para realizar o debate de negros e negras em variados setores. Para além disso, o entrevistado avalia que o modelo da Central, e os debates promovidos por ela, fazem com que outras organizações tenham que se reinventar para não “perderem” militantes. Ele cita, como exemplo, o MTST:

“Eu acho que o MTST forma melhor os quadros que tem ao que eles antes da CSP-Conlutas, acho que forma, porque antes eles não tinham essa preocupação, hoje ele tem mais essa preocupação, porque hoje eles sabem que podem perder militante para a gente” Então, existe, esse crescimento nosso, levou as outras entidades a crescerem, a se potencializarem frente a essa questão.” Entrevistado 2.

No caso dos movimentos do campo, a Central, ao desenvolver ações em conjunto com outras organizações que não estão inseridas na agenda oficial do MST, como a Frente Nacional de Lutas e a União Nacional Camponesa, cria uma agenda específica de atuação, podendo, assim, desenvolver pontos de influência sobre essas organizações. A maneira como a Central realiza seus debates políticos e está estruturada, para a entrevistada do Setorial Popular, inevitavelmente, força uma resposta

⁷⁶ Movimento Negro Unificado.

das outras organizações do movimento popular e do movimento sindical a essa nova realidade. Segundo ela, *“é preciso responder por que os espaços de unidade são setorizados, são categorizados e não são espaços mais gerais; porque que a unidade da esquerda é proposta como uma unidade de correntes e não como uma unidade de ferramentas organizativas da classe.”* Desta maneira, continua a militante do movimento popular, as demais organizações teriam um desafio a ser enfrentado: *“porque que não tá aqui, [...] porque que tá em outro lugar, tem que responder porque que não é da CSP-Conlutas [...]”* “[...] obriga a refletir sobre a existência do movimento popular e do movimento sindical, em separado e, também, conjuntamente [...]”. Ela conclui ressaltando que a própria CUT desenvolve frentes com movimentos populares, porém, essas, quando existem, são eventuais e estão ligadas a uma determinada ação conjuntural. Nesse caso, diferem muito da forma como a CSP-Conlutas está organizada.

Gostaríamos de destacar um outro trecho da entrevista da militante do Setorial Popular sobre o caso que ocorreu na manifestação em Brasília, no dia 24 de maio de 2017, que reflete sobre esse processo de influência que, ocasionalmente, a Central pode produzir em outros ativistas de Centrais e sindicatos:

Se o momento político segue como segue, é possível que se torne cada vez mais frequente, um pouco também do que aconteceu em Brasília, as direções das centrais pedindo para os trabalhadores não avançarem e a CSP-Conlutas disse “não, se nós vamos correr, nós vamos correr pra cima de quem tá querendo tirar nossos direitos” e uma parte muito importante da base das centrais foi junto. E é por isso que tá tendo um monte de sindicato de base vindo procurar a Conlutas porque tá dizendo... Cara, isso é incrível. Você foi a Brasília? Cara, isso foi incrível, assim. Teve um cara do Transpetro do Rio de Janeiro que chegou pra mim e falou assim: “olha, eu nunca fui de sindicato, agora faço parte da nova diretoria que foi eleita, uma chapa independente, ganhamos, uma unidade de vários setores da esquerda, a gente quer desfiliar da CUT. Alguns companheiros diziam ‘a gente quer se filiar à CSP-Conlutas’. Ele dizia que era um dos que achava que tinha que desfiliar da CUT, mas não ser de central nenhuma. Ele disse “depois que eu voltei de Brasília, eu voltei com uma convicção: é a CSP-Conlutas. Porque se eu vou tá numa central sindical eu quero tá na central sindical que na hora do pau chama pra ir pra cima de quem tá tirando nosso direito e não pra recuar. Eu não fui à Brasília pra recuar”. Isso aconteceu com gente da base da CUT, da Força Sindical, de tudo que você puder imaginar. Entrevista 1.

As reuniões da Coordenação Nacional contêm um dia dedicado aos encontros dos Setoriais. Como apresentamos no capítulo II, item 2.5, nestes encontros são votadas resoluções específicas dos Setoriais para serem encaminhadas para a votação na Plenária Final, cabendo a todas as organizações realizarem as propostas aprovadas. Com isso, durante nossa entrevista, realizamos questionamentos aos representantes dos setoriais referentes à implementação de tais resoluções.

Para o representante do Setorial LGBT, as discussões produzem “*uma elaboração razoável em relação à temática LGBT*”. Entretanto, no último período, ele indica a dificuldade em “*materializar, fazer com que as resoluções aprovadas aconteçam*”. Ainda segundo ele, os principais movimentos que implementam as resoluções são: “*os companheiros comerciários de Nova Iguaçu, [...] o Sindsef-SP, algumas seções sindicais do ANDES, [...] a própria diretoria nacional do ANDES implementa.*”

Devido à fragilidade hoje enfrentada pelo Setorial LGBT, na avaliação de um de seus membros, o combate e acompanhamento de casos de LGBTfobia nos sindicatos e nos movimentos têm sido bastante prejudicados. Aponta, ainda, que a principal dificuldade de organização do movimento de luta contra as opressões e populares na Central encontra-se no aspecto financeiro. A dificuldade e instabilidade de arrecadação financeira desses movimentos cria empecilhos para o avanço dos trabalhos relacionados ao tema. Essa ponderação também é levantada pelo representante do Setorial de Negros e Negros:

“Nós temos muita dificuldade financeira de realizar tudo que a gente quer, né, existe um processo de enfrentamento com a bancada ruralista, com medidas que o congresso está tomando no Brasil, em relação a esses povos, a gente não tem dinheiro para ir ao congresso, nessas conferências sempre, né, com atender a um enfrentamento que se deu por exemplo, no Maranhão, a gente ainda tem muita dificuldade financeira.” Entrevistado 2.

A representante do Setorial de Mulheres, por sua vez, afirma que o problema na implementação das resoluções do setorial não é uma particularidade da Central. Segundo ela, o machismo faz com que os sindicatos - que, em sua maioria, possuem suas diretorias compostas, majoritariamente, por homens - minimizem as pautas das mulheres. Em sua avaliação, a participação em uma Central, que apresenta a preocupação com este tema, já é um ponto positivo, pois tende a contrabalancear essas pressões, como foi o caso de algumas campanhas desenvolvidas pela CSP-Conlutas:

“A campanha, por exemplo, “salário igual por trabalho igual” foi uma campanha implementada, que se traduziu em cláusulas, em negociações que refletiam a demanda das mulheres e tal, acho que isso foi uma experiência positiva. Não foi em todos os sindicatos, mas foi em alguns sindicatos importantes, que eu acho que refletiu essa batalha no interior da Central.” Entrevistada 4.

A atuação de dois sindicatos filiados à CSP chama a atenção da entrevistada. Ela relata a forma de implementação das resoluções e campanhas relacionadas ao tema de mulheres no Sindicato da Confecção Feminina de Fortaleza e o Sindicato dos

Metalúrgicos de São José dos Campos. No primeiro caso, um sindicato, majoritariamente feminino em sua composição e em sua base, desenvolveu: *“muitas iniciativas que implementaram as resoluções do setorial. Encontros de mulheres, cláusulas relacionadas às mulheres nas campanhas salariais”*. Já no caso dos Metalúrgicos de São José dos Campos, se *“fez discussões dentro das fábricas sobre a violência contra a mulher, conseguindo, inclusive, o espaço institucional dentro das fábricas, né, de liberar as trabalhadoras pra fazer essa discussão”*.

Sobre a principal dificuldade de organização do Setorial de Mulheres, a entrevistada aponta que, em primeiro lugar, é necessário romper com *“a barreira de que esse assunto é um assunto só das mulheres”*, pois consider *“muito tímido o nível possível de envolvimento dos homens dirigentes”*. Para ela, portanto, este é um obstáculo para o desenvolvimento da luta política nos movimentos e sindicatos, pois quando se deixa o combate às opressões apenas como tarefa dos setores oprimidos (mulheres, negros e LGBTs), e não se avança na compreensão que os elementos da opressão afastam e dificultam o desenvolvendo da militância de mulheres, negros, lgbts da atividade política, os sindicatos passam a restringir o seu “exército” de ativistas para as lutas contra as diversas manifestações da sociabilidade capitalista.

Já para o representante do Setorial de Negras e Negros, a não implementação de todas as resoluções dos setoriais de luta contra as opressões nos sindicatos e suas bases, refere-se, em certa medida, ao fato de que essas organizações: *“tem as suas pautas econômicas, né, e as vezes, esquece que as pautas como essa do genocídio também ‘é’ importante”*. Essa crítica demonstra como determinadas pautas do embate político, por vezes, não têm tanta valoração nas organizações sindicais:

“Os setores populares que estão dentro do setorial, eles implementam mais rápido as nossas resoluções e os setores que tem mais condições, que são os sindicatos, eles são mais lentos, justamente por causa da pressão econômica. Então você tem os setores populares que tem isso como sobrevivência e você tem um setor que é mais a aristocracia operária, eles são mais lentos que tentam manter seu nível de vida, na verdade é isso “Entrevistado 2.

Ao analisar a principal dificuldade do movimento popular e de luta contra as opressões dentro da Central, o entrevistado do Setorial de Negras e Negros reafirma ser a presença majoritária de um movimento sindical ainda muito economicista, que preza por resultados pragmáticos, o que cria, para a Central, dificuldades para organizar mesas de debate sobre o tema racial, de gênero, de orientação sexual e dos movimentos populares e do campo.

Em sua avaliação, a representante do Setorial Popular pondera que as implementações das resoluções dos setoriais ainda estão em estágio inicial. Isso se deve ao fato de cada movimento ter uma *“vida organizativa própria, todo mundo tem, [...] uma vida própria como entidade, o que já te impõe um plano de lutas próprio, a construção do seu trabalho de base, as iniciativas de formação política, organização da militância, campanhas políticas etc., que cada entidade já faz”*. No caso das pautas de luta contra as opressões, ela afirma: *“tem uma facilidade maior de transversalizar esses debates, eles conseguem ser acolhidos por todos os setores da Central, [...] deliberações que nós tiramos no setorial de negros, LGBT, de mulheres eu acho que a maior parte das coisas é implementada”*. Ainda assim, a entrevistada aponta para a necessidade de se avançar em muitas questões, inclusive, no fortalecimento e na expansão dos movimentos que compõem a Central.

“Esse é um dos fatores pelos quais a Conlutas também nos ajuda a avançar, porque a gente tem contato com essas elaborações, com essas resoluções, com esses debates e a gente, às vezes, consegue incorporar as resoluções todas, mas mesmo quando a gente não incorpora, a gente consegue absorver essas discussões e reproduzir na ocupação, fazendo com que a gente consiga avançar nesses debates dentro das ocupações e dentro do movimento, o que pra nós é muito importante” Entrevistada 1.

A principal dificuldade de organizar os movimentos populares na Central, observada pela representante do Setorial Popular, refere-se ao *“fato da Conlutas ser ainda, majoritariamente, sindical impõe a ela um determinado ritmo e uma determinada forma de se organizar”*. Além disso, ela cita a relação com os sindicatos, que, em determinados momentos, é conflituosa, devido aos atritos entre as formas organizativas e das dinâmicas, o que, entretanto, não impede parcerias: *“que pouco a pouco isso tem acontecido, é lento, é conflituoso, mas tem acontecido, [...] a maior dificuldade é a dinâmica de funcionamento, que tem uma cara muito sindical, mas que nós queremos que vá tendo uma cara cada vez mais misturada”*.

O representante do Setorial do Campo difere um pouco na análise dos demais sobre o tema da implementação das resoluções. Segundo ele, ao apresentar a dinâmica de implementação das resoluções, os debates ocorridos nas reuniões da coordenação são todos submetidos às bases dos movimentos, desde temas conjunturais, como foi o caso da Greve Geral, até os elementos programáticos, como a Reforma Agrária Radical. Com isso, conforme aponta: *“tiramos no setorial, foi incorporado na agenda da CSP e virou bandeira de luta de todos os acampamentos”*. Ao que se refere à implementação das pautas de opressão, ela indica ser *“uma agenda única, [...] alguns princípios que todos*

os setoriais acabam acatando, [...] a discussão sobre mulheres, a discussão sobre racismo, homofobia, isso daí é base pra todos os setoriais”.

Quando indagados sobre a avaliação que vêm desenvolvendo sobre os motivos que impedem outras organizações a ingressarem na CSP-Conlutas. O representante do Setorial de Negras e Negros, apresenta que, dentro da diversidade hoje existente no movimento de negros e negras, a sua maioria está vinculada à pautas culturais e à entidades religiosas o que, para ele, produz: *“um setor de militância quase policlassista, né, nesse aspecto, esses setores tem seus focos de atuação, e que não veem a central como referência para responder seus problemas”* Observa-se, então, segundo ele que, no interior do movimento negro, há uma dificuldade de compreender a importância de uma Central classista e de esquerda para combater seus problemas.

A representante do Setorial de Mulheres apontou que, no Brasil, existem diversas Centrais Sindicais, mas as reconhecidas pelo Ministério do Trabalho são apenas a CUT, a Força Sindical, a UGT, a CTB, a CSB, a NCST e a CGTB. Portanto, segundo ela, existe um processo de disputa política sobre os rumos da sociedade e que perpassa pelo movimento sindical. Além disso, ressalta que as posições defendidas pela CSP-Conlutas (de independência de governos e patrões, não recebimento do imposto sindical e sindicalismo combativo) são ainda minoritárias na sociedade, o que faz com que o projeto da CSP, que vem se desenvolvendo há 10 anos - na forma atual, há 7 anos -, tenha pouco alcance na realidade. É citado, também, pela militante, a influência exercida pelo PT sobre o movimento sindical, de mulheres e populares. Essa influência tem um caráter histórico, datado desde o novo sindicalismo, e a referência ainda se expressa pela PT, mesmo com os limites e contradições postas após anos no governo federal.

[...] E isso se reflete também no movimento de mulheres, né. Então, por exemplo, o PT, que é uma organização que tem uma história no movimento social, tem um peso sobre a classe trabalhadora, né, tem atuação na CUT, a CUT segue sendo a maior central do nosso país, tem também atuação no movimento de mulheres. Então, essa força política do PT, essa incidência do PT, ela se reflete na força das entidades que ele constrói, e essas entidades disputam uma saída para o país. Por isso, que eu acho também que não é só os movimentos populares e de luta contra as opressões que não crescem no interior da Central. Se você olhar a quantidade de sindicatos que tem no Brasil, a CSP-Conlutas também é uma central, do ponto de vista sindical, muito minoritária. E eu acho que tem a ver com a incidência política ser pequena, né, foi um processo que se construiu por fora do PT, à esquerda do PT, por fora da CUT, muito calcado no funcionalismo público. Um processo importante e correto, mas que aglutinou uma parcela de vanguarda que organizou lutas que se enfrentaram com as medidas do PT. Eu acho que tudo isso foi correto, agora, há que se reconhecer que é uma articulação minoritária do movimento sindical e popular. Esses são os limites pra ainda

não ter muitos movimentos populares, ou muitos movimentos de mulheres, ou muitos movimento de luta contra o racismo no interior da CSP-Conlutas. Entrevistada 4.

O representante do Setorial do Campo aborda o mesmo elemento já apresentado pela entrevistada do movimento de mulheres. Para ele, o principal impedimento para que novas entidades façam parte da CSP-Conlutas diz respeito às opções políticas da Central, conforme exposto nos trechos abaixo: “[...] *A questão do imposto sindical*”, *como a CSP-Conlutas não aceita o recebimento deste valor e faz uma ampla campanha contra o imposto, são muitos os sindicatos que se sustentam dessa forma.* ”

“Então, os repasses governamentais, a CSP-Conlutas, por ser uma entidade com essa organização, acaba não sendo legalizada oficialmente pelo governo, então não recebe os repasses governamentais, institucionais. Esse pra mim é o principal ponto, né. Pra ser uma organização como a CSP, necessariamente, eles teriam que sair da forma institucionalizada, que o ministério do trabalho exige”. Entrevistado 3.

Novamente, agora com a representante do Setorial Popular, aponta que os elementos políticos, como as táticas de enfrentamento, a luta por uma sociedade socialista, a crítica ao modelo conciliatório, pragmático e economicista do movimento sindical, a independência frente à governos e os demais princípios empenhados pela Central, tudo aquilo que é base para a crítica do que se transformou a CUT e hegemoniza o movimento sindical, são os principais empecilhos para a incorporação de novos movimentos e organizações à Central. Segundo a entrevistada:

“a Conlutas tem uma elaboração política muito radical e o movimento popular que [...] historicamente, isso foi traduzido numa participação institucional, na institucionalização da organização popular. Então, essa radicalização é apropriada de uma maneira muito difícil pelos movimentos, porque eles precisam romper com muitas coisas pra entrar na Central. Isso depende mais da conjuntura do que nós, eu acho, e é por isso que eu acho que agora tem avançado mais. Entrevistada 1.

Portanto, através das entrevistas com os cinco representantes dos setoriais do “campo popular” da CSP-Conlutas (Popular Urbano, Negras e Negros, Campo, Mulheres e LGBT), pudemos ter uma noção da realidade vivenciada por esses ativistas sociais.

Os depoimentos dos (as) entrevistados (as) dos setoriais do Campo, LGBT, Movimento Popular, Negros e Negras e Mulheres nos trouxeram a percepção dos que atuam cotidianamente na construção desta experiência. A partir de suas respostas, pudemos avaliar mais detalhadamente os elementos que se apresentam no funcionamento da Central e como ocorre a inserção dos movimentos populares. Pelas entrevistas, podemos notar os temas mais sensíveis para cada movimento sobre a

construção desta iniciativa de articulação permanente do movimento sindical e popular em uma mesma entidade.

Os aportes apresentados por esses ativistas fez com que notássemos os avanços ocorridos nos setes anos, mas também, o que ainda impede a concretização do projeto político de superação do modelo tradicional de organização sindical classista no Brasil⁷⁷.

⁷⁷Gostaríamos de ter tido condições de realizar entrevistas com mais integrantes dos movimentos populares e de luta contra as opressões, assim como com os sindicalistas. Esperamos que a ampliação dos depoimentos possa ser materializada na continuidade das nossas reflexões sobre a inserção do campo “popular” na Central.

Considerações Finais

Nossa dissertação teve como objetivo analisar a atualidade da organização sindical da classe trabalhadora no Brasil, em particular, a inserção do chamado campo “popular” no interior da CSP-Conlutas. O caminho reflexivo com o qual iniciamos nossa investigação amparou-se nos fundamentos dos processos de reestruturação produtiva e das modificações das práticas sindicais ocorridas nos anos 1990 e intensificadas na primeira década o século XXI. Na dinâmica própria de estruturação das entidades sindicais classistas no país, nossa preocupação foi analisar a mais recente experiência de organização dos (as) trabalhadores (as) brasileiros (as) expressa na CSP-Conlutas, não por ter sido a única Central Sindical criada no período, mas pelo ineditismo de sua proposta: a unificação, em uma mesma Central, das mais variadas formas organizativas da classe trabalhadora.

Nosso trabalho, localizado no campo de formulação e estudo das lutas dos trabalhadores com o objetivo de avançar na auto-organização dos explorados e oprimidos para superar a sociabilidade capitalista, recorreu, às elaborações de Marx e Engels para compreender o desenvolvimento histórico do capitalismo e os seus mecanismos próprios de exploração e alienação da classe trabalhadora. Nosso estudo, baseado na tradição marxista, não se limitou à busca da compreensão do método de análise da realidade e apropriação das “leis do desenvolvimento capitalista”, mas também no resgate daquilo que foi parte indissociada das obras de Marx e Engels: a ação consciente dos trabalhadores para superar o modo de produção capitalista. Dessa forma, recorreremos às teorias de Marx e Engels no que tange à origem dos sindicatos, a justeza de suas lutas e os limites dessa organização para a sua colaboração nos processos de superação do capitalismo. Para que pudéssemos nos apropriar de mais elementos, traições e polêmicas presentes na história de mais de 150 anos da luta e organização da classe trabalhadora, recorreremos a dois revolucionários russos que trouxeram importantes contribuições para a tradição de luta dos explorados, como Lenin e Trotski.

Em seus escritos, Lenin e Trotski nos apontam as potencialidades da organização da luta desenvolvida pelos sindicatos, assim como seus limites e suas perigosas contradições. Tais pensadores, que elaboraram sobre a organização partidária para a luta revolucionária, indicam a importante tarefa para os marxistas revolucionários de intervenção nos sindicatos, de modo a desenvolver a luta econômica corporativa em

uma luta política pela tomada do poder. Assim, a compreensão dos autores a respeito do papel dos sindicatos como meio de mobilização, de desenvolvimento de consciência de classe e de construção de um projeto revolucionário nos guiou no entendimento da importância desse modo de organização política dos trabalhadores e, conseqüentemente, no interesse de estudo a respeito do seu atual patamar de desenvolvimento.

Para o aprofundamento da compreensão dos meios organizativos dos (as) trabalhadores (as) no mundo, nos dias atuais, mais especificamente no Brasil, procuramos acompanhar as transformações no mundo do trabalho nas últimas décadas e seus impactos na organização sindical. Neste exercício de apropriação do movimento do capital na segunda metade do século XX, com destaque para o processo de reestruturação produtiva, somamos a noção dos embates ideológicos produzidos com o fim do socialismo real no fim dos anos 1980.

A flexibilização das relações de trabalho operadas com a substituição do modelo taylorista-fordista pelo toyotismo-acumulação flexível modificou a inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho e, com isso, inevitavelmente, trouxe reflexos na organização sindical. Conforme exposto, a introdução de novos mecanismos tecnológicos aumentou o desemprego e as novas formas de organização nos locais de trabalho “capturaram” a subjetividade dos trabalhadores para a noção conciliatória de “colaboradores”. Essa movimentação do capital nos locais de trabalho esteve associada às transformações do Estado a partir do neoliberalismo, estabelecendo um período de retirada de direitos trabalhistas e sociais, inserido em um momento de ofensiva política e ideológica do capital sobre os trabalhadores, o que gerou, para grande parte das lutas dos trabalhadores, uma restrição de suas lutas ao aspecto defensivo.

O Brasil vivia, neste período, uma condição bastante particular quando comparado, por exemplo, com a situação da Europa e dos Estados Unidos. No continente europeu e no país norteamericano, as transformações trazidas com a reestruturação produtiva e o neoliberalismo desarticularam a resistência dos trabalhadores e marcou um momento de enfraquecimento da luta sindical. No Brasil, entretanto, os anos 1970 foram parte do processo de surgimento de um novo sindicalismo. Os anos finais da década de 1970 foram marcados pelo ressurgimento da luta sindical de massas, através de ações que colocavam em dúvida a manutenção da estabilidade política do país. As fortes greves, iniciadas no centro industrial paulista, impulsionaram um forte movimento de oposições sindicais, que alastraram pelo país o questionamento à estrutura sindical e aos governos da ditadura civil-militar. Conforme

observamos, neste período, intensificou a organização de uma ampla camada de ativistas nos mais diversos setores da economia, criando oposições sindicais e organizando greves.

No estudo da história do movimento sindical brasileiro vimos que a década de 1980 representou o apogeu de uma geração sufocada pela ditadura. As greves do fim dos anos 1970 e início dos anos 80 desenvolveram dois instrumentos de organização da classe trabalhadora: a Central Única dos Trabalhadores e o Partido dos Trabalhadores. Desde então, todos os movimentos classistas dispostos a derrubar a ditadura e sua política econômica, de algum modo, estiveram diante do debate de compor ou não a CUT. Esta central conseguia aglutinar as diretorias sindicais de oposição à ditadura e à estrutura sindical, bem como as associações de servidores públicos, as oposições sindicais e os movimentos de esquerda ligados à Igreja Católica. Assim, no final dos anos 1980, a CUT, criada em 1983, tornou-se a maior Central Sindical do país, inspirando confiança de uma parte significativa da classe trabalhadora na possibilidade de construção de outro projeto de sociedade.

Entretanto, no final dos anos da década de 1980 e início da década de 1990, o projeto classista, combativo, de massas e socialista proposta pela CUT começa a sofrer suas primeiras transformações. Foi no início desta década que ocorre a ofensiva burguesa no país, com a aplicação do projeto neoliberal e de reestruturação produtiva, além disso, ocorria no mundo uma intensa campanha ideológica de vitória do capitalismo sobre o socialismo, após a queda do muro de Berlim e a dissolução da União Soviética. Nesta quadra histórica, de ofensiva econômica, política e ideológica da burguesia, CUT tem suas primeiras modificações estatutárias: um movimento interno de disputa da ala majoritária com os grupos de esquerda, em que o primeiro grupo obteve a vitória, levou a Central a progressivos processos de institucionalização perante ao Estado, de verticalização de suas instâncias e de restrição na participação de delegações de base, além de alterações significativas nas táticas e políticas apresentadas nos processos de luta. Durante a década de 1990, observamos os avanços nas modificações que levaram a CUT a, paulatinamente, se transformar em uma Central Sindical pautada pela negociação ante ao conflito, seguindo o modelo do sindicalismo propositivo (na lógica do capital) e “cidadão”, em contraposição ao modelo de sindicalismo classista pautado na ação direta para a conquista das demandas dos trabalhadores.

Neste momento, surge, no país, adequada às políticas neoliberais e apoiadora de todos os governos da década de 1990, a Força Sindical. Desde sua fundação, em 1991,

tal organização pautou-se pela defesa das políticas neoliberais e pelo modelo conciliador do “sindicalismo de resultados” como forma de enfrentar a crise e o problema do desemprego. Por isso, de certo modo, a necessidade da CUT em negociar com empresários e governos, num período de recessão e desemprego, relacionou-se, também, com a pressão exercida pela Força Sindical nas bases das categorias por respostas concretas à realidade vivenciada pelos trabalhadores. Assim, ao invés de ampliar a resistência ao neoliberalismo, a ala majoritária da CUT optou por promover uma maior inflexão na via conciliatória e negocial da Central, ainda que tal inflexão não tornasse a Central, por completo, uma organização “chapa branca” devido à necessidade de fazer oposição aos governos de Fernando Collor de Melo, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso e dar resposta às suas bases e aos setores mais à esquerda da Central, bem como para se colocar na disputa contra a Força Sindical.

Apesar das diversas iniciativas da CUT de adesão ao Estado capitalista brasileiro, ocorridas já nos anos 1990 foi, sem dúvidas, nos anos 2000 que esse processo se consolidou. A estreita relação da CUT com o PT fez com que a entidade perdesse, em certo grau, sua autonomia política, sobretudo no momento em que este venceu as eleições presidenciais de 2003. A partir disto, a CUT, para garantir a governabilidade de Luís Inácio Lula da Silva, reduziu aos poucos seu discurso oposicionista. A adoção por parte do PT da continuidade da política econômica do seu governo antecessor - para o qual a CUT adotava uma prática oposicionista declarada -, fez com que, em pouco tempo, a Central se encontrasse em contradição com setores de sua base. O posicionamento acrítico da CUT em relação às reformas da previdência, trabalhista e sindical contribuiu para reforçar a constatação feita por setores à esquerda da CUT: a Central já não teria mais condições de atuar de forma autônoma, independente, classista e combativa. A partir destes posicionamentos tais setores rompem com a CUT para iniciar a desenvolvimento da experiência da Conlutas.

Dessa forma, inicialmente a Conlutas, e posteriormente a CSP-Conlutas surge com dois objetivos: em primeiro lugar, de resgatar a concepção autônoma, independente, combativa, classista e socialista para o movimento sindical brasileiro; e, em segundo lugar, de apresentar um novo formato organizativo para as lutas da classe trabalhadora, adequando-o à necessidade de respostas frente às transformações do mundo do trabalho, de modo a construir o rompimento do modelo corporativista, que fragmenta e separa as organizações da classe. Esta segunda tarefa apresenta-se enquanto a novidade estrutural da Central, visto que os principais modelos organizativos da classe

trabalhadora, no Brasil, estiveram estabelecidos na concepção fordista de movimento sindical e no seu formato estrutural oficial varguista corporativo, federativo e verticalizado.

As transformações do mundo do trabalho trouxeram novos desafios, não apenas com as modificações dos métodos de extração de mais-valia nos locais de trabalho, mas, sobretudo, a partir da complexificação do capitalismo, ocorrida nos últimos cinquenta anos, com a reinvenção e invenção dos meios de apropriação da riqueza socialmente produzida, o que veio acompanhado de um processo de mercantilização dos direitos, dos corpos e dos espaços. A “mercadorização” da vida fez surgir - ou intensificar - novas pautas de luta dos trabalhadores, expressas nas suas diferentes dimensões da vida. Portanto, para responder a essa realidade da luta de classes, avaliava-se a necessidade de se repensar a forma como se articulavam as lutas dos trabalhadores urbanos e rurais, dos desempregados, dos movimentos populares, dos setores oprimidos, etc. Os meios utilizados para alcançar a superação do capitalismo precisavam, assim, responder à totalidade das formas de exploração e de opressão em que esse sistema se expressa na vida da classe trabalhadora.

Na avaliação dos setores de esquerda do movimento sindical e popular, sobretudo após os processos de adaptação da CUT ao jogo institucional burguês e sua cooptação frente aos governos de Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2010-15), era necessário cumprir a tarefa de resgatar a concepção de auto-organização da classe trabalhadora para a construção de um projeto político societário em contraposição ao modelo burguês. Conforme observamos, o modelo negocial conciliatório com os empresários e os governos se consolidou durante os governos petistas, fazendo com que a maior Central Sindical do país, referência de luta nos anos 1980 e 1990, se transformasse em uma “correia de transmissão” das políticas de Estado no movimento sindical. Esse processo ocorreu de maneira similar com diversos outros movimentos sociais, que se institucionalizaram ou se transformam em ONGs abdicando, assim, do horizonte estratégico da luta conflitiva, classista e independente do Estado para a superação da ordem do capital.

Os debates de surgimento da Conlutas e CSP-Conlutas estiveram vinculados à tese de que após a chegada do PT à presidência da república, a CUT assumiria uma postura de defesa das políticas de governo e, devido à sua cooptação, não seria vanguarda na direção das lutas reivindicativas da classe trabalhadora, o que produziria um intenso debate de reorganização das forças de esquerda no campo sindical e popular.

A CUT, ao tentar frear esses movimentos para garantir a governabilidade, se depararia com a disposição de luta de setores da classe trabalhadora produzindo, desta maneira, um conflito político e ideológico, assim como críticas e rompimentos dos trabalhadores. Com isso, o PT e a CUT reduziriam suas influências sobre sindicatos e movimentos populares permitindo, então, que a CSP-Conlutas pudesse disputar os setores que historicamente estiveram vinculados as direções cutistas.

Os prognósticos, embora tenham acertado algumas previsões, não se concretizaram em todos os seus aspectos. Em primeiro lugar, a realidade confirmou a avaliação feita de que PT não romperia com a política econômica neoliberal e que, portanto, aplicaria políticas no sentido de retirar direitos dos trabalhadores. Também estava correta a análise de que a CUT seria vacilante na tarefa de convocar lutas para se enfrentar com o governo e suas políticas, o que ficou evidente na reforma da Previdência de 2003. Entretanto, apesar desse cenário e sua sequência ao logo dos doze anos de governos petistas, o processo de ruptura dos trabalhadores com a CUT e o PT não foi imediato e massivo. Como exemplo, em 2004, com o chamado para a construção de uma Coordenação para organização das lutas contra as contrarreformas neoliberais, os setores que se vincularam a essa iniciativa foram, de certo modo, aqueles diretamente afetados ou os já influenciados pelos setores de esquerda que romperam com a CUT.

Apesar disso, o projeto de formalizar uma entidade classista no movimento sindical e popular seguiu em frente ocorrendo, em 2006, a fundação da Conlutas. Ainda que, no primeiro momento, a Conlutas não tivesse um arco amplo de entidades e correntes políticas, sua proposta desenvolveu-se com muitas iniciativas de oposição ao governo e de contraposição à CUT, como pudemos perceber nos cadernos de resolução dos congressos de 2006, 2008 e 2010. A Central, mesmo que minoritária no movimento sindical e popular, aos poucos foi consolidando seu projeto de organização de oposição de esquerda aos governos petistas. Podemos, assim, considerar que mesmo ainda sendo uma central minoritária, conseguiu se afirmar dentro de um projeto que tinha como objetivo o resgate da concepção classista para o movimento dos trabalhadores e articular os setores sindicais e populares.

No período de criação da Conlutas, o processo de reorganização político-sindical dava sinais de continuidade, momento em que foi criada a Intersindical e, no plano político-partidário, o PSOL - ambos como parte da ruptura com a CUT e o PT. Com isto, no final da primeira década do século XXI, avançam os debates sobre a

unificação das entidades em uma mesma Central, após diversas lutas conjuntamente desenvolvidas, em 2010, pelos setores da esquerda do movimento sindical, popular e estudantil. A Conlutas, Intersindical, MTST, Pastoral Operária Metropolitana de São Paulo, MTL e o MAS decidem, assim, pela realização de um congresso com objetivo central de unificar esse campo de ativistas.

Ao final do CONCLAT, embora não tenha ocorrido a unificação com todos os setores, especialmente com a Intersindical, ocorre a fundação da CSP-Conlutas, já formada com a incorporação de organizações não sindicais, como o MTST. Até a realização do 1º Congresso da CSP-Conlutas, o MTST compunha a Central. Contudo, por divergências políticas com o setor majoritário, em julho de 2012 o movimento delibera pela saída da CSP-Conlutas. Este fato é de extrema relevância para o estudo do movimento popular no interior da CSP-Conlutas, pois percebemos ao longo do nosso estudo, a necessidade de maior incorporação de movimentos populares para consolidação do projeto sindical e popular da Central, em que a saída do MTST, inevitavelmente, representou uma sensível perda política.

Durante nosso estudo sobre a reorganização política materializada na CSP-Conlutas, pudemos perceber que, embora existissem estudos sobre a Conlutas e a CSP-Conlutas, não encontramos o aprofundamento do fator que caracteriza o ineditismo da proposta: a organização dos movimentos populares no interior da Central. Assim, por constatar a existência de uma lacuna sobre esse tema, procuramos desenvolver nosso trabalho com a atenção direcionada para esse aspecto da experiência da CSP-Conlutas. Em nossas pesquisas baseadas nos documentos congressuais, desde a Conlutas até o II Congresso da CSP, bem como nos relatórios dos setoriais e nas entrevistas, buscamos encontrar elementos que nos auxiliassem neste esforço inicial de compreensão a respeito do desenvolvimento do “setor popular” na Central. Nosso estudo, portanto, não esgota as possibilidades de novas investigações a respeito do tema, apenas suscitamos questionamentos e levantamos alguns pontos para contribuir na compreensão da(s) forma(s) organizativa(s) de luta contemporânea da classe trabalhadora no país.

A CSP-Conlutas, nesses seus sete anos de existência, alcançou importantes avanços no desenvolvimento dessa experiência organizativa. A Central permitiu dar organicidade às discussões e iniciativas realizadas pelos movimentos sindicais e popular, construindo relações com novas bases sociais, como os setores mais pauperizados, o que antes, através da CUT, ocorria apenas de forma esporádica e

conjuntural. Este novo paradigma de organização das entidades da classe trabalhadora permitiu que a Central pudesse complexificar suas análises sobre a conjuntura do país e envolver as demandas dos setores populares em um programa político comum ao do movimento sindical. Percebemos, com isso, a articulação de intervenções unificadas dos setores sindicais e populares em distintos processos de mobilização, seja na luta popular de ocupações ou nas mobilizações sindicais.

A participação dos movimentos de luta contra as opressões (machismo, racismo e lgbtfobia) de orientação classista nas instâncias deliberativas da Central - Congressos e Coordenações Nacionais - intensificou a inserção das pautas relativas às mulheres, aos (às) negros (as) e LGBTs nas políticas deliberadas, sendo difundidas por meio de suas incorporações nos sindicatos e nos movimentos de base. A marca classista do debate produzindo pelos setoriais de luta contra as opressões e difundido pelas entidades sindicais e populares representa um importante contraponto às orientações de luta identitárias que são desenvolvidas pela maioria dos movimentos de mulheres, LGBTs e étnico-raciais. Esse processo permitiu à CSP-Conlutas transversalizar as demandas específicas dos setores oprimidos em todas as análises da realidade social do país. A também participação dos movimentos populares e de luta contra as opressões na CSP-Conlutas fez com que estes pudessem se desenvolver e se nacionalizar processo este caracterizado pelos entrevistados de “guarda-chuva” político.

Da mesma maneira, a participação de movimentos de luta urbana por moradia e demais bandeiras de acesso ao “direito à cidade”, dos movimentos de luta pela terra, camponeses, indígenas e quilombolas, assim como dos movimentos classistas de mulheres, negros e LGBTs, cumprem, em determinado aspecto, o papel de construir uma noção de uma central sindical que tenha sua atuação para fortalecer a unidade de todas as lutas da classe trabalhadora, rompendo a tradição de central sindical de atuação apenas nas pautas econômicas. A experiência da CSP-Conlutas, portanto, surge com uma iniciativa de fomentar espaços permanentes de unidade e articulação entre os trabalhadores, seus movimentos e organizações, bem como pautar ações que não tenham, no campo da institucionalidade e da defesa de serviços e políticas públicas, a centralidade de suas ocorrências.

O suporte oferecido pela Central como, por exemplo, o financeiro, impulsiona também efetivamente as possibilidades de desenvolvimento das ações dos movimentos sociais o que, sem o amparo na CSP, provavelmente não teriam condições de realizar ocupações, seminários.

A retomada dos princípios, aos poucos abandonados pela CUT e, conseqüente, por parte significativa do movimento sindical, cumpriu um papel importante para a organização e atuação dos sindicatos e movimentos sociais, num período de forte ofensiva ideológica do capital. Desta maneira, como relatado por parte dos entrevistados e observado nas resoluções congressuais, a orientação do trabalho de base a partir de uma educação militante de visão classista, anti-imperialista, anti-capitalista e socialista demonstra, mesmo frente aos limites impostos pela realidade, a real possibilidade de organizar movimentos da classe trabalhadora de forma independente dos empresários e governos.

Nesse sentido, consideramos que o formato de estruturação da Central representa um importante avanço, tendo em vista a aposta feita pela CSP-Conlutas no modelo horizontalizado de Coordenação Nacional para a tomada de decisões políticas, buscando, assim, quebrar o modelo verticalizado de Central, em que as decisões ficam sempre a cargo de uma diretoria eleita em congressos bianuais.

Embora tenha sido possível reconhecer os avanços obtidos pela Central nesses últimos anos percebemos, nitidamente, por meio das entrevistas com os participantes dos setoriais que compõem o “campo popular” da CSP, que tal experiência está em estágio de desenvolvendo. Ainda que o projeto da Central envolva uma parte do sindicalismo brasileiro situado à esquerda do espectro político, não podemos ignorar os efeitos do abandono da perspectiva classista pela CUT também sobre tais organizações. Aspecto que nos chamou bastante atenção, foi que a unanimidade dos entrevistados (as), destacou que hoje um dos principais impedimentos para o avanço do projeto sindical e popular da CSP-Conlutas está na visão estreita economicista ainda presente em parte importante dos sindicatos da CSP. Essa postura e debilidade política de dirigentes sindicais enfraquecem, em determinados momentos, a maior organicidade na articulação das lutas em comum e a aplicabilidade das resoluções apresentadas pelos movimentos populares.

As dificuldades colocadas pelas duas décadas de forte ofensiva ideológica capitalista trouxeram conseqüências, também, para esse setor do movimento sindical, recrudescendo os seus aspectos corporativistas e economicistas. Por conseguinte, conforme observado nos relatos de todos os (as) entrevistados (as), podemos afirmar que a atuação sindical corporativista e economicista tem sido um dos principais impedimentos para o desenvolvimento do “campo popular” na CSP-Conlutas. Esse elemento, desde o início da trajetória da construção da CSP, colocou desconfianças

sobre o êxito de sua proposta. A prática viciada de alguns sindicalistas - mesmo no campo da esquerda -, ainda muito orientada pela noção da estrutura institucionalizada, hierarquizada, verticalizada e estritamente econômica dos sindicatos cria dificuldades para a atuação dos movimentos populares na Central. Sabemos que, por sua origem, a atuação dos sindicatos pressupõe lutas econômicas, porém, os movimentos populares alertam e pressionam para que tais entidades não se limitem a esse campo. A dinâmica que percebemos que os movimentos populares e de luta contra as opressões tentam imprimir pelos debates é de uma central que esteja disposta a construir um modelo de intervenção radical e questionadora da ordem.

Nesse sentido, uma preocupação levantada pelos entrevistados - com a qual temos acordo e que implica no avanço do projeto da CSP-Conlutas - aponta para a necessidade dos sindicatos, setor ainda majoritário na Central, enfrentarem desafios como a baixa formação política de seus diretores; avançarem nas pautas de luta contra as opressões e estreitem as relações com os movimentos populares criando, assim, um sindicato que impulse, cada vez mais em seus materiais direcionados às bases reflexões sobre os diversos aspectos da luta política presente na sociedade. Informando, por exemplo, os motivos da luta dos sem-terra, dos indígenas, dos quilombolas, do movimento de moradia, os debates sobre o racismo, machismo e LGBTfobia. Utilizando, por exemplo, a imprensa sindical como mecanismo de propaganda destas lutas para combater o preconceito, educando as bases das categorias para a noção ampla da luta de classes. Esse conjunto de sinalizações pode, portanto, contribuir para uma maior aplicabilidade das resoluções apresentadas e aprovadas pelos setores populares nas bases dos sindicatos, visto que a participação desses movimentos nas instâncias de deliberação da Central é, ainda, minoritária.

Outro apontamento importante sobre o desenvolvimento da CSP-Conlutas refere-se à sua influência nas outras organizações e movimentos sociais. Apesar da consolidação da CSP, nesse último período, enquanto uma organização sindical e popular, o processo de reorganização não tomou, ainda, a repercussão que se esperava. Percebe-se que ainda são poucas as entidades de movimento populares urbanos, rurais e de luta contra as opressões que vêm a CSP-Conlutas como o espaço para articulação das lutas populares e das demandas dos seus movimentos. Por exemplo, devido a esse pequeno número de organizações, em algumas reuniões da Coordenação Nacional o Setorial de Movimentos Populares Urbanos não ocorreu e os setoriais ligados aos temas de combate às opressões garantem sua regularidade de funcionamento devido a

participação de membros do movimento sindical. Portanto, nota-se como um aspecto limitador do projeto Sindical e Popular o pequeno número de organizações populares e de luta contra as opressões e organizações que estejam hoje na Central, para além das já influenciadas pelas correntes políticas da esquerda socialista.

A reorganização ocorrida nos anos 80 - fundamental para o surgimento do “novo sindicalismo”, da CUT e do PT - deixa, ainda, suas marcas na representatividade política do país: a CUT segue hegemônica, a Força Sindical se apresenta como a segunda maior central do país e as experiências de esquerda, tendo como destaque a CSP-Conlutas, são ainda minoritárias na organização política da classe.

Deste modo, nota-se, que mesmo com as traições do PT e da CUT ao longo das últimas décadas, tais organizações ainda ostentam números significativos de representatividade na classe trabalhadora brasileira, sendo consideradas, inclusive, de esquerda pelo senso comum. Assim, o próprio desenvolvimento da CSP-Conlutas não se restringiu às suas ações, acertos e erros, mas sofreu impactos diretos da disputa política que se apresenta na sociedade, sobretudo do nível de confusão política presente na consciência dos trabalhadores, o que os impede de obter a clareza da necessidade de um projeto político emancipatório. Deste modo, as confusões políticas geradas na consciência de classe com o fim do socialismo real, pelo neoliberalismo, criaram um período de defensiva política e ideológica sobre a possibilidade de construção de movimentos que pensem suas ações na perspectiva para além do capital. Portanto, a CSP-Conlutas, que assume a bandeira de superação do capitalismo e construção do socialismo, por meio da ação direta, vê um campo ainda limitado nos movimentos para aprofundar a reorganização sindical e popular.

Acreditamos que o modelo da CSP-Conlutas representa um importante esforço para recuperação das possibilidades de construção de um campo socialista na organização dos trabalhadores. A ousadia em pensar novas formas de articular as lutas dos trabalhadores, unindo o modelo sindical tradicional com os movimentos populares urbanos, de cultura da periferia, de assalariados rurais, negro, indígenas e mulheres pode ser muito efetivo para interromper uma dispersão das organizações classistas e fortalecer as forças de esquerda socialista para disputa do movimento de massas. Isto, claro, desde que tenha a capacidade de incorporar novos movimentos populares, ampliando a relação com outras experiências de esquerda que já não se organizam sob os domínios da CUT e do PT e que reverta os elementos mais atrasados que se

expressam no seu interior, como por exemplo, o que os entrevistados, em unanimidade, chamaram de sindicalismo economicista.

Por isso, pela inovação da proposta organizativa e do caráter político que são orientados os movimentos que compõe a central, é que julgamos que tal proposta tem as melhores condições para dialogar com um conjunto mais amplo da classe trabalhadora na perspectiva da esquerda socialista, em uma realidade que apresenta, desde o atual cenário de correlação de forças entre as classes sociais com a necessidade de construção de um projeto político alternativo ao PT e a CUT.

Sendo assim, procuramos avaliar se a inserção dos movimentos populares tem sido exitosa na CSP-Conlutas, pois acreditamos que a novidade deste elemento organizativo e político pode representar um marco para a renovação de um projeto de esquerda para o país. Por isso e pelo aporte da reflexão gerada por tais movimentos, podemos indicar que está colocado para a CSP-Conlutas a construção de sínteses entre os movimentos visando superar as debilidades políticas e organizativas que ainda a impedem de se consolidar como alternativa de organização para as lutas dos trabalhadores brasileiros.

Referências Bibliográficas:

AGUENA, Paulo (org.) **Marxismo e os sindicatos**. São Paulo: Editora José Luís e Rosa Sundermann, 2008.

ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho: Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo**. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório**. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. “**Trabalho e sindicalismo no Brasil do anos 2000: dilemas da era neoliberal**”. In ANTUNES, R (Org). **Riqueza e miséria no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2015.

ANTUNES, Ricardo. **Classe operária, sindicatos e partido no Brasil: um estudo sobre a consciência de classe, da Revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora** – São Paulo: Cortez e Editora Ensaio: Autores Associados, 1982. 2ª. Ed. (1988).

_____. **O novo sindicalismo no Brasil**. Campinas, SP: Pontes, 1995.

_____. **Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. **Continente do labor**. São Paulo, SP: Boitempo, 2011.

TROTSKY, Leon. **Escritos sobre sindicato**. São Paulo: Kairós Livraria e Editora. 1978. .

ARCARY, Valério. **Um reformismo quase sem reformas – Uma crítica marxista ao governo Lula em defesa da Revolução Brasileira**. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2011.

BATISTONI, Maria Rosângela. “Oposição sindical metalúrgica de São Paulo: história, organização e lutas”. In DURIGUETTO, Ma. L. e ABRAMIDES, Ma. B. (Orgs) **Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária**. São Paulo: Cortez, 2014.

BEHRING, Elaine Rosseti e BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2009.

BIHR, Alain. **Da grande noite à alternativa: movimento operário em crise**. São Paulo: Boitempo, 1999.

BOITO. Armando: **O sindicalismo brasileiro nos anos 80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

BOITO, Armando; Galvão, Andréia y Marcelino, Paula 2009 “**Brasil: o movimento sindical e popular na década de 2000**” en OSAL (Buenos Aires: CLACSO) Año X, Nº 26, octubre.

BRAGA, Ruy. **A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista**. São Paulo, SP: Boitempo: USP: Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2012.

FRANÇA, Teones. **Novo sindicalismo no Brasil: Histórico de uma desconstrução**. São Paulo: Cortez, 2013.

GALVÃO, Andreia. “**A contribuição do debate sobre a revitalização sindical para a análise do sindicalismo brasileiro**” in *Crítica Marxista*, n.38, p.103-117, 2014.

GALVÃO, Andreia. “**O movimento sindical frente ao governo Lula: dilemas, desafios e paradoxos.**” In *Revista Outubro*, Ed. 14, art. 7, 2006.

GALVÃO, Andreia / BOITO, Armando. **Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000**. São Paulo: Alameda, 2012.

GALVÃO, Andreia. **A reconfiguração do movimento sindical no governo Lula**. *Revista Outubro*, Ed. 18, art. 7, 2009.

GARCIA, Cyro. **PT: de oposição à sustentação da ordem**. Achimé: Rio de Janeiro. 2012.

TRÓPIA, Patrícia Viera, GALVÃO, Andréia e MARCELINO, Paula. **A reconfiguração do sindicalismo brasileiro nos anos 2000: as bases sociais e o perfil político-ideológico da Conlutas**. In *Opinião Pública*, Campinas, vol. 19, nº 1, junho, 2013, p.81-117.

GIANNOTTI, Vito. **O que é estrutura sindical**. São Paulo: Brasiliense. 1992.

GUIMARÃES JÚNIOR, Mário Costa de Paiva. **O Surgimento da Coordenação Nacional de Lutas Sociais (CONLUTAS) frente ao processo de resistência e adaptações do movimento sindical no Brasil à lógica do capital**. Uberlândia, MG, 2016. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em História.

GONÇALVES, Tatiana. **A reorganização sindical no governo Lula: um estudo sobre a Conlutas e a Intersindical**. Campinas, SP, 2014. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: Uma pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HORN, Carlos Henrique. **O confronto entre a continuidade e a mudança da organização sindical brasileira: uma análise dos resultados das Conferências Estaduais do Trabalho**. Porto Alegre, 2005.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2010.

IASI, Mauro. **As Metamorfoses da Consciência de Classe: O PT entre a negação e o consentimento**. São Paulo. Expressão Popular, 2006.

LADOSKY, Mario Henrique Guedes. **A CUT no Governo Lula: Da defesa da “liberdade e autonomia” à reforma sindical inconclusa**. Tese apresentada no Programa de Pós-graduação em Sociologia do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

LENIN, V.I. **Obras Escolhidas**. Editora Alfa-Ômega. São Paulo. 2ª ed. 1982.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Novos e Velhos Sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1988)**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

_____. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. **Reorganizando em meio ao refluxo: Ensaio da intervenção sobre a classe trabalhadora no Brasil atual**. Niterói. 2009.

_____. **Movimento sindical brasileiro: o desafio da reorganização. In Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária** / Maria Beatriz Abramides, Maria Lucia Durigetto, (orgs.). – São Paulo: Cortez, 2014.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Obras Escolhidas**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1980.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política: livro I** / Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. **Miséria da Filosofia: resposta à Filosofia da miséria, do sr. Proudhon**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. **Manuscritos econômico – filosóficos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MONTAÑO, Carlos e DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, Classe e movimento social**. São Paulo: Cortez, 2010.

NETTO, José Paulo. **Cinco notas a propósito da “Questão social”**. VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS). UnB, 2001.

OLIVEIRA, Carlindo de Rodrigues e NORONHA, Eduardo Garuti, (orgs.). **Greves no Brasil (de 1968 aos dias atuais): depoimentos de liderança**. São Paulo: Cortez, 2015. (Coleção por que cruzamos os braços; v.1)

RODRIGUES, Leôncio Martins. **CUT: os militantes e a ideologia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

RODRIGUES, Iram Jácome. **Sindicalismo e política: a trajetória da CUT**. São Paulo: Scritta, 1997.

SAGRA, Alicia. **A Internacional: Um permanente combate contra o oportunismo e o sectarismo**. São Paulo: Editora José Luís e Rosa Sundermann, 2010.

SIMÃO, Azis. **Sindicato e Estado: suas relações na formação do proletariado de São Paulo**. São Paulo: Ática, 1981.

TUMOLO, Paulo Sergio. **Da contestação à conformação**. Campinas. Editora UNICAMP, 2002.

VIANNA, Luís Werneck. **Liberalismo e sindicato no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

Materiais Congressuais:

Caderno de Resoluções do CONAT, 2006.

Caderno de Resoluções do 1º Congresso da Conlutas, 2008.

Caderno de Resoluções do 2º Congresso da Conlutas, 2010.

Caderno de Resoluções do CONCLAT, 2010.

Caderno de Resoluções do 1º Congresso da CSP-Conlutas, 2012.

Caderno de Resoluções do 2º Congresso da CSP-Conlutas, 2015.

Relatórios das Reuniões da Coordenação Nacional da CSP-Conlutas: agosto de 2015; e novembro de 2015; fevereiro de 2016, agosto de 2016 e outubro de 2016; fevereiro de 2017 e abril de 2017.